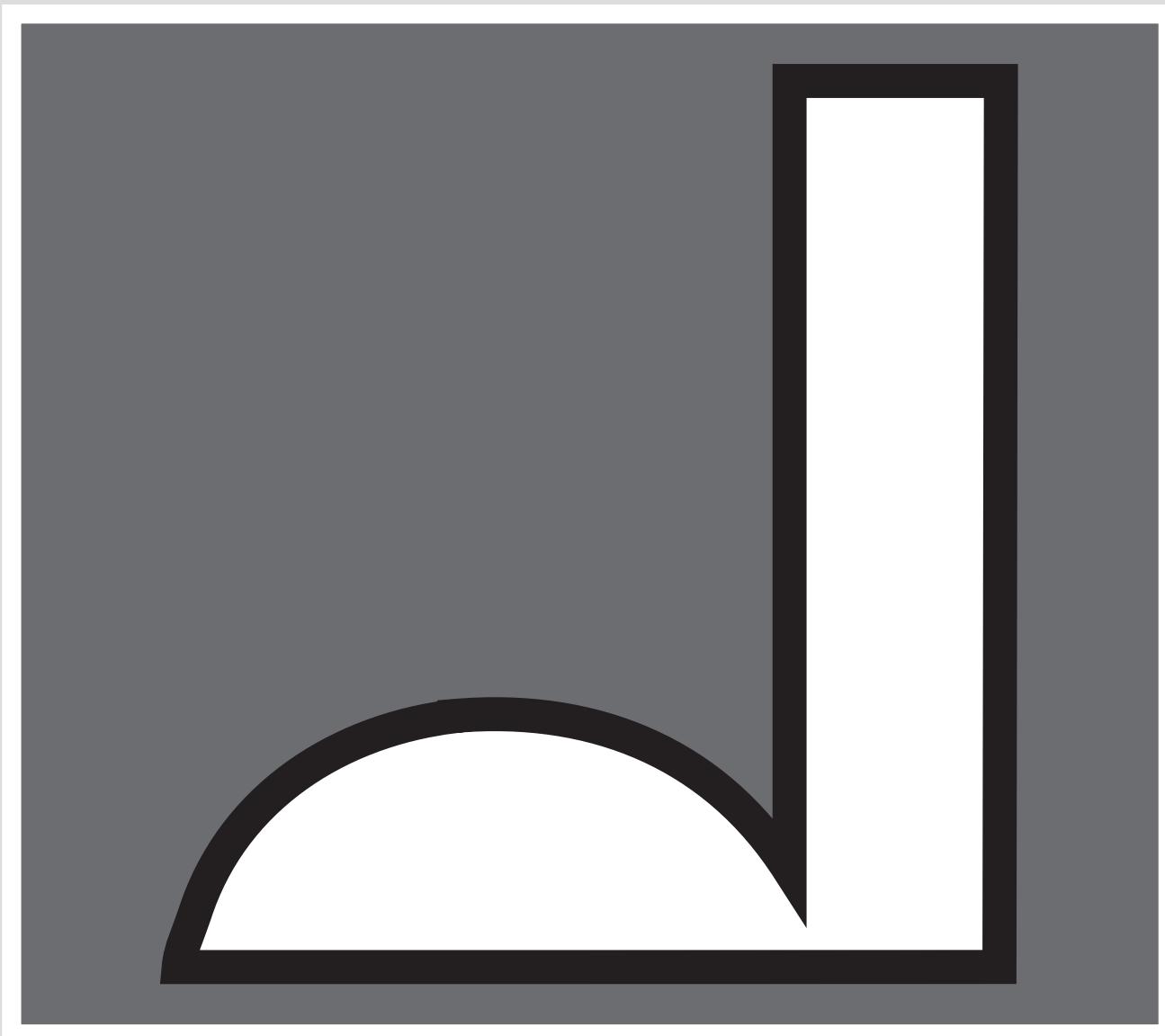




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 211 - SÁBADO, 20 DE DEZEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2)

1º VICE-PRESIDENTE

Tião Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Alvaro Dias - (PSDB-PR)

1º SECRETÁRIO

Efraim Morais - (DEM-PB)

2º SECRETÁRIO

Gerson Camata - (PMDB-ES)

3º SECRETÁRIO

César Borges - (PR-BA) (1)

4º SECRETÁRIO

Magno Malta - (PR-ES)

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP)

2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI)

4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

<p>Maoria (PMDB) - 20</p> <p>Líder Valdir Raupp - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Valdir Raupp</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Almeida Lima</p> <p>Valter Pereira</p> <p>Gilvam Borges</p> <p>Leomar Quintanilha</p> <p>Neuto De Conto</p> <p>Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21</p> <p>Líder Ideli Salvatti - PT</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>João Ribeiro</p> <p>Renato Casagrande</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Marcelo Crivella</p> <p>Francisco Dornelles</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Ideli Salvatti</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Eduardo Suplicy</p> <p>Fátima Cleide</p> <p>Flávio Arns</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>João Ribeiro</p> <p>Vice-Líder do PR</p> <p>Expedito Júnior</p> <p>Líder do PSB - 2</p> <p>Renato Casagrande</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <p>Antonio Carlos Valadares</p> <p>Líder do PC DO B - 1</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Líder do PP - 1</p> <p>Francisco Dornelles</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Heráclito Fortes</p> <p>Flexa Ribeiro</p> <p>Demóstenes Torres</p> <p>Eduardo Azeredo</p> <p>Adelmir Santana</p> <p>João Tenório</p> <p>Kátia Abreu</p> <p>Papaléo Paes</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 13</p> <p>José Agripino</p> <p>Vice-Líderes do DEM</p> <p>Kátia Abreu</p> <p>Jayme Campos</p> <p>Antonio Carlos Júnior⁽¹⁾</p> <p>Maria do Carmo Alves⁽²⁾</p> <p>Líder do PSDB - 13</p> <p>Arthur Virgílio</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Marconi Perillo</p> <p>Alvaro Dias</p> <p>Marisa Serrano</p> <p>Cícero Lucena</p>
<p>PTB - 7</p> <p>Líder Epitácio Cafeteira - PTB</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Sérgio Zambiasi</p>	<p>PSOL - 1</p> <p>Líder José Nery - PSOL</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Delcídio Amaral</p> <p>Antonio Carlos Valadares</p> <p>João Pedro</p> <p>Gim Argello</p>
<p>PDT - 5</p> <p>Líder Osmar Dias - PDT</p> <p>Vice-Líder</p> <p>Patrícia Saboya</p>		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimuno Colombo (OF N° 068/08-GLDEM).

2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE

<p>Agaciel da Silva Maia</p> <p>Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa</p> <p>Diretor da Secretaria Especial de Edição e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão</p> <p>Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento</p> <p>Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz</p> <p>Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere</p> <p>Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
---	---

CONGRESSO NACIONAL

EMENDA CONSTITUCIONAL N° 57

Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para convalidar os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 96:

“Art. 96. Ficam convalidados os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento de Municípios, cuja lei tenha sido publicada até 31 de dezembro de 2006, atendidos os requisitos estabelecidos na legislação do respectivo Estado à época de sua criação.”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.
Brasília, em 18 de dezembro de 2008.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Arlindo Chinaglia
Presidente

Deputado Narcio Rodrigues
1º Vice-Presidente

Deputado Inocêncio Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Osmar Serraglio
1º Secretário

Deputado Ciro Nogueira
2º Secretário

Deputado Waldemir Moka
3º Secretário

Deputado José Carlos Machado
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente

Senador Tião Viana
1º Vice-Presidente

Senador Alvaro Dias
2º Vice-Presidente

Senador Gerson Camata
2º Secretário

Senador César Borges
3º Secretário

Senador Magno Malta
4º Secretário

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N° 345, DE 2008

Escolhe o nome do Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É escolhido o Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e do inciso II do **caput** do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, em decorrência da aposentadoria do Ministro Guilherme Gracindo Soares Palmeira, publicada no **Diário Oficial da União**, Seção 2, de 14 de novembro de 2008, página 1.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 40, DE 2008

Autoriza o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata), no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), no valor de até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento adicional do “Projeto de Melhoria e Expansão da Infra-Estrutura Urbana de Corumbá – Projeto Curupah”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (Fonplata);

II – *devedor*: Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul;

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor do empréstimo*: até US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos);

V – *valor da contrapartida municipal*: US\$ 3,217,500.00 (três milhões, duzentos e dezessete mil e quinhentos dólares norte-americanos);

VI – *prazo de desembolsos*: 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de vigência do contrato;

VII – *amortização*: o empréstimo será pago dentro do prazo de 20 (vinte) anos, em parcelas semestrais e consecutivas, pagas no vigésimo dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela na primeira dessas datas que ocorrer depois de transcorridos 180 (cento e oitenta) dias a partir do vencimento do prazo de desembolsos;

VIII – *juros aplicáveis*: exigidos semestralmente no vigésimo dia dos meses de abril e outubro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela na primeira dessas datas, uma vez transcorridos 180 (cento e oitenta) dias do primeiro desembolso e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros **Libor** semestral para dólar norte-americano acrescidos de um “spread” de 250 (duzentos e cinqüenta) pontos-base;

IX – *juros de mora*: 20% a.a. (vinte por cento ao ano) da taxa de juros determinada pelo atraso no pagamento das quotas de amortização;

X – *comissão de administração*: US\$ 32,175.00 (trinta e dois mil, cento e setenta e cinco dólares norte-americanos), o equivalente a 1% a.a. (um por cento ao ano) do valor do financiamento, debitada do empréstimo pelo credor, quando cumpridas as condições prévias ao primeiro desembolso;

XI – *comissão de compromisso*: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado, exigidos a partir de 180 (cento e oitenta) dias contados da assinatura do contrato; e que, caso o prazo de desembolso seja ampliado, será aumentada para 1% a.a. (um por cento ao ano) a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de desembolso.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, atenda aos seguintes requisitos:

I – formalize o respectivo contrato de contragarantia;

II – cumpra os seguintes requisitos prévios à realização do primeiro desembolso, inclusive mediante manifestação do Fonplata:

a) demonstre, à satisfação do Fonplata, a constituição da Unidade de Gerenciamento do Projeto, com a respectiva designação do pessoal responsável pelo controle e acompanhamento do Projeto;

b) apresente o Plano Operativo Anual referente ao primeiro ano de execução do Projeto, bem como o respectivo Manual Operacional.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 41, DE 2008

Autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 56,700,000.00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Goiânia, Estado de Goiás, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$

56,700,000.00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 32, de 2006, ambas do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – *valor do empréstimo*: até US\$ 56,700,000.00 (cinquenta e seis milhões e setecentos mil dólares norte-americanos);

III – *modalidade*: moeda única (mecanismo unimonetário);

IV – *prazo de desembolsos*: até 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de vigência do contrato;

V – *amortização do saldo devedor*: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas no dia 15 dos meses de abril e de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira 6 (seis) meses, a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última, o mais tardar, 25 (vinte e cinco) anos após a assinatura do contrato;

VII – *juros aplicáveis*: exigidos semestralmente nas mesmas datas do pagamento da amortização e calculados sobre o saldo periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela: a) taxa de juros **Líbor** trimestral para dólar norte-americano; b) mais (ou menos) uma margem de custo relacionada aos empréstimos que financiam os empréstimos da modalidade **Líbor**; c) mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Líbor**; e d) mais a margem para empréstimos do capital ordinário; sendo que, 30 (trinta) dias antes do primeiro desembolso, o interessado deverá confirmar a opção pela taxa de juros, a qual poderá ser alterada para a modalidade baseada no custo do capital ordinário do BID;

VIII – *comissão de crédito*: a ser estabelecida periodicamente pelo BID e calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato, e que em caso algum poderá exceder ao percentual de 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano);

IX – *despesas com inspeção e supervisão geral*: por decisão de política atual, o BID não cobrará montante para atender despesas com inspeção e supervisão geral; por revisão periódica de suas políticas, notificará ao mutuário um valor devido em um semestre determinado, que não poderá ser superior a 1% (um por cento) do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendido no prazo original de desembolsos.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Goiânia, Estado de Goiás, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, formalize o respectivo contrato de contragarantia.

§ 2º Preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda deverá verificar o grau de cumprimento das seguintes condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID:

I – a constituição, contratação e/ou designação do pessoal definido no item 4.02 do Anexo Único do Contrato de Empréstimo e a entrada em funcionamento da Unidade Executora do Programa (UEP), de acordo com os termos de referência previamente acordados com o BID; e

II – a implantação do Sistema de Informação Gerencial (SIG), de acordo com os termos previamente acordados com o BID.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 42, DE 2008

Autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Sergipe autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$ 20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Integrado do Estado de Sergipe: Pobreza Rural – 2ª Fase”.

§ 2º São facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo Bird na sua realização e de uma comissão de transação que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado de Sergipe;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 20,800,000.00 (vinte milhões e oitocentos mil dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: até 31 de dezembro de 2011;

VI – *carência*: 60 (sessenta) meses;

VII – *amortização*: em 20 (vinte) parcelas semestrais, sucessivas e, sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 de março e 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de março de 2014 e a última em 15 de setembro de 2023, sendo cada parcela correspondente a 5,0% (cinco por cento) do valor total do empréstimo;

VIII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

IX – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – *juros de mora*: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado de Sergipe na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado de Sergipe celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 43, DE 2008

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condisional (CCLIP)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Terceira Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condisional (CCLIP)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – *valor do empréstimo*: até US\$ 1,000,000,000.00 (um bilhão de dólares norte-americanos);

III – *modalidade*: mecanismo unimonetário do capital ordinário do BID, com taxa de juros baseada na **Libor**;

IV – *moeda de desembolso*: dólar norte-americano ou, por solicitação do BNDES, real, mediante realização de conversão de moeda por parte do BID, ao custo de até 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) do montante convertido;

V – *prazo de desembolsos*: até 4 (quatro) anos, contado da data de vigência do contrato;

VI – *amortização do saldo devedor em dólar*: em 32 (trinta e duas) parcelas semestrais, sucessivas, tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses após a data de assinatura do contrato e a última 20 (vinte) anos após essa data;

VII – *amortização do saldo devedor em real*: fixada para cada desembolso, por meio de Carta do BID, com base em condições propostas pelo BNDES, podendo ser em parcelas mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou única (bullet) ao final do vencimento, desde que o prazo máximo de amortização não exceda 20 (vinte) anos, a contar da assinatura do contrato, e a vida média do empréstimo não seja superior a 12,25 anos (doze anos e vinte e cinco centésimos de ano);

VIII – *juros aplicáveis aos saldos devedores em dólar*: exigidos semestralmente, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela taxa de juros **Libor** trimestral para dólar norte-americano, mais (ou menos) uma margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos modalidade **Libor**, mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da **Libor**, e mais a margem (spread) atual para empréstimos do capital ordinário;

IX – *juros aplicáveis aos saldos devedores em real*: definidos para cada desembolso, constante de Carta de Notificação de Conversão enviada pelo BID, em percentual previamente aceito pelo BNDES, e pagos juntamente com a amortização;

X – *comissão de crédito*: até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato;

XI – *despesas com inspeção e supervisão geral*: até 1% (um por cento) do valor do financiamento.

Art. 3º A autorização prevista no **caput** é condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das condições prévias à realiza-

ção do primeiro desembolso, constantes da minuta do contrato de empréstimo, e que exige que o Regulamento de Crédito do Programa, revisado em comum acordo com o BID, tenha sido aprovado pelo órgão competente do mutuário e esteja em vigor para reger os subemprestimos.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 44, DE 2008

Autoriza o Estado do Acre a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Acre autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de até US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos).

§ 1º Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre – Proacre”.

§ 2º São facultadas a conversão da taxa de juros, de flutuante para fixa, ou vice-versa, aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, e a alteração da moeda de referência da operação de crédito, tanto para o montante já desembolsado quanto para o montante a desembolsar, sendo que o exercício dessas opções implicará a cobrança de encargos incorridos pelo Bird na sua realização e de uma comissão de transação que varia de 0,125% (cento e vinte e cinco milésimos por cento) a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre os valores afetados.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *devedor*: Estado do Acre;

II – *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor*: até US\$ 120,000,000.00 (cento e vinte milhões de dólares norte-americanos);

V – *prazo de desembolso*: até 31 de março de 2015;

VI – *carência*: 84 (oitenta e quatro) meses;

VII – *amortização*: em 42 (quarenta e duas) parcelas semestrais, sucessivas, e sempre que possível, iguais, pagas nos dias 15 de abril e 15 de outubro de cada ano, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2016 e a última em 15 de outubro de 2036, sendo cada uma das 41 (quarenta e uma) primeiras parcelas correspondente a 2,38% (dois inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do valor total do empréstimo e a última a 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento);

VIII – *juros*: exigidos semestralmente nas mesmas datas de pagamento da amortização e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela **Libor** semestral para dólar norte-americano, acrescidos de uma margem fixa a ser determinada pelo Bird a cada exercício fiscal e fixada na data de assinatura do contrato;

IX – *comissão à vista*: 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

X – *juros de mora*: 0,50% a.a. (cinquenta centésimos por cento ao ano) acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos, caracterizada a mora 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros.

Parágrafo único. As datas de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Acre na contratação da operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. O exercício da autorização prevista no **caput** é condicionado a que o Estado do Acre celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas próprias de que trata o art. 155 e das cotas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da vigência desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° 45, DE 2008

Autoriza as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha, destinada a financiar, parcialmente, o “Projeto Complexo São Bernardo – Tranche 1”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º São as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) autorizadas a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até € 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos), com o Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto Complexo São Bernardo – Tranche 1”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) da República Federal da Alemanha;

II – *devedor*: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás);

III – *garantidor*: República Federativa do Brasil;

IV – *valor do empréstimo*: até € 13.293.588,91 (treze milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e oitenta e oito euros e noventa e um centavos);

V – *valor da contrapartida*: € 11.970.500,00 (onze milhões, novecentos e setenta mil e quinhentos euros);

VI – *prazo de desembolsos*: até 4 (quatro) anos, contado a partir da data de vigência do contrato;

VII – *amortização*: o empréstimo será pago em 41 (quarenta e uma) parcelas semestrais, sucessivas, aproximadamente iguais, vencendo-se a primeira depois de decorridos 10 (dez) anos da assinatura do contrato e a última 30 (trinta) anos após essa data;

VIII – *juros aplicáveis*: exigidos semestralmente, em 30 de junho e em 30 de dezembro, calculados sobre o saldo devedor do empréstimo a uma taxa fixa de 2,0% a.a. (dois por cento ao ano);

IX – *juros de mora*: 3,0% a.a. (três por cento ao ano) acrescidos sobre a taxa básica de juros cobrada pelo Banco Central da Alemanha;

X – *comissão de crédito*: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano), sobre o saldo não desembolsado, exigidos a partir de 3 (três) meses contados da assinatura do contrato.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada a que, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, sejam cumpridas as seguintes condições:

I – as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. formalizem o respectivo contrato de contragarantia;

II – seja verificado pelo Ministério da Fazenda o cumprimento das condições prévias à realização do primeiro desembolso, as quais constam da Cláusula 10.8 da minuta do contrato de empréstimo.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Garibaldi Alves Filho, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 46, DE 2008

Autoriza o Município de Belém, Estado do Pará, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 68,750,000.00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)”.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Belém, Estado do Pará, autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 68,750,000.00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos), observado o disposto no art. 15 da Resolução nº 43, de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 32, de 2006, ambas do Senado Federal.

Parágrafo único. Os recursos advindos da operação de crédito externo referida no **caput** destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (Promaben)”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

II – *valor do empréstimo*: até US\$ 68,750,000.00 (sessenta e oito milhões e setecentos e cinqüenta mil dólares norte-americanos);

III – *modalidade*: moeda única (mecanismo unimonetário);

IV – *prazo de desembolsos*: até 60 (sessenta) meses, contado a partir da data de vigência do contrato;

V – *amortização do saldo devedor*: parcelas semestrais e consecutivas, de valores tanto quanto possível iguais, pagas no dia 15 dos meses de junho e de dezembro de cada ano, vencendo a primeira após transcorridos 5 (cinco) anos e 6 (seis) meses e a última, o mais tardar, 25 (vinte e cinco) anos após a assinatura do contrato;

VI – *juros aplicáveis para saldo devedor em dólares*: a taxa de juros será ajustável e os juros incidirão sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual ajustável para cada semestre determinada em função do Custo dos Empréstimos Qualificados com uma Taxa de Juros Ajustável na Moeda Única do Financiamento, acrescida da margem vigente (**spread**) para empréstimos do capital ordinário expressa em termos de uma porcentagem anual;

VII – *comissão de crédito*: de até 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), calculada sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor 60 (sesenta) dias após a assinatura do contrato;

VIII – *despesas com inspeção e supervisão geral*: até 1% (um por cento) do valor do financiamento, mas por decisão de política atual, o BID não tem cobrado esta comissão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Belém, Estado do Pará, na operação de crédito externo referida nesta Resolução.

§ 1º A autorização prevista no **caput** é condicionada a que o Município, previamente à assinatura dos instrumentos contratuais, formalize o respectivo contrato de contragarantia.

§ 2º Preliminarmente à formalização dos instrumentos contratuais, o Ministério da Fazenda deverá verificar o grau de cumprimento das seguintes condicionalidades, inclusive mediante manifestação prévia do BID:

I – nomeação da equipe de profissionais necessários para compor a UCP (Unidade de Coordenação do Programa);

II – assinatura dos instrumentos jurídicos adequados junto à Companhia de Saneamento do Estado do Pará – Cosampa e junto às Centrais Elétricas do Pará – Rede Celpa, ou junto às empresas que venham a operar os serviços de saneamento básico e de energia elétrica, respectivamente, para a execução de atividades relacionadas ao programa; e

III – entrada em vigência do ROP (Regulamento Operacional do Programa).

Art. 4º O prazo máximo para o exercício desta autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de dezembro de 2008. – Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 250ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA		
1.2 – EXPEDIENTE		
1.2.1 – Discursos do Expediente		
SENADOR JÉFFERSON PRAIA – Considerações da participação de S. Ex ^a à 14. ^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e Protocolo de Kyoto – COP-14, realizada em Poznan, na Polônia.....	53954	(BA), com o fim de debater a integração e o desenvolvimento da região.....
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Balanço das atividades do Senado, durante o ano de 2008, enfatizando a questão das desigualdades regionais. Defesa da instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias de corrupção na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Críticas à Câmara dos Deputados por engavetar propostas aprovadas pelo Senado.	53959	SENADOR JOÃO RIBEIRO – Agradecimentos pelas bênçãos recebidas durante o ano com a recuperação da saúde de seu filho João Antonio. Destaque para a inauguração de trecho da Ferrovia Norte-Sul, entre Araguaína e Colinas, no Tocantins.....
SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Confiança nas ações do Governo Federal no sentido de minimizar os efeitos da crise econômica. Considerações sobre o julgamento, pelo STF, em relação à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Balanço das atividades do Senado no ano de 2008.....	53966	SENADOR ADELMIR SANTANA – Registro da participação de S. Ex ^a no encerramento da Conferência de Investimentos 2008, promovida pela Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimentos (WAIPA), na cidade do Rio de Janeiro.
SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Comemoração dos 60 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos e registro dos avanços do Brasil, na promoção, garantia e defesa aos direitos humanos. Lamenta decisão do STF contra o piso salarial dos professores. Defesa da valorização profissional dos professores e das questões dos direitos dos LGBP's. Balanço do trabalho parlamentar realizado por S. Ex ^a durante o ano.	53970	SENADOR RENAN CALHEIROS – Apelo à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica-Cade, para que investiguem a formação de cartel por parte de indústrias produtoras de fertilizantes no Brasil.....
SENADOR HERÁCLITO FORTES – Expressa votos para o Brasil em 2009, desejando aprovação do orçamento impositivo e a adoção de regras que limitem a edição de medidas provisórias. Cobrança de recursos previsto no Orçamento de 2008 para a realização de obras no Estado do Piauí.	53974	SENADOR MARCO MACIEL – Balanço dos trabalhos realizados pelo Senado Federal durante o ano de 2008. Crítica ao instituto da Medida Provisória. Considerações sobre os trabalhos da Comissão Temporária de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal. Relatório das atividades desenvolvidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.....
SENADOR PEDRO SIMON – Considerações sobre a reunião da Cúpula da América Latina e do Caribe e Mercosul, realizada na Costa do Sauípe		SENADOR JOSÉ NERY – Considerações sobre a Revolução Cubana e defesa do fim do bloqueio econômico imposto a Cuba. Registro da realização do Fórum Social Mundial, em Belém – PA. Considerações sobre as eleições à Presidência do Senado, no próximo ano, e declaração de apoio à candidatura do Senador Tião Viana.
		SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Expectativas para o ano de 2009 no que tange ao setor educacional e a crise estrutural do País, bem como da relação do Brasil com os países vizinhos, da inflexão da violência, da reforma política e do aperfeiçoamento da democracia.....
		SENADORA MARINA SILVA – Voto de congratulações a Frei Leonardo Boff, pelo transcurso de seu 70º aniversário. Comemoração pela aprovação no Senado, da proposta de emenda constitucional

que assegura aposentadoria aos extrativistas vegetais. Solicita aprovação de projeto de lei de autoria de S. Ex^a, que institui o Fundo de Desenvolvimento Sustentável para os Estados – FPE Verde. Considerações sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável das Populações e das Comunidades Tradicionais.

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 67, de 2008.

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem).

1.2.3 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.491/08, de 16 de dezembro de 2008, comunicando a declaração da renúncia ao mandato da Deputada Federal Jusmari Oliveira (PR/BA).

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.701, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, *solicitando voto de louvor ao médico Paulo Marcelo Gehm Hoff*.....

1.2.5 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 49, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Heráclito Fortes, que *acrescenta à Constituição Federal os arts. 135-A e 135-B, em nova Seção do Capítulo IV do Título IV, para atribuir autonomia à Polícia Judiciária Federal e criar o Conselho Federal da Polícia Judiciária, visando a exercer o controle externo da atividade policial federal; dá nova redação ao inciso II do art. 52; alínea 'r', inciso I' do art. 102; inciso VII do art. 129; e revoga os incisos I e IV do § 1º do art. 144*.

1.2.6 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 2008 (nº 2.412/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *confere ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários*.

Projeto de Lei da Câmara nº 193, de 2008 (nº 6.238/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação)*.

Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviço de aferição da pressão arterial*.

54015

54022

54022

54022

54022

54023

54027

54029

54030

Projeto de Lei da Câmara nº 195, de 2008 (nº 5.945/2005, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *incluir no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, os trechos ferroviários que menciona*.

54031

Projeto de Lei da Câmara nº 196, de 2008 (nº 34/2007, na Casa de origem, do Deputado Cassio Taniguchi), que *altera os arts. 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto da Cidade (incentivos para construções ecologicamente sustentáveis)*.

54032

Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 2008 (nº 415/2007, na Casa de origem, do Deputado Wellington Fagundes), que *incluir no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário no Estado de Mato Grosso*.

54034

Projeto de Lei da Câmara nº 198, de 2008 (nº 444/2007, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminharem relatórios semestrais das ocorrências de trânsito aos Municípios)*.

54035

Projeto de Lei da Câmara nº 199, de 2008 (nº 1.391/2007, na Casa de origem, do Deputado Anselmo de Jesus), que *cria o Dia Nacional do Mototaxista*.

54037

Projeto de Lei da Câmara nº 200, de 2008 (nº 2.052/2007, na Casa de origem, do Deputado Zezé Ribeiro), que *institui o Dia Nacional da Reforma Urbana*.

54037

Projeto de Lei da Câmara nº 201, de 2008 (nº 2.439/2007, na Casa de origem, do Deputado José Eduardo Cardozo), que *acrescenta artigos à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, estabelecendo a obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base em enfermidade ou deficiência mental*.

54038

Projeto de Lei da Câmara nº 202, de 2008 (nº 2.668/2007, na Casa de origem, do Deputado Regis de Oliveira), que *revoga o inciso II do caput do art. 393 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (retira a hipótese de lançamento do nome do réu no rol dos culpados, em caso de sentença condenatória recorrível)*.

54043

Projeto de Lei da Câmara nº 203, de 2008 (nº 2.981/2008, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Jardim), que *institui o Dia Nacional do Círimonialista*.

54044

Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2008 (nº 3.653/97, na Casa de origem, do Deputado Arlindo Chinaglia) que *dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências*.

54044

1.2.7 – Ofícios do Procurador-Geral da República

Nº 2.039/2008, de 25 de novembro último, encaminhando o Ofício MFP/PRDF/AA nº 393/08, de 19 de novembro de 2008, expedido pela Procuradora da República Ana Carolina Alves Araújo Roman, no Inquérito Civil MPF/PR/DF nº 1.16.000.003444/2008-47.

54045

Nº 1.945/2008, de 11 de novembro último, encaminhando o Ofício nº 1.058/2008 – MPF/PRM-MOC/GAB/AVP, de 30 de outubro de 2008, expedido pelo Procurador da República Allan Versiani de Paula, no Procedimento Administrativo MPF/PRM/Montes Claros/MG nº 1.22.000.004579/2006-61 ..

54045

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATAS DE COMISSÕES

Atas das 1^a e 2^a Reuniões, realizadas em 6 de novembro e 2 de dezembro de 2008, respectivamente, da Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, destinada a apresentar Projeto de Resolução para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.....

54046

Atas das 32^a e 33^a Reuniões, realizadas em 19 de novembro e 17 de dezembro de 2008, respectivamente, da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 200, de 2008, destinada a apurar a utilização da internet na prática de

crimes de “pedofilia”, bem como a relação desses crimes com o crime organizado..... 54067

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53^a LEGISLATURA

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

11 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

12 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 250^a Sessão Não Deliberativa, em 19 de dezembro de 2008

2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência do Sr. Mão Santa

*(Inicia-se a sessão às 9 horas 20 minutos,
e encerra-se às 16 horas e 14 minutos.)*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão de sexta-feira, 19 de dezembro de 2008, às 9 horas e 20 minutos, 250^a sessão não deliberativa do Senado da República do Brasil.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos, sob a orientação da encantadora Secretaria Executiva Cláudia Lyra.

Há oradores inscritos.

Convidamos o primeiro. O Senador José Nery está ausente. O segundo, Senador Jefferson Praia. Ele representa o Amazonas, o PDT.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente, Senador.

E lembro-me de apresentar os votos de Natal não só para o povo do Amazonas, mas para o Brasil, porque V. Ex^a encanta lá, no Piauí, todos nós. E quero dar o testemunho: quando Jefferson Péres, a chamado de Deus, deixou esta Casa, para verificar aquela mensagem de um ex-Senador, que disse “melhor do que o céu aqui é, com a vantagem de que a gente não precisa morrer”, V. Ex^a adentrou aqui e todos nós pensávamos, preocupados. Mas eu quero dizer que senti o mesmo entusiasmo quando Pelé deixou os campos e entrou o Amarildo, que fez o gol, e nós fomos campeões do mundo.

Então, o Amazonas perdeu o Jefferson, mas continua com representação de alta qualidade.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o único Senador brasileiro presente à COP-14 (Décima Quarta Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima e Protocolo de Kyoto), em Poznan, retorno da Polônia animado pela convicção de que testemunhei os momentos iniciais – ainda titubeantes e incertos, é claro, mas mesmo assim, promissores – de uma nova etapa da economia global.

No longo vôo de volta para casa, cheguei a imaginar, à maneira dos romances de ficção científica de H. G. Wells, como se sentiria um personagem da nossa era se, graças a uma máquina do tempo, fosse transportado aos meados do século XVII na Inglaterra. Naquele período, em meio aos sangrentos conflitos entre o parlamento e o absolutismo da dinastia Stuart, começava a se operar um lento amálgama entre nobreza e burguesia, graças ao qual os aristocratas passavam a interessar-se pelo lucro advindo das atividades mercantis e manufatureiras, em agudo contraste com os seus congêneres nobres de países como Espanha e Portugal, que desprezavam os negócios como indignos dos portadores de sangue-azul.

Pois bem, as inovações tecnológicas e financeiras, estimuladas por esse novo ambiente amistoso ao empreendedorismo, impulsionavam uma revolução agrícola e comercial, precondição da Revolução Industrial, que floresceria um século depois, por volta de 1750/1760, e que mudaria radicalmente as estruturas econômicas e políticas da humanidade.

Centrada na máquina a vapor, a primeira etapa da Revolução Industrial daria lugar, na virada do século XIX e XX, a um segundo estágio, esse dominado pela eletricidade e pelo motor a explosão.

Hoje, Sr. Presidente, no consenso dos historiadores da ciência, vive o mundo em plena terceira etapa da revolução industrial, definida pela eletrônica e pelas tecnologias da informação, que unem a humanidade via satélite em tempo real, ao digitar de um número telefônico ou ao clicar de um *mouse*.

Repto que minha convicção, reforçada pelo que vi, ouvi e, sobretudo, aprendi participando do evento em Poznan, em companhia de milhares de representantes de mais de 180 países, é que o mundo está no limiar de uma nova era, definida pela consciência ambiental com base no binômio desenvolvimento-sustentabilidade, em cujo nascimento e evolução de novas tecnologias e fontes energéticas limpas desempenharão um papel cada vez mais crucial. E isso apesar de o cenário econômico-financeiro global imediato estar toldado de pessimismo proveniente da atual crise.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, uma rápida consulta aos antecedentes revela que a COP de 1997 adotou o famoso e controverso Protocolo de Kyoto, com metas teoricamente obrigatórias para os países ricos do mundo industrializado ou mesmo, como preferem alguns, pós-industrial de redução das emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa, responsável pelo aquecimento global aos níveis de 1990.

Brasil e outros países ditos emergentes do mundo em desenvolvimento ficaram fora dessa obrigação. Nesse ponto, é preciso lembrar que o nosso País já é o quinto maior emissor mundial de gases, precedido pelos Estados Unidos, China, Indonésia e Rússia e seguido por Japão, Índia, Alemanha, Canadá e Grã-Bretanha, no rol dos dez grandes poluidores da atmosfera.

Tal isenção, como recorda o emérito cientista da USP e ex-Ministro José Goldemberg, em artigo para o jornal o **Estado de S.Paulo**, da última segunda-feira, “se revelou desastrada”, dando margem, por exemplo, a que “os Estados Unidos (responsáveis por 25% das emissões mundiais) se recusassem a aderir ao Protocolo, usando o argumento de que teriam de arcar com custos muito elevados para cumpri-lo, prejudicando com isso a competitividade americana no comércio internacional”.

Dez anos depois de Kyoto, em 2007, a COP-13 reuniu-se em Bali, Indonésia (quarto maior poluidor de ar do mundo) e os países membros da ONU esboçaram diretrizes destinadas a apoiar um novo e mais eficaz regime internacional contra o aquecimento global, consagrando a prioridade da preservação das florestas tropicais para o sucesso desse esforço, resumida na fórmula, hoje corrente, de que, para tanto, urge construir uma estrutura de incentivos socioeconômicos que permita à floresta em pé valer mais do que a floresta derrubada.

A próxima COP, a décima quinta, marcada para dezembro de 2009, em Copenhague, na Dinamarca, terá por isso a missão de transformar as discussões e negociações iniciadas em Bali e continuadas em Poznan, em um compromisso formal e, mais do que isso, factível, que saia do papel e transforme a realidade mundial para melhor, em benefício das próximas gerações do planeta, observando que, em 2012, expirará o Protocolo de Kyoto.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, seria impossível, nos limites de tempo e espaço deste pronunciamento, retratar a riqueza dos debates de que participei na Polônia. Por isso, passo a me concentrar em dois aspectos que considero fundamentais da reunião.

O primeiro deles diz respeito aos resultados sistematizados no relatório final da conferência, o qual reflete, segundo a imprensa internacional especializa-

da, um novo e bem-vindo protagonismo de emergentes como Brasil, China, Índia, África do Sul e México. Numa atitude que considero madura e corajosa, essas nações abandonaram o velho discurso da responsabilidade histórica exclusiva dos países ricos pelo problema da poluição e, consequentemente, pela solução do mesmo.

Essa mudança de enfoque, como celebrou o secretário-executivo do Painel do Clima da ONU, Ivo de Bôer, agora coloca os países emergentes em condições morais muito melhores para cobrar ações e contrapartidas efetivas do mundo rico.

Reflexo disso, o relatório final do evento consagrou inovações como a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) e o chamado Fundo de Adaptação, destinado a financiar transição de populações inteiras para atividades econômicas sustentáveis.

É bem verdade que ainda se trata de idéias que carecem de detalhamento e da garantia de fontes para o seu financiamento. A REDD precisa ser bem estudada para o devido ajuste de seus mecanismos à legislação ambiental, agrícola e indigenista do Brasil. Já o Fundo de Adaptação, por enquanto, não conta com a provisão de US\$20 bilhões do Banco Mundial, conforme foi negociado em Poznan.

Sr. Presidente, o segundo e último aspecto que quero focalizar refere-se diretamente à participação do Brasil na COP-14.

Apesar das críticas das ONGs ambientais, o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC), apresentado pelo Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, despertou vivo e, creio eu, merecido interesse dos participantes, quanto mais não fosse porque se trata do primeiro compromisso assumido pelo Governo brasileiro perante a comunidade internacional de reduzir nossas emissões de carbono. Ora, cabe aqui salientar que os cientistas estão de acordo em que 20% das emissões do planeta originam-se do desflorestamento, e que, no caso do Brasil, elas representam 75% desse subtotal mundial. Assim, está certíssimo o professor Goldemberg ao afirmar que, no quadro dos esforços internacionais para o combate ao aquecimento global, o grande desafio que cabe ao Brasil consiste em “reduzir o desmatamento da Amazônia”, mesmo porque quem mais sofrerá com ele, Sr. Presidente, “não são os estrangeiros, mas todos os brasileiros”, pois “a mudança de clima que vai provocar atingirá o nordeste e o sudeste do País”.

É com muito prazer que ouço o Senador Moarildo.

O Sr. Moarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Jefferson, não sei se o meu aparte seria neste

momento ou mais a frente, porque não vi até agora V. Ex^a abordar – ou se foi abordado nesse encontro – a questão da emissão dos gases produzidos pela queima dos combustíveis fósseis, das grandes fábricas do mundo desenvolvido.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Abordarei um pouco mais a frente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Então, acho que estou entrando um pouco antes.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – V. Ex^a pode continuar. Por favor.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – O que entendo é que, na verdade, há uma distorção dessa questão feita pelos países ricos, que pagam inclusive... Evidentemente, não quero colocar em suspeição nenhum cientista, até porque, como médico, pertenço a uma categoria de pessoas que acredita na ciência, mas, por exemplo, é “vilanizar” a Amazônia dizer que esse é o problema que vai resolver a questão no mundo. Aqui mesmo, no Brasil, vamos medir a poluição que São Paulo e Rio de Janeiro provocam e a poluição que a Amazônia provoca. Sei que, na Amazônia, há um monitoramento muito forte quanto a essa questão, mas não vejo isso em São Paulo e no Rio de Janeiro. Vamos passar para o primeiro mundo, que é pior ainda. Se fôssemos contar a queima dos combustíveis fósseis de trens, ônibus, carros, aviões e fábricas, veríamos que a quantidade realmente é imensa. Também me admiro, Senador Jefferson Praia, é que aqui não se comenta nada sobre o Sol. O Sol está aumentando as suas explosões, aumentando a sua temperatura. Está aumentando a atividade vulcânica no mundo. Então, parece-me algo muito estigmatizado em cima da nossa Amazônia. E aí me preocupo, por quê? Porque nós temos 25 milhões de habitantes que moram lá. Há os homens lá, os ribeirinhos – muitos no seu Estado, menos no meu, mas há também os homens que habitam, por exemplo, os lavrados de Roraima. Como é que se pode simplesmente proibir, proibir, proibir, e não encontrar, como V. Ex^a colocou em uma parte ao seu pronunciamento, uma forma de fazer com que essas pessoas vivam melhor, tenham rendimento, possam sustentar melhor suas famílias, educar seus filhos? Então, o ser humano está invertido nessa questão. O meio ambiente assumiu uma proporção de importância muito maior do que a do ser humano. E essa questão do meio ambiente tem de ser muito bem estudada. Não podemos aceitar, como foi à época da Inquisição, certos estigmas de hereges, de bruxas, etc., e não estudarmos isso em maior profundidade. Eu, lógico, me preocupo, primeiro com a saúde do homem. Então, se a saúde do homem está sendo atingida, eu me pre-

ocupo muito, realmente, em saber se essa causa do desmatamento é a grande vilã.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti. V. Ex^a coloca uma preocupação que é de todos nós, que é essa questão do meio ambiente e da boa qualidade de vida do povo da Amazônia, que, na verdade, é o nosso desafio, faz parte de um dos desafios primordiais no Senado.

Continuo, Sr. Presidente, dizendo que o Plano Nacional de Mudanças Climáticas tem por objetivo reduzir o desmatamento em 70% até 2017, conforme o seguinte roteiro – Senador Mozarildo, é importante termos atenção nessa questão. O plano estabeleceu uma meta para a Amazônia de redução em até 70% do desmatamento até 2017. Agora, V. Ex^a colocou muito bem, temos que ver quais são os impactos dessas ações em relação à qualidade de vida das pessoas.

Este é um ponto que tenho destacado aqui, que é a preocupação com o curto prazo, com o que está acontecendo agora, porque, no momento em que se interrompe qualquer atividade que causa danos ambientais, também ao mesmo tempo deixa-se de gerar trabalho e renda para as pessoas da Amazônia. Esse é um campo em que temos de atuar mais vigilantes, buscando as soluções e também, é claro, percebendo a importância do meio ambiente, como V. Ex^a também percebe, e principalmente dos seres humanos.

Temos como roteiro a redução em 40% do desmatamento anual no período de 2006/2009 comparado a 1996/2005, com a meta de redução para 30% nas duas etapas subsequentes (2010/2013 e 2014/2017). A expectativa é evitar, até essa última data, a emissão de 4,8 bilhões de toneladas de gás carbônico.

O Ministro Minc também familiarizou os participantes sobre o Fundo Amazônia, lançado pelo Presidente Lula em meados do corrente ano, administrado pelo BNDES e financiado com recursos nacionais e internacionais com a finalidade de enfrentar o desmatamento. Por ora, esse fundo conta com US\$1 bilhão, e o Ministro do Meio Ambiente prevê que ele poderá captar o equivalente a R\$2,3 bilhões por ano.

Claro que isso é bom, mas ainda insuficiente para custear a preservação amazônica, pois o próprio Governo calcula que as despesas são da ordem de R\$9 bilhões anuais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a magnitude desses investimentos e a complexidade da tarefa de harmonizar as perspectivas de longo, de médio e de curto prazos na assistência e na qualificação das populações envolvidas no salto rumo ao desenvolvimento sustentável e socialmente justo configuram um gigantesco desafio à imaginação criadora e ao espí-

rito público de todos os setores responsáveis da vida brasileira, aí incluídos todos nós, integrantes deste Senado da República.

Precisamos aprofundar o debate acerca dessas alternativas e também formular legislação inovadora capaz de concretizá-las.

Afinal, como adiantei no início desta minha fala, as recompensas reservadas aos povos que lutam por um futuro mais verde são para lá de compensadoras – e muitas experiências bem-sucedidas, já em curso no Brasil e no mundo, assim o comprovam.

Graças, sobretudo, ao pioneirismo do País no setor de etanol, a média brasileira de utilização de energias renováveis é de 46%, contra apenas 13% no restante do mundo. No município gaúcho de Osório, 75 turbinas transformam a força dos ventos em energia elétrica a serviço de 650 mil consumidores naquele que já o maior parque eólico da América Latina. Em Belo Horizonte, mais de mil residências, hotéis e hospitais utilizam o calor que vem da luz do sol para aquecer suas caldeiras. Se a isso se acrescentar o potencial dos biocombustíveis contidos em espécies vegetais da Amazônia – o babaçu e o muru-muru entre outros – certamente alcançaremos e consolidaremos nossa vocação de potência energética verde número um do mundo.

Lá fora, outras iniciativas permitem antever os passos iniciais do que o ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos e prêmio Nobel da Paz Al Gore, na sua concorrida conferência em Poznan, denominou de **Green New Deal**, ou seja, o pacto global verde do terceiro milênio. No seu país, muito embora o governo federal americano tenha recusado se comprometer com as metas de Kyoto, vários estados rejeitam o imobilismo, a exemplo da Califórnia, onde investimentos de US\$1 bilhão pretendem fazer com que, dentro de uma década, mais da metade de sua frota de automóveis seja composta de veículos elétricos. Enquanto isso, o prefeito de Nova York, Michael Bloomberg, já recomendou estudos que tornem possível suprir 10% das necessidades de consumo metropolitano com energia eólica. E o presidente eleito, Barack Obama, anuncia investimentos da ordem de US\$150 bilhões para a criação de 5 milhões de empregos em energia verde.

A história se repete mundo afora. Há mais de 30 anos o PIB japonês cresce sem aumentar o consumo de eletricidade, graças a programas de eficiência energética e combate ao desperdício que mobilizam as empresas e o conjunto da cidadania. Em Londres, com a nova lei do clima, a prefeitura promete cortar 60% das emissões de carbono, nos próximos 17 anos, mediante o uso combinado de energias eólica e solar e também a incorporação de 10 mil carros elétricos à

frota da capital britânica. Portugal e Alemanha apresentam parcelas cada vez mais amplas de suas matrizes energéticas sustentadas pelos ventos e pela luz solar. Na China, a sede da Suntech (maior fabricante mundial de painéis fotovoltaicos) planeja incorporar 100 mil novos megawatts de energia eólica até 2020, o equivalente a toda energia gerada pelo Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essas e inúmeras outras experiências brasileiras e estrangeiras comprovam que, com o aumento da escala desses empreendimentos, diminuem os custos de geração de energia limpa e aumenta o número de empregos criados por essas atividades.

Tudo isso fortalece a minha certeza de que é na preservação do meio ambiente que se encontrarão as maiores e melhores oportunidades para que o mundo supere rapidamente a presente conjuntura de crise. E tenho certeza, também, de que esta Casa, por meio do esforço solidário de reflexão e formulação de seus membros, em sintonia com segmentos empreendedores e criativos da sociedade brasileira, estará apta a prestar uma significativa contribuição ao parte deste admirável mundo novo.

Sr. Presidente termino este pronunciamento dizendo que senti, nesse encontro internacional sobre as questões climáticas em Poznan, um clima de mudanças no contexto mundial. Senador Mozarildo, uma nova revolução caminha, que é a revolução da energia verde, é a revolução em que o meio ambiente será objeto das preocupações do mundo inteiro e, como falou muito bem o Senador Mozarildo Cavalcanti, nós temos que cobrar também dos países desenvolvidos a sua parcela de contribuição.

Neste caso, na minha avaliação, o Brasil deu um passo à frente quando foi a esse encontro em Poznan, na Polônia, e estabeleceu a sua tarefa de casa. Disse: “Olha, temos um plano climático, de mudanças climáticas, temos metas a serem cumpridas. Vamos fazer o nosso trabalho”. Os países desenvolvidos devem cumprir sua parte, principalmente os Estados Unidos, que são os maiores poluidores do planeta.

Senador Mozarildo, é com muito prazer que ouço V.Ex.^a

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Desculpe-me por voltar a pedir aparte a V. Ex^a, mas é que, realmente, o pronunciamento de V. Ex^a é excelente. V. Ex^a faz uma análise da conjuntura mundial no que diz respeito a esse tema, algo com que também tenho me preocupado. A minha cabeça funciona sempre como na Medicina: tudo é uma questão de procedimento e de dosagem. Então, entendo que não se pode, como vêm fazendo de maneira hipócrita os países ricos, querer que nós, os países pobres ou em desenvolvimen-

to, cumpramos a nossa tarefa sem que eles cumpram a deles. Quer dizer, eles, além do que já fizeram em termos de desmatamento, de absurdas agressões à natureza, falam em metas muito tímidas, como V. Ex^a colocou, metas a serem alcançadas ao longo de décadas. Pensem no que pode acontecer se, amanhã, muda o governo de um desses países, principalmente na Europa: muda também o comportamento, ainda que haja um contrato assinado. Então, realmente, o Brasil está na vanguarda, está até se excedendo, porque, repito, proibir atividades na Amazônia, por exemplo, sem levar em conta o ser humano e a sobrevivência das famílias é criminalizar a Amazônia e condenar o homem da Amazônia a viver num atraso cada vez pior. Mas concordo que esse debate que V. Ex^a levanta precisa ser aprofundado. Esta Casa, o Senado, tem condições de fazer um aprofundamento – tem, inclusive, uma Comissão para tratar desse assunto –, mas levando em conta todos os aspectos do aquecimento global e não apenas a questão do desmatamento. Todos os aspectos devem ser levados em conta, inclusive, repito, os fenômenos naturais, como é o caso do aquecimento do sol, como é o caso da atividade vulcânica e outras alterações. Daqui a pouco, pelo viés ideológico, são capazes de dizer que a deglaciação que se deu no início da nossa vida na Terra foi decorrência da atividade humana. Havia ser humano? Não havia. Então, é isto o que quero: ver, cientificamente, essa coisa colocada para que possamos nos engajar de maneira consciente e com a dosagem certa.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador.

Eu já o ouvirei, Senador Adelmir Santana, com muito prazer. Gostaria apenas de aproveitar o contexto em que o Senador Mozarildo faz as suas observações para fazer uma colocação.

Nós temos percebido a preocupação do Ministro Minc e do Governo em relação à questão ambiental, preocupação que nós também temos. Agora, na minha avaliação, mesmo levando em conta o Plano Amazônia Sustentável do Ministro Mangabeira, mesmo percebendo o interesse do Ministro Minc em resolver também as grandes questões, precisamos ter, no Governo, a preocupação que tem, por exemplo, o Senador Mozarildo Cavalcanti, a preocupação que eu tenho e que nós temos aqui no Senado quanto aos seres humanos da Amazônia.

Por exemplo, agora é que vieram descobrir a questão fundiária na Amazônia, que precisaríamos de centenas de anos para resolvê-la, Senador Adelmir Santana.

Quer dizer, passou esse período todinho, e agora que vieram perceber isso? Agora que vieram perceber

o gravíssimo problema que talvez seja o número um para as questões da nossa população lá?

Então, vejo que há, sim, a falta de uma agenda no sentido de encontrar as soluções dos problemas na Amazônia. Há muita cobrança realmente. Há muitas coisas que precisam ser corrigidas, mas não devemos esquecer – aí concordo plenamente com V. Ex^a – os seres humanos que estão lá. Quero aquela região verde. Vou lutar para que ela seja verde. Quero que o Brasil também contribua, assim como as outras regiões brasileiras. Que nós deixemos de poluir os rios. Que nós possamos diminuir as emissões de gases. Quero que o mundo desenvolvido também dê a sua contribuição.

Agora, nós precisamos, na nossa agenda, na nossa tarefa de casa, saber o que fazer e buscar as soluções, porque, Senador Adelmir Santana, parece que só quando surge o problema passam a agir. Desse forma, nós não teremos a Amazônia que queremos tão cedo.

É com muito prazer que o ouço, Senador Adelmir Santana.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Jefferson Praia, faço este aparte apenas para dizer da minha satisfação em ouvi-lo. Sempre o ouço com muita atenção, porque as matérias que V. Ex^a traz aqui sobre a sua região são uma aula sobre as questões amazônicas.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Obrigado, Senador.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Tenho visto a sua linha sempre em defesa da região não apenas de V. Ex^a, mas de todos os Senadores que compõem a Bancada daqueles Estados, e V. Ex^a nos tem dado aqui uma dimensão de como as questões amazônicas merecem a atenção de todo o Estado brasileiro. Quero parabenizar V. Ex^a pela explanação que faz notadamente da sua participação nessa conferência internacional, mostrando ainda certo descaso que o País tem com relação aos habitantes da Amazônia. Fala-se muito em suas riquezas, na sua capacidade extrativista, nos seus recursos minerais, na cobiça internacional. Mas pouco se cuida do homem da Amazônia, que tem sido aqui a luta de V. Ex^a, do Senador Mozarildo, do Senador Mesquita, enfim, de todos os Senadores que compõem a Bancada daqueles Estados. Associo-me às palavras de V. Ex^a, parabenizando-o pela explanação que faz dessa conferência internacional. Parabenizo V. Ex^a.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana.

Presidente Mão Santa, quero finalizar, desejando a todos os Senadores e Senadoras Feliz Natal e próspero Ano-Novo como também a todos os funcionários

desta Casa. Cheguei aqui num momento difícil. Senador Mão Santa, V. Ex^a fez as observações em relação à minha participação, e eu agradeço. Mas sempre gosto de ressaltar que perdemos um grande político. Como fez falta o Senador Jefferson Péres aqui nestes seis meses! Como faz falta o Senador Jefferson Peres!

Foi meu professor, continuo como aluno dele, empenhando-me ao máximo para fazer o melhor pela nossa região, pelo nosso Estado.

E quero desejar, portanto, a todos... Vi, no Senado – é a impressão que tenho –, profissionais competentes, nas mais diversas áreas. Sobre o pessoal da Taquigrafia, a equipe que dá suporte à Mesa, os jornalistas, os fotógrafos, a equipe de segurança, os funcionários do cafezinho, os garçons, enfim, sobre todos os que trabalham nesta Casa não tenho nenhuma observação negativa. Vi excelentes profissionais.

Acredito que temos muito a contribuir com o Brasil, percebo a importância desta Casa dentro do contexto nacional. E o desafio para 2009, Sr. Presidente, é continuar nesta luta, na luta por uma sociedade melhor, na luta por uma sociedade que possa fazer com que os mais pobres tenham melhor qualidade de vida, tenham direito ao trabalho, ao emprego, à renda, possam cuidar das suas famílias como nós gostaríamos que todos cuidassem.

Percebo um empenho muito grande dos Senadores aqui. Adelmir Santana, por exemplo, muito focado na questão das micro e pequenas empresas; Senador Mozarildo Cavalcanti, nas questões amazônicas.

Portanto, temos tido um trabalho aqui muito grande e esses seis meses, para mim, foram proveitosos. Agradeço a acolhida, vamos trabalhar muito pelo nosso País. O Senador Mão Santa, com a sua experiência e dedicação, chegou, hoje, aqui para termos oportunidade de fazer estes pronunciamentos.

Portanto, um Feliz Natal e Ano-Novo para todos, para o nosso País, para a nossa região, e que possamos, em 2009, ter um País cada vez melhor.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo belo pronunciamento de fim de ano. E, sem dúvida nenhuma, fico a meditar que esse nome Jefferson é abençoado. Tivemos na política norte-americana Thomas Jefferson. Mozarildo e Pedro Simon, é um exemplo interessante o de Thomas Jefferson. Ele foi Presidente dos Estados Unidos, escreveu a carta de libertação à Constituição norte-americana, e, no seu túmulo, está assim escrito: Thomas Jefferson. Não está o ex-Presidente, o grande vitorioso. Adelmir Santana, “aqui jaz o fundador da Universidade de Virgínia”. Então, o valor da contribuição dele na educa-

ção universitária do seu Estado foi maior do que a sua história de Presidente da República e na história da liberdade do povo americano.

Senador Adelmir Santana, convido V. Ex^a e estou aqui, candidato do Pedro Simon, a disputar a vaga aqui de 2º Secretário do Camata. Baixa o espírito regimentalista do Camata. Então, V. Ex^a não está inscrito, coloquei aqui. Está aqui na lista, não está. Estou colocando agora. Devo procurar. V. Ex^a assina o livro. Pedro Simon está.

E, pela lista dos inscritos, vamos chamar o Senador Mozarildo Cavalcanti. Embora, Mozarildo, não sei se por ironia do destino ou Deus para compensar, V. Ex^a é o inscrito nº 13. É o número do PT, mas V. Ex^a...

V. Ex^a pode usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente, e quero dar o testemunho aqui de que V. Ex^a, nesses 183 anos, foi um dos melhores Senadores da República, e V. Ex^a defendeu, com muita bravura, os direitos do povo amazônico e, mais ainda, trouxe um conceito novo de povo brasileiro, que já era defendido no livro **Formação do Povo Brasileiro**, por Darcy Ribeiro.

Não existe mais negócio de índio, negócio de preto, negócio de branco. O amor nos uniu. Nós somos é brasileiros.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, primeiro quero agradecer a gentileza das suas palavras e dizer que realmente precisamos pensar o Brasil de maneira maior, como Nação.

V. Ex^a colocou aí e vi, nos votos dos Ministro do Supremo, na questão Raposa Serra do Sol que está interrompida, exatamente isto, que, sem desprezar as nossas origens, dos indígenas, dos europeus, dos povos africanos, temos de pensar que, acima de todos nós, está a Nação. Então, não podemos pensar em fragmentar esta Nação por cor, por religião ou por categoria social.

Lógico que temos que nos preocupar muito em eliminar as injustiças sociais, mas não com essa história de resgate histórico, por culpa do que foi feito no passado. Vamos olhar como vamos agir no presente e construir o futuro. Isso é que é fundamental.

Sr. Presidente, quero até inverter a ordem do meu discurso. Quero começar, felicitando o povo de Roraima, inicialmente, o povo da Amazônia e o povo do Brasil pela passagem do Natal, desejando que todos, com suas famílias, passem um Natal harmonioso, feliz, e que tenham, ao final do ano, uma passagem para um ano melhor.

Espero, firmemente, que, apesar do horizonte com nuvens que ameaçam uma crise mais séria, possamos viver dias melhores em 2009.

Ao cumprimentar o povo do meu Estado, quero cumprimentar todos, desde o mais simples homem ou mulher, as crianças, até as autoridades maiores, como é o caso do Governador, dos Prefeitos, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Vereadores, que recentemente aqui receberam do Senado um resgate, aí sim, de uma distorção que havia sido feita com a representação popular dos municípios. E é nos municípios onde tudo começa, aliás. Todo mundo diz: "Ah, sou brasileiro". Mas vive onde? Vive em um município. Com exceção do Distrito Federal, que não tem município, os outros Estados todos têm município. O meu, que é o menor, tem quinze. Então, o cidadão diz: "Moro no município tal, rua tal, ou na vicinal tal, do município tal".

Mas também quero cumprimentar os colegas Senadores e Senadoras, que, juntos, trabalhamos um ano que considero um dos mais bem-sucedidos e profícuos da história do Senado.

Quero cumprimentar também os funcionários do meu gabinete aqui, em Brasília, como os funcionários do meu escritório lá, em Roraima – não fossem eles, eu não teria condição de exercer com a proficiência que exerço o meu mandato –, e também aos funcionários do Senado, todos eles. Quero dizer que o Senado, para mim, foi uma verdadeira universidade, onde aprendi muito, principalmente com o profissionalismo dos servidores de todas as categorias. Preocupo-me, inclusive – e vou abordar isso à frente –, com uma campanha subliminar que se faz contra o Senado; aliás, uma campanha subliminar para a extinção do Senado – e vou abordar isso logo mais.

Sr. Presidente, depois das felicitações que fiz – e faço – a todos, quero me dirigir a todos os brasileiros que nos assistem pela *TV Senado* e que nos ouvem pela *Rádio Senado* que realmente o Natal seja muito bom para as famílias brasileiras e que possamos ter um 2009 melhor.

Quanto às nossas atividades, que vão se encerrar oficialmente na segunda-feira, quero hoje, Sr. Presidente, fazer um balanço resumido, Senador Pedro Simon, mas quero fazer um balanço das atividades do Senado.

Nós temos denunciado aqui que o Senado tem tomado a dianteira, a vanguarda das alterações que precisam ser feitas de forma institucional no País. E isso pode ser mostrado na reforma política, em que aprovamos uma série de alterações, inclusive o financiamento público de campanha e outras medidas. Foram para a Câmara e estão lá dormindo.

Também aprovamos aqui, para acabar com essa história das medidas provisórias, alteração no rito de tramitação das medidas provisórias. E a Câmara agora é que votou o primeiro turno dessa PEC, dessa Proposta de Emenda à Constituição, depois de ficar anos lá parada. E eu tenho denunciado aqui que a Câmara está sendo conivente com o Poder Executivo, que quer asfixiar – aliás, tem asfixiado – o Poder Legislativo com essa enxurrada de medidas provisórias.

Então, o Senado já fez a parte dele. É bom que o povo brasileiro saiba. Nós não estamos aqui só nos lamentando e reclamando, não. O Senado já fez a sua parte e aprovou a mudança no rito de tramitação. A Câmara está apreciando agora, e já há alterações que beneficiam de novo o Poder Executivo. Quer dizer, estão emendando para pior.

Outro problema sério, que compromete a imagem do Legislativo, é o das emendas parlamentares. Ora, alguém diz assim: "Mas já que está assim, vamos acabar com esse negócio de emenda parlamentar". Isso é abrir mão do objetivo principal do Parlamento, que é justamente analisar, discutir e melhorar o Orçamento. Por sinal, creio que não me lembro, na minha atividade parlamentar, o ano em que aprovamos o Orçamento antes de encerrar o ano legislativo. Foi realmente um grande feito, que temos que creditar ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho, ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento, ao Relator, Senador Delcídio Amaral, a todos os componentes dessa Comissão, que mudou muito a sua metodologia, inclusive evitando que algum Deputado ou Senador se tornasse um perpétuo membro daquela Comissão.

Essas emendas são outro problema sério. Há poucos dias, li, em um jornal, que estava começando a farra da liberação de emendas no final do ano para atender aquilo que o Poder Executivo queria. O Senado também fez sua parte: aprovou o Orçamento impositivo. O que quer dizer? Aprovado o Orçamento, o Poder Executivo não pode estar mexendo a bel-prazer. Tem de cumpri-lo.

Aqui tenho chamado a atenção do Ministério Público Federal, porque o que se está fazendo com essas emendas e que, lamentavelmente, aprofundou-se no Governo Lula é um atentado aos princípios da Administração Pública. Não tem legalidade, não tem impessoalidade, não tem moralidade, não tem publicidade nem eficiência. O Poder Executivo, o Presidente da República e seus Ministros agem como se o dinheiro do Orçamento fosse deles, fazendo barganha política. E isso é imoral, contra os princípios da Administração Pública.

Nós já fizemos a nossa parte. Aprovamos aqui o Orçamento impositivo e está na Câmara engavetado. Com isso, o que temos assistido? A uma hipertrofia do Poder Executivo, com um crescente aumento da figura imperial do Presidente da República. É perigoso quando a gente tem uma pessoa só como salvador da pátria e dono da verdade. Por quê? Porque o Parlamento está sendo realmente diminuído cada dia mais. E temos que reagir.

E eu fico orgulhoso do Senado, que tem feito a sua parte. Agora mesmo, o Presidente Garibaldi devolveu a medida provisória, notoriamente imoral. Devolveu! "Ah, pode-se questionar juridicamente a questão". Mas há o gesto político de, pelo menos, se dar um basta simbólico a essa farra imoral de medidas provisórias.

E eu abordei ainda, logo no início da minha fala, que a Câmara tem sistematicamente mantido uma espécie de tradição de ser cemitério de projetos. E não sou só eu que tenho falado isso aqui não. Eu fui Deputado, o que me honra muito, mas lamentavelmente, a cada dia que passa, a Câmara está agindo assim.

Agora, veja o episódio da PEC dos Vereadores, que aprovamos aqui, depois de exaustiva discussão; um projeto que se originou na Câmara, foram os Deputados que fizeram essa PEC e mandaram para nós aqui no apagar das luzes deste ano. O Senador César Borges, com a sua competência, aprimorou, discutimos aqui, fizemos até um acordo para tramitar uma emenda que possa ser votada, por exemplo, em fevereiro, para garantir que não haverá aumento do orçamento das câmaras no próximo exercício de 2009. Até porque o que fizemos aqui foi apenas resgatar, repor o número de vereadores, e aliás abaixo do que era, porque o TSE cortou o número de vereadores de uma maneira, no meu entender, inadequada. Mas, de qualquer forma, fizemos de novo a nossa parte.

Sr. Presidente, quanto a essa questão da Câmara, propus uma emenda constitucional, Senador Pedro Simon, que está para ser apreciada na Comissão de Constituição e Justiça, que estabelece o seguinte: "A Casa revisora terá noventa dias, a partir da data da leitura do projeto, para apreciação dos projetos da Casa iniciadora". Isto é, se o projeto vem da Câmara, quando chegar aqui no Senado, teremos 90 dias para, a partir da data da leitura do projeto, apreciá-lo; se o projeto começa aqui, vale a mesma coisa para a Câmara, ou seja, também terá 90 dias para apreciá-lo.

Ora, se temos prazo para apreciar os projetos que vêm do Executivo, por que não estabelecemos prazos para nós mesmos, as duas Casas, se auto-respeitando e se autovalorizando, por esse tipo de conduta? "Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido neste parágrafo, a matéria será colocada na Ordem do Dia

da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final." Seria uma espécie de Medida Provisória do Legislativo, porque aí teríamos, realmente, a produção das leis feitas pelos legisladores, de maneira mais eficiente.

E, por fim, o § 3º – são emendas ao art. 65 da Constituição –, diz:

A Casa iniciadora poderá, por proposta da maioria absoluta de seus membros, solicitar urgência na revisão de projetos que aprovar, aplicando-se à sua tramitação, na Casa revisora, o prazo e o sobrerestamento de que trata o § 2º do art. 64.

A Câmara ou o Senado poderá, por maioria absoluta, solicitar urgência na revisão dos projetos que forem aprovados. Então, essa emenda constitucional resolveria essa dicotomia que hoje existe.

E, lamentavelmente, quando eu digo que há um movimento contra o Senado, é fácil percebermos isso. Temos lido na imprensa, temos ouvido pronunciamentos, dizendo que "o ideal é o sistema unicameral", isto é, extingue-se o Senado. Isso é muito de acordo com uma ideologia de uma esquerda retrógrada. Muito de acordo! É um retrocesso! É o tal centralismo democrático. E aí, o que acontece? Fica tudo na mão do Presidente. Aliás, foi o Presidente Lula quem disse que na Câmara havia cerca de 300 picaretas. E parece-me que ele não fez nada para melhorar essa imagem. Ao contrário.

Então, agora, o que a Câmara aprovou na CCJ, Senador Mão Santa? Sob o manto – sempre tem um manto para que a opinião pública engula – de unificar os mandatos, está ampliando o mandato do Deputado Federal para cinco anos; ampliando o mandato do Deputado Estadual e do Vereador para cinco anos; ampliando o mandato do Presidente para cinco anos – e aí justifica, porque não haverá mais reeleição –, e reduzindo o mandato dos Senadores para cinco anos. Nesse pacote aparente de moralidade, está embutido exatamente o apequenamento do Senado.

Por que o Senado é organizado dessa maneira, com mandato de oito anos e eleição a cada quatro anos, renovando-se um terço e dois terços? Justamente para atravessar as mudanças de governo de maneira estável, porque esse é o objetivo do Senado: o equilíbrio federativo, o equilíbrio das forças políticas. Então, reduzir, igualar o mandato de Senador ao mandato dos Deputados, à primeira vista, parece perfeito. Por que o Senador tem de ter maior tempo que o Deputado? Mas não é. Vamos aprofundar a análise e ver o porquê de ser organizado dessa forma. Interessante é que o

mandato dos Deputados está sendo aumentado em um ano – de quatro para cinco anos.

Então, neste instante, defendo minha emenda à Constituição, e o faço dentro do espírito natalino. Aliás, ontem o Senador Heráclito Fortes chamou-nos a atenção a esse respeito, no sentido de que procuremos manter um diálogo melhor com a Câmara. Mas, para se dialogar, é preciso ter regras; e, para que haja regras, é preciso aprovarmos uma legislação. No caso, essa minha emenda à Constituição regula a tramitação das matérias que ora se originam na Câmara, ora no Senado.

Sr. Presidente, quero também aqui fazer uma prestação de contas da minha atuação, principalmente para o meu povo de Roraima e para o meu povo da Amazônia, e para todo o Brasil.

Primeiro, Sr. Presidente, quero dizer que tenho abordado, com muita ênfase, a questão das desigualdades regionais, principalmente as desigualdades que se aprofundam – e já mostrei números em pronunciamentos anteriores – na educação, no IDH, no Índice de Desenvolvimento Familiar. Todos dados oficiais do Governo. Não são dados fabricados por nenhum tipo de instituição que possa estar, preconceituosamente, contra o Governo. Todos esses dados mostram que a Região Norte é, sempre, a que tem indicadores piores; em seguida, vem a Nordeste, a Centro-Oeste, e, na dianteira, sempre, o Sul e o Sudeste.

Durante esses seis anos do Presidente Lula, esses indicadores não mudaram. Ao contrário, aprofundaram-se na educação, na saúde, na qualidade de vida. Lamento que nós, os Parlamentares do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, tenhamos batido nessa tecla e, na prática, o Executivo, que deveria executar, não executa uma política de eliminação das desigualdades regionais, embora seja um princípio constitucional que um dos objetivos da República é a eliminação das desigualdades regionais e sociais. Não há, portanto, avanço nessa área.

Tenho abordado, inconsistentemente, a questão da Amazônia – acabei de fazer um aparte ao Senador Jefferson Praia. Querem fazer uma imagem de que a Amazônia só mata bicho e, por último, os índios. Não aludem aos 25 milhões de habitantes que moram lá, que foram para lá das diversas Regiões do País: do Sul, do Sudeste, do Nordeste, inicialmente, e que compuseram uma população mestiça – cabocla, como chamamos lá. Não, esses 25 milhões de brasileiros são ignorados, propositadamente. Então, o tratamento que se dá à Amazônia é como aquela história da Geni, aquela música do Chico Buarque: todo mundo quer jogar pedra na Amazônia, quer culpar a Amazônia por tudo. No entanto, não se toma nenhuma iniciativa no

sentido de valorizar, efetivamente, o ser humano que vive na Amazônia.

Outro ponto que também combati aqui, de maneira muito forte, até pelo fato de ser médico, foi aquela farsa da CPMF. Temos de louvar a iniciativa inicial do Dr. Jatene, quando Ministro, de defender a CPMF, que era provisória – Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira –, para melhorar o quadro caótico em que se encontrava a saúde naquele tempo. Tanto é que ele convenceu a Câmara e o Senado a votarem de maneira rápida. Depois a CPMF começou a ser não só mais para a saúde, mas também para a Previdência; não somente para a saúde e Previdência, mas também para o Bolsa-Família. E aí houve não só esses desvirtuamentos, como a retenção desses recursos para fazer caixa para o Governo dizer que não havia déficit. Fora, e o que é pior, os roubos que se faziam, que se fazem e que continuam a se fazer nas verbas para a saúde.

Esta aí: os jornais mostram, o Tribunal de Contas já se pronunciou sobre o tema, que o que se faz, por exemplo, na Funasa, em termos de roubo, é um absurdo! Só no meu Estado, em pouco tempo, dois coordenadores da Funasa foram presos por roubalheira. Não há outro termo; lamentavelmente, não há outro termo. Reitero: roubar da saúde é um crime hediondo, porque está-se matando o doente que está precisando de atendimento médico.

Agora, leio que o Ministro Temporão – que, aliás, agora até está contemporâneo, porque finalmente ele fez um diagnóstico de que, realmente, o grande mal da saúde é a corrupção – está tirando da Funasa a assistência aos índios. Pergunto: Ministro, será que não se está apenas tirando o sofá da sala? Se não mudar a metodologia de atendimento, se não mudar a fiscalização, vai continuar a roubalheira! Vai-se apenas mudar de lugar. Eu disse aqui que a Funasa merece, inclusive, uma CPI. No ano que vem – estou me municiando de dados –, vou pedir uma CPI. Aliás, é até minha obrigação, como médico, pedir essa CPI. Diria até que poderia ser uma CPI do sistema de saúde do Brasil, porque tudo é uma corrupção só.

Antes de prosseguir, quero ouvir o Senador Augusto Botelho, que me solicita um aparte.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo, V. Ex^a, ao fazer um balanço, toca novamente no problema da saúde indígena, o que para nós é uma coisa muito séria. Na maioria dos outros Estados, não há tanta gente que dependa da saúde indígena. E o Ministro acerta ao retirar os corruptos indicados para a Funasa, porque os servidores da Funasa não são responsáveis por essas impropriedades, essas irregularidades e até pelas roubalheiras

que acontecem lá. Deixo isso bem claro, inclusive os servidores da Funasa são todos contra isso. Alguns são envolvidos porque são obrigados, pelo chefe, a assinar: "Olha, você assina, ou então você vai perder sua função." E o indivíduo instável, que assumiu dívida contando com o dinheiro da função, assina. Eu os aconselho a não fazer isso, porque senão passam a figurar ao lado das pessoas corruptas, que são as que se beneficiam e que levam o dinheiro. E o pior, Mozarildo: o mesmo grupo político que indicou o responsável pelo sumiço dos 30 milhões da Funasa de Roraima indicou o sucessor dele, que já deu sumiço em outra quantidade e continua lá. Então, este País precisa tomar uma atitude. Agora, foi diplomado um vereador que estava preso. Eu não sei... Eu não sei qual é o caminho, mas o caminho também é pelas pessoas – é preciso mudar as pessoas que fazem isso – e pelos eleitores também. Por outro lado, os nossos eleitores lá não têm oportunidade, pois não são nem donos das suas casas, porque não têm titularidade do terreno da casa, nem das suas propriedades rurais. Nós temos que... Nós viemos aqui para fazer uma mudança neste País. Nós precisamos de fazer uma mudança, precisamos de fazer as reformas necessárias. Esta Casa trabalhou bastante este ano, mas coisas importantes, como reforma política e reforma tributária, não foram feitas. Nós temos que trabalhar nisso, nós temos que avançar. Quero parabenizar V. Ex^a por ter sido firme nesse ano todo em defesa do nosso Estado e do Brasil, principalmente. E vamos continuar trabalhando no ano que vem, lutando, torcendo para que melhore a situação do povo do nosso Estado e do povo do Brasil, de modo geral.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, agradeço-lhe o aparte, que completa meu pronunciamento. Eu quero dizer a V. Ex^a que hoje mesmo, aliás, ontem, recebi um telefonema de um servidor da Funasa, dizendo que os servidores da Funasa estão indignados – da Funasa lá de Roraima, mas também já conversei com pessoas da Funasa central em Brasília -, porque, quando se fala em Funasa, você, de alguma forma, engloba todo mundo. V. Ex^a disse muito bem: o problema não são os servidores de carreira; às vezes alguns contribuem, lamentavelmente; mas, na verdade, é a partidarização, a politização de um órgão como esse que leva a essas imensas corrupções praticadas na área da saúde.

Então, eu quero dizer que os servidores da Funasa estão atentos e querem mesmo que façamos, no ano que vem, uma CPI da Funasa.

Eu repito: estou pensando que nós devíamos fazer uma coisa mais abrangente, como uma CPI do sistema de saúde do Brasil. Nesse caso, a Funasa

estaria dentro, evidentemente, porque é o câncer do sistema de saúde. Então, eu quero dizer que realmente a nossa parte está sendo feita, Senador Augusto: reforma política e reforma tributária o Senado já aprovou. O que acontece é que o Governo não quer reforma política nem reforma tributária; quando o Governo quer, aprova, como aprovou aqui, a toque de caixa, o Fundo Soberano, uma caixa-preta que não sabemos no que vai dar.

É importante que nós estejamos atentos, suprapartidariamente, ao País, aos interesses da população, aos interesses de todas as categorias, porque pode ser que haja alguém, não sei qual é o percentual, que se elege para ter imunidade, para escapar de certas coisas e para roubar; mas não é o caso da maioria, não; não é o caso da maioria.

É importante que amanhã, ao concluirmos o mandato, tenhamos a consciência tranquila de que tudo fizemos para mudar a realidade do País. Tenho a satisfação de dizer que fui Deputado duas vezes, estou no segundo mandato de Senador, e o meu patrimônio é praticamente o mesmo de quando eu comecei a minha vida pública. O acréscimo é muito pequeno, a não ser uma casa aqui em Brasília e uma sociedade em uma rede de comunicação. O resto do meu patrimônio, pelo contrário, até diminuiu. Mas isso não é privilégio nenhum. A maioria aqui é assim; mas existe uma minoria que lamentavelmente mancha a imagem de qualquer classe. Assim como há padre pedófilo. Agora, por exemplo, vimos em Santa Catarina pessoas roubando dos flagelados, tanto civis como militares. Os militares eu sei que vão ser punidos, porque foram afastados e estão respondendo a inquérito policial militar. Quanto aos civis, eu tenho as minhas dúvidas. De qualquer forma, a imprensa prestou um grande serviço ao mostrar a prática daquela infâmia, que era roubar de quem está morrendo de fome. É um absurdo isso aí.

Por isso é que a corrupção... Não adianta pensar que vamos acabar com a corrupção, prendendo um ministro corrupto, prendendo um presidente, o que não acontece, ou fazendo o **Impeachment** do Presidente, ou cassando o mandato de alguém. Não adianta. A corrupção tem de ser combatida desde a base: na escola, na família, nas instituições religiosas, nas outras instituições da sociedade.

Não adianta pensar... Quero aqui louvar o Ministério Público do meu Estado, o Ministério Público Estadual de Roraima, que, seguindo o exemplo de Santa Catarina, está fazendo uma campanha nas escolas. Aqui, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em parceria com o Governo do Distrito Federal, está indo às escolas – juízes, promotores – explicar às crianças que, por exemplo, ficar com o lápis do coleguinha é um

ato de corrupção, furar a fila na hora do recreio é um ato de corrupção, porque, se não for combatido, vai se sedimentando na mente daquela pessoa que não tem problema fazer isso. E, depois, quando ela ocupar uma função pública, ela vai roubar mais. Quando se trata de roubar, tanto faz roubar o cavalo como o cabresto, que segura o cavalo; é roubar de qualquer forma. Então, realmente, temos de acabar com isso, e só acaba se começarmos a combater isso na escola e a família, porque, como dizem, depois de velho, papagaio não aprende a falar.

Sr. Presidente, quero concluir, dizendo que lamento que algumas iniciativas de minha autoria estejam “mofando” na Câmara. Por exemplo, Senador Augusto Botelho, está parado na Câmara um projeto que autoriza o Poder Executivo – veja bem, é um projeto autorizativo! – a criar um colégio militar em Roraima. Na Amazônia, só existe um colégio militar, que fica em Manaus, e essa é uma região que responde por 61% da área do Brasil. O Senador Tião Viana, que foi o Relator, acrescentou também um colégio militar no Estado do Acre, o que acho justo, porque temos que desconcentrar as coisas do Sul e do Sudeste. Tudo que é formação dos militares está praticamente no Sul e no Sudeste, com algumas honrosas exceções. Pois bem, esse projeto não foi aprovado na Câmara Federal. Por quê? É um projeto autorizativo. O Poder Executivo vai executar quando quiser, quando tiver dinheiro. Mas não anda. Outro exemplo é o projeto das Zonas de Processamento de Exportação, que foram aprovados agora na CAE, criando em Rorainópolis, em Caracaraí e em Boa Vista as áreas de livre comércio. Vejam bem: havia um projeto aprovado, Senador Augusto, desde a época do Presidente Collor, por iniciativa, aliás, do antecessor dele, o Presidente Sarney, criando uma área de livre comércio lá no Município de Pacaraima, no extremo norte de Roraima, e outra em Bonfim, que foi uma iniciativa minha e da Senadora Marluce para acrescentar uma área de livre comércio. O que o Governo fez, Senador Mão Santa? Editou uma medida provisória, alterando essa lei; portanto, nem inovou; apenas alterou uma lei que existia. E aí o que aconteceu? Transferiu a área de livre comércio de Pacaraima para Boa Vista. Deveria ter criado uma para Boa Vista também, e não excluir a de Pacaraima. Deveria ter criado uma área de livre comércio de Boa Vista – que, aliás, eu aplaudo –, mas não poderia ter extinto a de Pacaraima, que é na fronteira com a Venezuela. Quando foi aprovada a nossa lei, a Venezuela, que só tinha área de livre comércio ou zona franca em Margarita, criou uma em Santa Helena, na fronteira com o Brasil, com Roraima, e nós não implementamos as nossas. Aí vem um sofisma de última hora para dizer

que o Líder do Governo fez uma medida provisória, alterando a lei que existia. A mesma coisa com relação às ZPEs. Eu acho que realmente é preciso ter sinceridade nessas coisas.

Outra coisa importante aqui – nessa questão, eu e o Senador Augusto temos debatido muito – é a questão das terras de Roraima. Uma parte, 46%, está destinada a reservas indígenas. E já são 35 reservas indígenas demarcadas em Roraima. Portanto, ninguém pode dizer que o Governo de Roraima, que os Parlamentares de Roraima ou o povo de Roraima é contra reserva indígena. Pelo contrário. Agora, outros 40% das terras, ou pouco mais de 30%, estão nas mãos do Incra, que cadastrou, registrou essas terras em cartório como sendo do Instituto, na época em que éramos um Território federal. Passamos a Estado. O art. 14 do Ato das Disposições Transitórias diz que os Territórios do Amapá e de Roraima serão transformados em Estados, que estarão compreendidos dentro dos limites geográficos dos ex-Territórios. Ora, isso, por si só, bastaria, porque diz que tudo que está dentro desse limite é do Estado; mas, na prática, não é.

E aí existem iniciativas, como a nossa, de tentar apresentar ao Poder Executivo uma fórmula. Fomos lá no início do Governo Lula. Foi criado um grupo interministerial para estudar esse assunto, com o qual tivemos vários reuniões. Depois, criou-se um Comitê Gestor para implementar essas ações, mas, até hoje, esse Comitê Gestor não implementou nada. Agora, misteriosamente, praticamente às vésperas da reeleição para a renovação de dois terços do Senado e de Governadores, o Líder do Governo aparece, dizendo que vai resolver os problemas, ele que está há dois mandatos como Senador e que passou a maioria do tempo como Líder dos governos – do Governo Fernando Henrique e do Governo Lula. Agora, quer vender para a opinião pública uma coisa que não é dele, mas, sim, uma reivindicação global desde a época do ex-Governador Ottomar, na primeira vez, do Governador Neudo Campos e do Governador Flamarion Portela. Aliás, esse processo de criação do grupo institucional ocorreu no Governo Flamarion Portela. Depois, veio o Governador Ottomar, que foi reeleito. O Presidente Lula – acredito até na sinceridade do Presidente Lula quanto a isso – disse: “Quero resolver essa questão em semanas”. Mas cai lá no *politburo*, e aí não anda.

Agora, dizem que vão resolver uma coisa que já está sendo gestada há tempo. Então, o Líder do Governo quer se apropriar e colocar o seu DNA em algo que não fez sozinho. Se colaborou, que acho estranho, e se tem força para resolver agora, por que não resolreu antes? Porque agora – portanto, praticamente,

no próximo ano – será a eleição dele. Ele vai disputar a reeleição.

Então, lamento que essas coisas sejam tratadas como se fossem patrimônio de alguém, quando, na verdade, são patrimônio público.

Senador Augusto, ouço V. Ex^a de novo, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – É para chamar atenção para Pacaraima, uma vila que tem duas mil casas mais ou menos e está na área de reserva indígena São Marcos, terra indígena São Marcos, que já tem uns 15 anos de homologada e definida. Os índios de lá são abandonados, vivem de contrabando de gasolina. Não melhorou. A qualidade de vida deles piorou depois que ficou dessa forma. E o laudo antropológico, como todos os laudos antropológicos antigos das nossas terras de Roraima, também tem falsidade, porque ele nem citou, nem faz referência à vila de Pacaraima. Por isso, desde quando removeram a zona de livre comércio de lá, Mozarildo, eu sempre fiquei com a suspeita de que estavam querendo enfraquecer a vila para tentar expulsar aquelas duas mil famílias de lá. Vão querer fazer o que estão querendo fazer com as vilas da Raposa Serra do Sol. Como na Raposa Serra do Sol, as vilas são de pessoas mais pobres, a maioria com casas iguais às dos indígenas, Pacaraima foi atingida por isso. Mas creio que o povo de Pacaraima gosta de lá, vive lá – Pacaraima é a cidade de Roraima que tem o melhor clima, que é frio – em virtude da zona franca da Venezuela, que estimula o comércio também do nosso lado. Aquela zona franca nos beneficia. Num futuro mais distante, acho que vamos conseguir fazer uma zona franca lá, se Deus quiser.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a, que é médico como eu, sabe que, na Medicina, há sinais e sintomas. Os sinais são mais importantes do que os sintomas. No caso de Pacaraima, não há só um sintoma de que querem acabar com Pacaraima não: há um sinal evidente. Sobre a retirada da área de livre comércio de Pacaraima para transferi-la para Boa Vista – e eu repto: nós somos a favor –, por que não se criou a de Boa Vista e não se deixou a de Pacaraima? Porque realmente é um sinal evidente – aliás, já é o segundo sinal – de que querem extinguir uma cidade que faz fronteira com a Venezuela, que é uma cidade que está praticamente ligada à cidade de Santa Elena de Uairén, na Venezuela.

Então, eu acho que, se alguém quer ter o DNA das coisas boas, tem que ter o DNA das coisas ruins também. A extinção da área de livre comércio de Pacaraima, portanto, passou sob o comando do Líder do

Governo, Senador Romero Jucá. Se ele quer ter agora o DNA de quem vai resolver os problemas das terras do Incra, de quem vai resolver a questão da federalização da CER, e outras reivindicações que já estão antigas no Governo Lula, ele assuma também o DNA da extinção da área de livre comércio de Pacaraima; assuma o DNA da roubalheira da Funasa de Roraima, porque é ele quem indica os coordenadores; assuma o DNA das coisas ruins que ele faz.

Eu não quero me aprofundar nessas coisas, até porque o espírito natalino recomenda que procuremos mandar uma mensagem de paz. Mas se omitir diante das coisas erradas é colaborar com as coisas erradas. A história daqueles três macaquinhas – um vedando os olhos, outro tapando os ouvidos, e o terceiro fechando a boca –, esse papel não quero fazer. Dizer que não vi, que não ouvi e não falar nada, isso não vou fazer aqui. O meu mandato não foi dado pelo povo de Roraima para me curvar a qualquer tipo de pressão. E sei as pressões que sofri, por exemplo, Senador Heráclito, na época da CPMF, de toda ordem. Até ser excluído da CCJ fui, fora outras chantagens, inclusive familiares. Mas não me dobrei e, hoje, tenho a consciência tranquila. E convido todo cidadão brasileiro a fazer a conferência, deste ano, sem CPMF, como ficou a sua vida, quanto deixou de pagar para o Governo para um conjunto de roubalheira que é feito e o quanto ele pôde investir na qualidade de vida da família dele.

E pergunto: a arrecadação do País caiu, Senador Mão Santa? Pelo contrário, a arrecadação nunca foi tão grande quanto agora, e o Governo o que faz é aplicar mal o dinheiro público. E lamento que, se a gestão dessa crise não contar com algumas cabeças menos radicais, talvez tenhamos uma crise mais grave do que poderíamos ter. Porque, até aqui, as medidas que estão sendo tomadas são apenas – no meu entender, como médico inclusive – analgésicas, paliativas, não vão à raiz do problema.

Então, quero encerrar o meu pronunciamento, Senador Mão Santa, agradecendo a gentileza da tolerância de V. Ex^a pelo tempo que me concedeu, reiterando os meus votos de Feliz Natal e um melhor 2009 para todos os brasileiros, mas especialmente para os brasileiros do meu Estado de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a não completou os quarenta minutos, como era no Regimento anterior. Achei muito oportuno, Senador Pedro Simon – daí eu envalidecer-me de pertencer a este Senado –, ter se criado, nesta legislatura, o fato de o Senado abrir às sextas e às segundas-feiras.

No início, a idéia foi de Efraim Morais. Então, eles – Antero Paes de Barros, que nos enche de saudade,

aquele bravo Senador, o Arthur Virgílio e Mão Santa, eu o mais bobo, mas o que tinha mais idade – vieram às segundas e sextas e diziam: “Mão Santa, vai presidir porque é regimental.” Aí se consolidou, e hoje, praticamente terminando o ano, às vésperas do Natal, aqui estão os Senadores apresentando os pronunciamentos mais relevantes.

Hoje, por exemplo, tivemos Jefferson Praia traduzindo com emoção – chegou a chorar – o que significava Senador da República, uma vez que ele substituía Jefferson. Teve também o pronunciamento profundo de Mozarildo Cavalcanti. Primeiro, Pedro Simon, que disse belezas da vida dele. Nós ficamos mais pobres – e ele deu o exemplo dele – do que quando iniciamos. E quero dizer que isso ocorreu comigo.

Renato Aragão todo mundo conhece; mas, para mim, o mais importante é o irmão dele, Zé Aragão, que é do Ceará e é meu contador desde quando cheguei. O banco era o Banco da Lavoura. Outro dia, fazendo o imposto de renda – meu avô era rico mesmo, tinha dois navios, indústria no Rio –, ele chegou e disse: “Mas, Mão Santa, como é que tu estás mais pobre?”. Isso ocorre conosco. Essa é a vida de cada um. Quer dizer, a ética não acabou, a ética está aqui, a decência está aqui. Está ouvindo, Pedro Simon? Está aqui como sonhou – sonho é a coisa mais permanente – a humanidade civilizada da democracia: divisão de poder. E a pilaster mais importante somos nós, que temos a experiência e representamos o povo. Só nós temos a experiência e o povo aqui dentro, porque somos filhos do povo, do voto e da democracia.

E a prestação de contas. Que exemplo dado ao Brasil o de Mozarildo, que prestou conta das suas ações! Mozarildo, quanto àquele dinheiro que faltou, que você perdeu, eu quero dizer que você é um dos homens mais ricos daqui. Tem uma família maravilhosa, exemplar. E você tem aqui o maior patrimônio, que é a satisfação do cumprimento da missão.

Vamos seguir a lista de oradores. O Mozarildo era o número 13, o número do...

O Senador Augusto Botelho é o 14º inscrito. O Senador Augusto Botelho estava aqui. (Pausa.)

Está ali sentado. Depois é o Senador Heráclito Fortes e, depois, o Senador Pedro Simon.

Pedro Simon, quero lhe dizer que já vou para o 972º discurso hoje. Faltam 28 discursos para eu fazer o milésimo pronunciamento desta tribuna – e será uma homenagem a V. Exª. Gosto muito, porque vou passar o Natal com a família, e tenho os livros antigos de Pedro Simon, riscados, antes de eu ter essa convivência.

Então, em meu milésimo pronunciamento, eu vou me sentir engrandecido, como o Heráclito hoje saudava o centenário do pai de Marco Maciel. Em meu

milésimo pronunciamento, Mozarildo – e eu já estou convidando lá para fevereiro ou março –, falarei sobre a vida, a obra e o exemplo de Pedro Simon.

Senador Augusto Botelho, V. Exª poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente. Lembro que, aos quarenta minutos, eu dou um toque. Era o Regimento antigo, que mudaram. Tínhamos direito a esse tempo. E nós jogamos futebol de salão, basquetebol. Dá para fazer muita confusão.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, V. Exª, quando fizer o seu milésimo discurso, vai ficar igual ao Pelé: vai ser o craque desta tribuna do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas eu já lhe pedi o voto, não?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Já.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, chegamos mais uma vez ao fim do ano. Muitas decisões importantes foram tomadas por esta Casa no ano de 2008, apesar de ter sido um ano atípico no Congresso por causa das eleições municipais. Porém, acredito que conseguimos cumprir, pelo menos em parte, nosso dever para com o Brasil, apesar de sabermos que ainda temos muito a avançar ainda.

O ano que começou cheio de esperança a respeito do crescimento da economia brasileira, infelizmente, termina com uma cascata de más notícias sobre a crise econômica, que já mostra seus efeitos perversos para a população brasileira, devido à crise financeira internacional. Porém, acredito que o Governo Lula será capaz de minimizar os efeitos desta crise, como tem feito até o momento, para que o Brasil possa continuar a crescer, como estava acontecendo.

Falando na crise, eu gostaria de lembrar o ex-Ministro Roberto Rodrigues, que disse que, com esta crise, o Brasil tem oportunidade de ocupar os mercados de produção de alimento. Com a escassez dos recursos, os grandes países que concorrem conosco na produção de alimentos, na Europa e nos Estados Unidos, na fase de produção de alimentos, trabalham com grandes subsídios. Esses subsídios não vão ser abundantes para eles nesse período. É hora de o Brasil continuar trabalhando para estar pronto para oferecer o alimento necessário ao mundo, e ocupar esse espaço.

Por outro lado, o lado bom da crise, com as recentes reduções de impostos, que objetivam melhorar o consumo interno, nós estamos fazendo um reforma tributária às avessas, obrigados pelo mundo, pelo mercado externo. Já está havendo algumas reduções de impostos. Se continuarem a acontecer, os nossos

impostos internos, o brasileiro vai ficar com mais dinheiro na mão. Principalmente, eu espero que essa redução de impostos se dirija na direção dos alimentos, porque é injusto que o brasileiro pague muito imposto sobre alimento quando comparado ao restante do mundo. Nós precisamos que os impostos sobre os alimentos se restrinjam a menos de 7%, para que fique mais fácil para as pessoas adquirirem alimentos, se alimentarem melhor e se desenvolverem melhor, inclusive nos estudos – porque a criança que come melhor aprende mais.

Nesta altura dos acontecimentos, sabemos que a crise, muito embora nascida no mundo das finanças, já transbordou para o universo da economia real. Mas confio nas decisões que o Governo tem tomado para minimizar os efeitos dessa crise para a população brasileira.

Sr. Presidente, Mão Santa, Srª Senadora Fátima Cleide, não posso deixar de mencionar um fato que, mesmo externo ao Senado, trouxe consequências graves para o meu Estado de Roraima em 2008. Estou falando do julgamento no Supremo Tribunal Federal da demarcação da Raposa Serra do Sol. Infelizmente, o entendimento do STF é de que a reserva continue a existir de forma contínua, acabando com as vilas de Surumu, Socó, Água Fria e Pereira, vilas essas que, volto a repetir, são habitadas por pessoas de poucas posses, cujas indenizações, por mais justas que sejam, não são suficientes nem para comprar um terreno na cidade de Boa Vista, que é para onde se dirigem essas pessoas quando são expulsas de suas casas.

Satisfaz-me, dá-me um pouco de alegria, ver que o Supremo Tribunal está criando normas para, daqui para a frente, definir as áreas indígenas, principalmente quando frisa que a Constituição do dia 4 de outubro de 1988 é o ponto que define onde os índios habitavam à época.

É comum a Funai trazer indígenas de outras regiões para se apossarem de áreas e dizerem que são áreas indígenas. No meu Estado mesmo foi feito isso. Trouxeram os índios da Guiana e da Venezuela. E não é só a Funai. As ONGs também faziam isso com o apoio da Funai.

Apesar das exceções salientadas pelo Ministro Menezes Direito, quero fazer um apelo, Sr. Presidente, para que o Governo Federal tenha uma atenção especial com as pessoas que terão de deixar Raposa Serra do Sol e com os indígenas que vão ficar nas áreas definidas também, porque é muito comum, como já falei num aparte ao Senador Mozarildo, acontecer o que ocorreu em São Marco. Definem a área, determinam tudo, expulsam todas as pessoas que estavam lá há

muito tempo, não indenizam nem reassentam – ele as abandonam.

Quero que o Governo Federal, que a Nação brasileira, dê atenção a essas pessoas que terão de morar em outro lugar. O mais provável, como todos sabem, é que eles procurem Boa Vista e reconstruam suas vidas.

Por isso, Srªs e Srs. Senadores, faço um apelo para que o Governo Federal, para que a Nação brasileira, agilize o pagamento de indenizações justas para aquelas pessoas que terão de deixar Raposa Serra do Sol. Outro avanço na decisão do Supremo é que vai permitir que pessoas fruto de casamentos entre índios e não índios não sejam expulsas da Reserva, como normalmente vinham sendo até agora, apesar da negativa dos antropólogos e do pessoal da Funai.

Senador Mozarildo, cedo um aparte a V. Exª agora, com todo o prazer..

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, quero cumprimentar V. Exª por abordar esse tema no penúltimo dia de funcionamento do Senado. Quero dizer que V. Exª, como eu, que participamos da Comissão Temporária Externa do Senado, cujo relator foi o Senador Delcídio Amaral, propussemos uma fórmula que, na verdade, não estávamos descontinuando a Reserva. Estábamos fazendo uma Reserva contínua, porém não excludente. O decreto do Presidente Lula excluiu a sede do Uiramutã, excluiu as estradas e as redes de transmissão elétrica e a área do Pelotão de Fronteira que está lá no Uiramutã. Nós propussemos um pouco mais, propussemos que as quatro vilas não fossem excluídas, propussemos que uma parte da faixa de fronteira, de apenas 15 quilômetros, da linha de fronteira para dentro, fosse excluída e que também a Reserva Ambiental do Monte Roraima não fosse misturada com a reserva indígena. Tudo isso fizemos a partir de um estudo técnico profundo, com apoio da consultoria Legislativa do Senado, com apoio de outros juízes lá de Roraima, inclusive, e ...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Ouvindo os indígenas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Ouvindo todo mundo, os indígenas, os não indígenas. Nossa proposta era demarcar de forma contínua não-excludente. O que o Supremo está fazendo vai ficar próximo do que nós pretendíamos, porque eu ainda espero que – não está concluído o julgamento, ainda faltam três votos –, assim como o Ministro Ayres Brito ajustou seu parecer ao que o Ministro Menezes Direito apresentou, aquelas dezoito ressalvas, assim como ele ajustou também a sugestão de não retirar aqueles não-índios que são casados com índios ou índias, o certo é que nós vimos aí, claramente – inclusive, a Rede Band

mostrou oito índias casadas com não-indígenas, com brancos, pardos, enfim –, que, lamentavelmente, há um patrulhamento ideológico nessa matéria que não leva em conta os seres humanos que estão lá. Eu sempre digo e V. Ex^a também tem dito que não ouvem sequer os índios, que não fazem, por exemplo, um plebiscito, não perguntam; só interessa o que pensa um grupo ideológico, e esse grupo escolheu um grupo de índios que é do Conselho Indígena de Roraima, uma entidade comprovadamente corrupta, que desviou dinheiro da saúde indígena e de outros fins. Mas nós, eu e V. Ex^a, que batalhamos na Comissão Temporária Externa do Senado, que fomos duas vezes com a Comissão Temporária Externa à Roraima, outras tantas eu fui sozinho, nós entramos juntos no Supremo justamente por isso, porque, infelizmente, o Governo Lula – e o Presidente Lula queria, porque até pediu essas comissões externas –, o Governo Lula não atendeu à posição do Senado e da Câmara, porque na Câmara também houve uma comissão, cujo Relator era o ex-Deputado Lindberg Farias...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Prefeito agora lá em...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Veja a coincidência, o Relator na Câmara era um Deputado do PT e o Relator no Senado era um Senador do PT. Portanto, não tinha viés ideológico no resultado da nossa proposta, e, no entanto, está prevalecendo... Mas o Supremo já mudou muito e eu acho que vai mudar mais. Tenho muita esperança nisso porque continuo sendo uma pessoa que acredita muito na Justiça. Não se pode pegar uma ou outra falha de algum componente da Justiça e dizer que a Justiça não age bem. Não, age e bem desde a primeira instância até o Supremo Tribunal Federal. Quero, portanto, confiar que a solução final, em fevereiro, virá para pacificar. E mais: a reserva Raposa Serra do Sol está servindo como marco regulatório para as futuras demarcações de terras em Rondônia, Mato Grosso e outros Estados que estão manipulados. Inclusive, vimos, em Santa Catarina, quanto estivemos lá, que a Funai levou índios até do Paraguai para lá. Quer dizer, a Funai está a serviço de interesses que não são os dos brasileiros. Lamento muito, realmente, que uma fundação criada com esse espírito que veio lá do Serviço de Proteção ao Índio, dirigido pelo Marechal Rondon, tenha se desvirtuado tanto e esteja submissa a ONGs que nada têm a ver com os interesses brasileiros. Parabéns pela abordagem. Vamos continuar a luta, porque ainda não acabou a questão da demarcação da reserva Raposa Serra do Sol.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo. Incorporo ao meu discurso o aparte de V. Ex^a.

Existe outra reivindicação, outra necessidade naquela história que espero que mude. Primeira coisa: de onde ele tirou que os Macuxis e os Wapixanas querem que suas terras sejam a mesma terra? Os Ingaricós já manifestaram isso, inclusive conseguindo demarcar suas áreas. Aí chegam e misturam tudo?

Acho que o Supremo deve estabelecer que as etnias que quiserem definir suas áreas – continua sendo contínua, só que contígua – têm que saber o que é do Macuxi, o que é do Wapixana, o que é da comunidade do Contão, da Raposa e da Serra do Sol. A Serra do Sol, os Ingaricós já querem a sua terra daquele jeito. As etnias têm que se manifestar, porque, senão, daqui a trinta ou quarenta anos, podemos ter um episódio semelhante ao que houve na África recentemente: duas etnias, os Tutsis e os Hutus, brigando e se destruindo. Se for definida desde já a territorialidade de cada uma das etnias, muito bem. Mas um antropólogo teve a idéia de misturar tudo. Não sei onde ele viu isso. Alegam que foi o Koch-Grümberg que deu essa idéia. O Koch-Grümberg explorou e descreveu, mas nunca falou... Ele sempre definiu que tal aldeia é Wapixana, outra é Ingaricó, outra é daqueles que tinham seis dedos no pé, os Macus... Ele sempre definiu isso tudo. Eles querem mudar isso.

Então, espero que o Supremo faça com que cada grupo social, com que cada comunidade indígena tenha a sua área definida.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, este ano votamos matérias muito importantes nesta Casa, a começar pela regulamentação da Emenda nº 29, que está amarrada na Câmara, da qual fui Relator, com muita honra. Depois da criação do SUS, a regulamentação da Emenda nº 29 foi o acontecimento mais importante para a saúde dos brasileiros, de todos os brasileiros, inclusive os do meu Estado de Roraima.

Também aprovamos a licença-maternidade de seis meses, que garantirá o melhor desenvolvimento das crianças brasileiras daqui por diante. Sabemos que a relação entre mãe e filho e entre pai e filho influí muito na formação do caráter e da inteligência da criança. Quanto mais tempo a gente permitir que haja esse convívio, melhores serão os cidadãos. Nós seremos cidadãos melhores, menos violentos e mais voltados à família e ao trabalho.

Graças ao trabalho do Senado Federal, foi aprovada a lei conhecida como Lei Seca em junho deste ano, a lei de nível zero de álcool no sangue. Ela ajudou a reduzir o número de mortos em consequência de acidentes de trânsito já este ano. Nos três primei-

ros meses de vigência da Lei, houve uma redução de 8% nos acidentes em relação ao mesmo período do ano passado.

Essa é uma lei que trouxe resultados imediatos: os motoristas passaram a buscar alternativas de transporte após consumirem álcool. A sociedade cooperou e contribuiu e por isso estamos tendo menos mortes. Devo só lembrar que, na UTI de Roraima, o único período em que eu vi leito vago foi logo que implantaram essa Lei. Como já começou a apertar de novo, temos de reforçar a fiscalização.

Outro projeto votado no Senado este ano, muito importante, foi o Super Simples, que, em substituição ao Simples, conforme a Lei Complementar nº 123, de 2006, estabeleceu a apuração unificada de oito tributos por meio da aplicação de alíquota global de 4,5% a 17,42%, sobre a receita bruta da micro ou pequena empresa, conforme seu setor e seu faturamento. Foi uma grande vitória para os nossos pequenos e micro-empresários, que são os responsáveis pela maioria dos empregos criados neste País.

Essa lei vai permitir que muitos que trabalham na informalidade formalizem suas empresas para terem todos os direitos, para que seus trabalhadores também tenham todos os seus direitos. O Brasil é muito injusto nisso, porque cobra impostos e previdência social de uma pequena empresa... Por exemplo, a empresa do meu amigo chileno, que é uma pequena carpintaria, paga igual a uma dessas gigantes do automobilismo. Todas as exigências que fazem para a General Motors fazem para o chileno, para o meu compadre Adolfo.

Este ano também aprovamos aqui a criação da Área de Livre Comércio de Boa Vista, que, tenho esperança, irá desenvolver e muito o meu Estado, Roraima.

Além disso, também aprovamos a criação de Zonas de Processamento de Exportação destinadas à instalação de empresas voltadas à produção de bens a serem comercializados exclusivamente no exterior.

V. Ex^a tem um projeto para criar mais ZPEs nos nossos Municípios. Esperamos conseguir aprovar e que elas se tornem efetivamente zonas de produção de emprego e de riqueza. A medida poderá ser uma grande geradora de renda e de emprego em nosso Estado.

Também aprovamos o projeto que aumenta o limite do que pode ser concedido pela União para o uso rural na Amazônia Legal, sem processo de licitação. Esse projeto abrange 95% das pessoas da Amazônia. Foi bom esse projeto porque nós já estávamos nos sentindo como se quisessem botar a gente para fora da Amazônia. É como o ribeirinho se sente quando chega lá e não pode mais nem fazer uma pequena

roça para comer, de três linhas, sem pedir licença ao Ibama. Vai e pede licença ao Ibama, volta, depois pede licença para vender a madeira e fica naquela história toda. Então, como isso, ele passando a ser proprietário, ele vai fazer melhor as leis ambientais, porque a terra que ele está cuidando é dele.

Atualmente, ele está lá, está há duas gerações lá, mas ele ainda não tem nenhum papel que diga que a terra é dele. Aí, chega um explorador que quer explorar madeira por lá e oferece uma mixaria para ele, R\$10, R\$20, por uma árvore, ele pega o dinheiro. Não tem noção de cidadania porque a Nação não chegou até ele, não lhe deu dignidade de cidadão.

Então, com esse novo projeto, podemos aprovar áreas de até 1.500 hectares em alguns lugares – são 15 módulos fiscais rurais.

Nesta quinta-feira também, foi a primeira vez, nos últimos anos – V. Ex^a já falou isso no seu discurso –, que, como frisou bem a Senadora Roseana Sarney, conseguimos aprovar o Orçamento do próximo ano nos prazos regimentais.

Infelizmente, a crise econômica fez com que tivéssemos que cortar gastos para o próximo ano. Delcídio teve que fazer um grande jogo de cintura para conseguir equilibrá-lo de acordo com as necessidades da nova perspectiva mundial. Mas o Governo do Presidente Lula garantiu investimentos importantes ao povo brasileiro, como as obras do PAC, que não sofrerão cortes em 2009, segundo promessa do Presidente.

Creio que fizemos nosso trabalho este ano, Sr^{as} e Srs. Senadores, e temos um grande desafio para 2009: discutir, votar e aprovar a reforma tributária e outras reformas.

No meu entender, a reforma tributária já está sendo feita pela contingência econômica mundial. O Brasil tem diminuído alguns impostos para alguns setores. É tímida a diminuição, mas eu espero que avancemos, principalmente na diminuição de impostos sobre alimentos, sobre arroz, feijão, farinha, leite, carne e peixes.

Por isso, é com satisfação que aproveito este momento para desejar um Feliz Natal e um próspero Ano-Novo a todos os servidores desta Casa, a todo o povo brasileiro, especialmente ao meu querido povo de Roraima.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o importante pronunciamento do Senador Augusto Botelho, convidamos o próximo orador inscrito, Senador Heráclito Fortes, o 15º Senador inscrito para esta reunião não-deliberativa do Senado da República.

Senador Heráclito Fortes, do Democratas do Estado do Piauí – “Piauí terra querida, filha do sol do Equador” –, com cavalheirismo piauiense, cede à vez encantadora Senadora Fátima Cleide, do Partido dos Trabalhadores de Rondônia.

Ainda bem que é de manhã, porque, se fosse à noite, o povo poderia pensar que está vendo a novela Pantanal, e V. Ex^a parece com uma artista de lá.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senador Mão Santa.

Senador Mão Santa, Presidente desta Mesa do Senado Federal, Srs. Senadores, nesta semana, nós comemoramos, aqui neste plenário, os 60 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento é considerado um dos mais importantes das Nações Unidas, seja por conta do momento histórico em que foi elaborado, final da Segunda Guerra Mundial, seja pelos direitos fundamentais abordados em seus artigos.

A partir dessa declaração muitos avanços podem ser observados nos países signatários, principalmente no que tange tanto aos direitos civis e políticos quanto aos direitos sociais, econômicos e culturais.

Ao longo das décadas subsequentes a esse documento, a maioria das nações estabeleceu a democracia como um regime político, protegendo o cidadão de estados autoritários e repressores, garantindo o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Assim, foi fortalecido o combate ao trabalho escravo, à tortura, à arbitrariedade, à perseguição política e a outras interferências do Estado, foram estabelecidas as diretrizes para a promoção e garantia do acesso à terra, ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer e ao bem-estar social.

O Brasil tem avançado de forma significativa na promoção, garantia e defesa dos direitos humanos. Temos a honra de sermos signatários dos mais importantes tratados, convenções e declarações internacionais, tanto no âmbito das Nações Unidas quanto da Organização dos Estados Americanos e do Mercosul.

A criação das Secretarias Especial de Direitos Humanos, de Igualdade Racial e de Política para as Mulheres, com orçamento próprio e autonomia ministerial, é decisão política fundamental para a efetivação dos direitos humanos em nosso País. Além disso, diversos programas e planos governamentais interministeriais foram criados tendo os direitos humanos como paradigma orientador.

Mesmo com tantos avanços, muito ainda há por ser feito. O acesso a serviços básicos, como saúde,

como bem ressaltou agora o Senador Augusto Botelho, trabalho, segurança pública e educação, precisa ser ampliado. Precisamos romper com a barreira do preconceito e garantir os direitos de mulheres, homossexuais ou por que não dizer pessoas homoafetivas, pessoas com deficiências, indígenas, negros, crianças e adolescentes, entre outros.

Pensar uma atuação em direitos humanos nos faz refletir e construir um caminho político que abarque diversas frentes de trabalho. Anualmente, elencamos alguns temas como centrais para o nosso trabalho, sem deixar de lado os outros temas de igual importância para todos e todas.

Em 2008 – agora é hora de prestar contas, Senador Mão Santa –, o nosso trabalho ficou voltado para a área dos direitos humanos, da seguinte forma: na área de criança e adolescente – trabalhamos esse tema em função das demandas da Frente Parlamentar, articulação de que faço parte desde o início do meu mandato, em 2003, e que tive a honra de coordenar temporariamente nesta Casa em substituição à nobre Senadora Patrícia Saboya, durante o período eleitoral. Nesse período, realizamos o lançamento do Primeiro Pacto Global pela Cidadania da Infância.

Com relação à questão indígena, em 2008, o tema Indígena teve grande repercussão por conta dos conflitos da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Nossa apoio aos povos indígenas é irreduzível. Estamos firmes na defesa da homologação da demarcação em área contínua da reserva. Entendo que a manifestação do STF, que foi tão esperada, resguardou, sim, os direitos dos povos indígenas.

Com relação à questão das mulheres, a Lei Maria da Penha tem servido de importante instrumento para o combate à violência praticada contra as mulheres, porém ainda sofre resistência de alguns setores da sociedade, muitas vezes de forma discriminatória e preconceituosa.

Em muitos Estados e Municípios ainda se faz necessária a instituição de mecanismos para que essa lei seja cumprida em sua íntegra. Ressalto que conseguimos levar para Rondônia o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para que os processos sejam julgados com mais agilidade. Além disso, temos participado da divulgação e das ações da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”, que deve ser não de apenas 16 dias, Senador Mão Santa, mas de 364 dias de todos os anos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não são 365 dias, não?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – São 365 dias. Muito obrigada pela observação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Para ser carinhoso com a mulher, eu busco o último dia que V. Ex^a olvidou.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – E é preciso que a gente tenha carinho também, Senador Mão Santa, com um tema que é extremamente polêmico. Uns dizem que quem os defende está exposto a um verdadeiro massacre, à condenação eleitoral. Com relação a essa condenação eleitoral, eu acho que não é bem a verdade, porque, nesse último período eleitoral, tanto quem defende o direito à diversidade sexual e principalmente dos homoafetivos quanto quem não defende o avanço desses direitos e se submeteu à eleição e não passou, da mesma forma como houve defensores desses direitos que foram eleitos pelo povo. Portanto, essa é uma “verdade”, porque, na realidade, o povo brasileiro, hoje, tem o entendimento de que precisamos tratar carinhosamente esse tema da diversidade sexual.

Portanto, tratar LGBT com carinho foi também uma das nossas práticas durante o ano de 2008, seja por conta da minha atuação à frente da relatoria do PLC nº 122, de 2006, que pretende criminalizar a homofobia, seja também porque, no período eleitoral, substituí a Deputada Cida Diogo na Coordenação da Frente Parlamentar.

Vale lembrar que, no ano de 2008, houve uma importante conquista para esse segmento, com a realização da I Conferência Nacional GLBT, reunião que teve como objetivo a elaboração do Plano Nacional de Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania.

Acredito que não podemos construir um Brasil melhor sem que todos possam ter garantido o seu direito de cidadania plena. Por isso, não podemos alijar os mais de 18 milhões de LGBTs brasileiros do debate político e de direitos em nosso País.

A respeito desse tema, Senador Mão Santa, ontem fui para casa muito feliz, porque estamos no período natalino, trabalhamos até as seis horas da manhã de ontem e aprovamos medidas muito importantes para este País, como a PEC dos Vereadores e o Fundo Soberano, entre outros assuntos que foram tratados naquela longa e extensa noite de anteontem. Naquela noite, por iniciativa da Frente Parlamentar em Defesa da Cidadania LGBT, apresentamos à Mesa do Senado Federal um requerimento para que o Projeto de Lei da Câmara nº 122, que trata da criminalização da homofobia, viesse diretamente para o plenário. Já

estamos aguardando há dois anos, e houve, no final de 2007, uma manobra regimental nesta Casa que levou esse projeto para a Comissão de Assuntos Sociais. Eu aceitei e fui denominada Relatora pela Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Patrícia Saboya, a quem agradeço neste momento.

Não dá mais, Senador Mão Santa, para esperarmos tanto tempo para resolver esse problema. É um direito mínimo dizer que nenhum cidadão e nenhuma cidadã neste País pode sofrer discriminação e preconceito por conta da sua homoafetividade. É disso que estamos tratando. Podemos pensar em discutir esse requerimento. Queríamos trazer o requerimento para discussão no plenário para que pudéssemos, ao discutir, saber se seria aprovado ou não. Como só havia meia dúzia de Senadores às 5h30 da manhã, resolvi não tratar desse requerimento. E vamos continuar a luta na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Direitos Humanos e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Mas, desta feita, quero dizer, Senador Mão Santa, que não tolerarei mais passar tanto tempo para que os nossos Senadores e Senadoras tenham consciência de que precisamos nos manifestar sobre este tema.

Ontem, infelizmente, eu soube que um Senador veio à tribuna dizer que, de forma covarde, estávamos querendo dar um golpe. Golpe?! Golpe é a gente não se manifestar. Golpe é ficar omisso sobre esse caso. Enquanto nós nos omitimos, pessoas estão morrendo nas ruas apenas por serem gays, por serem lésbicas, por serem travestis ou por serem transexuais.

A sociedade brasileira, em duas pesquisas recentes, uma delas do Senado Federal, já se manifestou. Na pesquisa do DataSenado, 55% dos evangélicos brasileiros afirmaram que querem a aprovação do projeto que criminaliza a homofobia, Senador Heráclito, porque entendem que a vida é importante e nós, quando tratamos de vida, temos que tratar de todas as vidas, independentemente de sexo, de cor, de etnia, de raça, de religião, de idade. Portanto, o Senado Federal tem que responder.

Eu gostaria muito de poder debater aqui, hoje, com o Senador que fica, a todo momento, comparando, fazendo analogias referentes à homofobia, querendo dizer que é a mesma coisa ter direitos homoafetivos assegurados na nossa legislação e proteger pedófilos, proteger pessoas que são doentes, porque fazem uso, fazem prática de necrofilia ou de zoofilia. São coisas totalmente diferentes. Nós queremos, sim, tratar desse tema como uma questão de direitos humanos.

Para finalizar, Senador Mão Santa – e peço que a Mesa considere o meu pronunciamento como lido na íntegra –, eu quero falar da questão da educação.

Nós tivemos, esta semana, a manifestação, também muito aguardada pelo povo brasileiro, do Supremo Tribunal Federal sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade movida por cinco Governadores contra o piso salarial aprovado nesta Casa.

Quero dizer que, infelizmente, lamento a decisão do STF. Foi uma decisão que retrocedeu no conceito que discutimos aqui nesta Casa e na Câmara Federal do que significa o piso salarial. É um retrocesso também dizer que professor não precisa ter um tempo resguardado para suas atividades extraclasse. É um retrocesso e uma falta de compromisso com a educação de qualidade que todas as nossas crianças, adolescentes e jovens precisam ter na educação básica.

Então, lamento que estejamos encerrando o ano com estas duas questões mal-resolvidas: os direitos dos LGBTs e a valorização profissional dos nossos trabalhadores na educação, principalmente dos nossos professores, que precisam, sim, ter um salário digno e ter tempo reservado para fazer o planejamento de suas aulas, para fazer a correção de suas provas, para fazer aquilo que é de suma importância para a qualidade da educação, que é o planejamento coletivo entre o corpo docente e o corpo técnico de cada unidade escolar neste País, o que, infelizmente, hoje não acontece, porque os nossos professores, se têm quarenta horas de aula na jornada de trabalho, essas quarenta horas têm que ser dadas integralmente em sala de aula.

O Supremo Tribunal Federal, infelizmente, profiou essa decisão, mas quero aqui ressaltar a posição muito progressista e muito justa dos Ministros Carlos Ayres e Joaquim Barbosa, Relator dessa matéria no STF, que se posicionaram de forma a dizer que o piso é constitucional, que a hora-atividade também o é e, mais do que isso, que é de suma importância para a qualidade da educação.

Então, Senador Mão Santa, peço o registro de meu pronunciamento até para não tomar mais o tempo do Senador Heráclito Fortes, que me foi tão generoso em ceder o seu espaço neste momento.

Quero também, para finalizar, desejar a todo o povo brasileiro e, principalmente, a todo o povo rondoniense, um feliz Natal e desejar que, no ano de 2009, aqui nesta Casa, tenhamos a coragem da juventude e a ousadia, também inspirada nos jovens brasileiros, de avançar nos direitos sociais e individuais que o povo brasileiro merece ter garantido e ampliado.

Desejo também a toda a Casa, aos Senadores, aos funcionários desta Casa – que têm aturado, por vezes, nossos longos pronunciamentos –, ao povo brasileiro e a todos nós um feliz Natal, de muita paz, de muita harmonia e de muita saúde em todos os lares brasileiros.

Muito obrigada, Senador Mão Santa. E, mais uma vez, meu agradecimento à generosidade do Senador Heráclito Fortes.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, estaremos comemorando os 60 anos da assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento é considerado um dos mais importantes das Nações Unidas, seja por conta do momento histórico em que foi elaborado – no final da Segunda Guerra Mundial, seja pelos direitos fundamentais abordados em seus artigos.

A partir dessa declaração, muitos avanços podem ser observados nos países signatários, principalmente no que tange tanto aos direitos civis e políticos, quanto os direitos sociais, econômicos e culturais.

Ao longo das décadas subsequentes a este documento, a maioria das nações estabeleceu a democracia como regime político, protegendo o cidadão de estados autoritários e repressores, garantindo o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal. Assim foi fortalecido o combate ao trabalho escravo, à tortura, à arbitrariedade, à perseguição política e a outras interferências do Estado. Foram estabelecidas diretrizes para a promoção e garantia do acesso a terra, ao trabalho, à educação, à saúde, ao lazer e ao bem estar social.

O Brasil tem avançado de forma significativa na promoção, garantia e defesa dos direitos humanos. Temos a honra de sermos signatários dos mais importantes tratados, convenções e declarações internacionais, tanto no âmbito das Nações Unidas, quanto da Organização dos Estados Americanos e do Mercosul.

A criação das Secretarias Especial de Direitos Humanos, de Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres, com orçamento próprio e autonomia ministerial são decisões políticas fundamentais para a efetivação dos direitos humanos em nosso País. Além disso, diversos programas e planos governamentais interministeriais foram criados tendo os direitos humanos como paradigma orientador.

Mesmo com tantos avanços, muito ainda há por ser feito. O acesso a serviços básicos, como saúde,

trabalho, segurança pública e educação, precisam ser ampliados. Precisamos romper a barreira do preconceito e garantir direitos de mulheres, homossexuais, pessoas com deficiências, indígenas, negros, crianças e adolescentes, entre outros.

Pensar uma atuação em direitos humanos nos faz refletir e construir um caminho político que abarque diversas frentes de trabalho. Anualmente elencamos alguns temas como centrais, ser deixar de lado os outros temas de igual importância para de todos e todas. Em 2008 nosso trabalho ficou mais voltado aos seguintes segmentos:

1. Criança e adolescente

No tema da infância e adolescência, trabalhamos em função das demandas da Frente Parlamentar, articulação que faço parte desde o início de meu mandato e que tive a honra de coordenar nessa casa, em substituição à nobre Senadora Patrícia Saboya, durante o período eleitoral. Nesse período realizamos o lançamento do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância.

2. Indígenas

Em 2008, o tema indígena teve grande repercussão, por conta dos conflitos da reserva Raposa/Serra do Sol. Nosso apoio aos povos indígenas é irredutível. Estamos firmes na defesa da demarcação contínua da reserva. Entendo que a manifestação tão aguardada do STF, para o dia de amanhã, precisa ser a de resguardar os direitos dos povos indígenas. Confio no STF como guardião da justiça e espero uma resposta à favor dos indígenas.

3. Mulheres

A Lei Maria da Penha tem servido de importante instrumento para o combate à violência contra as mulheres; porém, ainda sofre resistência de alguns setores da sociedade. Em muitos estados e municípios ainda se faz necessário a instituição de mecanismos para que essa lei seja cumprida em sua íntegra. Conseguimos levar para Rondônia o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, para que os processos sejam julgados com agilidade. Além disso, temos participado da divulgação e das ações da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres”.

4. Diversidade

O tema LBGT foi mais uma vez ressaltado em nossa atuação seja por conta de minha relatoria ao PLC 122/06, que pretende criminalizar a homofobia, seja porque também no período eleitoral, substitui a querida Deputada Federal Cida Diogo, na coordena-

ção da Frente Parlamentar. Vale lembrar que houve um importante conquista para esse segmento com a realização da 1ª Conferência Nacional LBGT, reunião que teve como objetivo a elaboração do Plano Nacional de Combate à Homofobia e Promoção da Cidadania LGBT. Acredito que não podemos construir um Brasil melhor sem que possamos garantir que todos e todas sejam cidadãos plenos, por isso, não podemos alijar os mais de 18 milhões de LGBTs brasileiros do debate político e de direitos em nosso País.

A diversidade religiosa também fez parte de nossa atuação em 2008. Estou relatando na Comissão de Educação o PLS 261/04 de autoria da Senadora Ana Júlia Carepa, que dispõe sobre respeito aos diversos dias sagrados de cada religião, não permitindo, por exemplo, que sejam realizados concursos públicos e exames disciplinares nesses dias. É fundamental que consigamos garantir o princípio da livre expressão da religiosidade em nosso País. Para isso, precisamos respeitar a diversidade religiosa e cultural, construindo, sempre que possível, alternativas para o acesso aos serviços públicos e sua prestação.

5. Educação

O estabelecimento da educação como prioridade exige que todos os atores envolvidos no processo educacional sejam protegidos e valorizados. Para tanto é fundamental que coloquemos em prática, o já aprovado piso salarial nacional do magistério da educação básica pública.

A educação, direito humano fundamental, só agora começa a se universalizar em nosso País. Os desafios são grandes, pois há uma significativa demanda de educação para jovens e adultos, e ainda é alta a taxa de evasão e reaprovação. A merenda escolar, transporte e outros benefícios sociais, são investimentos do Estado para a garantia de oportunidades iguais para todos e todas.

Além desses temas, vemos com grande preocupação e seriedade a segurança pública e a saúde. Não há condições reais para um desenvolvimento pleno da cidadania se os brasileiros e as brasileiras não puderem se sentir seguros e com boa qualidade de saúde física e mental. Infelizmente a situação em Rondônia, meu amado estado, é lastimável.

O mote da política do SUS é a descentralização, e em Rondônia acontece exatamente o contrário. A maioria dos melhores médicos dos municípios rondonienses continua sendo as ambulâncias, que circulam diuturnamente dos municípios do interior para Porto Velho – capital do Estado, ensejando despesas para os municípios, pois a manutenção dos veículos

e despesas com pessoal fica na conta das prefeituras. Além de penalizar a população da capital, impedindo um bom atendimento já que as unidades de pronto socorro estão sempre superlotadas.

Como falar do direito humano à saúde se a população não tem atendimento de qualidade? Os pacientes ficam jogados nos corredores, sem atendimento. Urge mudar a política de saúde estabelecida em Rondônia, promovendo a descentralização da política e dos recursos, ampliando os atendimentos, disponibilizando mais profissionais de saúde e aparelhando melhor as unidades.

Em meu Estado, a segurança pública apresenta um quadro tão lastimável quanto o da saúde. Segundo as Estatísticas do Registro Civil, divulgadas ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 2007, o Estado que concentrou a maior incidência de morte violentas no total de óbitos da população masculina foi Rondônia, com 27,6% dos casos.

É emergencial uma mudança na política de segurança pública em Rondônia. É preciso uma ampliação do efetivo das polícias, melhor remuneração dos operadores da segurança pública, aliadas a políticas transversais que coibam a criminalidade e promovam a educação e acesso ao mercado de trabalho. Não podemos mais permitir que sejamos condenados, inclusive em cortes internacionais de direitos humanos, por conta da inabilidade e da falta de compromisso de gestores públicos estaduais. Mais do isso, não podemos permitir que os rondonienses estejam colocados a toda sorte de violência, criando um aterrador quadro de medo e morte em meu Estado.

Finalmente, eu gostaria de reafirmar que somente com uma mudança de paradigma (de olhar de sociedade), poderemos estabelecer uma sociedade harmoniosa, feliz e digna. Trabalho com afinco para chegar o dia, em que todos e todas possam viver com plena justiça e dignidade, tendo como alicerce a promoção, garantia e proteção dos direitos humanos de toda nossa população. Que esse dia chegue, e que seja em breve!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Os nossos cumprimentos e aplausos pela coragem ao defender as suas teses e a sua classe das professoras. Entendemos que este País precisa olhar melhor o professor.

Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a, que mostrou a gentileza do Piauí, cedendo a palavra à oradora que lhe antecedeu, Fátima Cleide, vai ao Piauí abraçar nos Natais.

Já abracei o povo de Brasília, Heráclito.

Ganhei *souvenir*. V. Ex^a sabe que nosso Piauí, como o Nordeste, tem cana, e a cana é uma das matérias-primas da nossa cachacinha. Então, tive a oportunidade de receber das duas grandes empresas – não sei se V. Ex^a as prova; eu as tomo –, uma é a Lira, cachaça que vem lá de Amarante, exportação.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Da família Lira.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acho que o poeta Da Costa e Silva, antes de escrever os belos sonetos, o Hino do Piauí – aquele que diz “se tem um pedaço do céu na Terra, esse pedaço é Amarante, minha terra” –, tomou uma Lira. E a outra é a Mangueira, que é mais comum, de Castelo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – De Castelo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Determinei ao nosso Secretário Executivo José Roberto e ao Zezinho – vou passar para eles – que seja feita uma embalagem para enviar as duas ao nosso Presidente. Depois, vou perguntar qual é a vencedora.

V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, Senador Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a a generosidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no encerramento das atividades parlamentares deste ano, as minhas primeiras palavras são de agradecimento, agradecimento aos servidores da Casa, aos servidores que cobrem o meu gabinete, aos servidores que dão cobertura aqui neste plenário, que às vezes varam a madrugada para dar cobertura e estruturar o funcionamento desta Casa.

Quero desejar um Feliz Natal e um Ano-Novo de paz a todos, mas também a meus colegas Senadores, aos Deputados, aos piauienses, que vêm me tratando com tanto carinho e com tanto afeto ao longo da minha vida pública, aos familiares. Espero continuar, no ano de 2009, a prestar ao povo do Piauí, com meu trabalho, com a minha dedicação e minha luta, aquele serviço, aquele trabalho que o cidadão, que o eleitor espera de um Senador da República.

Senador Mão Santa, este também é um momento de avaliação. Nós estamos encerrando o ano de 2008, quando o Senador Marco Maciel, o Senado da República, prestou um grande serviço ao País, e isso tem que ser reconhecido. Nós não permitimos, durante este ano, que a carga tributária fosse aumentada. É histórico! O Governo, com a sua sofreguidão arrecadatória, tentou, por todos os meios, maquiar a velha CPMF, trazendo-a com nome novo. Esta Casa barrou essa tentativa, assim

como barrou a criação de qualquer nova modalidade de imposto. Esse fato, em si só, é relevante para um Senado que vive com as suas ações limitadas pelas famigeradas medidas provisórias.

Hoje, repercutindo uma pesquisa feita pelo Diap, um jornal disse que este foi um ano de muita discussão mas de pouca produção, isso ou coisa parecida.

Não se diz, no entanto, que a pouca produção do Senado da República se deve ao trancamento da pauta imposto pelas medidas provisórias.

No ano novo, o que desejo, mas desejo com toda sinceridade e com todo afinco, é que este Senado e este Congresso tomem a decisão soberana de aprovar o Orçamento impositivo. Sem isso, nós vamos continuar acocorados; sem isso, nós vamos continuar sendo surpreendidos com medidas provisórias ou com filigranas regimentais como a que vimos ontem na sessão de aprovação do Orçamento – uma PEC pela qual, simplesmente, nós iríamos dar poderes ao Governo, especificamente à Casa Civil, para modificar o Orçamento por decreto. Felizmente, naquele afogadilho, naquela correria, nós fomos salvos pelos competentes assessores que esta Casa tem e que são especializados na matéria. Não fora isso, nós poderíamos amargar, já tardivamente, porque não seria mais possível mexer, a aprovação do que seria mais uma descaracterização do Poder Legislativo do Brasil.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, uma modificação efetiva nas medidas provisórias, para torná-las exclusivamente possíveis em caso de urgência, de extrema urgência, é um dos poucos caminhos que restam para que esta Casa se agigante. A banalização da medida provisória chegou ao seu limite, esgotou-se nesse processo. Ela, que foi criada como instrumento de estabilização da relação entre os Poderes, de tão banalizada, não pode mais viver como está sob pena de comprometer a democracia.

O segundo ponto, sem dúvida alguma, é o Orçamento impositivo, que vai evitar que o Governo prometa o que não pode cumprir e vai impedir que o Orçamento brasileiro seja usado como objeto de barganha para liberações às vésperas de votações de matérias importantes ou para o aliciamento de Parlamentares ou de políticos aos quadros partidários de quem detém a caneta no País. Essa medida é permanente e servirá para qualquer governo que, no futuro, venha a assumir este País.

Estes são os meus votos para o ano que se avizinha.

Senador Mão Santa, nós não podemos deixar também, nesta manhã, de fazer um balanço sobre o nosso Estado, o Estado do Piauí.

O Senador Mozarildo Cavalcanti, bravo lutador cuja luta por Roraima e pelas questões do Norte do País muito admiro, usou aqui uma figura, Senador Mão Santa, que ilustra exatamente o que o Governador do Piauí quer que nós sejamos: aquele macaquinho que não vê, que não fala e que não escuta. Ilustra muito bem o que o Governador quer. Nós não podemos criticar ...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Três macaquinhos que ele quer: os três Senadores.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é. Nós não podemos criticar, não podemos combater, não podemos dizer a verdade. E vem agora a público pedir que todos fiquem em silêncio!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu ouvi o clamor do sofrimento dos piauienses.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas é claro!

A nossa missão parlamentar é esta, e nós fomos eleitos para a oposição. V. Ex^a até que não, V. Ex^a até que o ajudou, mas acordou cedo, porque é o Governo de maior enganação, de maior ilusão, de maior debache que tem o Piauí em toda a sua história.

Não temos obras, não temos projetos, não temos propostas, geração de emprego nós não temos. O que tem salvado o Governador do Estado é a atuação da Bancada federal na liberação de verbas.

Ontem mesmo trouxemos aqui a esta Casa uma matéria publicada que mostra que o Estado está afundado, este ano, em mais de R\$1,6 bilhão em empréstimos, superando em mais de 5% a sua capacidade de endividamento.

E eu não entendo. Quando você vai ver, Senador Mão Santa, grande parte daquelas obras são para construção de estradas. E cadê o famoso plano viário que ele conseguiu com todo prestígio aqui em Brasília? Tudo falácia, tudo balela! As estradas que foram começadas na sua reeleição e que não foram continuadas? As que foram prometidas agora na eleição municipal?

O Piauí vive à beira de um escândalo. Ontem, a matéria trouxe que ele gastou seis milhões para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. Cadê o treinamento dos servidores, feito no início de seu Governo com recursos da Finatec, a respeito dos quais o Procurador do Distrito Federal cobra dele esclarecimentos e ele se nega a prestar? É um fato grave. Vou pedir providências ao Tribunal de Contas da União e ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, para que, solidariamente, esclareçam quem se beneficiou desse dinheiro, quem são os técnicos que foram para o

Piauí, seus CPFs e suas identidades, e que serviço prestaram.

Porque, depois de saírem, firmaram um convênio com o Governo de Mato Grosso, do seu Zeca do PT, e agora aparecem mais seis milhões para treinamento de pessoal.

Senador mão Santa, a situação do Piauí é gravíssima.

Ontem, os jornais noticiaram que os fornecedores estão se negando a fazer atendimentos ao Estado porque não recebem suas contas, suas faturas. E o Governador a viajar, sempre com caravanas monstruosas, chegando aos países e pedindo segurança e carros em excesso às Embaixadas, criando constrangimento aos Embaixadores e nada de concreto traz para o Estado.

Cadê os hotéis, os *resorts* de Luís Correia? Os quatro *resorts* que iam fazer em Luís Correia, Sr. Presidente? Lembra disso, Senador Mão Santa? Prometido. Os investidores espanhóis.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os vôos internacionais. Não tem mais nem teco-teco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Os vôos internacionais. Exatamente. E a gente a ouvir dia após dia essa embromação. Cadê o Porto de Luís Correia, que era para ser inaugurado, ou vai ser inaugurado agora em dezembro de 2009, e vai atender ao Estado da Bahia? Quando pedi esclarecimentos, fui mal compreendido e disseram que eu era contra o Piauí. Qual nada! Eu sou contra que se engane o povo da minha terra.

Cadê a recuperação da estrada de ferro ligando Luís Correia a Teresina? Nem o dormente foi recolocado; as ruas invadiram o traçado da linha férrea; a área da construção do porto sofreu invasão, mais de 300 casas foram construídas, e o Governador a dizer que vai aprofundar o calado do Porto de Luís Correia para 18 metros. Não sabe o que diz. Dezoito metros no Brasil são poucos os que possuem, e isso para grandes graneleiros. Para que enganar o povo com isso, se um calado de sete ou até nove metros já seria suficiente? Onde estão as empresas que ganharam essa concorrência? Anunciaram que seria um batalhão de engenharia e construção que iria fazer. Esqueceu-se S. Ex^a de que o Batalhão de Engenharia e Construção não tinha tecnologia apropriada para aquele tipo de obra e que os técnicos capazes já estavam todos comprometidos com a transposição do rio São Francisco? Para que enganar o povo?

E as cinco hidrelétricas? Onde estão, Senador Mão Santa? Enquanto isso, a Cepisa vive a maior cri-

se de sua história. O Estado está vivendo apagões de até doze horas. Em Teresina é um verdadeiro caos, e o Governador não age de maneira solidária, não exige do Presidente da República uma ação mais efetiva para resolver de maneira mais rápida aquele problema.

Esta semana, V. Ex^a não se encontrava na Casa, recebi, juntamente com o Senador João Vicente Claudino...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Só para atualizar V. Ex^a, a região de Santa Filomena teve um apagão de 27 horas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vinte e sete horas na região de Santa Filomena.

Pois bem, recebi o gestor da Cepisa, Sr. Flávio Decat.

Eu já havia recebido as melhores informações desse técnico. Eu não o conhecia. E conversamos por mais de hora. Fiquei impressionado, Senador Mão Santa – inclusive tenho uma documentação para passar às suas mãos sobre o estado da Cepisa; vou fazer isso hoje – com a maneira como a Cepisa se desmilingüiu nesses últimos seis anos. Agora, espero que essa gestão técnica resolva de uma vez por todas os problemas de uma empresa que está tecnicamente falida, tecnicamente falida. E é preciso que o Governo Federal haja nesse sentido.

Pois, bem. Em uma ação conjunta dos três Senadores da República, que o Governador quer que sejam os macaquinhas que nada vêem, nada ouvem, nada falam, esse extraordinário Relator do Orçamento está colocando quinze milhões para a energização da zona rural.

Aí, Senador Mão Santa, nós vamos poder voltar à Serra do Quilombo. Nós vamos poder ir a Santa Filomena e dizer aos agricultores e produtores daquela região que os Senadores piauienses trabalharam no sentido de dar a colaboração que podem para aquela região.

Para Santa Filomena, coloquei, quando Líder do Governo Fernando Henrique, recursos para a ponte. Esse dinheiro nunca chegou ao seu destino. No ano passado, fizemos um compromisso com o Secretário de Fazenda do Piauí, que considero um homem honrado, Dr. Antônio Neto, para a colocação de seis milhões para a ponte. Espero que esse recurso chegue o mais rápido possível para o início das obras.

Senador Mão Santa, V. Ex^a se lembra de que nós fomos para uma reunião de Bancada e apareceu uma emenda vinda do além, que não existia, era uma falácia, para a construção da sede do Tribunal do Trabalho.

Mas V. Ex^a e esta Casa toda são testemunhas de que suspendemos uma sessão de discussão de crédito,

revoltados pela falta de recursos para o nosso Piauí, em uma negociação promovida pela Senadora Roseana Sarney e pelo Deputado Gilmar Machado, com anuência do Relator Delcídio Amaral, quinze milhões foram destinados para a construção do Tribunal.

E já vejo nos jornais se dizer que aquilo foi obra nossa, mas também esforço do Governador. Que coisa! O Brasil todo é testemunha do que aconteceu. Mas eu não me preocupo com isso. O que eu quero é que a obra chegue. De desvios, de fato, nós estamos fartos, basta ver o caso daquela luta que tive aqui pela famosa escada Magirus para dotar Teresina.

Pois bem, depois de longos anos de espera, finalmente, ao que parece, essa escada chegará ao Piauí por volta do mês de março. Mas agora já começam a dizer que é recurso próprio do Estado, que é empréstimo do Estado, mas, se verdade for, é preciso que se diga que destino tomou o dinheiro destinado pelo Orçamento da União, cuja documentação tenho em mão, para aquela obra.

Senador Mão Santa, é muito difícil trabalhar para um Estado em que não há apetência por parte do Governador e da sua equipe para que as coisas dêem certo, porque é um Governo que não tem projeto, é um Governo que não tem planos, é um Governo que tem corriola. E com corriola não se administra Estado, principalmente como o Estado do Piauí, sofrido. E nós, que esperávamos que algumas ações fossem tomadas, como, por exemplo, a Transnordestina, que foi entregue, com a anuência do Governador do Estado, para uma PPP, uma parceria público-privada, em que um empresário, numa crise como essa, não vai fazer investimento, vai aguardar o deus-dará e vai aguardar as benesses de Governo! E o Piauí ficará à espera.

As nossas regiões, não só as que produzem grãos, que têm a soja como o carro-chefe, mas também as ricas em minério de ferro, vão continuar penando para transportar as suas riquezas, e as estradas vão continuar sendo penalizadas com as carretas de toneladas acima da sua capacidade.

Que brincadeira é essa? Já virou rotina o *Jornal Nacional* todo ano mostrar o estado de petição de miséria em que se encontram as estradas escoadoras das nossas riquezas. E o Governo não faz uma rodovia à altura de agüentar o tráfego necessário para o escoamento da nossa riqueza.

Senador Mão Santa, é duro trabalhar e querer levar recursos para um Estado no qual os fatos acontecem de cartas marcadas. As concorrências são feitas geralmente de maneira suspeita e duvidosa. Eu não entendo como o Governo contrai um empréstimo para estradas federais quando se vê que um dos setores

mais beneficiados pelo Governo Federal, pelo seu Plano Nacional de Obras e pelo trabalho da Bancada diz respeito exatamente a essas estradas.

Mas vou mostrar a V. Ex^a, com prova, com documento, o desprestígio ou o descaso do Governador Wellington Dias. No Orçamento do ano passado – e para mostrar que eu ajudo o Piauí, eu não atrapalho o Piauí –, eu peguei uma emenda e coloquei 8 milhões e 50 mil reais para a construção e recuperação de aeroportos no Estado.

Ficou combinado que o Governador daria uma contrapartida de aproximadamente 4 milhões. Os aeroportos, Senador Mão Santa, Canto do Buriti, Castelo, Luzilândia, Pedro II e São João do Piauí.

Pois bem, fiz uma correspondência para o Governador no dia 14 de dezembro. A assessoria de S. Ex^a à época vazou a matéria na sofreguidão de querer a exclusividade do fato, e o Governador fez o seguinte encaminhamento ao Ministro José Múcio: *"Ao Ministro José Múcio para a programação do empenho das emendas do orçamento de 2007"*. Sabe a data Senador Mão Santa? No dia 21 de dezembro de 2007. E até agora nada!

Devia ter me dito que não tinha prestígio ou não tinha interesse, porque eu tomaria conta. Mas eu não queria desrespeitar nem quero desrespeitar hierarquicamente a figura do Governador. Pois bem, até agora nada. Mas aí Senador Mão Santa, por meio de um entendimento com o Ministério da Aeronáutica com os recursos liberados aqui, nós entramos também com um pedido para ampliação ou construção dos aeroportos de Amarante, Curimatá, Piripiri e Paulistana.

A duras penas conseguimos agora que o Estado elaborasse o projeto. E o Ministério da Aeronáutica tomando providências para a construção dos aeroportos de Piripiri e de Paulistana.

Não tenho nenhuma ligação política com o prefeito de Paulistana. O prefeito é um daqueles que me tem como adversário, não sei por quê. Mas é problema dele. Mas o Piauí está acima de tudo. Acho até que, estrategicamente, Paulistana é um município que tem que ser bem olhado pelo nosso Estado, porque vai ser beneficiado com eixo da produção, que é exatamente a Transnordestina.

Os outros estão completamente parados. No aeroporto de São João do Piauí, por exemplo, é uma ampliação pequena, é um alongamento e uma minoria do recuperação.

Mas tem um fato mais grave. O Governo abriu uma licitação para a recuperação do aeroporto de Floriano, o que é uma vergonha. E a Anac tem aí à disposição R\$2,8 milhões para a referida obra. E o Governo não

cumpre sua parte, qual seja, mandar documentação necessária, documentação mínima para que esse recurso seja liberado.

Tenho cobrado da administração da Anac, e eles me dizem: "Temos toda boa vontade, mas faltam os documentos". E lá estão fazendo uma recuperação vergonhosa com recurso do Estado, tendo a Anac verbas específicas, destinadas para essas obras.

É triste, Senador Mão Santa, mas é a verdade, é a realidade.

Eu digo isso com muita tristeza. Eu gostaria de estar aqui com V. Ex^a, gostaria também de estar enaltecedo as obras para o nosso Estado, obras de infraestrutura, de geração de emprego.

Senador Mão Santa, o Piauí recebeu com muita alegria há 3 anos o anúncio de que um centro de convenções novo seria construído, seria um projeto de um filho de Tomie Ohtake. Não se fala mais nisso, não se ouve mais nada. E o Governador delirando, querendo criar uma companhia de aviação junto com alguns Governadores do Nordeste que ridicularizam essa idéia. Se nós estamos no momento de diminuir o tamanho da máquina, o tamanho do Estado, para que a criação de uma companhia para onerar os cofres públicos e se fazer farra aérea para cima e para baixo? Basta ver quanto se gasta no Estado do Piauí com o aluguel de aviões executivos. Basta ver! É mais uma embromação.

Anuncia, como um fato bombástico, a recuperação do aeroporto de Teresina, quando, na realidade, aquele aeroporto está completamente saturado, aquele aeroporto precisa, isto sim, ser deslocado da atual área.

Aliás, quando eu era Prefeito de Teresina, a Infraero já fazia estudos dessa natureza e dizia exatamente que era uma obra para 15 a 20 anos depois. O tempo é agora. Aí, faz mais um lançamento estapafúrdio: "Vamos aproveitar uma planta que não serviu para Macapá". O movimento aéreo de Macapá é menor que o de Teresina; a população de Teresina é maior que a de Macapá, e por aí afora. A população de Teresina é maior do que a de Macapá, e por aí afora. Se não serviu para lá, por que vai servir para Teresina? É uma pena!

Mas, Senador Mão Santa, não podemos nos calar com isso não! Essas ameaças, essas articulações de intimidação, não irão nos transformar – pelo menos a mim – num macaquinho que não vê, não ouve e não fala. Temos compromisso com o povo do Piauí e devemos honrá-lo. Sei que não é bom para uns, o ideal é que houvesse unanimidade e não oposição, mas para o povo não; para o povo não!

Encerro o meu pronunciamento, dizendo que faço este discurso com muita tristeza. Gostaria de ver o Orçamento da União, meu caro Simon, liberando obras.

Para mim, um dos fatos mais marcantes neste ano foi a vigília cívica que V. Ex^a fez para a liberação de recursos para o Rio Grande do Sul. Eu, Mão Santa e mais outros colaboramos com uma ponta de inveja danada, por que queríamos que uma vigília daquela fosse feita para defender dinheiro para o nosso sofrido Piauí. Os projetos não existem. Paciência! Mas ficamos felizes em ver que a luta vale a pena, e esse momento, no meu modo de ver, foi um dos momentos que engrandeceu esta Casa, o Rio Grande do Sul e V. Ex^a.

Sr. Presidente, deixo um abraço a todos, mas de maneira muito especial aos piauienses, pedindo que eles compreendam, às vezes, a minha ansiedade, a minha indignação, o meu inconformismo. Não posso ver, de maneira nenhuma, o Maranhão e o Ceará crescerem, e o Piauí completamente estagnado, sem projeto, e o Governador a anunciar que, no ano que vem, o Piauí vai ter petróleo. Valha-me Deus! Que vai ter um porto, que, além de atender às demandas piauienses, atenderá também a Bahia. É demais! Esse Papai Noel não vai acontecer no Piauí, porque, quem carrega o saquinho, não é de nada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos pelo pronunciamento real e vibrante, traduzindo o clamor do Piauí. Entramos no caos.

Shakespeare, em sua obra, disse: "Há algo de podre no reino da Dinamarca". Digo que o Piauí está podre; o PT entrou lá.

Senador Heráclito, V. Ex^a esqueceu-se que o homem prometeu cinco hidrelétricas. Tem uma pela metade. Se ele tivesse aproveitado o nosso querido Luiz Inácio para concluir a clausa, possibilitaria a naveabilidade. Mas cinco hidrelétricas e dois aeroportos internacionais?! Goiás não tem nenhum aeroporto internacional.

Mas, enfim, está no Livro de Deus: "Depois da tempestade, vem a bonança". E a democracia nos permite a alternância de governo. O bravo povo do Piauí terá o seu reencontro com a lucidez e a visão do futuro.

Convidamos para usar da palavra Pedro Simon, Senador do PMDB do Rio Grande do Sul – não, do Brasil. E eu me sinto muito feliz em anunciar-lhe.

Senador Marco Maciel, V. Ex^a, que é da Academia Brasileira de Letras, se lembra do Renascimento, de seus artistas, de Dante Alighieri, Maquiavel, Leonardo da Vinci e Michelangelo? E V. Ex^a deve ter visto a estátua de mármore de Pedro, na Capela Sistina,

no Vaticano, feita por aquele artista de mão santa, Michelangelo, reproduzindo Pedro, o primeiro Papa. Ele, com o dom de Deus, da arte, escultor ímpar, mira o seu trabalho, inspirado por Deus, pega o martelo e diz: "Parla, Pedro!" E o Pedro de lá era mudo.

Então, eu posso dizer, aqui: Parla, Pedro! De verdade. V. Ex^a reproduz aqui...se na Itália ele perdeu, porque o Pedro de lá não falava, era estátua, também o mundo moderno sabe que Cícero não é o maior Senador e o maior orador da História da civilização. É V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, praticamente, estamos encerrando as nossas atividades deste ano, neste 19 de dezembro. Creio que tem muito a se falar sobre este ano. Não sei se se tem muito a comemorar; mas tem muito o que se falar sobre este ano.

Acho que a reunião realizada lá na Bahia, na Costa do Sauípe – eu não a conheço, mas, parece-me, que é uma maravilha, uma beleza –, que, pela primeira vez reuniu todos os países da América Latina, sem os Estados Unidos, foi uma reunião muito importante.

Gol de placa para o Presidente Lula!

Olha, eu considero a Organização Pan-Americana, com sede em Washington, uma entidade sem nenhum significado. Quem manda nela são os Estados Unidos, quem decide são os Estados Unidos. Pois agora está-se consolidando a criação de uma Organização Latino-Americana, sem os Estados Unidos. Nota 10, para mim! Com todo o respeito, mas os Estados Unidos são um país tão intenso que são uma entidade à parte.

Aliás, a Imprensa refere-se "à Europa", "à China", "à Índia", "à América do Sul" e "aos Estados Unidos". Na declaração do Presidente Obama, ele disse que "os Estados Unidos precisam do mundo, e o mundo precisa dos Estados Unidos". Eles colocam, não digo que com vaidade, mas é a realidade, que os Estados Unidos impõem a sua vontade ao mundo.

Belíssima reunião a realizada na Bahia!

Singela, não é o Presidente Fidel Castro, mas a pessoa de seu irmão, mais simples, mais humilde, mas que marcou posição. Acho que o Raul Castro está demonstrando a que veio. Acho que, a par da saúde de Fidel Castro, a sua saída do Governo e a entrega da Presidência ao irmão dele tem dado oportunidade a que se abram as portas para pôr fim a uma tragédia que, há cinqüenta anos, praticamente, inferniza a América: o bloqueio a Cuba. Todas as nações americanas receberam de braços abertos a presença de Raul Castro, e, por unanimidade, defenderam a presença de Cuba

na Organização, e, por unanimidade, defenderam que temos de votar o fim do bloqueio econômico a Cuba.

Acho a decisão tomada na Bahia...Trinta e três países da Cúpula da América Latina e do Caribe, reunidos de forma inédita, cobraram ontem do Presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, uma mudança na política americana com relação à região. Para reforçar a posição de independência, os Chefes de Estado pediram o fim do embargo à Cuba, considerando isso um exercício de vingança, não sendo justificável, nem comprehensível. Ainda mais: lançaram a idéia de um foro próprio de debates e soluções de controvérsias, a União Latino-americana e do Caribe. Uma espécie de Organização dos Estados Americanos, que até ontem os americanos lideravam, uma Organização dos Estados Americanos sem a América do Norte. A OEA do B reunirá países sem a participação dos Estados Unidos e do Canadá. A idéia foi apresentada pelo Presidente do México, Felipe Calderón, aliado dos Estados Unidos, que recebeu imediatamente o apoio de todos os presentes.

Eu acho que o Brasil ocupa um lugar muito importante nessa nova posição da América Latina. Acho que não há como deixar de reconhecer o importante significado da política externa brasileira. Aqui tem havido algumas críticas, Sr. Presidente.

Ainda anteontem votamos – é verdade que é ridículo –, muito tempo depois de os alimentos já terem sido distribuídos, de as verbas já terem sido gastas, a autorização, *a posteriori*, de auxílio do Brasil a pobres da América Latina. Muitos Parlamentares estranham: "Mas o Brasil com tanta fome, com tanta miséria, toma uma posição como essa?!" Entendo. Claro que temos muita fome, que temos muita miséria, mas o gesto político de estender a mão a nossos irmãos com mais fome e com mais miséria da América Latina é importante.

O Brasil não tem posição de conquista, o Brasil não tem posição de vaidade, o Brasil não tem nem cheiro dos Estados Unidos. Olhando em roda, vemos que os Estados Unidos dobraram seu território, roubando metade das terras do México. Lá está a Califórnia o mais rico Estado americano, lá está o Estado do Novo México, roubados do México.

O Brasil não tem isso, o Brasil não tem vaidade de conquista. Nós achamos um terror que a América Latina seja praticamente um continente sem personalidade, sem autoridade. O Presidente americano, ao longo do tempo, diz com a maior tranquilidade "É o nosso quintal", "Nós temos que cuidar do nosso quintal". Isso foi o que disse um presidente americano.

É verdade que teve a célebre política de Monroe: "A América para os americanos" dizia ele. E a gente

entendia que “a América para os americanos” era para nós, mas não; é para os norte-americanos. Essa é a realidade. Quando houve a questão entre Argentina e Inglaterra nas Ilhas Malvinas... Eu acho isso, sinceramente, uma vergonha. Os últimos resquícios de colonialismo ainda existem aqui: as Ilhas Malvinas, ali, do lado da Argentina, por que são da Inglaterra? Sob que pretexto? Pois a Inglaterra não teve dúvida em mandar sua velha e ridícula – na época – Marinha para derrotar os argentinos nas Ilhas Malvinas. E apesar de os americanos dizerem “América para os americanos”, os Estados Unidos, com mão forte, deu cobertura e apoiou a Inglaterra contra a Argentina.

Eu acho, Sr. Presidente, que no mundo que aí está, neste atual milênio, neste atual século, a América Latina, com autoridade e unindo-se... Se o senhor olhar, Senador Mão Santa, a América Latina tem tudo: tem petróleo, tem minério, tem agricultura, tem pecuária, tem riqueza. Tudo o que se possa imaginar tem na América Latina. No entanto, tem fome, tem miséria, tem atraso.

Se nós estabelecermos o diálogo na América, se nós estabelecermos a conversação e o intercâmbio comercial, econômico, moral, ético e político na América Latina, nós vamos crescer e muito.

O Presidente Sarney merece um elogio à parte. Foi ele, quando era o Presidente da República, que iniciou o entendimento, depois de cem anos, entre a Argentina e o Brasil. Os americanos do norte instigaram, dizendo que uma luta entre o Brasil e a Argentina era inevitável. A guerra estava marcada no horizonte.

Eu sou do Rio Grande do Sul e lá, Sr. Presidente, na fronteira com a Argentina, a região que era mais próspera, mais rica do Rio Grande e para o Brasil foi proibida de crescer.

Do próprio Getúlio Vargas, gaúcho dali da região de São Borja, Presidente da República, veio a determinação de que na fronteira era proibido construir fábrica, era proibido ter indústria porque na fronteira com a Argentina, mais cedo, mais tarde teria uma guerra.

O trem no Brasil é bitola larga, o trem na Argentina é bitola larga, mas o trem no Rio Grande do Sul é bitola estreita, para na hora da guerra os trens da Argentina não invadirem o Brasil via Rio Grande do Sul. Parece piada, mas é verdade. Durante 60 anos metade do Exército brasileiro estava na fronteira do Brasil com a Argentina, metade.

Temos cidades como São Borja, Santiago... Santiago tem cinco quartéis federais, do Exército; Alegrete quatro; Livramento três; Urugiana três; São Borja três. Metade do número das Forças Armadas do Exército

brasileiro, durante 60 anos, ficaram na fronteira do Brasil com a Argentina. Por quê? Porque a guerra era inevitável.

Lá na Argentina, o rio que divide a zona de Corrientes, a zona norte da Argentina, está isolado da Argentina. E os governadores faziam uma luta tremenda para fazer uma ponte, uma estrada que ligasse a Buenos Aires. O Governo Federal não deixava. Por que não deixava? Porque, se houvesse uma guerra com o Brasil, aquela ponte serviria para as tropas brasileiras entrarem em direção a Buenos Aires. Fizemos uma reunião com os Governadores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná e os seis governadores das Províncias norte da Argentina. Ao atravessar o rio, há um túnel, Sr. Presidente, embaixo do rio, um túnel estreito, de uma via só. Olhei e fiquei com vergonha de perguntar por que um túnel de uma via só, que tem que colocar bandeirinha até esperar que o outro venha, se seria muito mais barato fazer uma ponte em cima do rio? Tive coragem e perguntei por quê, e o Governador respondeu. “É que aqui, na Argentina, a margem do rio é propriedade da República, da União, e a União não deixava construir a ponte”. Mas o fundo do rio é propriedade do Estado, da Província. Então, o que os Governadores fizeram? Fizeram o túnel no fundo do rio por causa da guerra.

O Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín iniciaram entendimento. Quando nos reunimos – e eu era Ministro indicado por Tancredo, que morreu e ficou o Sarney – para discutir o que faria a Nova República em termos de Itamaraty, a tese foi a América Latina. Falou-se que não adiantaria chamar a América Latina e conversar com a América Latina enquanto não se discutisse Brasil e Argentina. E aí começou o diálogo que terminou com a integração Brasil-Argentina. Veio o Mercosul e, agora, culmina com essa reunião extraordinária realizada na Bahia entre todos os Governos da América Latina e do Caribe. Que bom, Sr. Presidente, o que está acontecendo!

Eu vejo com estranheza alguns fatos. O Paraguai quer uma composição de radicalidade, e há a questão do Brasil e Paraguai em Itaipu. O Equador, que recebeu verbas do BNDES, a pretexto de que a Odebrecht não estaria fazendo o trabalho como deveria, diz que não vai pagar a dívida. A Bolívia quer lembrar fatos do século retrasado com relação ao território do Acre, fruto de negociações e não de luta. Mas creio que isso deve fazer parte até de uma instigação que vem de fora, no sentido de criar essa animosidade para evitar essa união. Que bom que Argentina e Brasil não estão indo nessas ondas. Pelo contrário, estão dando as mãos em torno dessa integração da América Latina. E

a primeira exigência é excepcionalmente correta: fim do bloqueio a Cuba. Cinquenta anos! A ONU toda, todas as nações, com exceção da Argentina – coitado de Israel, que não tem outra posição – e uma ilha não sei de onde, que também votou, três. Os outros todos votaram pelo fim do bloqueio a Cuba.

Mas há questões que vamos ter de analisar, Sr. Presidente, como a de ainda existirem colônias na América Latina.

No segundo milênio, as Ilhas Malvinas, propriedade da Inglaterra a troco de quê? Eu acho que exigir a independência de todos os territórios da América Latina é algo absolutamente positivo e necessário. No momento em que nos unirmos, como esse exemplo que é a Europa, que se transformou no grande fenômeno do final do segundo milênio... Mil anos de guerra, de luta, de traumatismo, entre Inglaterra, Alemanha, França, Itália, que se destroçaram. Guerras de cem anos, como a da Inglaterra e a da França. Hoje está aí uma confederação de nações.

O Parlamento Europeu é muito mais importante que a Assembléia Nacional Francesa ou a Câmara dos Comuns da Inglaterra. O euro é a matéria mais importante, tanto que não se fala mais nem em marco, nem em franco, nem na libra esterlina da Inglaterra.

O cidadão pega uma certidão de nascimento na Alemanha e vai trabalhar em qualquer país da Europa. Ele anda pela Europa inteira sem absolutamente nada, nenhum documento. Faz Faculdade de Medicina na Itália e vai trabalhar na França, sem nenhum documento, sem nenhum exame. Isso é lá; e amanhã será aqui.

Acho que não podíamos encerrar este ano de maneira mais positiva, Sr. Presidente.

Eu quero dizer mais. Felicito o Presidente Lula pelo esforço que ele está fazendo para nós enfrentarmos a crise que o mundo inteiro está vivendo. Eu acho que ele está tendo coragem e está fazendo um esforço que merece respeito.

É conhecida a minha posição pessoal de antipatia ao Presidente do Banco Central. Eu até hoje não entendi que o cidadão era o único presidente estrangeiro de um grande banco americano, o Banco de Boston; ele, brasileiro, era o presidente. E saiu do Banco de Boston para se eleger Deputado Federal pelo PSDB. E se elegeu Deputado Federal. Até hoje nós não conseguimos a cópia do acordo feito entre ele e o Banco de Boston, para ele fazer aposentadoria, que, se não me engano, é algo entre 200 e 250 mil dólares por mês. Segundo informações que a gente tem desse entendimento que ele fez para a sua aposentadoria pelo Banco de Boston, ganhando cerca

de 250 mil dólares por mês, é que há um artigo que diz que, para ele receber essa aposentadoria, se ele for trabalhar em algum lugar, só com a concordância do Banco de Boston. Claro que, quando se fez isso, a argumentação era de que ele não ia terminar aproveitando toda a tradição e a capacidade dele para trabalhar num banco concorrente e continuar ganhando aposentadoria do Banco de Boston. Mas a verdade é que ele veio trabalhar no Banco Central. E está trabalhando no Banco Central com a concordância do Banco de Boston. Não há jeito de a imprensa nem de ninguém conseguir cópia desse documento. Eleito pelo PSDB, termina Presidente do Banco Central, indicado pelo PT. E tem tanta força que o único presidente de banco central no mundo que tem o *status* de Ministro de Estado é o do Banco Central do Brasil. Não morro de amores por ele. Dois processos no Supremo, onde o Procurador-Geral da República reconheceu que arquivaram o processo de denúncia do Procurador-Geral, mas arquivaram porque o Supremo não aceitou a solicitação do Procurador-Geral de abrir as contas do Presidente do Banco Central para apurar. Então, o Procurador disse: "Não podendo abrir as contas, não pude verificar. Então que se arquive".

Mas sou obrigado a reconhecer que o Brasil está tendo uma posição corajosa. Queira Deus que acerte. Eu vejo as declarações do Lula. Têm tanta impetuosidade que parece que ele é um grande economista. Não sei. Mas eu rezo para que ele esteja certo. Queira Deus que ele esteja certo! Aí eu concordo com ele: muito pessimismo em muita gente que parece estar torcendo para que a coisa dê errada. Acho que não é essa a posição. Tomara que dê certo! Tomara que dê certo!

O Brasil, geralmente, tem características especiais nesse contingente. Primeiro, é para notar a diferença entre essa crise e as anteriores no mundo. No Governo Fernando Henrique, a crise no México atingiu o mundo inteiro, inclusive o Brasil; a crise na Rússia atingiu o mundo inteiro, inclusive o Brasil; a crise na Argentina atingiu o mundo inteiro, inclusive o Brasil. Esta, que é dez vezes maior do que as outras, ainda não. Qual é a diferença entre agora e antes?

É que agora o contingente internacional tem um fato novo. Não é mais... Durante 40 anos de Guerra Fria, nós tivemos americano **versus** russo. O russo no fundo era uma mentira, mas, como tinha o potencial atômico, parecia que era uma potência. E o mundo girava entre Rússia e Estados Unidos. O auge foi em Cuba, quando os russos botaram os foguetes e Kennedy obrigou-os a retirar, e eles os retiraram. Com a queda da Rússia e o fim da Guerra Fria, houve a hegemonia

do americano. O americano passou a ser dono absoluto, sem contestação. E essas crises aconteceram com o americano dono absoluto.

O americano continua por cima? Continua. Com a força total? Com a força total. Mas há alguns fatos novos. O primeiro é o Mercado Comum Europeu, é a unidade européia. Antes, quando havia essas crises, era a Alemanha de um lado, a França do outro, a Itália do outro, a Inglaterra do outro, tentando sobreviver, brigando entre si. Agora não. Agora eles se reuniram, e o Mercado Comum Europeu e a organização européia se apresentam como um todo e têm um capital praticamente igual ao dos Estados Unidos. Agora quando se vai negociar, não é com a Alemanha, nem com a Itália, nem com ninguém; é com a unidade européia. Então, ela está resistindo à crise. A China é um fato novo: 15 anos crescendo a 10% ao ano, com uma população de 1 bilhão e 400 milhões! É um fato real. Estão aí as grandes e tradicionais indústrias automobilísticas: Chrysler, Ford, Chevrolet e a GM praticamente implodindo nos Estados Unidos. E toda essa crise não atingiu a China. A Índia está crescendo 6%, 7% ao ano. O Brasil é visto como uma grande potência para o final deste século.

Então, nessa nova realidade, não há mais a ditadura absoluta da economia americana. E esse é um fato importante. E é aí que o Lula está jogando e a economia brasileira está jogando. E repito, nós temos que rezar para que dê certo. Seria o momento... Eu não consigo entender, embora haja uma lógica: "Gastem, gastem, gastem!" É o Lula pedindo a todo mundo. E o argumento é que gastando, se consome; consumindo, se produz; produzindo, tem trabalho; tendo trabalho, não tem demissão; e, não tendo demissão, não tem a diminuição da economia.

Mas mesmo assim, "Gastem, gastem, gastem!", soa meio estranho, se é este realmente o caminho pelo qual nós devemos ir. Mas com toda a sinceridade, ele tem coragem de apontar.

Ah, se o Presidente Lula tivesse um pouco de austeridade no seu Governo... Ah, se o Presidente Lula tivesse um pouco de autenticidade no seu Governo...

Eu já disse daqui e vou repetir pela terceira vez: eu sofri, chorei, quando vi, num momento importante, o Lula, em vez de seguir o caminho da firmeza, se deixar levar... Aquele caso Waldomiro marcou o início da derrocada ética do seu Governo.

Eu penso: se ali... Não é que eu não tenha ido falar com ele. Eu fui falar com ele. Eu tinha sido convidado para ser ministro e disse que não aceitava. Agradeci emocionado a honra – na minha casa, jantando na minha casa –, mas disse que poderia ajudá-lo muito mais

aqui no Congresso, com tinha sido no Governo Itamar. Fui Ministro de Tancredo, mas o Tancredo preferia que eu fosse Líder dele aqui. E ele dizia... "Não. Ministro da Agricultura". E Tancredo disse: "Mas para Ministro da Agricultura, nesses partidos que me apóiam, eu tenho 30, 40. Para Líder do meu Governo, eu tenho o Pedro Simon e gostaria que fosse o Pedro Simon".

Terminou não sendo, mas deu certo no Itamar, modéstia à parte, quando também não aceitei ser Ministro em hipótese nenhuma. E qual foi o argumento? Meu? "Não. Eu fui o Líder; eu coordenei toda... Foi no meu gabinete que coordenamos toda a Comissão do **Impeachment**, toda e eu não quero que se diga na História que eu coordenei a Comissão do **Impeachment** e terminei sendo Ministro do Governo que derrubou o Presidente da República, que nem aconteceu no Governo do Dr. Getúlio Vargas, em que a UDN e aqueles que o derrubaram e que levaram o Dr. Getúlio Vargas ao suicídio – Brigadeiro Eduardo Gomes, Baleeiro e companhia – terminaram sendo Ministros do Café Filho.

Mas eu disse a ele: "Lá, no Congresso, eu terei muita honra em assumir a Liderança e a coordenação". Mas, quando houve o caso Waldomiro, a televisão publicando o cidadão pegando o dinheiro, botando no bolso e discutindo qual era a comissão...? Entrei Palácio adentro para falar com o Lula, mas na certeza de que ele iria demitir na hora. Não demitiu. Não demitiu! Aí, tivemos que pedir a CPI, e ele não deixou criar a CPI. E o Presidente, o Líder do PMDB e o Líder do PT na época não deixaram criar a CPI. Tivemos que entrar no Supremo. Eu amarguei muito triste aquilo, porque aí foi a derrocada do ponto de vista ético e moral.

Fico pensando hoje, Sr. Presidente, se o Lula tivesse adotado uma posição firme. Deus me perdoe, mas eu não sei... Há coisas que acontecem e Deus sabe por que acontecem. Se o Lula tivesse assumido o comando moral, ético, se o seu Governo fosse como era o PT antes do seu Governo, o seu padrão de seriedade, hoje o Lula seria um deus aqui no Brasil. Se com tudo isso ele tem 80% de popularidade, imagine se ele não tivesse a corrupção e a imoralidade dentro do seu Governo.

Mas eu acho que agora, nessa hora em que estamos vivendo, ele podia, ele tinha condições de dar uma linha e um norte ao seu Governo.

Além da fala bonita, da fala popular, de ser simpático, de dizer o que o povo gosta de ouvir – e o povo gosta de ouvir –, ele deveria ter um comportamento, na ética e na seriedade, que fosse realmente muito importante.

Mas, na reunião da Bahia, nota dez para o Lula! Essa integração na hora em que estamos vivendo, nota dez para o Lula! Acho que temos, volto a dizer, de rezar para que dê certo.

Terminamos este ano. Essa crise com a Câmara, realmente, na minha opinião, Senador Marco Maciel, levou para o ápice a anarquia do relacionamento que existe entre os Poderes do Brasil. Era só o que faltava! O Executivo entra na vida do Congresso Nacional e nós passamos a vida inteira aqui discutindo com o Executivo sobre as medidas provisórias. O resto é piada, é de mentirinha.

O Judiciário há por bem fazer aquilo que diz que nós não fazemos. E nós não temos autoridade para fazer nada porque, na verdade, não fazemos. Ontem, praticamente com a imposição da Justiça, o Presidente resolveu cassar o mandato do Deputado acusado de infidelidade partidária. Mas o Judiciário está intervindo e nós não temos autoridade, porque ele intervém naquilo que não fizemos. Então, há um vazio e ele entra.

Agora foi a Câmara, onde estão engavetadas dezenas de medidas, as mais importantes, votadas aqui. Agora o Sr. Chinaglia aparece de herói.

Eu assinei e queria votar a emenda do Mercadante. Na verdade, era importante, era interessante. O Senado agiu de alma limpa ao votar essa matéria. Como o Senado queria que a matéria fosse votada a tempo, antes de encerrar a sessão legislativa, tirou o artigo da parte financeira para constituir uma emenda à parte. Mercadante e um grupo de que eu fazia parte apresentamos aqui uma emenda para votar ou, pelo menos, para votar e fazer com que a Câmara se reunisse e, assim como a Câmara nos manda e votamos toda a matéria num dia, que ela também votasse toda a matéria. Não saiu e a Mesa da Câmara resolveu não assinar. E o que me importa é o Presidente Chinaglia dar uma declaração para Porto Alegre, na Rádio Gaúcha, com a maior “cara de pau”: “Nós votamos uma emenda constitucional e o Senado só votou uma parte, não votou a outra. Então nós não vamos promulgar”. Esquecem-se o Sr. Chinaglia e a Mesa da Câmara que isso cansou de acontecer lá e aqui. Isso é uma rotina! Vem uma matéria para cá e nós podemos votar a favor e haver a promulgação, podemos votar contra e a matéria ser arquivada, podemos emendar e a matéria voltar para a Câmara ou voltar da Câmara para o Senado ou podemos fazer o que foi feito aqui: aprovar uma parte e tirar uma parte para constituir uma emenda à parte.

Isso cansou de acontecer! Isso cansou de acontecer, principalmente na Câmara! E ele fala de uma

maneira, fala de uma maneira que dá a entender que nós fizemos um escândalo.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como o Garibaldi se lançou candidato a Presidente do Senado, à reeleição, então fizeram isso. E como o Garibaldi, com o negócio de devolver a medida provisória, estava com um prestígio muito alto, ele fez isso para desgastar o Garibaldi. Olhem, ele pode até desgastar o Garibaldi, mas não pode desgastar o Senado como desgastou. Não desgastou o Senado, desgastou o Congresso Nacional. Isso foi muito grave!

A imprensa está noticiando, e sou levado a crer que é por aí, que o negócio foi para atingir a pessoa do Garibaldi. Falar que nem ele falou na Rádio Gaúcha... O que ele diz na Rádio Gaúcha? Nós votamos a emenda dos vereadores, que aumenta o número...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O Senado aprovou o aumento do número de vereadores e cortou o aumento de gasto. Então, não votamos isso. “Este Senado é uma barbaridade! Olha o que Senado fez? Não aumentou o número de...” Não é verdade! Tanto não é verdade que, quando destacamos a emenda que foi do Mercadante, que apresentamos, houve o compromisso de toda a Casa para ser votado em fevereiro, e até fevereiro não vai ter nenhuma Câmara que vai votar qualquer emenda, porque as Câmaras estarão todas de recesso. E, quando as Câmaras voltarem a se reunir, estamos aprovando a emenda dizendo que não pode mexer. Isso é pena, Sr. Presidente!

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...uma nova proposta de medida provisória, mais ridícula do que a que está aí, Sr. Presidente. É mais ridícula do que a que está aí! E assim terminamos este ano, em que tivemos mais sessões com pauta trancada pelas medidas provisórias do que com pauta destrancada, em que não votamos praticamente nenhum projeto de iniciativa de Deputado ou de Senador, pois o que votamos foram medidas provisórias, e o Senador Garibaldi teve a coragem de devolver uma, aquilo que nós, não o Presidente do Senado, não os Líderes, mas o que nós deveríamos ter feito desde o início.

É inconstitucional? Não merece urgência? Ela veio de matéria que não podia ser editada? Não votamos. Isso é o que devíamos fazer. Não fizemos e temos aqui um poder que é, por assim dizer, um Poder subsidiário do Poder Executivo.

Encerro, Sr. Presidente, mandando um abraço fraterno aos funcionários desta Casa. Não há dúvida do padrão de seriedade, de alta profissionalização nesse serviço. Eu levo meu abraço muito fraterno aos meus companheiros daqui do Senado, a V. Ex^a e a todos os companheiros desta Casa, porque conseguimos manter o padrão de dignidade e de confiabilidade e rogo a Deus que este Natal e o próximo ano nos...

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... com mais possibilidades de avançarmos.

Eu confio, Sr. Presidente, confio que estamos a caminho de um mundo melhor. Confio que nós estamos numa conscientização da sociedade em todos os cantos do mundo. Confio que nós haveremos de marchar rumo a uma sociedade de paz e de amor, onde não como aconteça como agora, quando os Estados Unidos votam US\$1,6 trilhão para resolver uma crise do sistema financeiro. Metade disso resolveria o problema da fome de um bilhão de habitantes no mundo.

Mas vamos chegar lá, Sr. Presidente. Se Deus quiser, vamos chegar lá: mais paz, mais amor e mais justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, neste Natal, V. Ex^a ensina aos brasileiros que não devemos recordar só o nascimento de Cristo, mas a vida. E Cristo, na história da humanidade, houve um homem que mais se aproximou d'Ele, ô, Pedro Simon, foi Francisco. E V. Ex^a é o brasileiro que mais se aproxima de Francisco, o santo.

Então, quero crer que vamos entrar o ano-novo com a certeza de que será um ano-bom, porque não vamos entrar como quem salta no escuro, no desconhecimento. Teremos a luz. E as virtudes de V. Ex^a serão a luz que vão iluminar este Senado da República do Brasil.

Eu já havia anunciado aqui o João Ribeiro, que se apresentou como Líder do seu Partido, que tem prioridade. Eu já havia anunciado também o Adelmir Santana. V. Ex^as se entendam, porque eu já os havia anunciado.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Quero apenas cinco minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Então, regimentalmente – está ali na bandeira “Ordem e Progresso” –, isso é bom, porque há uma expectativa do Distrito Federal, de Brasília e do Brasil, que aguardam ansiosamente Adelmir Santana, que foi recentemente eleito novamente líder do Sistema S. Não é Senado, não; é negócio de Senai, Sesi, Sebrae.

V. Ex^a, regimentalmente, tem cinco minutos, mas jamais ousaria cortar a palavra de V. Ex^a.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de ter a sorte de falar agora, ainda tive a sorte de encontrar aqui um mimo, um achado. Um presente deste no final do ano é coisa muito boa. E quem acha é o dono, Sr. Presidente? Quando se acha alguma coisa, a gente é dono ou não?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pode dar, passar para outra pessoa.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Eu sei, se fosse outra coisa, eu não teria feito essa observação, mas como é um crucifixo – está aqui Jesus Cristo –, vou devolvê-lo ao verdadeiro dono, que é o Senador Pedro Simon. Isso é muito bonito. Pedro Simon, nós sabemos, é um homem que tem uma religião muito forte no coração. E ele sabe a admiração e o respeito que tenho por ele.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, primeiro, quero pedir desculpas ao Senador Adelmir Santana, mas ele é de Brasília, que representa muito bem nesta Casa, e eu ainda estou-me preparando para pegar um vôo para meu Estado de Tocantins, onde vou abraçar a nossa gente, neste final de ano.

Senador Renan, Senador Marco Maciel, Senador Cristovam, Senador Mão Santa e Senador Pedro Simon, neste momento de fraternidade universal em que o mundo inteiro comemora o nascimento do menino Jesus, comemora o nascimento do salvador da humanidade, eu venho a esta tribuna como muita alegria não para reclamar, mas para agradecer, agradecer tudo o que houve este ano.

Começo agradecendo a Deus por ter me concedido, neste ano, a mim e minha esposa Cintia, que meu filho João Antônio, o mais precioso porque é o mais novo, é o pequeninho, que completa 1 ano e 3 meses no próximo dia 28, que nasceu com um problema – V. Ex^a que é médico sabe, nós já conversamos sobre isso –, Tetralogia de Fallot, e passou por um momento muito difícil da sua vida, na primeira cirurgia, fosse submetido a uma segunda cirurgia, agora corretiva, em 2 de setembro deste ano – a primeira foi paliativa. E, aí, Deus nos concedeu a bênção de ele conseguir se recuperar completamente. Já faz mais de três meses; portanto, ele está curado desse mal com que nasceu.

Por isso, eu começo, Senador Marco Maciel, agradecendo a Deus por esse milagre que nós recebemos. Senador Mão Santa, meu filho teve septicemia na primeira cirurgia, recém-nascido, com um mês de vida, e o Senador Tião Viana, que é médico também, infectologista, disse assim para mim: “É filho do milagre”.

Então, o meu filho é filho do milagre, é filho de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a está sabiamente louvando a Deus. Ambroise Paré, o maior cirurgião, disse: “Eu os trato, e Deus os cura”.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Está vendo, Senador? V. Ex^a, que é médico, sabe.

Então, eu tenho motivos de sobra para comemorar este fim de ano, com muita alegria, a família toda com saúde, a família toda bem.

Aos meus amigos, às pessoas que oraram, que rezaram, quero agradecer neste momento. Peço a Deus que os ilumine também, porque fomos beneficiados e recebemos essa bênção de Deus.

Então, quero iniciar as minhas palavras agradecendo, mais uma vez, ao nosso bom Deus pela recuperação do meu querido filhinho João Antônio.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que este foi um ano de muitas vitórias. Recentemente, tivemos a ida do Presidente Lula ao Tocantins para inaugurar 100 quilômetros de ferrovia, de Araguaína à cidade de Colinas, no Tocantins, onde inauguramos a plataforma multimodal.

A cidade de Colinas elegeu um Prefeito do Partido dos Trabalhadores, José Santana, um dos maiores líderes do nosso Estado, homem que criou, que organizou o PT no Estado. Portanto, o Santana é a figura, do ponto de vista histórico, mais importante do PT no Tocantins. Eu o apoiei por ser um homem de bem. A Vice, Raimundinha, fui eu que indiquei.

Lá em Colinas, nós fizemos, portanto, a inauguração da plataforma multimodal. O Sarney estava lá. O Presidente Sarney estava lá, porque ele é o pai da ferrovia, foi ele que criou, quando Presidente da República. E a ferrovia hoje tem um padrinho muito forte. Além da minha luta, como Senador do nosso Estado, coloquei uma emenda de R\$300 milhões, ano passado; pela Comissão de Infra-Estrutura – era de R\$900 milhões, e o Relator acatou R\$300 milhões. Este ano consegui colocar mais outra emenda. Então, tenho lutado muito por essa ferrovia.

O Presidente Lula, Sr. Presidente, que foi um crítico ferrenho da ferrovia, disse agora, no seu discurso lá, antes de ser Presidente da República, quando era Deputado Federal, que percorreu o Brasil, conheceu o Brasil andando de ônibus, ele disse no seu discurso: “Depois que andei por esse País afora, eu descobri que a obra mais importante do Brasil, neste momento, é a Ferrovia Norte-Sul, a ferrovia da integração nacional.” Ela vai se integrar com outros ramais ferroviários do nosso País. A Ferrovia Norte-

Sul deságua no Porto do Itaqui, o segundo porto de maior calado do mundo, o mais profundo, portanto, para atracar grandes navios, grandes embarcações. Ela vai ter um ramal para Belém. Os paraenses não precisam ficar enciumados, porque o Ministério dos Transportes, a Valec está preparando isso. Sai outro ramal em Barreiras, na Bahia, que se integra à Ferrovia Norte-Sul entre Gurupi e Alvorada, no Tocantins. Portanto, uma ferrovia que será, sem sombra de dúvida, a ferrovia da integração nacional, uma obra extremamente importante. Como eu disse que seria rápido, não poderei relatar todos os feitos, os acontecimentos, os benefícios que o Tocantins teve este ano, o que levaria muito tempo. Temos a ponte de Xambioá, que vai interligar o Tocantins ao Pará, na BR-153, obra extremamente importante para escoar produção do sul do Pará, que hoje é transportada por barcaça, a travessia é feita por balsa; a ponte sobre o rio Tocantins, em Miracema, que leva todo o trânsito, todo o tráfego da nossa capital para o norte do Estado e para a região Norte do Brasil, que ainda é feito por balsa.

O Tocantins, Sr. Presidente, V. Ex^a, que conhece tão bem o nosso Estado, o nosso povo, a nossa gente, porque o Piauí é nosso irmão vizinho, sabe que é um Estado novo. O Tocantins vai fazer 20 anos em 2009. De qualquer forma, é um Estado onde há muito a ser feito muito. O Tocantins ainda depende muito ainda do Governo Federal, Presidente Renan. É um Estado que precisa muito do Governo Federal. E nós, do Tocantins, eu especificamente, que tenho excelente relacionamento com o Governo Federal, não posso estar fazendo oposição a um povo pobre. Fazer oposição ao Presidente da República e dizer “eu sou oposição ao Governo Federal”, para criar dificuldades no relacionamento... Não estou dizendo que o Governo vai deixar de atender ao Estado, porque atende a todos os Estados brasileiros, independentemente de o Governador ou Senador ser aliado a ele ou não. Mas, de qualquer forma, precisamos entender que o Tocantins precisa mais do que os outros Estados, Sr. Presidente, e, como precisa mais, temos que estar bem com o Governo Federal para que ele possa estar sempre estendendo as mãos para o Tocantins, liberando recursos para que possamos fazer nossas estradas, nossas escolas, nossos hospitais; para que possamos atender bem, melhorando cada vez mais a rede universitária do Estado, melhorando a vida dos nossos estudantes, do nosso povo e da nossa gente.

Sr. Presidente, ao encerrar essa minha participação neste ano, porque esta é a última sessão do ano

– pelo menos é o que me parece –, eu não poderia deixar de vir aqui transmitir o meu abraço a todos os colegas e companheiros do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Só queria, com permissão de V. Ex^a, informar que na segunda-feira haverá sessão. Este é o melhor Senado da história da República. Só houve sessão nas sextas e nas segundas nesta Legislatura. Nós somos os melhores Senadores da história do Brasil. O Senado nunca trabalhou nas segundas e nas sextas-feiras, mas hoje V. Ex^a é testemunha. Hoje, sexta-feira, esta sessão começou às 9h, e os temas mais importantes e relevantes foram discutidos, inclusive o de V. Ex^a. Na segunda-feira, haverá sessão. Sem dúvida nenhuma, somos o melhor Senado da história da República. Aqui está a pilastra mais forte e mais pura da República do Brasil.

O SR. JOÃO RIBEIRO (Bloco/PR – TO) – Está certo, Sr. Presidente. Só quero que V. Ex^a me conceda um minuto para concluir, para dar os meus cumprimentos, mais uma vez, aos companheiros Senadores e Senadoras desta Casa por estarmos fazendo mais uma sessão na segunda-feira. Com certeza, estarei aqui junto com V. Ex^a para dar **quorum** na segunda-feira.

O tocantinense, Sr. Presidente, é um povo forte, altaneiro, um povo guerreiro que acredita muito no seu sucesso, no progresso e no desenvolvimento do nosso Estado. Enquanto mandato eu tiver, estarei aqui para lutar em defesa dos interesses do nosso Estado, independentemente de quem esteja no Governo, em uma Prefeitura ou em outra. O nosso compromisso é levar os benefícios para o nosso povo, porque o nosso povo merece. O nosso povo é realmente guerreiro e merece muito.

Quero desejar um Feliz Natal e um próspero Ano Novo a todos os brasileiros, a todos os tocantinenses e a todas as famílias que comemoram neste momento.

Muito obrigado

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a representa a grandeza de Araguaína e do Estado de Tocantins.

Convidamos para usar da palavra esse líder empresarial recentemente reeleito para o Sebrae, do Sistema S. Aqui, ele é cadeira cativa do Senado. Será também reeleito para o Senado da República representando o Distrito Federal.

V. Ex^a terá – nós estamos naquela sensibilidade – até 40 minutos, que é o tempo de um futebol de salão, um basquetebol e uma aula.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Serei rápido, até porque tenho certeza da próxima sessão na segunda-feira. Nem as despedidas natalinas eu vou fazer aqui, Sr. Presidente. Estarei aqui na segunda-feira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no último dia 5 de dezembro, participei do encerramento da Conferência de Investimentos 2008, realizada no Rio de Janeiro. Promovida pela Waipa, que é a Associação Mundial das Agências de Promoção de Investimentos, a Conferência reuniu renomados especialistas e personalidades do cenário político-econômico mundial.

Ao assistir aos debates do último dia da Conferência, recebi com otimismo as boas notícias dos palestrantes sobre a reação do mercado brasileiro em face da crise econômica mundial. Apesar da crise econômica que atingiu o mundo, o Brasil apresenta resultados expressivos no tocante à entrada de investimentos estrangeiros no País neste ano de 2008.

O Presidente da Waipa, o brasileiro Alessandro Teixeira, estima que este ano o fluxo de Investimento Estrangeiro Direto no Brasil, o chamado IED, ultrapasse os US\$37 bilhões, podendo atingir US\$39 bilhões até o final de dezembro. Nessa perspectiva, o Brasil passaria a responder por mais de 30% de todo o fluxo de investimentos que entra na América Latina.

Em 2007, o Brasil bateu o recorde histórico no fluxo de investimento estrangeiro, alcançando os US\$35 bilhões, o que equivale a 1,9% dos investimentos mundiais. O resultado garantiu ao Brasil a terceira posição no **ranking** dos países emergentes em atração de investimentos diretos externos, atrás apenas da China – que detém 4,5% de todo o volume investido no mundo – e da Rússia, com 3,3% desse volume.

Caso o Brasil realmente consiga manter a projeção de crescimento em 2008, esperada pelo presidente da Waipa, o brasileiro Alessandro, o Brasil deverá atingir os 2% do total de investimento no mundo. A notícia é realmente animadora nesta época em que atravessamos uma das maiores crises econômicas mundiais da nossa história.

Tenho a convicção de que a manutenção do fluxo de investimentos no Brasil, em plena desaceleração da economia mundial, é reflexo das políticas adotadas ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, que levaram o País à estabilidade da economia e ao fortalecimento do nosso mercado interno.

Hoje, o Brasil apresenta-se ao mundo como um bom local de investimento.

Mas, para que esse nível de confiança dos investidores internacionais se mantenha, é preciso que o Governo fortaleça os marcos regulatórios de todos os setores da economia e diminua a burocracia e a

alta carga tributária, que são fortes entraves para a abertura de novos negócios no Brasil. Ou seja, a melhor forma de mantermos a confiança dos investidores é apresentar as vantagens competitivas dos nossos mercados, das nossas agências reguladoras e das áreas que podem atuar em regime de cooperação ou de parcerias público-privadas.

Precisamos, sobretudo, Sr. Presidente, cobrar do Governo a elaboração de políticas voltadas para a regulamentação eficiente dos investimentos.

Nesse novo cenário da economia que vem sendo traçado, quero destacar a importância do trabalho das Agências de Promoção de Investimentos.

Aproveito para elogiar o trabalho da Apex, que está fazendo a sua parte para atenuar os efeitos da crise, com um investimento recorde na promoção do País. Em 2009, serão investidos R\$50 milhões em feiras, missões e exposições, contra os R\$20 milhões utilizados em 2008.

Certamente, ao mostrar que está preparado para enfrentar a crise, o Brasil conquistará novos investimentos externos.

Na indústria automobilística, por exemplo, o bom desempenho do setor fez com que o Brasil fosse um dos principais responsáveis pelo envio de remessas ao exterior para sustentar as matrizes nos Estados Unidos e na Europa.

É claro que nem tudo são flores. Afinal, o mundo passa por uma de suas piores crises econômicas e o momento é de cautela em relação aos investimentos.

Na Conferência de Investimentos, os representantes das empresas estrangeiras e nacionais, como a Odebrecht por exemplo, concordaram que a crise financeira representa uma oportunidade para a compra de ativos a baixos preços.

No entanto, a escassez de financiamento para fazer as aquisições tem sido um forte obstáculo. Mas, felizmente, o Governo parece estar convencido da necessidade de facilitar o crédito às empresas e já está trabalhando nessa direção, o que é ótimo, sinal de que vamos superar essa crise sem maiores danos a nossa economia.

Hoje mesmo, o BNDES, que atua como banco de desenvolvimento, entra na linha de crédito para capital de giro, tendo anunciado um montante de R\$6 bilhões através do Programa Especial de Crédito, chamado PEC, além de já destinar também, através do programa Revitalize, R\$4 bilhões para setores específicos, fortalecendo, portanto, em R\$10 bilhões o capital de giro para as empresas. O BNDES, que antes só fazia investimentos na área de infra-estrutura e não atuava

no financiamento de capital de giro, entra no fortalecimento dos negócios através de financiamento de capital de giro.

Também agora nós tivemos a informação, pela imprensa, de que o Conselho Monetário Nacional, priorizando medidas anticrise, autoriza os bancos a oferecerem mais R\$95 bilhões para o financiamento de empresas e até de consumidores.

Todas essas medidas são colchões que vão ajudar a fazer com que essa crise não chegue com tanta intensidade no mercado brasileiro.

Um ponto de consenso entre os participantes da conferência a que fiz referência, entre eles dois prêmios Nobel de Economia, é que, até o final de 2009, os Estados Unidos já terão saído da recessão e outras economias começarão a se recuperar após uma fase de desaceleração.

Para o ex-Presidente do México, Vicente Fox, que também estava nessa conferência, a América Latina já pode mostrar ao mundo a sua experiência em superar crises.

Como brasileiro, eu senti orgulho ao ouvir as boas perspectivas para o nosso País, para a nossa economia, nessa Conferência de Investimentos.

É claro que ajustes são necessários para enfrentar esse processo de desaceleração, são necessários e urgentes, mas a nossa economia dá claros sinais de que voltará a crescer no ano de 2009 e de que ainda há muito espaço para que o País amplie seu potencial de investimentos produtivos.

Eu creio, portanto – e tivemos oportunidade de ouvir declarações de organismos internacionais nesse sentido –, que o Brasil, entre as grandes economias do mundo, provavelmente será uma das que menos sentirá com essa crise internacional.

Essas medidas que estão sendo tomadas com relação ao capital de giro, com relação à liberação de recursos dos depósitos compulsórios e com relação aos bancos oficiais, com o objetivo de irrigar o crédito das pessoas físicas e jurídicas, vão amenizar a crise no Brasil.

Não podemos desconhecer que a crise existe e que chegará aqui, mas certamente o fará de forma mais amena, quando os outros, que já estão em crise, já estarão em processo de recuperação.

Como estou certo de que teremos sessão na segunda-feira, não vou fazer a minha despedida hoje, deixarei para fazê-las segunda-feira.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a vai presidir no meu lugar.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Tenho um almoço.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não foi ao almoço do Garibaldi?

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Atrasei...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria que V. Ex^a levasse uma mensagem.

Aqui está, no Panorama Político de *O Globo*, a opinião de Ilímar Franco, que considera como a pérola do ano a seguinte frase do Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí, expressa ao defender a PEC dos Vereadores: *“Um vereador para mim é um senador municipal, e um senador é um vereador federal”*.

V. Ex^a falou em desenvolvimento, e eu queria deixar a minha mensagem sobre isso. Atentai bem! Com todo respeito a Pernambuco, representado pelo Senador Marco Maciel, que irá falar: sei que o Presidente da Confederação Nacional da Indústria é de lá, é o Armando Monteiro, mas o grande marechal e general do desenvolvimento, deste crescimento e desta pujança, chama-se Paulo Skaf, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Atentai bem! Não se pode pensar em nenhuma reforma fiscal, em nenhum tema de desenvolvimento e de riqueza sem ouvirmos Paulo Skaf. Tenho lido todos os seus artigos e o considero hoje o marechal do desenvolvimento. V. Ex^a, que é do mesmo sistema, o Sistema S, leve essa mensagem.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Muito bem. Agradeço a V. Ex^a. Chegará a mensagem ao Presidente Paulo Skaf.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu pensei que V. Ex^a já iria me convidar para aquele Congresso da OIT, pelo Sistema S.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Certamente, poderá chegar...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos para usar da palavra o orador inscrito Marco Maciel. Em seguida, está inscrito Renan Calheiros. Estão trocando gentilezas ali, dois nordestinos que traduzem aquele sentimento do escritor que dizia que o sertanejo é, antes de tudo, um bravo. Ele se mirava em Marco Maciel e em Renan Calheiros, pela bravura com que têm enfrentado a política, um e outro.

Renan Calheiros, queira ou não queira... Todo mundo tem medo da mídia, mas Renan Calheiros a enfrentou. Ele pode subir à tribuna e dizer: “Vim, vi e venci”, como Júlio César. Ele enfrentou percalço penoso, quase um calvário, mas, sobretudo, o País o respeita. É como o poeta lá do meu Maranhão que diz: “A vida

é um combate que os fracos abate e os bravos e fortes só pode exaltar”.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a é um desses fortes bravos que Gonçalves Dias exaltou em Juca Pirama.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Muito obrigado mesmo, Senador Marco Maciel pela deferência.

Há algumas semanas, Sr Presidente, ocupei esta tribuna para discutir as repercussões do cartel mundial de fertilizantes, que cumpre um papel decisivo na elevação dos preços dos alimentos. Esse assunto tem preocupado também outros Senadores, como o Senador Alvaro Dias e o Senador Gilberto Goellner.

A elevação do preço do petróleo levou a um aumento do preço dos fertilizantes que põe em xeque a produção agrícola do nosso País.

A conclusão, Sr. Presidente, é de um relatório recente da ONU, que também desmente a idéia de que muitos agricultores terão saído da pobreza graças ao aumento do preço dos alimentos. A ONU estima, Srs. Senadores, que este aumento no preço dos fertilizantes pode se prolongar, infelizmente, por pelo menos três anos. A conjuntura econômica faz também com que possamos acreditar que essa expectativa pode ser revertida.

A contribuir para esse aumento estão a elevação da procura devida à produção de biocombustível nos Estados Unidos e as preocupações com a soberania alimentar na China e na própria Índia.

Os fertilizantes, Sr. Presidente, Srs. Senadores – insumos utilizados para aumentar a produtividade das lavouras –, são controlados por um mercado hegemônico e absurdamente lucrativo.

De acordo com estudos da Agroconsult, nos últimos sete anos, os fertilizantes tiveram alta acima de 380%, passando de US\$90, em média, a tonelada, na safra de 2001/2002, para US\$433 a tonelada, na safra de 2008/2009. Uma parcela de 75% do mercado nacional de produção e comercialização desses insumos está nas mãos de um grupo formado por apenas três empresas.

Estudo do Ministério da Agricultura, Sr. Presidente, divulgado no começo do ano, confirmou a conduta de cartel dessas indústrias – infelizmente. Com a alta no preço dos alimentos, o debate sobre a influência do oligopólio existente no setor ganhou força.

O Ministério da Agricultura aponta que os fertilizantes são responsáveis por 40% do custo de pro-

dução dos alimentos no mercado, fator que reflete diretamente no preço final pago pelos consumidores. A soja, Presidente Mão Santa, por exemplo, é a cultura que mais utiliza esse insumo, um percentual de 33%, que, juntamente com outros quatro cultivos feitos no País, respondem por quase 80% do consumo nacional.

O mercado de fertilizantes movimenta mais de R\$96 bilhões anuais, e os agricultores acumulam os prejuízos da dependência de uma oferta quase exclusivamente dessas empresas. O Brasil, que é pobre em reservas de potássio, importa 70% dos fertilizantes que consome, sendo o terceiro maior importador e o quarto maior consumidor mundial, seguido da China, Índia e Estados Unidos. A crise do setor alarmou o Governo, que está tomando medidas para frear esse domínio estrangeiro no País.

O Ministério da Agricultura já sinaliza a possibilidade de reinserir a Petrobras no mercado de fertilizantes. A estatal tem algumas vantagens, Senador Mão Santa: é a única produtora de uréia no País – insumo usado para a produção de fertilizantes e adubos.

Somente em uma unidade de produção de uréia no Estado de Sergipe, vizinho ao nosso querido Estado de Alagoas, que tenho a honra de representar no Senado Federal, a Petrobras produz cerca de 60 toneladas diárias do insumo.

Como se vê, há uma necessidade urgente de o Estado incentivar esses setores estratégicos. Além disso, é necessária a transição do atual modelo de agricultura. Precisamos encontrar, sem dúvida alguma, uma outra rota, um outro modelo.

O Governo não pode ficar dependente de insumos petrolíferos. Futuramente, Sr. Presidente, nós teremos um problema de abastecimento muito grave no Brasil. Por isso, um modelo dependente de insumos de petróleo não é aconselhável para o nosso País.

O fato mais interessante e revelador dessa crise é que ela se manifesta em um momento em que está crescendo a produção mundial de alimentos. A safra mundial de 2007/2008, por exemplo, na produção de trigo, apresentou um crescimento de 2,3% da safra passada. E também, Sr. Presidente, o milho, com a taxa de 9,4% de crescimento, e o arroz, com a taxa de 1,8% de crescimento. A soma dos demais grãos, exceto a soja, apresentou elevação da produção em 3,9%.

Apesar disso, os estoques diminuíram. Em relação ao trigo, por exemplo, ocorreu uma redução de 9,9%. Os estoques mundiais de milho também caíram 4,8%, os de soja baixaram 22% e os demais grãos, exceto o arroz, também tiveram seus estoques redu-

zidos em 16,6%. Apenas os estoques de arroz conseguiram crescer 1,2%. Trata-se, portanto, de uma crise estrutural.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, entre as alternativas que gostaria de apontar, estão os investimentos na agricultura familiar, além de uma nova política de financiamento para essa área.

Segundo informações divulgadas por entidades de trabalhadores rurais, os fertilizantes hoje ajudam muito mais o agronegócio do que os pequenos agricultores, é verdade. Mas também há uma parcela importante dos menores agricultores, dos pequenos agricultores, que utiliza fertilizantes para aumentar sua produtividade.

Neste novo modelo agrário que nos propomos a discutir, a debater, é preciso ter espaço para a questão da agroecologia, que não é dependente de adubos químicos.

Nós temos de usar os insumos orgânicos e utilizar mais plantas recuperadoras de solo.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, em outras palavras, é preciso encontrar outras formas que combinem produção animal com produção vegetal. Esse é um dos caminhos, sem dúvida, a serem seguidos.

Outra saída está na organização do movimento cooperativista no País – uma iniciativa que pretendo cada vez mais estimular em Alagoas, onde temos uma cooperativa que é, para orgulho de todos nós, alagoanos, um exemplo que tem de ser levado para todo o País, que é a Cooperativa de Pindorama, no próspero Município de Coruripe.

No Paraná, Sr. Presidente, também, um grupo de 21 cooperativas, que soma 60% do faturamento do setor no Estado, formou um consórcio.

O objetivo do grupo é a cooperação associada nas áreas de investimentos, pesquisas e desenvolvimento de novas técnicas agrícolas e de comercialização, principalmente na área de fertilizantes.

Temos de deixar para trás o vício secular de depender completamente do Poder Público e buscar formas de caminhar com as nossas próprias pernas.

Com iniciativas como esta, poderemos desenvolver também, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, métodos de compra, formulação, fabricação e comercialização de vários insumos agrícolas e de produtos de uso veterinário. Tudo de acordo com cada realidade regional, com cada produção e conforme o tamanho do produtor.

Sr. Presidente, esses são sinais dos tempos, de bons e melhores tempos, em que o País avança no sentido de enfrentar os cartéis e a dependência de insumos e matérias-primas. Vamos estabelecer uma

nova política agroindustrial e substituir, cada vez mais, nossas importações por pesquisa tecnológica e auto-suficiência.

Quando ocupei o Ministério da Justiça, utilizei os instrumentos que a Pasta dispunha para combater os oligopólios. Diante da realidade que temos relatado aqui, faço um apelo à Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça e ao Cade, ao próprio Cade, para que investiguem a formação de cartel por parte das grandes indústrias produtoras de fertilizantes.

Presidente Mão Santa, é altamente desejável que esses órgãos encaminhem ao Senado Federal informações sobre a participação de cada uma delas no mercado nacional, tendo em vista evidências de que elas estariam abusando de sua posição dominante no mercado de produção e comercialização.

Muitas dessas empresas incorrem em infrações à ordem econômica, tipificadas, Presidente Mão Santa, nos arts. 20 e 21 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. O primeiro trata das infrações à ordem econômica, e o segundo tipifica as condutas infracionais.

Se isso acontecesse, seria de grande ajuda ao Senado Federal e ao País, nesse esforço nacional de garantir alimentos na mesa do brasileiro e a sobrevivência dos nossos produtores rurais.

Era isso, Senador Mão Santa, o que por ora tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Estava refletindo sobre o Estado de V. Ex^a, Alagoas. A natureza é muito bonita lá. As praias mais belas que conheci foram as de Alagoas mundo afora.

Mas o poeta, o primeiro ambientalista Sófocles, lá da Grécia, disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. E, em Alagoas, o ser humano é rico: é o Deodoro, é o Floriano, Zumbi – foi por lá, não foi? –, Graciliano Ramos, Teotônio Villela e V. Ex^a, que faz parte dessa natureza importante, é um homem de luta. “*Não chores, meu filho. Não chores, que a vida é luta renhida: viver é lutar*”, diz o poeta.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em homenagem aos poetas e à Academia de Letras, convidamos para usar da palavra esse símbolo da virtude democrática no Brasil, essa imagem viva de que a política não se faz com falcatura, mas com devoção, o Senador democrata do Pernambuco, Marco Maciel, para usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Mão Santa, quero, antes de mais nada, agradecer as generosas referências que V. Ex^a fez à minha atuação como homem público.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Senador Cristovam Buarque, venho aqui ferir três questões.

A primeira, diz respeito, no momento em que encerramos a Sessão Legislativa deste ano, ao breve balanço das atividades do Senado Federal em 2008. Devo observar que conseguimos realizar um trabalho bastante produtivo. Por outro lado, devo dizer que infelizmente não conseguimos avançar nas chamadas reformas estruturais que tanto reclama a Nação.

Quando falo em reformas estruturais, refiro-me especificamente às reformas políticas ou institucionais – à reforma tributária, à reforma previdenciária, à reforma trabalhista, só para mencionar as macrorreformas. No campo da reforma política, avançamos, porém pouco. No campo da reforma tributária – e temos uma carga tributária extremamente elevada, com alta regressividade, que faz os mais pobres pagarem mais –, também não conseguimos avançar. O que estamos observando, lamentavelmente, é que tem crescido essa carga tributária, inibindo o nosso projeto de desenvolvimento. O mesmo poderia dizer com relação à reforma previdenciária, ainda inconclusa. E também a uma reforma trabalhista que desse novo travejamento às nossas relações de trabalho. Muito da nossa legislação trabalhista ainda é produto do “varguismo”, ou seja, do tempo do Presidente Vargas.

Como sabem, o Presidente Vargas governou o País em quatro circunstâncias: após a Revolução de 1930; depois como Presidente eleito indiretamente em 1934; posteriormente, no período de 1937 a 1945, no chamado Estado Novo e, finalmente, eleito diretamente pelo povo, na década de 1950.

Vargas tinha uma preocupação social muito evidente. Deixou uma marca profunda nesse campo. Não podemos deixar de reconhecer-lhe a formatação da legislação trabalhista no País e as conquistas sociais que o Brasil conheceu à época, mas ainda há muito a se fazer.

Porém, Sr. Presidente, algo nos preocupa porque afeta o funcionamento do Congresso Nacional. É a questão da medida provisória.

A medida provisória é responsável pelo desaparecimento – não sei se estou sendo radical – da agenda do Legislativo, uma vez que esse instituto, surgido com a Constituição de 1988, dá ao Executivo poderes de

legislar, subtraindo do Congresso Nacional a possibilidade de elaborar as leis essenciais à Nação.

Resolver a questão das medidas provisórias é relevante porque, a partir da Emenda Constitucional nº 32, se estabeleceu que teriam um prazo de tramitação e trancariam em determinado instante a pauta de uma ou outra das duas Casas do Congresso Nacional. Isso tem uma consequência muito desfavorável no funcionamento da Instituição, porque o trancamento de pauta faz com que em muitas ocasiões não consigamos deliberar, não pela inexistência de matérias, mas pelo fato de haver medida provisória trancando os trabalhos da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. E isso é muito ruim.

Se fizermos um balanço dos últimos anos, sobretudo a partir de 2005 até 2008, vamos verificar que, cada vez mais, as medidas provisórias trancam a agenda legislativa. Eu diria até que a agenda legislativa praticamente desapareceu.

O mais grave, Sr. Presidente, isso não se aplica tão somente às medidas provisórias. A Emenda 32 passou a trancar também a apreciação dos vetos. Tenho um levantamento sobre vetos ainda pendentes de apreciação. Meu levantamento pode ter alguma lacuna, alguma falha –, há algo como 1.152 vetos pendentes de apreciação. Isso concorre para aumentar a insegurança jurídica em nosso País.

Freqüentemente, recebo cidadãos – empresários, líderes sindicais, políticos –, que me perguntam sobre vetos pendentes de apreciação por parte do Congresso Nacional. Naturalmente, o cidadão fica sem resposta conclusiva, porque o processo de elaboração legislativa só conclui com a sanção ou veto, e, no caso de veto presidencial, com a apreciação do veto pelo Congresso Nacional. Na proporção em que isso não ocorre, o cidadão, o empresário, o administrador público, todos ficamos aguardando uma decisão que, quanto mais tarda, mais aumenta a insegurança jurídica em nosso País.

O ideal seria que pudéssemos, quem sabe em 2009, eleger como grande prioridade examinar detidamente a questão da medida provisória. Em primeiro lugar, com relação aos pressupostos de relevância e urgência; tentar definir o que é relevante, o que não é tão complexo, e definir o que é urgente, se bem que isso é mais difícil.

A grande transformação que o País conheceu em 1988 foi justamente que saímos de um estado autoritário para o estado democrático de Direito. Se vivemos sob a égide do estado democrático de Direito, deveríamos repensar a questão do instituto da medida provisória, porque isso não é compatível com uma Nação que

pratica uma democracia sem adjetivos; a democracia é. Toda vez que se põe um adjetivo para a democracia é um sinal que a democracia não é plena. Uma vez o Presidente Geisel disse com muita espontaneidade e não deixou de ser verdadeiro, que, no Brasil, praticamos uma democracia relativa. De fato. Então, na hora em que se põe um adjetivo à democracia, é um sinal de que a democracia não é plena. Aliás, em um dos seus contos, Machado de Assis fala que os adjetivos passam, mas os substantivos ficam.

Acho que a existência da medida provisória é um contraponto ao chamado estado democrático de Direito. Precisamos repensar essa questão, em 2009, como essencial ao Parlamento responder às demandas da sociedade. Mesmo porque o Parlamento não é apenas um órgão legislativo que, por si só, é muito importante. Pontes de Miranda, o grande tratadista do Direito, inclusive do Direito Privado, disse que quem faz a lei é o mestre da vida social. Com isso, ele quis expressar a importância do fato de elaborar as leis ser relevante para a sociedade.

É importante saber que não cabe ao Congresso Nacional apenas ser o órgão legislativo, o que faz as leis. O Congresso, além dessa função legiferante importantíssima, tem também função fiscalizadora. São atividades que se completam. O Congresso não pode deixar de funcionar como grande fórum de debates das questões nacionais, que aqui tratamos para sugerir rumos ao País.

Essa tríplice função do Congresso Nacional está, a meu ver, prejudicada pela existência da medida provisória, pelo trancamento da pauta de suas duas Casas e, também, em virtude de esse trancamento se aplicar aos vetos.

Não quero deixar de fazer uma referência elogiosa ao Presidente Garibaldi Alves Filho, que, no curso deste ano, conseguiu realizar, se não duas, três reuniões do Congresso Nacional para exame de vetos. Acho que foram apreciados – não tenho os números aqui – cerca de 70 ou 80 vetos. Acontece que essas sessões, no segundo semestre, não se realizaram. Novamente, temos um grande passivo de vetos sem apreciação. Na minha contabilidade, que é suscetível de equívoco, são 1.152 vetos sem apreciação, pendentes, consequentemente, de conclusão do processo de elaboração das leis. Espero que a questão seja devidamente apreciada no correr de 2009, porque 2010 é o ano das chamadas eleições gerais, e, normalmente, a atividade legislativa fica, em parte, prejudicada.

Ouço o nobre Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Marco Maciel, acho que o senhor trouxe um tema fundamental para nós debatermos e encontrarmos uma saída em 2009. Realmente, é a convivência do estado moderno com a democracia. A realidade é que a dinâmica com que o Poder Executivo tem de agir hoje exige – e creio que isso estava na idéia dos Constituintes – instrumentos do tipo medida provisória. Lamentavelmente, porém, o Poder Executivo brasileiro não tem feito isso; tem usado como regra a medida provisória, e não como exceção. Ao mesmo tempo, creio que teremos de repensar como o Congresso funcionará em tempos de um mundo político **on line**, como se diz. O Congresso, hoje, não é mais o filtro, apenas, o que gera as notícias; as notícias chegam aqui pela Internet, chegam aqui pelos diversos meios. Os meios eletrônicos deram uma instantaneidade que quase que colocam o Poder Legislativo em processo de obsolescência, se não o modificarmos. Eu sempre faço justiça, porque quem me chamou a atenção sobre isso foi o ex-Presidente José Sarney. Ele disse que houve um avanço tal na participação, por meios eletrônicos, que nós, Parlamentares, não nos acostumamos ainda. Então, a modernidade está exigindo alguns ajustes na democracia. Os princípios não podem ser abolidos, mas o funcionamento vai exigir regras que não estamos tendo a imaginação para fazer funcionar, porque, quando se cria algo como a medida provisória, ela é usada de forma antidemocrática, e não como um aperfeiçoamento da democracia. Esse é um debate que, creio, 2009 merece.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Agradeço-lhe, nobre Senador Cristovam Buarque, o aparte. V. Ex^a lembrou, com muita propriedade, que o que tem ocorrido nos últimos anos é, cada vez mais, o Executivo encaminhar medidas provisórias, deixando de usar outros institutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, regimentalmente, a sessão se encerraria às 13h30min. Assim sendo, a prorroga por mais 40 minutos para que os oradores, a exemplo da Senadora Marina Silva, que está inscrita, possam falar.

V. Ex^a pode continuar o seu pronunciamento pelo tempo que achar conveniente.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, Sr. Presidente, como lembrou o Senador Cristovam Buarque, o uso constante de medidas provisórias pelo Executivo, ao contrário de encaminhar seus projetos a nosso exame, consequentemente, o Legislativo delibera menos. Insisto no ponto de vista de que, quem sabe, 2009 possa ser o ano em que

nos concentremos nessas questões importantes não somente para o Congresso, mas para o País como um todo.

O segundo ponto a que desejo de me referir, Srs. Senadores, é que o Presidente Garibaldi Alves houve por bem criar uma Comissão, destinada a dar ao Senado Federal um novo Regimento Interno. Atendendo a uma solicitação do Presidente Garibaldi Alves, aceitei presidi-la. A Comissão está constituída pelo Senador Antonio Carlos Valadares, seu vice-presidente, pelo Senador Gerson Camata, relator, pelos Senadores César Borges, Inácio Arruda e Papaléo Paes, membros. A Secretaria-Geral da Mesa, Dr^a Cláudia Lyra, com um grupo de assessores, participa da Comissão, fato importante para todos nós, uma vez que a Secretaria Geral da Mesa tem visão de conjunto de tudo que se passa no Senado Federal, não somente no plenário, mas também nas Comissões, nos órgãos técnicos.

O objetivo da Comissão é propor um novo Regimento compilando as propostas existentes de alteração do atual, modernizando-o pela prática vigente e introduzindo o processo legislativo eletrônico, como o Senador Cristovam Buarque mencionou.

Um fato que não podemos ignorar é a grande revolução científica e tecnológica, que se ancora, sobretudo, nas tecnologias da informação e do conhecimento.

Daí por que considero importante que, nessa reforma regimental, entre os sistemas eleitos esteja a utilização das novas tecnologias a nosso alcance.

Quero dizer, Sr. Presidente, que já fizemos quatro reuniões e esperamos concluir o trabalho, em nível da Comissão, no mês de abril, de tal maneira que os Senadores possam conhecer o anteprojeto ou o projeto, se assim for melhor ou mais adequado dizer, e discutir modificações para adotarmos um Regimento Interno que reflita as semânticas dos tempos atuais, em termos de modernização das instituições.

Geralmente, falamos muito que precisamos aperfeiçoar o Judiciário, e em muita coisa já se avançou nesse campo. A Emenda Constitucional nº 45 foi um travejamento essencial a que isso acontecesse. Dizemos que o Executivo precisa melhorar a natureza de sua deliberação, mas muitas vezes esquecemos fazer uma autocrítica para aprimorar o processo legislativo, tornando-o mais consentâneo com as exigências do nosso tempo, incorporando, como aqui foi lembrado, as novas tecnologias.

O Senado Federal, Sr. Presidente, além de ser a Casa da Federação, é uma instituição que dispõe de uma série de competências privativas e, portanto, exi-

ge de nós, seus membros, preocupação em melhorar a sua atividade deliberativa.

O terceiro e último item, Sr. Presidente, de que tratarei no dia de hoje, véspera do encerramento da Sessão Legislativa de 2008, é um breve relatório das atividades desenvolvidas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que presidi durante este ano.

Não vou ler o relatório, mas pedir que seja incorporado às palavras que estou proferindo. Mencionarei alguns pontos que considero essenciais, sobretudo, as principais deliberações, de modo especial projetos que alteram a legislação penal e processual penal e a segurança pública. Foram apreciadas trinta e duas proposições sobre o tema, muitas das quais se converteram em lei. A mesma coisa poderia dizer das proposições que alteram a legislação eleitoral e partidária, visando à governabilidade e o ao fortalecimento das instituições.

Essa é uma preocupação que deve presidir o Senado Federal. Cada vez mais a grande questão no mundo é a governabilidade e Norberto Bobbio insiste mais ainda ao dizer que não basta simplesmente tentar melhorar os níveis de governabilidade se não conseguirmos fortalecer as instituições.

Não podemos pensar que as pessoas por si só possam garantir que as instituições funcionem bem. As pessoas são o que são. Elas têm as suas virtudes, têm os seus defeitos. Sabemos, no entanto, que as pessoas passam e as instituições ficam. É importante, pois, fortalecer as instituições. E ao proclamar a necessidade de fortalecer as instituições, devemos dizer que fortalecer as instituições significa também fortalecer o Estado partidário.

O pensador Hans Kelsen, austríaco que morou muito tempo nos Estados Unidos, certa feita disse que o Estado democrático é o Estado partidário.

Precisamos igualmente fortalecer a Federação, que vive em crise –, podemos dizer –, fazendo com que tenhamos condições de promover o desenvolvimento homogêneo, integrado, em nosso País. A Constituição de 1988 passou a considerar os Municípios como entes federativos, mas, por paradoxal que pareça, ainda não foram assim devidamente reconhecidos. Isso se verifica com a presença freqüente não só dos Governadores, que representam os Estados, mas também dos Prefeitos, em Brasília cobrando providências que, em última análise, mostram que a Federação no Brasil ainda é débil, não está enraizada na sociedade brasileira.

Lembro – posso estar equivocado, pois não tenho a Constituição em mão – o parágrafo único do art. 23 insiste na necessidade de leis complementares, para

que possamos ter uma verdadeira Federação no País. Infelizmente, em vez de descentralização, podemos constatar que está havendo maior concentração de poderes no Executivo Federal em detrimento dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

Sr. Presidente, concluindo a apreciação das atividades da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, gostaria de destacar que naquele órgão foram discutidas matérias relativas à administração pública e à organização do Estado, Sessenta e oito proposições nesse sentido foram discutidas e aprovadas. Para aperfeiçoar o processo legislativo e tentar melhorar o desempenho da instituição, a Comissão apreciou quatro proposições. Com vistas a aperfeiçoar a legislação tributária, civil, processual civil e comercial foram apreciadas proporcionais, num total de vinte e duas.

Muitas outras proposições relativas a trânsito, aeronáutica, turismo, defesa do consumidor, educação, defesa da criança e do adolescente, cultura, comunicação, ciência e tecnologia, saúde, segurança, Previdência Social, direitos sociais, ordem econômica, financeira e ao desenvolvimento regional foram analisadas pela Comissão e bem assim aprovadas também matérias sobre medicamento genérico para uso veterinário.

Ao final, Sr. Presidente, solicitaria a V.Ex^a que fosse incluído como apenso ao meu discurso esse breve relatório das atividades da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania durante este ano.

Aproveito, Sr. Presidente, este momento para apresentar a todos os melhores votos de um bom Natal e, sobretudo, de um bom 2009. Que possamos prosseguir trabalhando no sentido de dar ao País o que tanto reclama, ou seja, políticas públicas capazes de assegurar um desenvolvimento justo, homogêneo. Que possamos ter uma maior interlocução na sociedade internacional, nesses tempos de mundialização em que vivemos. É fundamental ter presente que o Brasil está destinado a uma grande participação na sociedade deste Terceiro Milênio.

Termino minhas palavras, expressando também, mais do que a minha esperança, a minha convicção de que possamos, em 2009, avançar, no sentido de obtermos as respostas adequadas às demandas da sociedade.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA NO ANO DE 2008

I – Principais deliberações

- Projetos que alteram a legislação penal, processual penal e sobre segurança pública

Foram apreciadas **32** proposições que tratam do tema, das quais se destacam:

- a) a previsão de aplicação de receita de impostos para a organização e manutenção dos órgãos de segurança pública (PEC nº 22, de 2001);
- b) a previsão de realização excepcional de interrogatório do acusado preso por videoconferência (PLS nº 679, de 2007);
- c) a tipificação dos crimes de exploração de jogos de azar (PLS nº 274, de 2006); de peculato-uso (PLS nº 194, de 2006) e de afirmação falsa ou negação da verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou CPI (PLS nº 226, de 2006);
- d) a fixação de novas condições para a interceptação telefônica, informática e telemática (PLS nº 525, de 2007);
- e) a separação, em salas próprias, das testemunhas arroladas pelo Ministério Público daquelas arroladas pela defesa (PLC nº 93, de 2004);
- f) a regulamentação do emprego de algemas no território nacional (PLS nº 185, de 2004);

- g) a vedação à apresentação das razões da apelação diretamente na instância superior (PLS nº 98, de 2004);
- h) a agravação da pena no caso de a vítima ser policial de carreira no exercício da função ou em razão dela (PLS nº 88, de 2007);
- i) a instituição do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e proteção de acusados ou condenados que tenham prestado colaboração à investigação policial e ao processo criminal (PLC nº 86, de 2007);
- j) a autorização para que sejam instaladas salas de aula nos presídios (PLS nº 217, de 2006);
- k) a criação do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade (PEC nº 5, de 2007);
- l) a tipificação de crimes na área de informática (PLC nº 89, de 2003, e projetos apensados);
- m) normas sobre transferência e inclusão de presos em estabelecimentos penais federais de segurança máxima (PLC nº 9, de 2008).

- Proposições que alteram a legislação eleitoral e partidária

Foram apreciadas 37 proposições sobre o tema, entre as quais se destacam:

- a) a fixação de vedações à propaganda partidária e de condições de acesso gratuito ao rádio e televisão pelos partidos políticos (PLS nº 576, de 2007);
- b) a necessidade de licença do chefe do Poder Executivo que dispute a reeleição (PEC nº 65, de 2007);

- c) a alteração da data da posse dos Chefes do Poder Executivo para 2 de janeiro do ano seguinte ao das eleições (PEC nº 51, de 2006);
 - d) a autorização para que partidos se organizem em federação, com o fim de assegurar o funcionamento parlamentar (Emenda de Plenário nº 3, na forma de Subemenda-CCJ, à PEC nº 2, de 2007);
 - e) a redução do número de suplentes de Senador para 1, vedada a eleição de cônjuge, parente consangüíneo ou afim, ou por adoção, do titular. Além disso, o suplente convocado exercerá o mandato até a eleição geral ou municipal mais próxima (PEC nº 11, de 2003, e proposições apensadas);
 - f) a determinação à Justiça Eleitoral para que informe o nome dos candidatos condenados em primeira instância (PLS nº 255, de 2006).
-
- Proposições sobre temas relacionados à Administração Pública e à Organização do Estado

Foram apreciadas **68** proposições, entre as quais destacamos:

- a) PEC nº 12-A de 2004, que convalida os atos de criação, fusão, incorporação e desmembramento dos Municípios;
- b) PEC nº 20, de 2008, que trata das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais;
- c) PEC nº 36, de 2008, que estende o direito à paridade às pensões derivadas dos proventos de servidores já aposentados ou com direito à aposentadoria na data da edição da Emenda Constitucional nº 41, de 2003;

- d) PLS nº 179, de 2008, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público;
- e) PLS nº 217, de 2008, que altera a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, para estabelecer periodicidade nas audiências públicas e identificar as demandas sociais;
- f) PLS nº 35, de 2004, que trata do período mínimo de interdição e prevê hipóteses de aplicação de sanções administrativas àqueles que exerçam atividades relacionadas ao abastecimento nacional de combustíveis;
- g) PLS nº 500, de 2007, que institui o cadastro nacional de fornecedores suspensos de participar de licitações e contratar com a administração pública;
- h) PLC nº 129, de 2008, que dispõe sobre a composição e a competência do Conselho da Justiça Federal, que foi transformado na Lei nº 11.798, de 2008;
- i) PLC nº 119, de 2006 – Complementar, de autoria do Poder Executivo, que institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (SUDECO);
- j) PEC nº 12, de 2006, e proposições apensadas, que tratam dos precatórios, tendo sido aprovado substitutivo que institui, entre outras medidas, preferência, no pagamento de precatórios alimentícios, aos que tenham 60 anos ou mais, e fixação do prazo de até 12 anos para quitação, pelos entes federados, de precatórios vencidos;
- k) PLC nº 98, de 2002, e proposições apensadas, que tratam da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios, e respectivas emendas de Plenário;
- l) Treze proposições relacionadas à organização judiciária, com destaque para o PLC nº 107, de 2007, que institui requisito para

investidura no cargo de Oficial de Justiça; a Emenda de Plenário nº 2 à PEC nº 22, de 2006, que modifica a composição do CNJ; e os projetos que criam cargos em diversos tribunais;

- m) PEC nº 49, de 2003, que veda o nepotismo na administração pública;
- n) Substitutivo da Câmara ao PLS nº 59, de 2004, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Piso Salarial dos Educadores Públicos;
- o) Substitutivo da Câmara ao PLS nº 145, de 2004, que estabelece prioridades na tramitação de procedimentos judiciais e administrativos.

- Proposições para aperfeiçoar o processo legislativo e alterar a competência das Casas Legislativas

Foram apreciadas 4 proposições, com destaque para a PEC nº 57, de 2005, que permite a apreciação dos vetos separadamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, e para a PEC nº 3, de 2003, que facilita às Comissões das Casas Legislativas o poder de solicitar informações.

- Proposições para aperfeiçoar a legislação tributária; civil; processual civil e comercial

Foram apreciadas 22 proposições, com destaque para: o PLS nº 368, de 2007, que extingue o prazo decadencial para a propositura do mandado de segurança; o PLS nº 317, de 2008, que permite a dedução de despesa com aluguel de imóvel residencial do Imposto de Renda da Pessoa Física; o PLC nº 15, de 2005, que estabelece critérios para interposição do agravo retido e do agravo de instrumento; o PLC nº 117, de 2007, que

estabelece procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ; a PEC nº 96, de 2003, que trata da Desvinculação das Receitas da União (DRU) no âmbito da educação; e o PLS nº 392, de 2007, que concede incentivos fiscais aos Estados para obras de infra-estrutura.

- 36 proposições relacionadas a trânsito, aeronáutica, turismo, defesa do consumidor, educação, defesa da criança e do adolescente, cultura, comunicação, ciência e tecnologia, entre as quais destacamos o PLC nº 177, de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; e a PEC nº 24, de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional.
- Cinco proposições relacionadas à saúde, segurança e previdência social e direitos sociais, com destaque para: a PEC nº 100, de 2007, que autoriza a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos; e a PEC nº 64, de 2007, que aumenta o período da licença à gestante para 180 dias.
- Quatro proposições relacionadas à ordem econômica e financeira e ao desenvolvimento regional, com destaque para o PLC nº 90, de 2007, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural.
- Foram aprovados, ainda, três projetos que tramitam em conjunto sobre medicamento genérico de uso veterinário.

II –243 proposições apreciadas, na seguinte conformidade:

- a) 168 **Projetos de Lei e Emendas** a projetos (PLS, PLC, emendas da Câmara e emendas de Plenário);
- b) Sete **Substitutivos da Câmara dos Deputados** a projetos de lei do Senado;
- c) 40 **Propostas de Emenda à Constituição e emendas à PEC**;
- d) **Dois Projetos de Resolução do Senado**;
- e) **Dois Projetos de Decreto Legislativo e 1 Recurso**;
- f) Oito **decisões terminativas da CCJ** para suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF, em recurso extraordinário (efeito *erga omnes*);
- g) Nove **indicações de autoridades** para cargos sujeitos à aprovação prévia do Senado Federal, nos termos do art. 52, III, da Constituição Federal (1 para o TST, 3 para o CNJ, 1 para o CNMP, 4 para o STJ, entre os quais a indicação do Ministro Gilmar Mendes para a Presidência do CNJ);
- h) 40 **requerimentos da CCJ e respectivos aditivos** e 3 **requerimentos**, com destaque para o de nº 14, no sentido da criação do segundo grupo de trabalho, composto de 5 membros, para dar continuidade às discussões, apresentação e votação de proposições que tratam da reforma processual penal;
- i) Nove **audiências públicas**, que visaram à instrução das seguintes proposições: **PEC nº 31, de 2007**, que institui o sistema parlamentar de governo; **PLC nº 27, de 2008** (Projeto do Sacoleiro); **PEC nº 53, de 2007**, que extingue o instituto do terreno de marinha; **PEC nº 12, de 2006**, e proposições apensadas (PEC dos precatórios); **PLC nº 35, de 2007**, que trata

da inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova em caso de delitos que tenham como vítima ou testemunha criança ou adolescente; **PLS nº 607, de 2007**, que regulamenta a profissão de Analista de Sistemas e correlatas; **PLS nº 78, de 2006**, que estabelece punições para violações às normas sobre pesquisas que envolvem seres humanos; e **PLS nº 102 de 2007**, que dispõe sobre o Sistema Financeiro Nacional, e **tramita em conjunto com o PLS nº 72, de 2007 - Complementar**, que dispõe sobre a nomeação e demissão do Presidente e diretores do Banco Central do Brasil.

- j) **Duas petições;**
- k) **Quatro emendas ao projeto de lei orçamentária anual e cinco emendas à lei de diretrizes orçamentárias.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é o Senador Marco Maciel, que enriquece o Congresso Nacional, o Senado e a República do Brasil.

Ô, Professor Cristovam Buarque, um quadro vale por dez mil palavras. Ele é uma amostra de que a política pode ser feita com decência, com dignidade e com ética e não só com falcatrua.

Convidamos para usar da palavra o Senador José Nery, que está inscrito. Depois, está inscrito o Professor Cristovam Buarque, ansiosamente aguardado não só pelo Distrito Federal, mas também pelo Brasil e pelo mundo. Ele é o delegado que o País quer que vá a Unesco. Nós não acreditamos que o Presidente Luiz Inácio não vá dar esse presente de Natal à educação brasileira e mundial.

Nós não acreditamos que haja outro melhor nome para representar o Brasil na Unesco. Ninguém tem um perfil mais ligado à educação. Seria a mesma grandeza histórica com que Rui Barbosa nos representou em Haia, na Holanda, pela paz – que era o problema maior da época diante da Segunda Guerra Mundial.

Agora, o mundo sabe que o único caminho é a educação. Então, Luiz Inácio, o Brasil pede ao Presidente a indicação, como delegado da Unesco, do professor e Senador Cristovam Buarque.

V. Ex^a poderá usar da tribuna pelo tempo que entender conveniente, Senador José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa; Srs. Senadores, em especial o Senador Cristovam Buarque, a humanidade não conhece muitos eventos que possam receber, de forma inconteste, a definição de fatos históricos. A Revolução Cubana, contudo, é indiscutivelmente um desses fatos. Em 1º de janeiro de 1959, o ditador Fulgêncio Batista, um títere a serviço do Governo dos Estados Unidos, foge de Cuba, marcando o início de uma nova era para a humanidade.

A pequena ilha de Cuba, conquistada em 1492 por Colombo, já nasceu sob o signo da polêmica. Isso porque o conquistador espanhol fez jurarem os integrantes de sua expedição, sob pena de severas punições, que Cuba não era uma ilha, mas uma parte do continente asiático. Tudo para comprovar sua tese de que havia chegado à costa ocidental da Ásia.

Cinquenta anos se passaram desde o triunfo da revolução, e nosso respeito e admiração por Cuba só aumentam. A Revolução Cubana se tornou grande por materializar a luta antiimperialista travada por milhões de seres humanos que não se curvam diante da arrogância do império do capital. Cuba é um ícone

para aqueles que acreditam que o homem pode viver sem estar submetido à lógica capitalista, que coisifica o homem e transforma tudo e todos em mercadoria. A resistência do povo cubano é um alento para milhões de lutadores sociais que dedicam sua vida à construção de uma sociedade justa e igualitária, onde a solidariedade e o respeito à vida e à natureza sejam efetivamente valores universais.

Fidel Castro e Che Guevara são símbolos de uma era. Jovens ainda, enfrentaram e venceram não apenas o regime de um ditador local, mas toda a fúria política e militar do mais poderoso país que a humanidade já conheceu, os Estados Unidos da América. Não foram poucos os esforços dos Estados Unidos para derrotarem a Revolução Cubana. Isso porque seus governantes sempre foram conscientes da transcendência da luta do povo cubano.

Os economistas tradicionais, sempre afeitos às teorias do capitalismo, não conseguem entender como essa pequena ilha do Caribe pode ostentar invejáveis índices sociais, estando submetida a um severo bloqueio comercial imposto pelos Estados Unidos desde 1962 e que já causou perdas superiores a US\$80 bilhões. Além de excelentes sistemas de saúde, educação e transporte, Cuba, segundo estudos da ONU, está entre os 70 países que apresentam um alto Índice de Desenvolvimento Humano (acima de 0,800). Em 2007, o IDH de Cuba foi de 0,838 (51º melhor do mundo), Senador Mão Santa.

Aliás, é bom lembrar que a própria ONU, pela 17ª vez consecutiva, já considerou criminoso esse bloqueio econômico. Dos 192 Estados-membros da Assembléia-Geral, 185 votaram a favor da resolução que exorta ao fim do bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelo governo americano. A resolução contou apenas com três votos contra – Estados Unidos, como não poderia deixar de ser, Israel e Palau – e com a abstenção da Micronésia e das Ilhas Marshall.

O Presidente cubano Raúl Castro esteve no Brasil até hoje, participando da reunião da Cúpula da América Latina e do Caribe. Este é um momento privilegiado para que o Brasil e os brasileiros possam manifestar e reafirmar seu apoio à luta do povo cubano, exigindo do novo governo americano o fim do embargo a Cuba e o respeito a uma Nação soberana. Os Estados Unidos não têm a menor condição moral de julgar quem quer que seja. A atual crise econômica, que demite dez mil trabalhadores por dia na Europa e que já demitiu milhares em nosso País, foi criada nas entradas dos Estados Unidos. O mais recente capítulo da crise é o rombo de mais de US\$50 bilhões de dólares promovido pelo ex-Presidente da Nasdaq, Bernard Madoff. Só a lógica capitalista permite que um único homem

possa enganar diversas instituições e mesmo países por tanto tempo.

Os ideais que movem a Revolução Cubana estão mais vivos do que nunca na luta de todos aqueles que, diariamente, destinam a sua vida à luta pelo socialismo. Milhares de homens e mulheres estão solidários à causa cubana porque se identificam com a luta antiimperialista. A revolução que começou com uma luta anticolonial se transformou, pela sua dinâmica interna, em uma revolução socialista. Fidel Castro e Che Guevara permanecem símbolos universais da resistência e da tenacidade dos lutadores latino-americanos.

Desde já, manifesto minha solidariedade aos 50 anos da gloriosa Revolução Cubana, a ser celebrada em 1º de janeiro de 2009, desejando que ela continue servindo de inspiração à luta por uma sociedade sem explorados e exploradores em todos os continentes do nosso imenso planeta.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, Senador Cristovam Buarque, nesta semana, a realização da Cúpula da América Latina e do Caribe, na Bahia, foi uma importante oportunidade para que os países latino-americanos assumissem o compromisso de constituir um organismo multilateral para cuidar da integração da relação comercial e política dos países do continente. E têm um significado especial a presença, o acolhimento e a denúncia conjunta feita por todos os países ao bloqueio comercial imposto à Cuba e a exigência para que o novo governo dos Estados Unidos tenha, finalmente, uma postura à altura da atualidade. Não se pode mais aceitar um bloqueio criminoso como aquele a que Cuba foi submetida desde 1962. Além da reafirmação do compromisso da criação de um organismo multilateral, ao lado da afirmação da luta pela soberania dos nossos países, em especial do povo cubano, há a significativa presença do Presidente Raúl Castro, que ontem esteve em Brasília.

Quero, Sr. Presidente, manifestar a minha enorme satisfação de ter tido a oportunidade para um breve diálogo com o Presidente Raúl Castro, quando pudemos conhecer melhor parte da sua luta e da luta do povo cubano, bem como ouvimos sobre os desafios que estão postos à continuidade de uma revolução que se mostrou vitoriosa, porque Cuba exibe para o mundo, orgulhosamente, indicadores sociais da mais alta relevância, que, por si só, demonstram a importância dessa luta revolucionária. O Presidente Raúl Castro, que pouco viaja pelo mundo – e veio à Cúpula dos Países Latino-Americanos e do Caribe, em Salvador –, em sua passagem pelo Brasil, pôde receber a manifestação de várias lideranças políticas, de vários partidos, de intelectuais e dos setores e dos lutadores sociais que apóiam a causa do povo cubano.

É com grande satisfação que concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Nery, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo por estar trazendo a essa tribuna saudação à criação dessa união dos povos latino-americanos. Duzentos anos esperamos por isso! Duzentos anos os povos latino-americanos esperaram para ter uma entidade deles e não sermos parte de uma entidade conjuntamente com Estados Unidos e Canadá – que eu acho positivo que exista também, como acho positivo que existam as Nações Unidas. Mas é um grande feito, e aqui a gente tem que reconhecer a obra de engenharia dos atuais Ministros das Relações Exteriores de todos os países, dos Presidentes de todos os países e, obviamente, aqui no Brasil, do Presidente Lula e do Ministro Celso Amorim. Não há dúvida nenhuma disso, e eu creio que é um grande feito. Ao mesmo tempo, fico satisfeito de vê-lo trazer aqui referências à Revolução Cubana. Eu queria dizer uma coisa. Quando eu vi a campanha do Presidente Obama, com o grande *slogan* “É possível”, que já foi utilizado, eu me lembro bem, na Colômbia, alguns anos atrás, por outro presidente, eu me lembrei sempre que nada significa mais “nós podemos” do que o que foi feito em Cuba. E sabem que o método cubano, Senador Mão Santa, de erradicação do analfabetismo eles chamam “Você pode”. Ou seja, “o analfabeto pode”, “nós podemos”. Cuba conseguiu mostrar que, apesar de todas as dificuldades, é possível melhorar os indicadores sociais, quando a gente desvincula o indicador social como resultado da economia. O grande erro do século XX em matéria de “engenharia” de políticas sociais foi a idéia de que solução dos problemas sociais virá no crescimento econômico. Precisamos dos dois. Mas a crise social não vem do crescimento econômico, que às vezes se agrava. Cuba desvinculou as duas coisas e mostrou que é possível. Sabe que não é só Cuba? Um pequeno Estado da Índia, um Estado, e não a Índia, Kerala, tem os mesmos indicadores sociais da Europa e a renda *per capita* da Índia. É paupérrimo do ponto de vista de renda e riquíssimo do ponto de vista de a mortalidade infantil ser baixa, de o nível de escolarização ser alto, de os direitos das mulheres serem iguais aos dos homens, porque, há trinta anos, tem políticas sociais dirigidas diretamente a resolver o problema social. A economia vem sendo usada como meio. Cuba mostrou que isso é possível. Juntando o *slogan* do Presidente Obama com Cuba, creio que é de se esperar que, para que ele seja de fato o primeiro presidente do século XXI – e não apenas o primeiro presidente negro, porque isso ele já é –, uma das coisas necessárias é mudar o tipo de relacionamen-

to com Cuba. Não apenas quebrar o bloqueio – não apenas isso –, mas manter uma relação de respeito à diversidade. Eu tenho certeza de que, no momento em que isso ocorrer, os pontos que nós, da democracia (chamemos de tradicional), reclamamos de Cuba, como eu pessoalmente – incomoda-me a imprensa não ser livre, o fato de ser necessária a pena de morte –, tudo isso acho que desaparecerá quando houver uma relação fraterna. Os próprios cubanos me dizem: “Nós não gostamos disso, mas nós estamos em guerra”. E o país que está em guerra com outro tem que se proteger. Seja verdade, seja desculpa, creio que a boa relação entre Estados Unidos e Cuba, Estados Unidos respeitando a maneira como Cuba usa o Estado, respeitando a maneira como a economia, mesmo com interesses privados, como já existe – e eu acho isso positivo –, eu não sou, nem de longe, defensor de estatização, hoje, como caminho da eficiência. Já foi mostrado que a estatização serve ao privilégio dos que dominam o Estado, não aos trabalhadores que estão lá fora. Isso foi na União Soviética; foi aqui com as estatais – elas tiveram papel importante no desenvolvimento da Nação, mas criaram muitos privilégios para os seus trabalhadores contra direitos dos outros trabalhadores. Não! Esse lado do Estado, esse lado da economia, em tudo isso acho que Cuba terminará se ajustando e será capaz de mostrar que é possível ter uma boa educação, uma boa saúde, até mesmo tolerando liberdade de mercado, até mesmo tolerando a liberdade com alternância do poder de partidos. O próprio Partido comunista se dividiria em diversos. Uma vez ouvi uma declaração, creio que do próprio Raúl Castro – não com ele, pois eu nunca estive com ele –, em que ele dizia: “A diferença entre dois comunistas cubanos, do ponto de vista ideológico, é maior do que entre um republicano e um democrata nos Estados Unidos”. O partido único cubano tem mais divergências internas de que tem um democrata para um republicano nos Estados Unidos. Mesmo assim, a idéia do partido único ainda me choca – a mim, pelo menos – e a muitos de nós. Tudo isso creio que desaparecerá se o Presidente Obama for o primeiro presidente do século XXI, percebendo que é preciso respeitar as diversidades, inclusive bem ali pertinho de Miami, que é onde fica essa heróica ilha chamada Cuba, com a qual posso ter divergências em alguns pontos, mas não posso deixar de reconhecer que a simples sobrevivência com êxito no social é prova, sim, de um heroísmo e é prova de que é possível, como disse o Presidente Obama.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço e incorporo ao meu discurso, com enorme satisfação, as considerações do Senador Cristovam Buarque.

Aproveito para dizer, assim como se manifestou há pouco o Senador Mão Santa, que temos a possibilidade de ter o Senador Cristovam Buarque como Diretor-Geral da Unesco. Sem dúvida, S. Ex^a, com essa visão humanitária, ampla, de um educador reconhecido internacionalmente, oferecerá uma enorme contribuição à luta pela igualdade, pela justiça, pela educação, pelos direitos sociais, contra a barbárie em todas as partes do mundo.

Senador Mão Santa, o manifesto que o Senado Federal já fez em apoio à candidatura do Senador Cristovam Buarque para a Unesco precisa ser reforçado por vários outros setores da sociedade brasileira, tendo em vista a importância da Unesco para a ONU e para o mundo e a possibilidade real de uma contribuição que honrará muito o povo brasileiro. Teremos, assim, o Senador Cristovam Buarque ao lado de tantos outros ilustres brasileiros que contribuem para o bem-estar dos povos e a boa relação entre as nações com ações significativas para mudanças efetivas que ajudem, que contribuam para que o mundo seja menos desigual, para que o mundo acorde para os diversos desafios que temos pela frente no sentido de enfrentarmos com alguma possibilidade de construir algo que seja radicalmente diferente daquilo a que temos assistido em escala internacional do ponto de vista da violência, da falta de tolerância entre as nações, da quebra do princípio da soberania, tão elementar e tão necessário à boa convivência entre as nações.

Creio que as lutas libertárias, com certeza, terão toda atenção, como sempre tiveram, na atuação do Senador Cristovam Buarque, um educador por excelência. V. Ex^a é um orgulho não só do Distrito Federal, não apenas da Universidade de Brasília, mas é um orgulho nacional. S. Ex^a exerce e exerceu relevantes cargos na República. Como Governador do Distrito Federal, plantou aqui sementes de inovadores projetos de inclusão social que foram posteriormente incorporados tanto por governos municipais do Brasil como por outros governos estaduais e pelo Governo Federal. É um exemplo o Bolsa-Escola, que se transformou em Bolsa-Família.

Não podemos nos esquecer do programa voltado para a inclusão dos pequenos produtores, dos artesãos, da busca de uma convivência mais correta, mais adequada nas cidades. Há a questão da educação no trânsito, que causa tanta violência nas cidades do nosso País. É impressionante perceber como Brasília, a partir de uma decisão de Governo, que teve o amplo apoio da sociedade, é um dos lugares onde mais se respeita a faixa de pedestre. Apesar de ainda existirem problemas, aqui há uma convivência harmônica e respeitosa entre os condutores e os pedestres. É um

exemplo. Estou falando de coisas singelas, mas de enorme significado.

Portanto, Senador Mão Santa, aproveitando o aparte que me fez o Senador Cristovam Buarque, fiz, então, menção à sua candidatura para Diretor-Geral da Unesco, tendo em vista a importância do que isso representa para o nosso País e para o Planeta.

Sem dúvida, precisamos reforçar e nos irmanar para que diversos setores da sociedade de nosso País se manifestem e se irmanem nessa campanha para termos um brasileiro, um educador, um político com a marca da correção, da inteligência, do compromisso com o desenvolvimento humano em toda sua plenitude.

Estou falando dessa possibilidade que esperamos ver concretizada. Que essa seja uma das boas notícias de 2009, porque Cristovam Buarque na Unesco não contribuirá apenas com o Brasil e com a América Latina, mas com o Planeta, e isso só é possível por conta da sua grandeza, do seu humanismo e do compromisso de S. Ex^a.

Senador Mão Santa, ainda falando de Cuba, quero exigir a libertação dos cinco cubanos que há dez anos amargam o cárcere nos Estados Unidos por empreenderem ações que têm a ver com a defesa dos interesses do povo cubano. Por isso, que René González, Gerardo Hernández, Ramón Labañino, Antonio Guerrero e Fernando González, que amargam, há dez anos, cárcere em prisões americanas sejam libertados como uma exigência de justiça e do respeito aos mecanismos de que o próprio povo cubano tem o direito de utilizar para ver garantida a sua soberania e os seus direitos fundamentais.

Ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Marina Silva, quando do encontro com o Presidente Raúl Castro, a Presidente da Frente Parlamentar Brasil–Cuba, Deputada Vanessa Grazziotin, fez a entrega do manifesto pedindo o fim do bloqueio a Cuba, assinado por 300 Parlamentares brasileiros. Setenta e cinco Senadores e mas Deputados e Deputadas Federais assinaram o manifesto que foi enviado ao futuro Presidente dos Estados Unidos e ontem entregue ao Presidente Raúl Castro.

Portanto, essa é a nossa manifestação celebrando e comemorando os êxitos e avanços da revolução socialista de Cuba.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, o outro tema que eu queria abordar, brevemente, Presidente Mão Santa, é uma decisão que esta Casa vai tomar no reinício dos nossos trabalhos legislativos, em primeiro de fevereiro de 2009. Trata-se da eleição para a Mesa Diretora do Senado Federal, da sua Presidência

e, por consequência, da Presidência do Congresso Nacional.

Esse tema é importante porque tem sido abordado nos últimos dias, faz parte das discussões dos partidos políticos com assento na Casa, dos seus Líderes. É natural, é democrático que assim o seja e que possamos debater e escolher, entre os prováveis candidatos, um Presidente do Senado que possa, efetivamente, garantir o protagonismo, a austeridade e a transparência da nossa atuação, que possa contemplar iniciativa, projeto de lei, emendas e projetos de emendas constitucionais oriundos da produção legislativa das Sras e dos Srs. Senadores; que possa apoiar e priorizar a implementação da adoção do orçamento impositivo; que tenha uma relação ativa com o Executivo, cobrando moderação na edição de medidas provisórias e não-aceitação de medidas que não sejam relevantes e urgentes; a garantia dos direitos das minorias, sem tratamento diferenciado entre Parlamentares e bancadas; rigoroso respeito às definições regimentais na tramitação legislativa, sem atropelo de prazos e procedimentos; que garanta uma melhor produtividade da Casa, nas Comissões e em plenário; além de outras tantas iniciativas, como a ampliação do sinal de canal aberto da TV Senado para os Estados brasileiros que ainda não têm acesso a esse serviço essencial de comunicação do Senado Federal com o povo brasileiro; garantir, Sr. Presidente, a publicação periódica de todos os gastos em todos os setores na página do Senado; radicalização das iniciativas de transparência e controle externo do Legislativo. Essas são questões que necessitam ser observadas pelo próximo Presidente do Congresso Nacional, pelo próximo Presidente do Senado Federal.

Avaliando, Sr. Presidente, as possibilidades de candidatura que estão postas nessa disputa, eu queria aqui, de forma muito clara, transparente, manifestar o meu convencimento de que avalio a candidatura do Senador Tião Viana, do Acre, como uma das possibilidades para que nós tenhamos uma pauta de compromisso e de programa de trabalho à frente do Senado na próxima gestão, para que garanta, sobretudo, a definição clara de medidas que ajudem o nosso País a avançar em sua democratização na participação política.

Por isso, uma das exigências fundamentais que devem ser tratadas e lideradas pelo próximo Presidente desta Casa é o trabalho em prol da reforma política, das reformas tributárias e daquelas medidas que efetivamente signifiquem a alteração das condições sociais em que vive a maioria do nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente Mão Santa, creio que o Senado precisa, sobretudo, afirmar a necessidade de uma condução ética e transparente.

Por isso, eu quero aqui deixar bem claro o meu apoio à candidatura do Senador Tião Viana para a Presidência desta Casa, reconhecendo que temos aí a possibilidade de um programa de trabalho que ajude a valorizar o Parlamento brasileiro, que seja uma gestão que ajude a valorizar a política, no sentido das grandes e boas decisões que devem ser tomadas por esta Casa para melhorar o nosso trabalho em defesa dos mais legítimos interesses do País.

Por isso, vejo na trajetória, na história do Senador Tião Viana a possibilidade de uma atuação deste Senado de forma muito expressiva a partir de 2009.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Quero fazer aqui uma afirmação que considero importante, antes de conceder o aparte ao Senador Cristovam Buarque e, logo após, à Senadora Marina Silva. Quero dizer que, ao assim me manifestar, não há qualquer gesto que possa significar um desconhecimento ao trabalho do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves. O Senador Garibaldi Alves assumiu o Senado numa crise ética sem precedentes na história do Senado, e nós o elegemos, sim, para completar o mandato de que restavam 14 meses e que vai se encerrar em 31 de janeiro de 2009. Portanto, tenho a compreensão de que há legalmente uma impossibilidade jurídica para que o Presidente Garibaldi Alves possa pleitear a sua reeleição. Com isso, quero dizer do meu reconhecimento ao trabalho, à forma como tem tratado as questões importantes do Congresso Nacional e do Senado Federal no período da sua gestão. Mas reconheço a importância também, quando se discute, na Câmara dos Deputados, se poderia haver um acordo que permitiria a eleição de um Deputado do PMDB para a Presidência da Casa, Senador Mão Santa – V. Ex^a que é um peemedebista da melhor estirpe –, ter esse compartilhamento na direção das duas Casas.

Portanto, creio que, ao Senado, uma candidatura de outro partido poderia fortalecer a possibilidade desse entrosamento entre as duas Casas, inclusive.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Nery, eu pedi mais esse aparte, porque eu não quero deixar de manifestar e reafirmar o apoio meu pessoal e de todo o PDT à candidatura do Tião Viana. Nós estamos absolutamente convencidos de que é uma renovação que a gente pode ter nesta Casa. Eu tenho a maior admiração, respeito e eu diria até que dúvida – e vou dizer qual – com o Senador Garibaldi. Mas ele foi Presidente por um ano, tem que terminar o seu mandato respeitado por todos, carregado nos nossos

braços, mas eu não vejo como ele ser candidato mais uma vez. E a nossa decisão já foi tomada: o nosso candidato é o Tião Viana. A dúvida que eu tenho com ele, Garibaldi, é de que, no dia em que o Presidente Lula sancionou a Lei do Piso Salarial e passou a palavra para o Presidente da Câmara e para o Presidente do Senado, Garibaldi fez um gesto que é raro num político: passou para mim a palavra, para que eu falasse em nome dele. É uma dúvida imensa, impagável, mas isso é uma coisa, a outra é aqui nós mudarmos as regras, as leis ou voltarmos atrás numa candidatura já assumida por nós, já apoiada por nós, com o nível e a qualidade do Tião Viana. Então, nós estamos ao seu lado, e creio que os cinco membros do PDT, todos eles já afirmaram e continuarão com Tião Viana.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço ao Senador Cristovam Buarque, mais uma vez. Posso confirmar, porque fui testemunha do gesto do Senador Garibaldi Alves quando do ato da entrega do projeto de lei que trata do Piso Salarial dos professores. Quando instado a falar, a se pronunciar, junto ao Presidente da República naquele momento, ele, de forma brilhante, compreendendo a participação de V. Ex^a nessa luta, concedeu-lhe a palavra, o que foi um gesto, realmente, digno da grandeza do Senador Garibaldi.

Ouço o aparte da Senadora Marina Silva.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Nery, quero agradecer a V. Ex^a a oportunidade do aparte, que é muito mais para dizer que, ainda que não esteja “mandatada” pelo Senador Tião Viana para isso, fico bastante satisfeita e tenho absoluta certeza de que, se ele estivesse aqui, também se dirigiria a V. Ex^a, dizendo o quanto nos sentimos honrados pela sua manifestação em apoio à sua candidatura à Presidência do Senado, bem como pela postura do PDT aqui, reiterada pelo nosso Senador Cristovam. O Senador Tião Viana tem feito um esforço para dialogar com a Casa, mostrando que esta Casa vive dos acúmulos e dos aperfeiçoamentos que podem ser feitos à Instituição. Esta é uma Casa política, mas ela deve manter a sua autonomia na relação com os demais Poderes. Tenho certeza de que o Senador Tião Viana terá capacidade de mediar a sua posição como homem que pertence à Base do Governo, que tem uma relação direta com o Presidente Lula, e os interesses da Casa, bem como a relação entre os diferentes partidos que a constituem, que a compõem. É por isso que fico feliz de ouvir a sua manifestação e a de outros colegas Senadores, dizendo que apoiam a candidatura de Tião Viana. Não é uma candidatura em oposição a alguém, mas em afirmação a idéias, a princípios e a um trabalho que vem sendo legitimado pelos seus Pares nos momentos em que teve a oportunidade de presidir

interinamente esta Casa. Não tenho dúvidas de que, assumindo para os próximos dois anos essa tarefa, ele a cumprirá com todo o respeito que tem pelas diferenças, mas também pela capacidade de assumir as suas posições com firmeza. Só quero mais agradecer a manifestação de V. Ex^a e a do Senador Cristovam, dizendo que nós da Bancada do Partido dos Trabalhadores temos trabalhado, conversado com os colegas, entendendo o papel que cada um exerce aqui no seu universo político-partidário. Mas, neste momento, devemos estar em defesa da Casa, do Regimento e do fortalecimento desta Instituição.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Agradeço o aparte da Senadora Marina Silva, que reafirma os pressupostos que fizeram com que pudéssemos anunciar publicamente o nosso apoio ao Senador Tião Viana, compreendendo o papel que desempenhará em um ano muito difícil.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

Eu queria a compreensão de V. Ex^a, porque, desde o início, foram quarenta minutos, aí a gente marca – foi assim com todos. V. Ex^a é o primeiro que está no meu coração, embora tenha manifestado o apoio ao Tião, que eu diria e repetiria... Ô, Professor Cristovam, V. Ex^a, que quer ir para a Unesco, leve esta mensagem. Voltaire, numa situação como esta, disse: “À majestade tudo, menos a honra”. Eu daria a minha vida para que V. Ex^a tenha o direito de dizer o que quer dizer, mas quero me mostrar totalmente contra essa situação. Isso não tem verdade histórica, não tem nada a ver. A ignorância às vezes é audaciosa. Eu daria o exemplo de um Parlamento maior, que retrata... O que é que tem a ver, na eleição do Parlamento britânico, a Casa dos Lordes com a Casa dos Comuns? Não teve pacto, não existe pacto nenhum. E, dessa mesma maneira, eu me acho no direito, inspirado em Voltaire, de dizer que muito pior, muito pior é uma democracia em que as três pilastras pertencem a um partido. O Executivo é de Sua Excelência o nosso Presidente Luiz Inácio. Ele obteve a maioria dos votos no Brasil. Mas, por um desvio constitucional, ele já vai nomear sete membros do STF, de onze praticamente. Quer dizer, influencia. Mas não é esta Casa. Então, nós estaríamos retroagindo aos processos antidemocráticos. Assim era na Alemanha de Hitler, assim era na Itália do fascismo de Mussolini. Então, nós somos contra, e advertimos com fundamento histórico. Quero lhe dizer que neste País nós estamos aqui neste templo da democracia.

Juscelino Kubitschek só foi eleito porque o Senado era contra os que queriam impedir a sua posse. O General Lott tomou conta, com as forças militares, e aqui

foi garantida a posse pelo Presidente do Congresso, Nereu Ramos, que não foi na onda do lacerdista Carlos Luz na Câmara, que já tinha levado um navio com Pena Boto, ameaçando com canhões o impedimento da soberania popular da legião de Juscelino.

Senador José Nery, V. Ex^a é muito jovem e sabe o que significa Juscelino. Não houve ninguém na nossa história como ele, em termos de dignidade e de grandeza – Cristovam, V. Ex^a não pode ir para a Unesco sem essa mensagem. Quiseram reelegê-lo, e ele não aceitou a reeleição, porque era um democrata e havia a alternância de poder.

Então, tem que haver o equilíbrio, e esta Casa tem que ser a pilha mais forte dos Três Poderes, que nem chamo poderes, mas instrumentos da democracia. Poder é o povo, que é soberano. Agora se fala é em banco soberano, fundo soberano.

V. Ex^a pode continuar, pelo tempo que V. Ex^a quiser, embora eu tenha dado só quarenta minutos para todos.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Presidente Mão Santa, posso compreender suas palavras como uma manifestação pessoal, e não da Presidência, que o senhor exerce neste momento.

Segundo, invocando o próprio testemunho da história...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com licença, mas estamos num debate qualificado.

A Presidência aqui é membro. A Presidência, de fato e de direito, é que se lançou candidata. Então, embora eu esteja interinamente aqui, regimentalmente, porque tenho mais idade – como sou o que tenho mais idade, na ausência do Presidente, pela lei, pelo direito e de fato, o Presidente...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Fiz uma consideração de que, como o senhor agora é o Presidente de todos nós, manifestou isso como uma posição pessoal e não com o simbolismo e a responsabilidade de quem dirige a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim, mas eu citaria Montesquieu, em *O Espírito das Leis*. Para mim, há três Constituições.

A Marina está ali e me presenteou de Natal com um livro de um pastor de Deus, que agradeci muito, porque, na minha formação, eu li aqueles livros do Norman Vincent Peale – *O Poder do Otimismo*, *O Poder do Pensamento Positivo*, sobre a tolerância e tal –, e ela me acabou de doar um no mesmo gênero. Agradeço.

Mas há três Constituições para nós todos: os mandamentos da Lei de Deus; aquela que V. Ex^a lembrou ao Brasil, a Carta da Declaração Universal dos Direitos Humanos; e a nossa Constituição do Brasil, a que estamos obedecendo aqui.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – V. Ex^a citou o exemplo do Presidente, que não buscava a reeleição. Eu diria que seria não só oportuno, mas, a meu ver, o cumprimento ou uma interpretação da Constituição: o questionamento que fiz e que faço a respeito da possibilidade de o Senador Garibaldi poder disputar a reeleição.

Outro aspecto a ser observado quanto à condução dos trabalhos no Senado: creio que precisamos aprimorar as regras e normas de funcionamento da Casa, porque aqui a norma tem sido, nos últimos tempos, não ter regra para nada. E nós todos temos culpa disso. Creio que, em 2009, com a discussão de reforma do Regimento Interno, que está em curso, precisamos definir mais claramente as regras de funcionamento para que possamos ter a possibilidade de estabelecer uma relação isonômica, igualitária, para a atuação de todos os Srs. Parlamentares. Esse é um assunto que deve ser contemplado na reforma do Regimento Interno, que está em curso.

Quero, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, lembrar que 2009 chega com a realização de um evento de importância internacional. Trata-se da realização do Fórum Social Mundial, em Belém do Pará, capital do nosso Estado, de 25 de janeiro a 1º de fevereiro. Serão mais de três mil atividades, envolvendo uma enormidade de temas e de questões de interesse dos povos de mais de 100 países, que estarão representados em Belém, na Amazônia.

Aproveito esta oportunidade para reafirmar o convite ao Senado, à Câmara dos Deputados, aos Parlamentares de todo o País, para que todos nós, que atuamos na elaboração das leis, que temos o papel de fiscalizar os atos públicos em defesa dos interesses da sociedade, que trabalhamos pela construção de programas e projetos, de alguma forma, possamos nos mobilizar para ajudar a transformar a realidade de exclusão e de violência de que são vítimas milhares de pessoas em todo o mundo. Nós queremos, sobretudo com o desafio que temos, encontrar alternativas à crise capitalista que se espalha pelo mundo, deixando um rastro de descaso e violência, sobretudo quando tira o direito fundamental das pessoas ao trabalho, com as demissões que, segundo se anuncia, serão milhões em todo o planeta com o avanço da crise capitalista.

Portanto, temos que buscar alternativas, e o Fórum Social Mundial provavelmente buscará, também, um conjunto de soluções e de propostas que contribuam nessa perspectiva de atender, de fato, os legítimos interesses dos trabalhadores de todo o planeta.

Por último, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, eu queria manifestar os meus votos de um feliz e abençoado Natal a todos os brasileiros e brasileiras,

bem como externar esses votos aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras, aos funcionários, aos servidores do Senado Federal e a todas as pessoas com as quais trabalhamos, às nossas equipes nos Estados, aos movimentos sociais com os quais atuamos. Desejamos que todos possam celebrar com muita satisfação a festa do Natal, do nascimento de Jesus; e que possamos ter, em 2009, a possibilidade de construir um mundo melhor, livre de ganância e de egoísmo, onde qualquer ação humana que diminua o ser humano possa ser evitada por cada um de nós.

Portanto, Senador Mão Santa, desejo que 2009 seja um ano de muitas lutas e de muitas vitórias no caminho da construção da sociedade e do mundo de nossos sonhos.

Falta ainda um agradecimento especial a V. Ex^a, pela paciência, e dizer que, igualmente, estaremos aqui para retomar as atividades em 1º de fevereiro de 2009, logo após o recesso, esperando que 2009 nos possibilite tomar muitas decisões que ajudem o Brasil a se reencontrar consigo mesmo e com o seu destino de paz, justiça e felicidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos, Senador José Nery.

Pela ordem, falará agora o Senador Cristovam Buarque. Depois, voltaremos à lista para ouvir, com o brilho do nascimento e da paz, a Senadora Marina Silva, que defende a natureza com grande garbo. Só focles disse: "Muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano". Ela terminará essa antecipação da natureza que é o ser humano, aqui representado pelo nascimento do Filho especial de Deus, que veio nos levar ao caminho do céu.

Professor Cristovam Buarque, não sei se o anuncio como professor, Senador ou como o próximo delegado da Unesco, para bem deste País. Será um passo a mais a conquistar. Como V. Ex^a, o Presidente Luiz Inácio deseja um lugar na ONU. V. Ex^a será o São João, que antecipou Cristo. São João disse: "Eu vim e estou batizando com água Cristo". V. Ex^a é que vai dar representatividade e credibilidade ao Brasil para ele conquistar uma cadeira na ONU, como é desejo de Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente.

Se a Senadora quiser falar antes de mim, não há problema. (Pausa.)

Não? Obrigado Senadora.

Sr. Presidente, estamos no final deste ano. Temos, então, duas alternativas: uma, lembrar 2008; outra, pensar 2009. Eu prefiro pensar 2009, trazer os dese-

jos que eu tenho para o que vai acontecer em 2009 e que a gente possa ajudar.

Eu dividi em alguns itens os meus desejos. O primeiro deles é que nós possamos, agora no próximo ano, ter algumas leis – que foram aprovadas aqui neste Congresso – de fato executadas. Uma delas, obviamente, é o piso salarial.

Espero que, a partir de 1º de janeiro, Senadora Marina, Senador Nery, todos os professores brasileiros estejam enquadrados no piso salarial de R\$950,00, que ainda é muito pouco, mas já vai permitir um salto para alguns professores. Pena que não será de uma vez, esse piso será aplicado ao longo de anos, mas, pelo menos, todos os professores poderão sentir-se com direito a um item que os unifique em todo o País: o piso federal do professor, confirmado essa semana pelo STF.

Peço também, a propósito, que, logo no começo do ano, o STF, o Supremo Tribunal Federal, se reúna, volte a discutir e aprove também o item que foi incorporado na Câmara dos Deputados pela Deputada Fátima para que o professor tenha uma carga máxima de aulas equivalente a dois terços de sua carga de trabalho. Isso o Supremo se negou a aprovar, pediu mais tempo. Mas, manter a carga do valor sem dar tempo ao professor para se preparar, orientar os alunos, além de injusto, é de uma certa maneira uma alternativa burra, porque aumentam os custos da educação com repetência, com ineficiência, e os custos do Brasil com evasão. O professor com tempo livre para conversar com os alunos reduz a repetência.

Desejo para 2009 que todos os Governos já entrem obviamente na obrigação de pagar o piso e que o Supremo recupere essa parte importante da Lei do Piso, que diz que o professor tem de ter uma parte do seu tempo de trabalho fora da sala de aula, orientando os alunos. Quero também que a população inteira adote a lei sancionada pelo Presidente Lula, também de origem desta Casa, pela qual toda criança tem direito a uma vaga na escola a partir do quarto aniversário. No dia em que fizer quatro anos, não precisa ser no começo do ano, chega à escola mais perto de casa e a escola vai ter de receber esta criança. É possível que, nos primeiros dias, isso signifique um aumento ligeiro de alunos, porque não são muitos que fazem quatro anos. É possível que, no começo, não fique no Jardim de Infância, mas numa escola de Ensino Fundamental, por não haver ainda o jardim de infância apropriado. Mas vamos transformar uma necessidade em uma demanda, por existir a lei. A criança em casa necessita, mas não demanda. A criança na escola, sem cadeira, sem professor passa a demandar. Esse é um passo naquilo que a Senadora Heloísa Helena sempre falou,

que o Brasil precisa adotar uma geração de crianças, só que isso começa desde a creche, com uma lei que foi aprovada aqui, em uma reforma da Constituição, de origem da Senadora Heloísa Helena, e que não está em prática.

Espero também, e isso não está escrito, Senador Mão Santa, que, a partir do próximo ano, a gente consiga fazer com que as crianças estejam na escola e freqüentem as aulas, porque se criou a idéia, Senador José Nery, de que, no Brasil, todas as crianças estão na escola. Primeiro, é um desprezo a 3% ou a 4% que não estão matriculadas. É uma vergonha uma criança não estar matriculada. Segundo, 100% matriculadas não significa, no Brasil, 100% freqüentando. E, quando freqüenta, não significa assistindo; quando assiste, não significa aprendendo; quando aprende, não significa concluindo o segundo grau.

Espero que possamos dar um salto na permanência das crianças na escola. E aí vem o meu desejo de que o Programa Bolsa Família se ajuste mais à idéia do bolsa escola de antes do que ao de bolsa família, que se transforme outra vez no que já foi, um programa educacional, e não apenas um programa assistencial, que temos de defender também, porque não podemos deixar famílias sem receber essa pequena parte de generosidade da elite brasileira, que solta esse dinheirinho graças ao Governo do Presidente Lula, porque nem isso era feito antes. Então, que volte a ser bolsa escola.

Espero também que aqui dentro e na Câmara aprovemos projeto de lei que obriga todos os Governos a concederem vagas até o final do ensino médio. É um absurdo que o País, em pleno século XXI, ainda não tenha como obrigatório o ensino médio. O projeto está na Câmara. Agora, ouvi dizer que o Governo vai apresentar um projeto, Senador Mão Santa, como sempre costuma fazer... A gente dá entrada em um projeto, ele tramita aqui dentro e, quando está para ser aprovado, o Governo corre e dá entrada em um projeto semelhante para adquirir a paternidade, como se o DNA pudesse ser obtido depois de a criança ter sido concebida. O DNA não vem quando nasce, vem na concepção. O projeto da obrigatoriedade do ensino médio já está lá.

Eu gostaria também, Senador Mão Santa, de ver discutido pelo menos, mesmo que não aprovado, um projeto que está no Senado e que obriga os filhos dos eleitos a estudarem nas mesmas escolas dos filhos dos seus eleitores, ou seja, na escola pública. E o projeto de lei que está aqui, ao qual dei entrada, dá um prazo de sete anos para que os eleitos melhorem a escola dos eleitores e coloquem ali seus filhos. Deixo essas coisas no que se refere, de maneira muita

reduzida, a alguns aspectos da educação. Mas quero desejar que a gente saiba enfrentar a crise que está aí, do ponto de vista econômico.

Mas aqui faço um apelo ao Governo, faço um apelo a nós, inclusive à Oposição. Precisamos enfrentar esta crise no imediato, naquilo que se chama conjuntura, mas precisamos enfrentar também naquilo que significa estrutura, porque, senão, resolvemos agora e, daqui a cinco anos, a crise volta.

A crise conjuntural vem do fato de que o sistema financeiro entrou em crise, e aí o Governo tem de colocar dinheiro nos bancos. Governos que nunca salvam escolas, no mundo inteiro estão salvando bancos. Governos que não salvam vidas de crianças na África, no mundo inteiro estão salvando bancos. E o pior é que têm de salvar. Mas o que é triste é que não prendem os culpados da crise nem fazem aquilo que é necessário para que amanhã não tenhamos, outra vez, de salvar bancos.

E aí é preciso entender a causa da crise. Nós temos uma economia baseada em produtos caros, para a elite rica, para o topo da pirâmide. E esse topo, para comprar automóvel, ar condicionado, casas caras, precisa pegar dinheiro em banco. E os bancos, ávidos pelo lucro, saem emprestando dinheiro, porque tem gente querendo. E um dia se descobre que emprestou mais do que pode, sobretudo quando existe inadimplência; e alguns não pagam de volta, o banco se enrola e entra em crise.

Não podemos continuar salvando os bancos apenas. A solução que eu digo é jogar pá no forno que queima dinheiro, que são certos bancos. É preciso usar a bússola para mudar o rumo da economia.

Por exemplo, é preciso, sim, financiar bancos para que a indústria automobilística não quebre. Mas por que não aproveitar e investir para transformar as indústrias de automóveis em indústrias de ônibus para transporte público? Não é uma coisa tão simples na engenharia, porque a forma de fazer um carro tem diferenças da de um ônibus. Mas não é muito difícil se transformar a indústria automobilística em uma indústria de ônibus. Aí você reorienta a demanda. A demanda para o setor privado do automóvel vai para o setor coletivo, público, do ônibus. A gente pode reorientar o parque produtivo brasileiro do topo da pirâmide para a base da pirâmide, dos produtos caros para poucos em produtos baratos para muitos; de produtos que exigem financiamentos e alavancagens irresponsáveis de bancos para produtos que nem precisam de financiamento do comprador.

O Estado brasileiro, o Governo, precisa entender que não basta resolver a crise conjuntural. É preciso mudar a estrutura sobre a qual se montou a economia brasileira. E olha que não estou falando do ponto de

vista da propriedade e do capital. Não vamos poder tocar agora. Não estou propondo do ponto de vista de fechar a economia; não estou propondo do ponto de vista de planejar, controlando o setor produtivo. Não, não estou voltando a esses velhos e ainda com alguma atualidade princípios do socialismo. Não. Estou falando apenas dos incentivos que são dados induzem a uma mudança no perfil do produto que a gente faz. Isso é possível. Agora, para isso, é preciso de um governo – e é algo mais que espero para 2009 – que ouça pessoas que não estão dentro do governo, que ouça pessoas que tecnicamente não são prisioneiras da visão apenas circunstancial e conjuntural da economia, mas que sejam capazes de ver a economia no longo prazo, subordinados a interesses maiores da coletividade e da população.

Eu gostaria que, em 2009, o Presidente Lula, além de fazer reuniões com empresários, e faz muito bem em fazê-las, com os líderes dos Partidos que compõem a base, e faz muito bem em fazê-las, convide outros para conversar. Convide a Oposição para conversar. Convide o Senador Tasso Jereissati, convide o Senador José Nery, deixe que alguns deles digam que não querem ir, se não quiserem ir, que se neguem a conversar, mas que ele convide para conversar, como eu vi o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidar o Presidente Lula, e tive o privilégio de estar na reunião que eles fizeram já depois da eleição de 1998. Não vou dizer que o Presidente Fernando Henrique queria ouvir para atender, isso é outra coisa, mas ouvir é importante. O Senador Pedro Simon deveria ser escutado pelo Presidente Lula, e tantos outros.

Eu espero que, em 2009, a gente tenha um Governo que não se feche em si mesmo e não fique prisioneiro do curto prazo, porque um estadista tem que resolver o problema imediato, mas tem que resolver o problema de futuro.

Todos falam em Roosevelt, que pegou um País quebrado e conseguiu sair da crise. Mas não esqueçam que Roosevelt não apenas tirou os Estados Unidos da crise, mas formulou aos Estados Unidos os trinta, quarenta, cinqüenta anos seguintes. E mais: dos trinta, quarenta, cinqüenta anos seguintes do mundo inteiro, com instituições que agora entraram em falência, porque o que eles fazem, o que eles propõem não se coaduna com a realidade de um mundo que não tem mais os recursos naturais em quantidade, que está aquecendo o Planeta, que está inviabilizando a vida.

Chegou a hora de um novo Presidente capaz de pensar o longo prazo. O Lula, pelo seu instinto, pela sua competência, pela sua respeitabilidade e pela capacidade de pedir paciência aos pobres e pedir tole-

rância aos ricos, ele seria um nome capaz de inspirar um novo rumo.

Eu espero que 2009 seja um ano em que o Presidente Lula perceba que não basta administrar com a competência que ele tem a conjuntura. É tempo de formular um projeto alternativo para mudar a própria estrutura sobre a qual se baseia a economia brasileira.

Passo a palavra ao Senador Nery, que me pediu um aparte.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Cristovam Buarque, quando o senhor faz um chamamento a uma discussão mais ampla para buscar alternativas à crise que vem destruindo sonhos, vidas de milhares de pessoas em todo mundo, especialmente dos trabalhadores, creio que seria muito oportuno que o Governo escutasse, não para fazer ouvido de mercador, mas escutar discutindo, envolvendo diretamente os trabalhadores brasileiros, em especial a representação constituída pelas centrais sindicais, pelas confederações de trabalhadores. De tal modo que os mais diretamente atingidos e que mais sofrem com os efeitos danosos dessa crise econômica sejam ouvidos, para que as eventuais alternativas encontradas possam ter maior e verdadeira legitimidade. Nesse sentido, algumas iniciativas, pelo seu simbolismo, merecem ser incentivadas e apoiadas. Lembro de alguns esforços de trabalhadores. Quero lembrar aqui, em especial, um movimento constituído pelos trabalhadores da Vale do Rio Doce, em Itabira, Minas Gerais. O Brasil foi um dos lugares em que essa companhia mais demitiu. Mas os trabalhadores organizam uma resistência, denunciaram essa retirada brusca do emprego e estão convocando um grande ato em Itabira, com a participação de várias centrais sindicais, de vários partidos políticos – lá estão o PDT, o PT, o PSOL e outras organizações da sociedade. É algo que eu vi muito interessante, buscando uma alternativa que discutia um caminho. Então, eu creio que essas alternativas precisam se multiplicar País afora, sobretudo com a participação, a orientação das organizações sindicais dos trabalhadores brasileiros. Quero dizer a V. Ex^a que a lucidez com que o senhor trata essa questão e o apelo que o faz precisam ser efetivamente escutados por nós do Parlamento e especialmente pelo Governo do Presidente Lula. Creio que ter isso em 2009, com perspectiva da participação direta dos trabalhadores na busca dessas alternativas, é um caminho acertado e que deve ser perseguido. Portanto, cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, por esse interesse tão vivo de que nós possamos ter uma economia voltada para atender aos interesses, ao desejo, ao cotidiano da sobrevivência dos milhares de excluídos, especialmente daqueles que também não têm sequer o trabalho. Outro dia, eu

fiz um pronunciamento criticando a proposta de flexibilização dos direitos trabalhistas apresentada por grandes empresários do País como sendo uma das grandes soluções para enfrentar a crise. Denunciei com veemência que isso tem um nome mais simples: flexibilização é igual à retirada de direitos sociais dos trabalhadores inscritos na Constituição. E não podemos aceitar isso. Portanto, temos que, além de proteger o emprego daqueles que estão no mundo do trabalho, lutar, sim, para efetivamente incorporar os milhões que vivem no subemprego e no desemprego.

V. Ex^a falava exatamente isso: proteger o direito daqueles que estão empregados, resguardando-lhes os direitos sociais, mas também lutar para incluir aqueles que estão no desemprego, na rua da amargura. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –
Obrigado.

Creio que o senhor resolveu muito bem dizendo procurar um outro caminho, em vez de apenas colocar areia no mesmo caminhão. Essa é a diferença. Às vezes, é preciso, sim, botar areia no mesmo caminhão, mas sabendo que, depois, vai mudar de rumo. Não botar areia no mesmo caminhão, mas fazer revoluções, que às vezes são possíveis e necessárias, antes mesmo de consertar a conjuntura. Não é o caso hoje. Hoje a gente tem que botar areia no buraco. Mas tem que saber que tem que mudar o destino. Nesse sentido, eu lhe agradeço. E, nessa mudança de destino, de rumo, que temos que saber o que fazer para que o crescimento não se dê contra o meio ambiente.

Fico feliz de ter aqui a Senadora Marina Silva na hora em que falo disso. Não é possível que o rumo continue sendo o do aquecimento global, da deprecação da natureza, da destruição das florestas. Nós continuamos tratando as florestas, mesmo quando temos boa-vontade, como se fosse tapar, ou seja, evitar que se queime muito. Tá bem que isso é preciso fazer. Mas tem que fazer algo mais. É a própria filosofia do crescimento, é a própria filosofia do projeto de desenvolvimento que tem que procurar casar as florestas com os automóveis, como os ares condicionados, com tudo aquilo que a gente tem e caracteriza a modernidade. Não basta um país que pensa traçar um rumo para o futuro diminuir a quantidade de hectares queimados.

Tem é que saber como casar as florestas com os produtos. Como fazer com que o verde case com a fumaça. Não adianta querer apenas usar as florestas para produzirem fumaça. As fumaças das chaminés não podem ser contra o verde das florestas, contra a limpeza das águas, e nós não estamos tendo. E eu espero que em 2009 nós possamos trazer para cá e que o Presidente Lula possa liderar algo mais do que

proteger a floresta, o que, inclusive, está sendo feito de maneira pequena. Mas mais do que ainda proteger é casar as florestas com os seres humanos, como os seringueiros mostram num nível micro, local, em que eles vivem da floresta e casam com a floresta.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –
Mas por que o conjunto do projeto de desenvolvimento não é capaz de fazer aquilo que um pequeno grupo de seringueiros é capaz de fazer onde ele está? É possível, sim, fazer isso num nível geral, macroeconômico, mudando o rumo. Isso eu espero para 2009 darmos esse passo.

Eu passo a palavra agora para a Senadora Marina Silva, que certamente tem muito a dizer e a complementar sobre isso.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Prezado amigo, Senador Cristovam, primeiro eu quero falar da minha satisfação em ver V. Ex^a aí na tribuna nesta sexta-feira, já às 15:09h, manifestando suas expectativas para o ano de 2009, todas elas cheias de significado e de nobreza, porque tratados temas de defesa de

uma educação capaz de promover a inclusão de todas as pessoas que querem ter uma oportunidade de desenvolver as suas potencialidades, é um dos esforços mais nobres que temos, porque significa dar as ferramentas necessárias para que as pessoas possam desenvolver os seus próprios talentos. Isso se faz com uma educação de qualidade. E V. Ex^a é um grande lutador dessa causa, com contribuições significativas, inclusive quando de sua passagem pelo Ministério da Educação. Ainda falando do desafio do desenvolvimento sustentável, pelo qual lutamos e trabalhamos para que aconteça, eu diria que já temos boa parte das ferramentas para que isso ocorra. O que falta é a determinação política de levá-las a cabo com a dimensão e a magnitude que elas exigem em termos do contingente de pessoas, de recursos humanos, financeiros e tecnológicos na produção de conhecimento. Tudo isso se faz com o esforço de colocar em marcha novos paradigmas. A valorização da floresta em pé, que V. Ex^a menciona, e que os seringueiros e os índios fazem, na sua forma tradicional, nas suas experiências locais, isso já se constitui em realidade, em termos de possibilidade. É preciso uma decisão política dos Governos estaduais, do Governo Federal, das empresas e dos diferentes setores, porque isso não é algo que o Governo também possa fazer para as pessoas. É uma inflexão na visão, no modelo, na forma de como produzirmos nossa riqueza material, em uma das regiões mais importantes do País. O Plano Amazônia Sustentável é uma grande ferramenta;

o Plano de Combate ao Desmatamento; o Plano de Populações Tradicionais – que eu esperava pudesse ser lançado agora pelos 20 anos em que homenageamos a memória de Chico Mendes, dos 20 anos de sua morte, infelizmente não aconteceu –; o Plano de Mudanças Climáticas, tudo isso são ferramentas importantes para fazer essa nova inflexão, em termos da dinâmica de desenvolvimento. V. Ex^a está fazendo um pronunciamento de altíssima relevância, porque está buscando fazer com que a agenda de 2009 trate do que de fato é importante. É a agenda do desenvolvimento resolvendo o problema da crise econômica sem preterir a crise ambiental, que é maior do que a econômica, e a resolver as crises ambiental e econômica sem as consequências e os efeitos indesejáveis dessa solução, porque queremos continuar com educação, com saúde, com moradia, e evitar os efeitos indesejáveis, que podem levar a perdas significativas para a melhor condição de vida da maioria das pessoas. Então, cumprimento V. Ex^a pelo discurso que faz desta tribuna, finalizando esse período legislativo e demonstrando, aqui, o seu compromisso. V. Ex^a, como Parlamentar pelo Distrito Federal, ficará mais próximo desta Casa, quando boa parte de nós se ausentará para passar as Festas com nossos familiares em nossos Estados de origem. Estamos aqui para dizer que a agenda de 2009 tem de ser estratégica e não pulverizada, que não dialoga com os grandes temas e as grandes necessidades do povo deste País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –
Muito obrigado, Senadora.

De fato, a senhora falou em fazer uma inflexão, que é o contrário do que a gente está fazendo hoje, mesmo que a gente faça mitigação – esta palavra que, nos últimos anos, tomou conta, e que eu a detestava no começo, mas tenho de reconhecer que tem um papel. Mitigar: diminuir os efeitos negativos. Veja como ficamos modestos em relação ao futuro. Nós nos contentamos em mitigar, diminuir os efeitos negativos, e não fazer a inflexão. Por exemplo, como manter a idéia de reduzir o aquecimento global dando tantos recursos para aumentar a venda de automóveis, se a emissão de dióxido de carbono é uma das principais causas da crise do aquecimento global? É porque não queremos fazer a inflexão. A inflexão não é apenas mudar o combustível tampouco, se não cabem os automóveis privados mais nas ruas das nossas cidades. É preciso fazer uma inflexão.

E aí eu passo, Senador Mão Santa, para um outro tema, que eu desejo que, em 2009, tratemos melhor: é o problema internacional, que, eu devo dizer, aliás, é um dos pontos altos do Governo Lula, a maneira como

a política externa brasileira não apenas se ampliou ao mundo, mas assumiu certas posições.

Eu desejo que em 2009, Senador Mão Santa, nós consigamos – e, se não o fizermos, pode ser um risco grande futuro – melhorar as nossas relações com os países vizinhos, com a Bolívia, com o Paraguai, com o Equador, com os quais estamos tendo problemas e não podemos fechar os olhos. Agora, tampouco cair nessa idéia de alguns que só não falam em invasão por que não têm coragem, mas defendem uma política de enfrentamento tão grande que a consequência seria uma guerra no médio prazo, ou mesmo no curto prazo. Porque as guerras não começam tramadas. Às vezes é por um fato inesperado.

A morte de um, dois, ou três brasileiros na Bolívia, de um, ou dois, ou três bolivianos em São Paulo, poderá levar a um clima de conflito muito grande. Precisamos melhorar as relações com os nossos vizinhos, que, hoje, estão ameaçadas por conta de relações econômicas, não por conta de relações de soberania, mas relações econômicas. Não podemos deixar que as relações diplomáticas no nosso País fiquem subordinadas aos interesses de empresas, sejam quais forem elas. É preciso muita lucidez. E devo dizer que se tem algo onde a gente pode ter visto lucidez é no Governo do Lula em relação à política externa. E ele tem-se comportado dentro dos limites da defesa dos nossos interesses, sem radicalismo, contra os países.

E gostaria de ver, em 2009, que pudéssemos dar uma contribuição melhor aos brasileiros ao que acontece hoje na África, e que pudéssemos atrair novos países para enfrentarem a crise que os irmãos africanos sofrem hoje.

Eu gostaria de ver, embora seja pequena nossa contribuição, que Israel e Palestina possam se encontrar, possam se dar as mãos, possam trabalhar juntas, possam ser estados soberanos independentes e, ao mesmo tempo, convivendo.

Eu gostaria que essa guerra entre civilizações, que está levando ao terrorismo, possa, em 2009, sofrer o que a Senadora Marina chamou de inflexão; inflexão do confronto para a convivência e a convergência.

E, finalmente, nesse capítulo, eu gostaria de ver o Presidente Obama ser o primeiro Presidente do século XXI.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –
V. Ex^a me permite interpretar Obama. V. Ex^a que é um homem que vai nos representar na Unesco.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –
Nesta tarde, quem permite, aqui, é o senhor, Senador Mão Santa, que preside a Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agora eu digo como o nosso Presidente: “Nunca antes teve um Presidente tão firme”.

Obama é diferente do Bush. O Bush é um texano, é uma política oligárquica tradicional, familiar, regional. Obama é um cidadão de várias nações por sua origem: o pai, a mãe e tal. Ele tem essa história de entrelaçamento de povos. Não é nem a história da cor; quanto a isso, ele não está nem aí. Não se vê ele abordar isso nos temas políticos, esse negócio de minoria.

Comungo da visão do nosso Darcy Ribeiro, e está em seu livro *Formação do Povo Brasileiro*. Marina, nós éramos negros, nós éramos índios, nós éramos brancos. O amor nos uniu, e hoje, estamos todos misturados, e somos brasileiros. Então, o Obama tem essa história. Ele é um cidadão de todas as nações, pela origem do pai, do avô, da mãe e de onde ele viveu, pois já morou em vários países. O nosso Bush é texano, tradicional, americano, caubói, maior, obriga.

E mais: Obama acreditou no saber. Sócrates dizia que só há um grande bem, o saber; e que só há um grande mal, a ignorância. Ele é formado em Ciências Políticas. É um Fernando Henrique Cardoso! É um estadista! E é formado em Direito – é um Rui Barbosa – em Harvard, Direito constitucional! É um homem que se curva às leis de Deus e às de sua Nação. Essa é a minha interpretação. Então, esse homem trouxe essa bagagem. E, sem dúvida nenhuma, já lidera o mundo com a crença de que querer é poder. Nós podemos!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Insisto em que o Presidente Obama já é o primeiro Presidente negro dos Estados Unidos, mas não é ainda o primeiro Presidente do século XXI. Para ser do século XXI, ele tem que trazer, sim, a idéia da dimensão do meio ambiente para o centro do poder mundial na Casa Branca, que não entrou ainda. Ele tem que trazer o respeito à diversidade com todos os povos do mundo, assinando o acordo de Kyoto, assinando o acordo que respeita a Corte de Haia, acabando com Guantánamo, como ele promete, retomando relações com Cuba.

Para ser o Presidente do século XXI, ele tem que fazer a inflexão – de que a Senadora Marina falava há pouco – do modelo civilizatório, a partir da principal potência mundial.

Eu tenho esperança de que o Presidente Obama possa ser, além do primeiro Presidente negro, o primeiro Presidente do século XXI, porque, até aqui, os dois que estiveram cronologicamente no século XXI foram Presidentes com a cabeça, com a visão da arrogância americana da prepotência do modelo econômico depredador do século XX.

Fico feliz ao ver aqui presente entre nós o Senador Ulisses Riedel, que foi suplente do saudoso Senador Lauro Campos e que tem sido um dos grandes defensores, com a União Planetária, entidade que ele criou e dirige, um dos grandes defensores de um mundo onde o século XXI chegue também na forma como as pessoas se relacionam. Creio que o senhor tem tudo a ver com a idéia de um Presidente norte-americano do século XXI, que tem a visão da União Planetária como o senhor defende.

Passo, ainda, dentro dos quarenta minutos que o senhor me concedeu e de uma maneira mais rápida, a alguns pontos.

Primeiro, a violência.

Espero que 2009 seja um ano de inflexão no quadro de violência brasileira, mas muito especialmente na violência contra as crianças. Em 2008, dois nomes tomaram conta do noticiário: João Hélio e Isabella Nardoni, dois nomes capazes não apenas de enfurecer mas de humilhar a nós próprios pela tragédia por que eles passaram e por que passa o Brasil inteiro.

A violência contra as mulheres precisa ter uma inflexão.

A violência que se chama desemprego tem que ter uma inflexão, porque a gente esquece que a violência do desemprego é uma tragédia quase tão grande quanto foi a violência da tortura, da morte. A outra violência, que é igual à da tortura – desculpem-me todos que se dizem contra essa semelhança –, é a violência do analfabetismo, que pode não trazer a dor concentrada no corpo durante as horas da tortura, mas traz a dor sutil, permanente, silenciosa, de uma vida inteira sem entender os símbolos ao redor e não permitindo caminhar-se neste mundo cujas letras são os orientadores do futuro.

Espero que nós tenhamos um período sem violência, sem a violência que o senhor conhece tão bem, Senador Mão Santa, a violência da fila de um hospital. Ficar na fila de um hospital é uma forma de tortura, ver um filho morrer por falta de atendimento médico ou de um remédio que salvaria a sua vida, estando o remédio dentro da farmácia e a pessoa do lado de fora, mas sem o dinheiro para comprá-lo. Essa violência não é menor do que aquela contra a qual tanto lutamos, que foi o da tortura.

Eu espero também que a gente chegue a uma reforma política, uma reforma política que seja capaz de equilibrar os Poderes, que o Senador Mão Santa chamou de instrumentos da República, não mais os Poderes da República. Eu gostei dessa afirmação. Na República não há Poderes; há um poder, que é o povo, e três instrumentos – como o senhor disse, e eu nunca tinha percebido –, que são o Executivo, o Legislativo e

o Judiciário. Mas esses instrumentos entraram em crise. Entraram em crise pela dificuldade de saber como funcionar num mundo onde existe uma comunicação direta que quase não precisa de líder, que é o que hoje os *blogs*, os *sites* e a Internet permitem. Entrou em crise pela disputa, não só como até anteontem, entre o Legislativo e o Executivo e o Judiciário; agora é dentro do Legislativo que começou a haver crise, conflitando a Câmara com o Senado.

Eu espero que a gente supere essas dificuldades e faça uma inflexão. A inflexão seria o aperfeiçoamento da democracia, o ajuste do processo democrático ao mundo da Internet, ao mundo da integração, ao mundo da convivência internacional. Já não é possível a democracia dos gregos dentro de uma cidade em um mundo global. A democracia, por exemplo, como nós conhecemos não é capaz de administrar a crise ecológica, porque essa é planetária e a democracia é nacional. A democracia não é capaz de enfrentar a crise planetária porque é no longo prazo que ela se dá e a democracia como nós a conhecemos, além de nacional, soluça a cada quatro anos nas urnas para justificar quem vai estar no Poder.

Eu espero que 2009 seja um período em que a gente busque uma inflexão para aperfeiçoar a democracia.

Quase finalmente, Senador, creio que será o ano em que a gente faça inflexão do problema da corrupção, que tem se agravado e a que a gente não tem conseguido dar um basta. Mas não só isso. Espero que a maneira de lutar contra a corrupção se dê com a punição dos culpados, mas com alguns respeitos às liberdades democráticas que hoje a gente não está tendo.

Não é um problema de algemas, que só descobriram depois que começaram a sujar as mangas compridas das camisas de seda dos ricos. Enquanto eram os jovens descamisados, descalços e de bermuda que apareciam na televisão com algemas, nunca vi um juiz proibi-las. Quando sujou o punho das mangas compridas dos ricos, imediatamente foram proibidas. Não, isso não me preocupa, mas me preocupa, sim, a invasão de privacidade. Preocupa-me, sim, o excesso de escutas. Preocupa-me, sim, o vazamento das escutas telefônicas diretamente para a mídia sem que o próprio réu conheça aquilo que escutaram sobre ele. Preocupa-me que os autos sejam conhecidos antes pela imprensa do que pelo réu e seus advogados. Isso a gente tem que resolver. Preocupa-me, sim, a tentativa de controle da Polícia Federal, mas preocupa-me, sim, também o absoluto poder da Polícia Federal para fazer o que quiser, entrar onde quiser simplesmente com um pequeno ajuste com algum juiz.

Espero que em 2009 nós tenhamos dado um salto que permita combater a corrupção respeitando o sigilo, respeitando a privacidade, respeitando a liberdade individual, com uma polícia eficiente, mas sob o controle da democracia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E finalmente, agora que tocou a campainha, e aí é rápido ...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, falta um minuto e Jesus em um minuto fez o Pai Nossa, a oração, o discurso mais bonito.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu agradeço o tempo e nesse um minuto quero dizer o que espero mais para 2009. Sabe o quê, Senadora Marina? Um grande debate neste País. Que os próximos candidatos não sejam escolhidos pelas máquinas fechadas dos partidos. Que todos os partidos ponham na rua aqueles que por acaso possam dizer que têm o que propor a este País e que façamos prévias em todos os partidos. Que naqueles partidos que quiserem fazer prévias formalmente, surjam candidatos informais que possam ir para a rua.

Convidado a Senadora Marina para ir comigo à rua debatermos em universidades, em praças públicas, como o Gabeira me disse

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu ia dar um minuto, mas dei dois para V. Ex^a começar a campanha da Marina. O Luiz Inácio errou na escolha. A Marina já estaria na altura da lua nas pesquisas se ele tivesse colocado a mão no ombro dela.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Da Marina, do Paim, do Suplicy ou de qualquer outro Senador, porque quem chegou a esta Casa tem obrigação de ter o que dizer para a Nação inteira. Cada Senador deveria ser obrigado a se colocar como pré-candidato a Presidente. Até para ninguém pensar que o faz por ambição e sim por patriotismo. Faz isso não por ambição, mas sim por falta de omissão, por ação.

Espero que 2009 seja o ano em que a gente comece o debate para escolher quem serão os candidatos, não para discutir quem será o eleito, mas que a gente discuta quais serão os candidatos que trarão propostas, para que 2010 seja o ano da escolha e 2011 – e aqui falo em homenagem à Senador Marina – seja o ano da inflexão. Da inflexão dos rumos e dos caminhos da Nação brasileira ao longo das próximas décadas.

Era isso que eu tinha para falar neste quase último dia de sessão, desejando, desde já, mas na segunda-feira podendo aprofundar, meus votos de um feliz Ano-novo a todos os que ouviram, assistiram

à TV Senado, a todos os trabalhadores desta Casa, a todos os Colegas Senadores, a todos os que de uma maneira ou outra não ficaram omissos, deram a sua contribuição para aperfeiçoarmos a democracia e o bem-estar do povo brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha para falar, com os meus agradecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu tinha dado dois minutos, pensei que num minuto ele iria me lançar também, como a Marina ele lançou. Mas eu peço o voto aqui para o lugar do Camata, não se esqueça. Você deu o voto ao Tião, eu sou candidato à Mesa, a 2º Secretário. Está na Bíblia: pedi e dar-se-vos-á. Não estou fazendo nada de feio. Eu já pedi à Marina, não sei se ela vai dar. Senhor é Deus, é o Sarney, é o Pedro Simon, nós somos irmãos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF)

– Só para dizer que eu não tenho dúvida, nós já conversamos, o senhor faz parte daqueles que tem muito a dizer. Mais do que isso, daqueles que hoje é muito escutado no Brasil. Seria bom que o senhor fizesse parte desse debate também sobre qual a proposta que tem cada um de nós para o futuro do Brasil.

Não está convidado porque não tenho o poder de convidar, mas estou querendo estar junto com o senhor nesta disputa não de quem vai ser, porque é certo que não será nenhum de nós, mas do que temos que dizer para o povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Só teria medo de enfrentar a Marina, a candidata do PT. Com certeza, eu ganharia a que está aí exposta.

Doutora e Senadora Marina, convidamos para ouvi-la.

Queremos saudar aqui um dos mais importantes brasileiros: Ulisses Riedel, do PSB. Está aí um candidato do bem. Ele criou uma das mais importantes instituições do País. Outro dia, o Senado comemorava 25 anos do Diap, e eu dizia que, quando ela nasceu, aproximou-se do Congresso, a pilaster maior da democracia, e aí é que foi possível nascer a democracia. O Diap nasceu em 1983. Em 1985, surgiu Tancredo se imolando pelo nascer da democracia. Isso porque o Congresso teve apoio do Diap. Eu, como médico, valorizo a etiologia, a causa, e a causa do nascimento dessa instituição é Ulisses Riedel, a quem o Brasil muito deve.

Senadora Marina Silva, evidentemente, a senhora tem as mesmas prerrogativas e o mesmo tempo, mas, mesmo assim, não vou cortar de jeito nenhum. Se V. Ex^a quiser passar do Pedro Simon, que outro dia falou por uma hora e meia, estarei aqui. Só tem um sentido eu estar nesta hora presidindo: garantir a voz de V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senador Mão Santa, pelo acolhimento que faz da minha participação nesta tarde. Fico muito feliz de poder ter ouvido também o pronunciamento dos Senadores José Nery e Cristovam Buarque.

Neste final de período legislativo, é fundamental que percebemos que o encerramento do ano não significa o encerramento das nossas obrigações. Cada um de nós vai para este recesso, mas boa parte, e talvez a maior parte, tem uma agenda bem intensa de trabalho, porque ir para o contato com a sociedade, vivenciar os problemas que ela está vivendo significa uma aproximação que é alimentadora do trabalho que fazemos nesta Casa. De sorte que estou aqui muito mais para fazer um pronunciamento, que não significa o encerramento das atividades, que continuarão mesmo durante o recesso.

Talvez fizesse um índice aqui para esta fala. Tenho vários temas a abordar. Um deles é sobre o voto de congratulação pelo 70º aniversário do Frei Leonardo Boff, um grande amigo e teólogo reconhecido no Brasil e em várias partes do mundo. Outro tema é sobre a assinatura do programa ProAcre, que foi assinado entre o Governo do Estado do Acre o Governo Federal e o Banco Mundial, ainda há pouco, na Presidência da República, com a presença do Presidente Lula e do Governador Binho Marques.

Outro assunto é sobre a aprovação que tivemos da PEC que assegura aos extrativistas vegetais a sua aposentadoria. São pessoas que historicamente não gozavam desse benefício, a exemplo de outros setores, e que agora têm a esperança de que, com a aprovação na Câmara dos Deputados e a sanção presidencial, também possam gozar desse benefício.

Quero, ainda, falar sobre o FPE Verde, que é a forma que utilizamos para dar um nome fantasia ao Fundo de Desenvolvimento Sustentável para os Estados que têm a área preservada, tanto na modalidade de unidade de conservação quanto de terra indígena, a partir da composição de uma reserva do fundo de participação dos Estados, na ordem de 2%, sendo 1,5% do Sul e Sudeste, e 0,5% do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Por último, eu gostaria de falar sobre o Programa de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais.

Então, serão alguns temas. Eu espero não precisar dos quarenta minutos, já agradecendo, enfim, a audiência do Senador Mão Santa, bem como daqueles colegas que trabalham na Casa e aos que nos assistem neste momento.

Eu pediria à Jandira que, por favor, pegue o celular que está tocando insistentemente lá na minha bancada.

Senhoras e Senhores, o Frei Leonardo Boff, como o chamam carinhosamente de Frei Leonardo Boff, é uma pessoa que goza do nosso imenso respeito e completou setenta anos, fazendo, inclusive, um momento de congraçamento com seus amigos e a sua família. Infelizmente, não pude comparecer a essa festa e gostaria aqui de fazer uma rápida referência ao requerimento que apresentei, de acordo com o art. 222 do nosso Regimento Interno, que concede um voto de congratulação pelo aniversário de 70 anos do teólogo e professor Leonardo Boff.

O Leonardo é um teólogo e professor que deu uma grande contribuição a este País, sobretudo a partir da Teologia da Libertação. As suas posições o levaram a sofrer consequências, inclusive tendo sido obrigado ao silêncio obsequioso em função das sanções que lhe foram aplicadas no período em que estava no auge o debate sobre como a Igreja deveria assumir o compromisso radical da defesa dos pobres, da libertação daqueles que mais precisam, à luz do Evangelho.

Não tenho tempo de ler toda a justificativa desse voto de congratulações, mas o que eu quero dizer é que o Leonardo deixou uma grande... deixou não, ele ainda é um militante da causa, ainda é alguém que se coloca na perspectiva sonhadora de um Brasil melhor, de um mundo melhor, com um olhar sobretudo para a ecologia, uma ecologia que seja capaz de pensar as pessoas, de pensar as outras formas de existência, e de pensar uma ética para o nosso tempo que assegure não apenas o homem na sua visão antropocêntrica de que ele é o centro de todas as coisas, mas que ele seja capaz de se colocar como parte de um processo em que as outras formas de existência é que sustentam a sua própria.

E o Leonardo, acho que, mais do que ninguém, deu e dá essa contribuição nos debates que faz, nos livros que escreve. Eu queria aqui apenas fazer esse registro e dou como lida a justificativa desse voto de congratulações.

Um outro assunto que eu gostaria de trazer aqui, Sr. Presidente, refere-se à aprovação, pelo Plenário deste Senado, da PEC que concede aposentadoria especial para o extrativista vegetal.

Eu, infelizmente, em função de compromissos assumidos em um período bem anterior à nossa agenda de votação, não tive como estar presente. Fiquei o tempo que pude, mas não tive como deixar de viajar para São Paulo, mas, antes, além de já ter conversado com a nossa Líder, Ideli Salvatti; com os colegas da minha Bancada; com a Liderança do Governo; com a

Base de sustentação, tive a oportunidade de conversar com o Senador Agripino, com o Senador Nery, com o Senador Arthur Virgílio e pedi acolhimento para a aprovação dessa PEC, que repara uma injustiça histórica em relação àqueles que praticam o extrativismo vegetal.

A PEC foi aprovada e agora vai à Câmara dos Deputados. Ela concede esse benefício, que não havia sido alcançado na Constituição de 88 – portanto, a aposentadoria dos extrativistas ficava a critério do gestor ou das instituições que faziam essa avaliação; que podia ser acolhida ou não.

Agora, a exemplo do que acontece com os trabalhadores rurais, que gozam do benefício do Funrural, também os extrativistas vegetais poderão receber esse benefício. Essa é a reparação de uma injustiça, com uma inovação: os homens poderão se aposentar aos 60 anos e as mulheres aos 55 anos.

E por que isso, Sr. Presidente?

Porque o trabalho dos extrativistas é um trabalho muito pesado, muito árduo, e essas pessoas sofrem um desgaste muito forte ao longo de sua vida. De sorte que, quando chegam aos 60 anos, eles já não têm, não reúnem mais forças para continuar o seu trabalho, e nós aprovamos aqui que os homens se aposentará com 60 anos e as mulheres com 55 anos de idade. Então, é um ganho. Essa idéia surgiu apresentada numa reunião em um Município do Estado de Rondônia, em que uma trabalhadora extrativista sugeriu que se fizesse uma lei para que eles também pudessem ser beneficiados. A Senadora Fátima Cleide também se empenhou para que essa PEC fosse aprovada. A iniciativa de uma pessoa simples, vivendo lá na sua comunidade, lá dentro da sua reserva, numa reunião com um grupo de pessoas que eram da minha assessoria, foi transformada numa iniciativa legislativa, e agora está bem próxima de ser transformada em lei, em uma realidade que os favorecerá.

Uma outra questão que eu gostaria de tratar: nós estariámos fazendo o coroamento deste ano legislativo, pelo menos para mim, depois da aprovação no Senado dessa PEC, seria a aprovação do FPE Verde, lá na Câmara dos Deputados.

Infelizmente, não foi possível. Uma longa tramitação vem ocorrendo em relação a esse projeto de lei e, no meu entendimento, há uma falta de compreensão quanto ao seu alcance.

Vários requerimentos já foram feitos pedindo para que entre em votação. O projeto está com o parecer favorável de Deputado Sigmaringa Seixas, que o aprovou na Comissão de Constituição e Justiça. O projeto foi para a Mesa e há mais de um ano, em que pese eu ter conversado com o Presidente Arlindo Chinaglia,

assim como o próprio Governador Marques. Apesar de termos tentado, a exemplo do que fizemos aqui com todos os senhores Líderes para aprovar a PEC do extrativismo em homenagem à memória de Chico Mendes na passagem dos 20 anos de seu assassinato, em que pese todo esse esforço, não foi colocado em votação. E eu espero que na próxima Legislatura o projeto seja aprovado, porque se trata de criar um mecanismo que possibilite a contribuição de todos os brasileiros para a proteção da biodiversidade, a proteção das florestas, a proteção e o uso dos nossos serviços ambientais.

Como é que isso aconteceria? Sabemos que boa parte das chuvas que acontecem no Sul e Sudeste do País são produzidas na Amazônia, segundo estudos feitos pelo Professor Antônio Nobre. E nós sabemos também que, se a Amazônia for destruída, nós corremos o risco de que essas regiões se transformem em deserto. É isso que está dito nos estudos que têm sido feito no Instituto de Pesquisas da Amazônia, órgão de elaboração e produção científica muito sério e respeitável. Os amazônicas têm a responsabilidade, por si mesmos, de proteger a Amazônia. Mas o Brasil todo tem essa responsabilidade também.

E como dividiríamos essa responsabilidade com todos os brasileiros? O que encontramos, como uma modesta contribuição, foi a criação de uma reserva do Fundo de Participação da ordem de 2%. Essa reserva poderia ser composta e dividida, proporcionalmente às áreas preservadas, nas 27 Unidades da Federação (26 Estados e o Distrito Federal). Dessa forma, de acordo com as terras indígenas e unidades de proteção integral e uso sustentável, o Estado faria jus a um "x" dessa reserva de Fundo de Participação. Seria tirado 1,5% do Sul e do Sudeste, e 0,5% do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Essa discussão foi feita intensamente aqui no Senado, mas todos os Srs. Senadores se convenceram de que era a forma de darmos uma contribuição para a preservação das florestas, para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, esse recurso comporia um fundo estadual de desenvolvimento sustentável para, no lugar de ficarmos apenas dizendo que é possível fazer manejo de pastagem, evitar o uso do fogo, fazer o turismo sustentável, recuperar a área degradada, recuperar as áreas de preservação permanente, fazer o manejo florestal, ter uma economia da floresta, no caso da Amazônia especificamente, no lugar de ficarmos apenas falando, nós criariam os meios. E o meio seria esse fundo que seria regulamentado pelo Governo Federal e cada Estado criaria o seu próprio fundo estadual, compondo a partir desses recursos.

Na época, nós fizemos um cálculo e o que iria para o Estado de Roraima – um Estado que tem uma grande quantidade de área preservada, seja na modalidade de unidade de conservação ou de terra indígena – na época era em torno de R\$65 a R\$60 milhões. Isso comporia um fundo de desenvolvimento sustentável que poderia ser usado na pesquisa ou nas atividades produtivas.

Imaginem o que é um Estado como Roraima ser beneficiado porque tem área de preservação, porque tem terra indígena, sobretudo para acabar com essa história de que ter unidade de conservação e terra indígena é um prejuízo e não um grande benefício para a população e para o Estado. O Estado do Acre seria beneficiado, mas o seriam também os Estados do Nordeste que têm unidade de conservação.

Infelizmente, ainda não foi aprovado e eu espero que possa sê-lo no próximo período legislativo, porque será uma forma de juntar os esforços dos brasileiros para proteger essas áreas e para, mais do que a proteção pura e simples, criar novos mecanismos para promover o desenvolvimento sustentável, gerando emprego e melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Um outro tema que queria trazer aqui ainda, Sr. Presidente, refere-se ao programa de desenvolvimento sustentável das populações e das comunidades tradicionais. Quando eu ainda estava no Governo, juntamente com a minha equipe, trabalhamos arduamente para que tivéssemos um processo de debate dentro do Governo.

O Presidente Lula assinou o Decreto nº 6.040, de fevereiro de 2007. Com esse Decreto, começamos a trabalhar, um conjunto de Ministérios, no âmbito da Comissão Coordenadora do Programa de Desenvolvimento Sustentável das populações e, a partir daí, estabelecemos uma dinâmica de que essas comunidades teriam direito a um programa que atendesse às suas necessidades de inclusão produtiva e de atendimento na área de saúde, de educação, enfim, em todos os aspectos.

Esses grupos e comunidades são grupos diferenciados, que abrangem os seringueiros, as quebradeiras de coco do Maranhão e de outras regiões, como é o caso de Tocantins, os pescadores artesanais, pessoas que vivem do extrativismo e que poderiam contar não só na Amazônia, mas no Brasil inteiro, no caso dos pescadores artesanais, com esse benefício de ter um programa para que não sejam assistidas como uma categoria invisível que necessita da caridade do Estado. O que eles reivindicam é a inclusão produtiva. São inúmeras as categorias dessas comunidades diferenciadas – não tenho aqui como citar todas –, mas o alcance do projeto seria também para as comunidades

indígenas, que hoje abrangem mais de 220 povos, que falam mais de 180 línguas. Seriam beneficiadas cerca de oito milhões de pessoas, presentes em cerca de 25% do território nacional.

Qual o objetivo desse programa? O desenvolvimento sustentável local, porque essas comunidades, sejam de quilombolas, seringueiros ou ribeirinhos, têm uma prática social e econômica associada ao território em que vivem. Então, seria para o desenvolvimento sustentável local, utilizando adequadamente os produtos madeireiros, não-madeireiros, os recursos de pesca, de outras atividades, melhorando, com isso, a sua qualidade de vida e, ao mesmo tempo, preservando a floresta.

Outro aspecto seria a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, porque, para essas comunidades continuarem utilizando as suas reservas de acordo com as exigências do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que é um uso de baixo impacto, é fundamental que elas possam agregar valor aos seus produtos. Para essa agregação de valor, elas precisarão de investimento para poder promover a proteção dos recursos naturais a partir do uso sustentável e a inclusão produtiva, gerando trabalho e renda para essas famílias.

Outro aspecto seria o da regularização fundiária e do ordenamento territorial, que faz parte de uma agenda estratégica sobretudo para a Amazônia. As ações mais específicas seriam voltadas para a capacitação dos Povos e Comunidades Tradicionais no que concerne à gestão da produção e de negócios, proteção do território, manejo florestal e agroecologia, além da agregação de valor à produção e à comercialização.

Quando estávamos no Governo, criamos o programa de compra para os produtos dos extrativistas, que já está sendo implementado, que assegura a essas comunidades a capacidade de vender os produtos que têm, melhorando a sua condição de vida.

Outro alcance, outro benefício seria o apoio à organização dessas comunidades no que concerne à organização social e econômica, visando a melhorar a sua capacidade em termos de gestão – os acordos que são feitos, os conselhos, as associações, as cooperativas, em todos os sentidos – e ainda o apoio à produção sustentável, à organização da produção e à agregação de valor.

Outra questão seria o apoio à comercialização dos produtos da sociobiodiversidade e a regularização dos territórios que são ocupados por essas comunidades.

Lamento que também esse programa, que, inicialmente, estava orçado em cerca de R\$1,6 bilhão até 2010, não tenha sido lançado. Ele deveria ter sido

lançado quando do lançamento do Programa Amazônia Sustentável. Naquela época, havia o desejo dos extrativistas de que não fosse algo só para a Amazônia e de que, já que era um programa para o Brasil inteiro, fosse feito o lançamento numa solenidade específica. E no dia do lançamento do PAS, era de um programa para a Amazônia. Concordei com o apelo que alguns segmentos fizeram e achei por bem deixar para outra oportunidade.

Uma semana após, eu estava saindo do Governo, pelas razões que já são de conhecimento público e não vou repetir aqui, e, infelizmente, o programa não foi lançado até hoje, mesmo com os vinte anos da morte de Chico Mendes. Lamento profundamente, mas espero que ele possa ser recuperado.

Há uma visão errônea, preconceituosa, que entende que essas comunidades já passaram, que são sobreviventes que precisam ser assimiladas pela modernidade, ou seja, deixarem de ser extrativistas.

Eles são uma categoria social que liga a sua identidade social e cultural ao território que ocupam e às práticas produtivas que têm de manejo sustentável, do uso dos recursos naturais, seja no caso da pesca, do trabalho com a castanha, com a borracha, do manejo comunitário de madeira ou do uso de cipós, das resinas, da apicultura com abelha selvagem, sobretudo a abelha sem ferrão, pois muitos têm essas práticas econômicas. Enfim, várias atividades.

Existem aqueles que acham que ajudar o extrativismo seria suplantar essas categorias, achando que quem defende isso está fora do tempo. Eu discordo radicalmente de quem pensa dessa forma. Essa é uma visão antropocêntrica, preconceituosa, que acha que é bonito apenas aquilo que é espelho, e defendo que essas populações possam ser incluídas como estamos fazendo no Acre.

No Estado do Acre, o Governador Binho acabou de assinar, junto ao Banco Mundial e o Presidente Lula, o Programa Proacre, no qual um dos focos é exatamente a inclusão produtiva dessas comunidades, para que possam agregar valores aos seus produtos. Eles produzem, por exemplo, o óleo de copaíba. Existe um mercado fantástico para a indústria de fármacos e cosméticos. Eles podem ter uma vida economicamente viável, ambientalmente equilibrada, sem precisar destruir a floresta e sem precisar se desconstituir. E há um esforço muito grande que vem sendo feito ao longo de anos. Esse esforço começou com a luta dos próprios extrativistas, como Chico Mendes, a Aliança dos Povos da Floresta, e, depois, com o Programa Piloto do PPG7, onde os sete países ricos se juntaram para dar um aporte de recursos da ordem de 240 milhões, por 12 anos, para desenvolver vários programas com co-

munidades locais. Esse programa deu origem a vários produtos, boa parte dos quais já foi transformada em políticas públicas no Plano de Combate ao Desmatamento e no próprio Programa Amazônia Sustentável.

Quando eu estava no Ministério, conversei com o Presidente Lula, quando ele assinou o decreto, e lhe disse que não poderíamos ter o fim do Programa Piloto, que foi uma doação de países ricos para cuidar dos nossos índios, dos nossos ribeirinhos, das nossas quebradeiras de coco, e não colocar nada em seu lugar. Depois, as pessoas se revezam nesta tribuna, dizendo que os estrangeiros estão visitando os índios, que as ONGs estão fazendo trabalho dentro das comunidades... Mas se não tivermos programas do Estado brasileiro para essas comunidades, eles podem ficar inteiramente abandonados. Hoje, já são 11 milhões de hectares de unidades de conservação de uso sustentável.

É preciso que se faça essa inclusão produtiva e esse programa era exatamente para isso. Não apenas um componente, que é o da compra dos produtos dos extrativistas ou a política do preço mínimo. Era um programa amplo, que diz respeito a todos os aspectos da vida dessas pessoas, na área de habitação, de saúde, de educação, de transporte, de tecnologia, de assistência técnica, de pesquisa. Se não fizermos isso, mais à frente estaremos dizendo que o extrativismo não dá certo, que é coisa do passado, de gente atrasada, como alguns, às vezes, tentam nos convencer. Existe uma corrente que sabe que é fundamental que essas populações possam ficar nas suas comunidades, porque elas prestam serviço de manejo dos recursos naturais, até mesmo nos ensinando como fazê-lo.

Por último, Sr. Presidente, eu queria agora, já concluindo, fazer um registro deste programa que o Governador Binho assinou, ainda há pouco, no Palácio, com o Presidente Lula e demais autoridades: trata-se de um empréstimo do Governo do Estado do Acre no valor de US\$120 milhões, com contrapartida de US\$30 milhões junto ao Banco Mundial.

O objetivo desse programa é a atuação na área de saúde, educação e desenvolvimento comunitário, inclusive atendendo a essas demandas das comunidades. Na parte de educação, ele busca a universalização do acesso ao ensino fundamental e à cidadania digital. O Governador Binho foi Secretário de Educação na época em que o Governador Jorge Viana era Prefeito; depois, nos seus dois anos como Governador. Agora ele é o próprio Governador e priorizou essa agenda de universalização do acesso ao ensino fundamental para todo o Estado do Acre, bem como a inclusão digital – o Acre será um dos primeiros Estados a ficar digitalmente incluído –, para atender a todas as pes-

soas de uma forma ampla, inclusive as comunidades longínquas.

Um outro componente desse empréstimo é o desenvolvimento comunitário, visando à organização comunitária para vinculação às cadeias produtivas, e ao microcrédito. E, na área de saúde, o atendimento pré-natal, tratamento de água, esgotamento sanitário, melhoria sanitária e vacinação em massa, além de trabalhar outros componentes que derivarão a partir daí.

O empréstimo tramitou em tempo recorde junto ao Banco Mundial, o Governo foi altamente eficiente, em dois meses. O Dr. John Briscoe, do Banco Mundial, estava admirado com a capacidade de resposta do Governo.

Mas nós temos agora uma ferramenta que estará trabalhando a dinâmica de desenvolvimento a partir da idéia de desenvolvimento sustentável. O Chico Mendes, que, há 20 anos, fez uma denúncia no Congresso Nacional de que o Banco Interamericano estava fazendo a BR-364 sem os cuidados ambientais, sem os cuidados com as populações indígenas e extrativistas, agora nos beneficia, porque temos um empréstimo feito junto ao Banco Mundial, que pega toda essa experiência, “resignifica” aquele passado de muitos tensionamentos e trabalha novos conceitos, visando o desenvolvimento sustentável do Acre em todas as suas dimensões e, sobretudo, fazendo um resgate dessas comunidades, valorizando o seu potencial.

Sr. Presidente, eu gostaria de terminar, dizendo que este é o momento em que as pessoas começam a fazer reflexões sobre o final de ano, e não é diferente com cada um de nós aqui. Então é fundamental que tenhamos claro que, às vezes, assumimos compromissos que se desconstituem durante o ano. Muita gente se compromete que vai caminhar, que vai ler mais, que vai estudar mais, e esses compromissos vão se desconstituindo. Mas espero, sinceramente, que cada compromisso assumido em 2007 possa ser lembrado agora, para que façamos compromissos que sejam realizados ou pelo menos perseguidos como objetivos em nossa vida para o ano de 2009.

A exemplo do Senador Cristovam, eu espero que 2009 seja o ano em que as pessoas estejam preocupadas em como sair da crise econômica sem preterir a crise ambiental que estamos vivendo e em como resolver a dramática situação de mudança do sistema climático, criando novas oportunidades de emprego, criando novas oportunidades para as economias dos diferentes países, porque é também um momento para oportunidades.

Sobretudo, que Deus possa também tocar o coração de cada pessoa, de cada homem, de cada mu-

Iher, para que tenhamos uma relação de mais respeito para com as outras pessoas, com a dor daqueles que sofrem. Que possamos nos alegrar com aqueles que estão felizes e respeitar também aqueles que pensam de maneira e diferente.

Muitas vezes nós achamos muito bonito o exemplo de Jesus Cristo, que é, digamos, o paradigma para os cristãos, de todos os varões, o homem que viveu a humanidade com perfeição. Achamos bonito o exemplo da fé de Abraão, a coragem de Davi, a força de Sansão. Mas achamos bonito nos outros e, muitas vezes, não temos a ousadia de querer exercitar isso na nossa própria vida. É fundamental que tenhamos esse desejo de fazer com que aquilo que está a nosso alcance seja feito.

Deus é um Deus de impossíveis. O impossível Ele faz. O possível nós temos que fazer. Tanto é assim que, quando Herodes foi perseguir o menino Jesus, Ele aconselhou Maria e José a fugirem com o menino para o Egito. E é engracado, pois Ele poderia proteger o Menino Jesus, mas Ele deixou a cargo de Maria e José fazer o possível dos homens, que era fugir para proteger o Menino Jesus, numa demonstração concreta de que o possível são os homens e as mulheres que fazem, mas o impossível é Deus que faz.

Se não fizermos o nosso possível, de acelerar os projetos estratégicos para resolver o problema da saúde e da educação, melhorar o orçamento, a qualidade de vida das pessoas, com certeza, Deus não fará isso como mágica, porque ele não fez nem para proteger o seu filho. É só para que cada um de nós se coloque no lugar que tem em relação aos compromissos históricos, aos compromissos sociais de constituir uma humanidade que se faz pela construção no lugar da cultura, lugar esse em que nós nos transformamos e somos transformados, e talvez seja essa a maior bênção que recebemos para viver aqui, no período em que vivemos neste Planeta Terra.

E que o Senhor Jesus nos abençoe a todos, porque Ele foi o maior exemplo, na sua fragilidade de criança, depois na sua fragilidade de homem, para poder ressurgir na sua onipotência de Deus, mostrando que nós aqui na Terra temos que lidar com a potência, temos que lidar com a ciência e temos que lidar com a presença. E a presença significa sermos capazes de suportar e ser suportado pelo outro em suas diferenças. É isto que faz com a gente possa aprender, como dizia a minha mãe e a minha avó: vocês têm que aprender a ser gente. Aprender a ser gente é aprender que dependemos do outro, é aprender que temos que suportar uns aos outros, não suportando no sentido de "oh, como vou suportar o discurso da Marina, em plena sexta-feira, às 16h"? Não. Suportar no sentido

do suporte que damos para poder assegurar os meios com os quais temos que viver.

Muito obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA MARINA SILVA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

REQUERIMENTO N° , DE 2008

Requeiro, nos termos do artigo 222, e de acordo com as tradições da Casa, voto de congratulações pelo 70º aniversário do teólogo, professor e escritor Leonardo Boff.

Justificação

O teólogo, escritor e professor Leonardo Boff tem todos os méritos para ser digno da reverência do Senado Federal no momento em que completa 70 anos. A maior parte desses 70 anos foi dedicada à vida religiosa e à causa dos mais pobres. Sua importância como escritor é reconhecida na Europa e nos Estados Unidos, tendo inclusive, recebido homenagens e prêmios. Boff é também um dos teóricos da Teologia da Liberação.

A formação dele começou com o curso de Filosofia em Curitiba e Teologia em Petrópolis. Doutorou-se em Teologia e Fisologia na Universidade de Munique, Alemanha, em 1970. Ingressou na ordem dos Frades Menores, franciscanos, em 1959. Durante 22 anos, foi professor de Teologia Sistemática e Ecumênica em Petrópolis e Teologia da Espiritualidade em vários centros de estudos e universidades no Brasil e no exterior, além de professor-visitante nas universidades de Lisboa, Salamanca, Harvard, Basel e Heidelberg.

Participou ativamente da reflexão que articulou um pensamento indignado frente à miséria e à marginalização com fé cristã, gênese da conhecida Teologia da Liberação. Leonardo Boff ajudou a formular uma nova perspectiva dos direitos humanos a partir da América Latina, com "Direitos à Vida e os meios de mantê-la com dignidade".

O trabalho como escritor e teólogo é reconhecido em vários países do mundo. Por isso é doutor *honoris causa* em Política pela Universidade de Turim (Itália) e em Teologia pela Universidade de Lund (Suécia). Em 2001 foi agraciado com o prêmio Nobel alternativo em Estocolmo (**Right Livelihood Award**).

Na condição de pensador e religioso, viveu momentos difíceis. Em 1984, em razão de suas teses ligadas à Teologia da Liberação, apresentadas no livro "Igreja: Carisma e Poder", foi submetido a um processo pela Sagrada Congregação para a Defesa da Fé, ex

Santo Ofício, no Vaticano. Em 1985, foi condenado a um ano de silêncio “obsequioso” e deposto de todas as suas funções editoriais e de magistério no campo religioso. Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, a pena foi suspensa em 1986, podendo retomar algumas atividades.

Novamente, em 1992, foi ameaçado a uma segunda punição pelas autoridades de Roma, o que fez com que renunciasse às suas atividades de padre e se auto-promovesse ao estado leigo. Mas como ele próprio disse, “mudou de trincheira para continuar na mesma luta”.

Em 1993, prestou concurso e foi aprovado como professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Leonardo Boff é autor de mais de 60 livros nas áreas de Teologia, Espiritualidade, Filosofia, Antropologia e Mística. A maioria de sua obra está traduzida nos principais idiomas modernos.

Concluo lendo trechos do texto *Aos 70, oficialmente velho, contemplo os dias passados*, que ele escreveu a propósito do seu septuagésimo aniversário. Diz ele:

A velhice é a última etapa do crescimento humano. Nós nascemos inteiros. Mas nunca estamos prontos. Temos de construir a existência, abrir caminhos, superar dificuldades e moldar nosso destino. Estamos sempre em gênese. Começamos a nascer, vamos nascendo em prestações até acabar de nascer. Então entramos no silêncio.

A velhice é a última chance para acabar de crescer, madurar e finalmente terminar de nascer. É iluminadora a palavra de São Paulo: “na medida em que definha o homem exterior, rejuvenesce o homem interior” (2Cor 4,16). A velhice é uma exigência do homem interior. Que é o homem interior? É o nosso eu profundo, o nosso modo singular de ser e de agir, a nossa marca registrada, a nossa identidade mais radical. Devemos encará-la face a face.

Nutro o mesmo sentimento que o sábio do Antigo Testamento: “contemplo os dias passados e tenho os olhos voltados para a eternidade”.

Por fim, alimento dois sonhos, sonhos de um jovem ancião: o primeiro é escrever um livro só para Deus, se possível com o próprio sangue; e o segundo, impossível, mas bem expresso por Herzer, menina de rua e poetisa: “eu só queria nascer de novo, para me ensinar a viver”. Mas como isso é irrealizável, só me

resta aprender na escola de Deus. Parafraseando Camões, completo: mais vivera se não fora, para tão longo ideal, tão curta a vida.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2008. – Senadora **Marina Silva**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Após brilhante pronunciamento da Senadora Marina Silva, que representa o Partido dos Trabalhadores do Acre, compete, presidindo esta sessão de sexta-feira, dia 19 de dezembro, iniciada às 9 horas da manhã, por onde passaram vários Senadores, defendendo suas teses, pela grandeza do nosso Brasil, uma gratidão, primeiro, a Deus, por ter mandado o seu filho, Jesus, sobre quem dissertou tão bem a Senadora Marina... Essa gratidão se segue àquilo... Rui Barbosa, que é o nosso patrono, Senadora Marina, disse que a Pátria é a família amplificada. O Senado, sem dúvida nenhuma, é a pilastra maior da democracia brasileira, que é o Poder Legislativo. Sem leis... Deus deu o exemplo, entregou as Leis para o seu Líder maior, Moisés. Rui Barbosa está ali porque disse: “Só há um caminho, uma salvação: a lei e a justiça”. Nós somos isso, e aqui é o templo, é a catedral das leis.

Como Rui Barbosa disse que a Pátria é a família amplificada, eu digo que o Senado somos todos nós, não só Senadoras, encantadoras, inteligentes e bravas como Marina, e Senadores, que eu estou representando aqui, todos nós fazemos desta Instituição a catedral, a pilastra mais forte da democracia, o Poder Legislativo. Mas somos todos nós, desde os funcionários que constroem esta Instituição, que salvaguardam a democracia deste País.

Nossos agradecimentos à Secretaria-Geral da Mesa, na pessoa da encantadora e competente Dra Cláudia Lyra e dos consultores Dr. José Roberto, João Pedro e Verinha; o apoio ao Plenário, em que, representando todos aqueles – são muitos –, eu citaria o Zezinho, o Johnson; a Taquigrafia, aqui representada pelo Dênis, pelo Dreyer, pela Patrícia, que vai ser mãe, traduzindo a grandeza dos funcionários da Casa; na Segurança, o França e o Miguel; e o sistema de comunicação.

Cristo tinha que subir as montanhas para dizer “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados”. Nós, privilegiados, temos um sistema de comunicação, a TV Senado, as Rádios AM e FM, o Jornal do Senado e seus funcionários. Então, a todos os funcionários que fazem o Senado Federal, a nossa gratidão.

Devemos nos lembrar disto: Cristo não foi só o Natal, não, foi a vida toda de exemplos simples. Deus não desgarrou seu filho; botou-o numa família. Este é

o primeiro grande ensinamento: a família. E o cimento dessa família é o amor, que Cristo veio e pregou. E foi buscar o pai, um trabalhador. Rui Barbosa traduziu isso tudo quando disse que a Pátria é a família amplificada. Ele disse que a primazia é do trabalho e do trabalhador. Ele vem antes. Ele é que faz a riqueza. Então, isso tudo é a vida.

Cristo, sabemos de sua vida como criança, depois reapareceu adulto. Mas ele foi meditar, refletir, estudar. Por isso, a sabedoria é um caminho que o próprio Livro de Deus diz que vale mais do que ouro e prata. Então, Cristo, Marina, deu o maior exemplo. Ele não ficou fazendo discurso como nós ficamos, a tarde toda. Ele fez obras. Seguimos Cristo porque ele fez cego ver, aleijado andar, surdo ouvir e mudo falar. Ele limpou os corpos dos leprosos, tirou demônios, multiplicou os alimentos, peixes e pães, levou alegria aos casamentos com vinho. Além da palavra, ele teve a obra. Foi um exemplo para todos nós.

Esta Casa é tão grandiosa que um dos Senadores que aqui passou, Dinarte Mariz, disse – e nós repetimos –, no bom humor e na alegria, que aqui é melhor do que o céu, porque para ir para o céu temos que morrer. Isso foi o Dinarte Mariz que disse. É o ambiente de amor, a satisfação do cumprimento do dever de cada funcionário.

Então, que as minhas palavras, em nome do Senado da República, cheguem, através das ondas sonoras, da televisão, das rádios AM e FM, aos céus e a Deus!

Oh, Deus, proteja o nosso Brasil e a nossa democracia!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 67, de 2008**, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Resolução nº 93, de 1970, do Senado Federal – Regimento Interno do Senado Federal, acrescentando parágrafos ao art. 99, estabelecendo que o Ministro de Estado da Fazenda compareça, trimestralmente, à Comissão de Assuntos Econômicos, em audiência pública, para prestar informações sobre a situação macroeconômica do País e assuntos atinentes à Federação.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão Temporária para a reforma do Regimento Interno, conforme fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008** (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no anexo da Lei nº 5.917, de 10 de

setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, ofício do Presidente da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. SGM/P nº 1.491/08

Brasília, 16 de dezembro de 2008

Assunto: Renúncia ao Mandato Parlamentar.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a Declaração da Renúncia ao mandato de Deputada Federal da Senhora Jusmari Terezinha de Souza Oliveira, nome parlamentar Jusmari Oliveira (PR/BA), em 12 de dezembro de 2008, nos termos do artigo 54, inciso II, alínea d, da CF, combinado com os arts 238, inciso II e 239, **caput**, do RICD, publicada no Suplemento ao **Diário da Câmara dos Deputados** nº 214, de 16 de dezembro de 2008, exemplar em anexo.

Atenciosamente, – **Arlindo Chinaglia**, Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.701, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Louvor ao médico Paulo Marcelo Gehm Hoff, por sua assunção, ao cargo de Titular da Cadeira de Oncologia da Faculdade de Medicina da USP, e por sua trajetória exitosa na carreira médica.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2008. – Senador **Adelmir Santana**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de louvor solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA A CONSTITUIÇÃO
Nº 49, DE 2008**

Acrescenta a Constituição Federal os arts. 135-A e 135-B, em nova Seção do Capítulo IV do Título IV, para atribuir autonomia à Polícia Judiciária Federal e criar o Conselho Federal da Polícia Judiciária, visando a exercer o controle externo da atividade policial federal; dá nova redação ao inciso II do art. 52; alterna r, inciso I do art. 102; inciso VII do art. 129; e revoga os incisos I e IV do § 1º do art. 144.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda à Constituição:

Art. 1º O art. 52, inciso II, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52.

.....
II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Federal de Polícia Judiciária, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;
..... (NR)”

Art. 2º O art. 102, inciso I, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 102.

I –

.....
r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Federal de Polícia Judiciária;
..... (NR)”

Art. 3º O art. 129, inciso VII, da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 129.

.....
VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no inciso VI, ressalvado o disposto no **caput** do art. 135-B;
..... (NR)”

Art. 4º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos artigos 135-A e 135-B, em nova Seção do Capítulo IV do Título IV, com a seguinte redação:

Secção IV

Da Polícia Judiciária

Art. 135-A. A polícia judiciária federal, estruturada em carreira, é instituída como órgão autônomo da União, incumbindo-lhe a apuração de infrações penais contra a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

Parágrafo único. O chefe da polícia judiciária federal é escolhido pela maioria absoluta do Senado Federal, dentre os delegados de polícia de carreira indicados em lista tríplice pelo Presidente da República.

Art. 135-B. O controle externo da polícia judiciária federal é exercido pelo Conselho Federal da Polícia Judiciária.

§ 1º O Conselho Federal da Polícia Judiciária compõe-se de onze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para mandato de dois anos, admitida uma ilimitada recondução, sendo:

I – três magistrados federais, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça;

II – três membros do Ministério Público Federal, indicados pelo Procurador-Geral da República;

III – três advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 2º Compete ao Conselho Federal da Polícia Judiciária, no exercício do controle externo da polícia judiciária federal:

I – zelar pela autonomia funcional e administrativa da polícia judiciária federal, podendo expedir atos regulamentares e recomendações;

II – zelar pela observância dos mandamentos do art. 37 desta Constituição e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos da polícia judiciária

federal, podendo desconstituir-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei;

III – conhecer das reclamações contra membros ou órgãos da polícia judiciária federal, inclusive contra seus servidores auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo determinar a instauração de sindicância e processo administrativo disciplinar, avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com proveitos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar sanções administrativas, assegurada, em todo caso, ampla defesa;

IV – rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros da polícia judiciária federal, respeitados os prazos prescricionais estabelecidos em lei;

V – elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação da polícia judiciária federal e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, inciso XI, desta Constituição.

§ 3º O Conselho escolherá, entre os seus membros, em votação secreta, um Corregedor federal, competindo-lhe, além das atribuições conferidas em lei, as seguintes:

I – receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos servidores da polícia judiciária federal;

II – exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição;

III – requisitar e designar servidores da polícia judiciária federal, delegando-lhes atribuições.

§ 4º Poderão, sem direito a voto, participar das reuniões do Conselho Federal da Polícia Judiciária ou designar representante, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (NR)

Art. 5º Revogam-se os incisos I e IV, do § 1º, do art. 144 desta Constituição.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Importa distinguir a polícia judiciária da polícia de segurança pública. Enquanto a primeira tem por função apurar infrações criminais, a última é encarre-

gada de preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e dos bens.

A polícia de segurança pública insere-se naturalmente nas atribuições administrativas do Poder Executivo. Não assim com a polícia judiciária. A atividade desta representa, tipicamente, uma função essencial ao exercício da Justiça, e, nessas condições, não pode subordinar-se a qualquer dos ramos tradicionais do Estado, pois a Justiça deve exercer-se de forma independente, para garantia dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Ao se reconhecer que a polícia judiciária é uma função essencial ao exercício da Justiça, parece lógico sustentar que esse serviço policial deveria incluir-se no quadro do Poder Judiciário. E, efetivamente, na generalidade dos países da Europa Ocidental, a polícia judiciária insere-se nesse ramo do Estado, vinculando-se aos juízos de instrução criminal.

Essa solução, porém, não nos parece a melhor. Quando a apuração das infrações penais faz-se sob a égide do Poder Judiciário, as conclusões do inquérito tendem a representar uma espécie de julgamento antecipado do caso. Demais disso, por esse sistema, os delitos praticados por membros do Judiciário são necessariamente investigados **interna corporis**, de modo definitivo, o que não é, escusa dizer, uma boa garantia de aplicação da Justiça.

Na Constituição Federal brasileira de 1988, tal como nas que a precederam, até mesmo no Império, a polícia judiciária foi encaixada no quadro do Poder Executivo, tanto da União, quanto dos Estados e do Distrito Federal.

Essa opção foi, sem dúvida, a pior de todas. O Executivo, na prática brasileira, tem sido desde sempre um poder proeminente, situado acima dos outros. A tendência tradicional entre nós, a qual deita raízes na mais antiga organização do Estado português, é a de considerar o chefe de Estado como uma espécie de monarca irresponsável, praticamente imune a toda e qualquer acusação de prática criminosa.

Parece-nos recomendável, portanto, nesta quadra de nosso desenvolvimento político, a fim de que avancemos sempre mais na construção de um Estado democrático de direito, a atribuição de autonomia, não apenas funcional, mas também institucional, a um órgão de polícia judiciária no âmbito da União.

Instituída, no entanto, a autonomia funcional e administrativa da polícia judiciária federal, é indispensável o aperfeiçoamento de efetivo controle externo, com a função de fiscalizar a atuação desta polícia, coibir os abusos hoje constantemente cometidos e puni-los com os rigores da lei. As ilegalidades perpetradas, por exemplo, no âmbito da Operação Satiagraha, da Polícia

Federal, não deixam dúvidas quanto à importância da efetiva necessidade de rigoroso e independente controle externo atuante na correição da atividade policial.

Nesse sentido, parece-nos mais prudente instituir, nos moldes do que já foi feito em relação ao Poder Judiciário e ao Ministério Público pela EC nº 45, de 2004, um órgão de controle externo autônomo, no âmbito da União, composto por representantes do Poder Judiciário e dos demais órgãos essenciais à Justiça, a saber, o Ministério Público e a Advocacia, bem como por cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

Com esse objetivo, a presente proposta acrescenta nova Seção ao Capítulo IV do Título IV da Constituição, dispondo sobre a estrutura e as funções da polícia judiciária federal. Correlatamente, a proposta revoga os incisos I e IV do § 1º do art. 144 da Carta Política, no tocante às competências atuais da Polícia Federal.

Além disso, altera o inciso VII do art. 129 da Constituição, para deixar claro que a competência de controle externo da atividade policial não mais será exclusiva do Ministério Público no caso da polícia judiciária federal; altera o inciso II do art. 52 da Constituição, para incluir entre as competências privativas do Senado Federal o julgamento dos membros do Conselho Federal da Polícia Judiciária em crimes de responsabilidade; e altera a alínea r do inciso I do art. 102 da Constituição, para incluir, entre as atribuições precípuas do Supremo Tribunal Federal, o processamento e julgamento originário de ações contra o Conselho Federal da Polícia Judiciária.

Contando com o sentimento patriótico e a sensibilidade política dos nobres Pares, conclamo-os a apoiar esta Proposta de Emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2008. –
Senador **Heráclito Fortes**.

NOME	ASSINATURA
2) <i>Antônio Carlos</i>	<i>ACAR</i>
3) <i>Alberto Teixeira</i>	<i>Alberto Teixeira</i>
4) <i>SERGIO SHCHESSARENKO</i>	<i>Sergio Shchessarenko</i>
5) <i>DEMOISTENES TORRES</i>	<i>Demostenes Torres</i>
6) <i>MOZARILDO</i>	<i>Mozarildo</i>
7) <i>Augusto Bollo</i>	<i>Augusto Bollo</i>
8) <i>VILMIR RAVPD</i>	<i>Vilmir Ravpd</i>
9) <i>PEDRO SIMON</i>	<i>Pedro Simon</i>
10) <i>JEFFERSON Pires</i>	<i>Jefferson Pires</i>
11) <i>Cícero Neiva</i>	<i>Cícero Neiva</i>
12) <i>Mauro Luiz</i>	<i>Mauro Luiz</i>
13) <i>Gláucio</i>	<i>Gláucio</i>
14) <i>Fábio Fogaça</i>	<i>Fábio Fogaça</i>
15) <i>Renato</i>	<i>Renato</i>
16) <i>João Goulart</i>	<i>João Goulart</i>

17)	<i>lur Lur Amor</i>	(m-maciel)
18)	<i>Minha A.</i>	(caissara)
19)	<i>Marcos Maluf</i>	(cais far and to)
20)	<i>João Goulart</i>	<i>PTM</i>
21)	<i>Adelmir Salles</i>	
22)	<i>onelio Alves</i>	<i>PTB</i>
23)	<i>Dilma Rousseff</i>	<i>Tião Viana</i>
24)	<i>Dilma Rousseff</i>	<i>Decisões André Gomes</i>
25)	<i>Renato</i>	<i>Tomazini</i>
26)	<i>Adriane</i>	<i>Fátima Cláudia</i>
27)	<i>Marcos</i>	<i>JOSÉ VIEY</i>
28)	<i>MM</i>	<i>José Manoel</i>
29)		

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Seção IV Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

II – processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

Seção II Do Supremo Tribunal Federal

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precípua mente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I – processar e julgar, originariamente:

as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

CAPÍTULO IV Das Funções Essenciais à Justiça

Seção I Do Ministério Público

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

CAPÍTULO III Da Segurança Pública

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

.....

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 192, DE 2008
(Nº 2.412/2003, na origem, do Deputado Carlito Merss)

Confere ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 2.412, DE 2003

Confere ao Município de Joinville, em Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Joinville, Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação oficial.

Justificação

Para justificar este nosso projeto, vou reproduzir informações históricas do Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, disponível em seu site (www.cbjv.com.br), e que demonstram, com bastante propriedade,

a importância desta cidade neste trabalho voluntário de segurança pública: “Uma trajetória que se confunde com a própria história da maior cidade de Santa Catarina. E assim que pode ser resumida a existência da Sociedade de Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, a mais antiga corporação do gênero no País. A origem dos bombeiros de Joinville remonta ao ano de 1892, portanto 41 anos após a chegada dos primeiros imigrantes suíços, alemães e noruegueses que deram início à sua colonização. No dia 13 de julho daquele ano, após um grande incêndio, a comunidade organizou o serviço voluntário para prevenir contra novos sinistros que poderiam destruir não só o patrimônio das famílias como o sonho trazido da Europa de construir suas vidas na nova Pátria. Relata o historiador e jornalista Apolinário Ternes em sua obra “Os voluntários do imprevisível”, publicada quando do centenário da instituição, em 1992, que o senso de disciplina e organização dos primeiros bombeiros foi um fator determinante para que o projeto apresentasse, já nos seus primórdios, características de uma iniciativa bem sucedida. Através da subscrição popular e de venda de ações, os bombeiros adquiriram um terreno em 1911, onde seria construída a sede inaugurada em 1913, no mesmo local onde ainda hoje funciona o Quartel Central. Em 1925, chegava a Joinville a primeira bomba de incêndio motor e, sem parar de investir, no ano seguinte os bombeiros compravam um veículo Chevrolet. Pertencer ao quadro dos bombeiros, que contavam com homens de todas as classes sociais, era desfrutar de um status invejável na Joinville da época. Conta o autor de “Os voluntários do imprevisível” que os bombeiros viveriam um de seus momentos mais difíceis no período da 2ª Guerra Mundial, quando todas as populações de origem ítalo-germânica do sul do país passaram a sofrer represálias, especialmente após o Brasil juntar-se as forças aliadas. Arquivos foram fechados ou queimados e todas as manifestações germânicas proibidas. Segundo Apolinário Ternes, surpreendentemente os bombeiros joinvilenses conseguiram preservar toda a sua documentação, que era em alemão. Isso teria sido possível graças a sensibilidade do interventor designado pelo governo brasileiro, que se transformou em um amigo e admirador dos bombeiros devido aos “singulares valores éticos, espírito cívico e comunitário que se desconheciam no resto do país”, que o militar encontrou em Joinville. Desde o início de suas atividades, o Corpo de Bombeiros Voluntários sempre manteve um relacionamento muito próximo com a comunidade. A participação da classe empresarial assume papel marcante para que o projeto se transformasse em modelo nacional e até no exterior. Um destes momentos ocorreu na década de 50, quando sob a liderança de Walter Hermann Meyer foram realizadas profundas al-

terações na corporação, melhorando o seu funcionamento e lançando bases para o futuro, já que Joinville experimentava uma fase de desenvolvimento. Assim, em 1952 surge a Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários, com uma diretoria para atuar administrativamente e definindo para o comandante as ações restritas aos assuntos de disciplina, hierarquia, instrução e operações. O estatuto social estabelecia a entidade como “uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com a reafirmação do propósito de manter um corpo de cidadãos, sob o regime de voluntariado, pronto para combater incêndios e prestar socorros”. Nos objetivos sociais foram incluídos, dentre outros, a cooperação com os bombeiros militares do estado, o estímulo a criação de bombeiros voluntários em outros municípios e a atuação conjunta com a Defesa Civil. Através da nova sociedade, os bombeiros incrementaram a ampliação da estrutura, buscando os recursos necessários através da obtenção de verbas também junto aos poderes públicos e por intermédio de campanhas na comunidade. Foi então instituída a “Ordem da Machadinha” para premiar aqueles que mais se destacassem no auxílio financeiro aos bombeiros. A entidade é então formada por quatro tipos de associados: ativo – incorporado como bombeiro voluntário; contribuinte – pessoas físicas e jurídicas; honorários – para agraciados; e remidos – aqueles que contribuíram por mais de 40 anos. O funcionamento é regido através de uma Assembléia Geral que elege um Conselho Deliberativo composto de 50 membros, responsáveis pela eleição da Diretoria, Conselho Fiscal e o Alto Comando, formado pelo Comandante e pelo Subcomandante. Mesmo reestruturado, o Corpo de Bombeiros Voluntários precisaria avançar para dimensionar-se à altura do rápido crescimento de Joinville nos anos 60 e 70. Com a expansão da cidade e o surgimento de diversos núcleos populacionais para regiões mais distantes do centro, aumentavam as dificuldades para atender as emergências, exigindo cada vez mais novos investimentos e o aumento do contingente. Com essa necessidade de atender com rapidez os chamados, partindo ainda do então único quartel, que contava exclusivamente com o voluntariado, percebeu-se a importância dos bombeiros contarem com plantões permanentes de 24 horas. Desta situação, nasce uma nova experiência, também inédita em termos de Brasil. A partir de 1972, assinou-se o primeiro convênio com o governo estadual, que possibilitou a contratação de um grupo de bombeiros efetivos, adotando uma composição mista... (aí vai como está até o final). A dedicação destes homens – voluntários e contratados – assegurou condições para que a corporação enfrentasse uma série de incêndios até o final dos anos 80, incluindo-se os sinistros criminosos

que assolaram a cidade entre 1977 e 1978. Desta forma, com o passar dos anos, os bombeiros iriam ampliando suas áreas de atuação. Fato marcante para isso foi o início do projeto de instalação de quartéis em locais afastados da sede central e patrocinados por empresas, que hoje somam oito unidades no distrito de Pirabeiraba e nos bairros Iririú, Floresta, Itaum, Boa Vista, Vila Nova e Distrito Industrial. Para o atual presidente da SCBVJ, Felinto Koerber, além de maior eficiência no combate a incêndios, a descentralização contribuiu para uma aproximação ainda maior da corporação com os moradores destas regiões, na medida em que lhes assegura maior tranquilidade. Participação marcante na existência da Sociedade Corpo de Bombeiros deve ser atribuída à Associação Comercial e Industrial de Joinville (ACIJ). Em 1987, a principal entidade de classe do município assumiria nos anos seguintes a responsabilidade pela manutenção do Corpo de Bombeiros, com o seu presidente dirigindo a SCBVJ. Um dos momentos mais expressivos deste período coincide com o registro do centenário da corporação. Sob o comando do então presidente da ACIJ e da SCBVJ, José Henrique Loyola, ampla programação foi cumprida ao longo do ano. Como resultado de várias ações dessa presidência, o Corpo de Bombeiros ampliou seu patrimônio com novos veículos e equipamentos, incluindo uma auto-escada Magirus de 44 metros e trajes de aproximação compostos por botas, capas e capacetes Gallet F1 doados pelo estado de São Paulo. Junto com a parte material representada por equipamentos, os bombeiros também conquistariam o apoio dos governos estadual e municipal, empresas e comunidade, tornando possível manter um fluxo de recursos que vem permitindo a manutenção das atividades e até viabilizar novos investimentos. O ex-presidente Felinto Koerber destaca essa parceria como imprescindível para a continuidade dos bombeiros voluntários, salientando que essa ajuda da comunidade não pode ser interrompida.” Pelo exposto, confirma-se que a cidade, não apenas porque possui a corporação de bombeiros mais antiga da América Latina, mas também porque contribui com 70% dos 638 bombeiros que atuam na instituição, merece esta distinção nacional, tornando-se referência de voluntariado ao país. Atualmente já são dez unidades que atendem emergências, além de bombeiros mirins, aspirantes e brigadistas nas indústrias. Mais de 1.000 pessoas envolvidas num trabalho de segurança para a comunidade que merece se transformar num exemplo para o país. Encaminhamos este projeto, e esperamos o apoio desta Casa, por sugestão do atual presidente da Sociedade Corpo de Bombeiros Voluntários de Joinville, Ney Osvaldo Silva Filho, que destaca também a aprovação da Lei Estadual 12.474/02 que outorgou o título de “Capital Catari-

nense Bombeiros Voluntários" para Joinville, um reconhecimento incontestável dos relevantes serviços prestados nestes 111 anos.

Sala das Sessões, 4 de novembro de 2003 . – Deputado **Carlito Merss** (PT/SC).

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 193, DE 2008

(Nº 6.238/2005, na Casa de origem,
do Deputado Celso Russomanno)

Acrescenta inciso IV ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para reclamações por vícios aparentes ou de fácil constatação)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para o consumidor reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos e serviços.

Art. 2º o § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 26.

.....

§ 2º

.....

IV – a reclamação oficializada perante órgão ou entidade com atribuições de defesa do consumidor, até a negativa formal do fornecedor em audiência ou o descumprimento do acordado.

..... ”(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 6.238, DE 2005

Acrescenta inciso ao § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei acrescenta causa de interrupção do prazo decadencial para o consumidor reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos e serviços.

Art. 2º O § 2º do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:

“Art. 26.

§ 2º

IV – a reclamação oficializada perante órgão ou entidade com atribuições de defesa do consumidor, até a negativa formal do fornecedor em audiência ou o descumprimento do acordado.”(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A doutrina jurídica entende que a decadência de um direito decorre por não ter sido ele exercido em um prazo, que não se suspende ou interrompe. Entretanto, o Código de Defesa do Consumidor, lei especial que regula relações entre desiguais – o consumidor vulnerável e o fornecedor poderoso – contém dispositivo que estabelece, em uma particular situação, interrupções na contagem do prazo decadencial. Trata-se do § 2º do art. 26.

Para melhor compreensão, é preciso entender que o art. 26 e seus dois incisos estipulam dois prazos de decadência para o direito de o consumidor reclamar por vícios aparentes ou de fácil constatação em produtos ou serviços prestados. O inciso I estabelece trinta dias para reclamação relacionada a produtos ou serviços não duráveis, e o inciso II concede noventa dias quando o produto ou serviço se caracterizarem como duráveis, ambos contados a partir da entrega do produto ou do término da execução do serviço.

As interrupções da contagem destes prazos estão previstas no citado § 2º. Ocorrem quando o consumidor reclamar a existência de vício junto ao fornecedor e quando for instaurado inquérito civil. No primeiro caso a interrupção se dá entre o lapso decorrido entre a reclamação do consumidor junto ao fornecedor e a resposta deste negado o vício reclamado, no segundo, enquanto durar o inquérito instaurado pelo Ministério Público. Na elaboração da lei, o Legislador previu também como causa de interrupção, pelo prazo de noventa dias, a reclamação formalizada em órgãos de defesa do consumidor. Esta possibilidade foi vetada, e o Congresso Nacional manteve o voto apostado ao dispositivo.

Entendemos que a visão do legislador de 1990 era acertada ao propor a suspensão do prazo decadencial, quando o adquirente de produtos ou serviços com vícios aparentes ou de fácil constatação reclamassem perante os órgãos de defesa do consumidor. É uma etapa intermediária entre a reclamação direta ao fornecedor e a proteção judicial, que tem resultado em soluções ou acordos satisfatórios, sem a lentidão que caracteriza a justiça.

Nosso intuito é dotar o Código de Defesa do Consumidor do dispositivo que o legislador correta-

mente concebeu, e de forma equivocada permitiu que o poder Executivo extirpasse do texto legal.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2005. – Deputado **Celso Russomanno**.

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI N° 8.078, DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

**Seção IV
Da Decadência e da Prescrição**

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I – trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II – noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 2º Obstam a decadência:

I – a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

II – (Vetado).

III – a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, 2008

(N° 612/2003, na casa de origem,
do Deputado Ricardo Izar)

Altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviço de aferição da pressão arterial.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18. É facultado a farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público, efetuado por técnicos habilitados, para aplicação de injeções, observada a indispensável

prescrição médica, e para aferição da pressão arterial, de forma gratuita e desvinculado da aquisição de quaisquer produtos.

..... “(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 612-B, DE 2003
(Do Sr. Ricardo Izar)

Modifica o artigo 55 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 55. da Lei nº 5.591, de 17 de janeiro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 55. É vedado utilizar qualquer dependência da farmácia ou da drogaria como consultório, ou outro fim diverso do licenciamento, exceto na prestação de serviços de utilidade pública, eventualmente prestados de forma gratuita, na medição da pressão arterial, da osteoporose, do nível de açúcar no sangue, na limpeza de pele e na aplicação de massagens facial ou corporal”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Os brasileiros, particularmente os cidadãos de baixa renda, estão reféns do nosso Sistema de Saúde. A todo momento se pode constatar a nível de abandono e de constrangimento a que estão submetidos quando se vêem necessitados da assistência médica prestada (ou não prestada...) pelo poder público.

No Brasil, existem cerca de 55.000 farmácias e drogarias. Esses estabelecimentos tem condições de efetuar procedimentos simples, como a medição da pressão arterial, por exemplo, e concorrer com o nosso sistema de saúde para o atendimento preventivo da saúde da população. Acreditamos que milhares de mortes poderiam ser evitadas, a cada ano, por um diagnóstico facilitado, na rede de farmácias e drogarias, da diabetes, da pressão alta, da osteoporose, sem envolvimento de qualquer risco para o paciente.

Por isso, acreditamos que a aprovação da presente proposta vai ao encontro dos interesses, e até das necessidades, da maioria de nossa população.

Sala das Sessões, 2 de abril de 2003. – Deputado **Ricardo Izar**.

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

LEI N° 5.991, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1973

Dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências.

Art. 18. É facultado à farmácia ou drogaria manter serviço de atendimento ao público para aplicação de injeções a cargo de técnico habilitado, observada a prescrição médica.

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 195, DE 2008

(N° 5.945/2005, na Casa de Origem,
do Deputado Edinho Bez)

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, Os trechos ferroviários que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Ferrovias do Sistema Ferroviário Federal, no item 3.2.2, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte trecho ferroviário no Estado de Santa Catarina, com Os seguintes pontos de passagem: ferrovia leste-oeste -Itajaí, Ponte Alta / Herval D'Oeste / Chapecó / São Miguel do Oeste.

Art. 2º Os tracados definitivos, as designações oficiais e demais características de que trata o art. 1º desta Lei serão dispostos em regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 5.945, DE 2005

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, os trechos ferroviários que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Ferrovias do Sistema Ferroviário Federal, item 3.2.2, constante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida dos seguintes trechos ferroviários no Estado de Santa Catarina, com os pontos de passagem citados abaixo:

I – Laguna/Imbituba/Itajaí/Araquari/São Francisco (ferrovia litorânea) e,

II – Itajaí/Ponte Alta/Herval D'oeste/Chapecó (ferrovia leste-oeste).

Art. 2º Os traçados definitivos, as designações oficiais e demais características dos trechos de que trata o art. 1º serão determinados pelo órgão competente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

Santa Catarina é o menor e menos populoso Estado da região Sul, mas sua renda **per capita** é a quinta maior do País. É também um dos poucos estados em que a atividade industrial supera o setor de serviços no Produto Interno Bruto Local. Essas duas informações econômicas iniciais tornam-se base fundamental para a justificação a seguir.

O Estado de Santa Catarina pretende não apenas manter seus índices econômicos positivos atuais, mas, principalmente, ultrapassá-los. Para isso duas linhas ferroviárias devem ser construídas, uma, ao longo do todo o litoral catarinense, desde Laguna, até São Francisco, e outra, de Itajaí ate Chapecó, atravessando o Estado na direção leste-oeste.

Deve-se mencionar, de início, a existência de um estudo de viabilidade econômica do primeiro trecho, a ser denominado "Ferrovia Litorânea", que prevê a interligação de quatro portos catarinenses, a saber: Laguna, no sul do Estado, Imbituba, conectando-se com a Ferrovia Tereza Cristina (FTC), Itajaí e São Francisco, unindo-se com a América Latina Logística(ALL). O trecho acompanha, praticamente, o traçado da rodovia BR-101. Os investimentos necessários para a execução das obras são da ordem de dois bilhões de reais e estudos estão sendo desenvolvidos em conjunto com a Secretaria de Estado de Infra-estrutura e o Ministério dos Transportes. Esta ferrovia poderá transportar arroz, cimento, combustíveis, têxteis, fertilizantes, químicos, petroquímicos, carnes e derivados e carga geral.

O segundo trecho, cujo projeto ainda será desenvolvido, refere-se a uma nova linha ferroviária chamada Ferrovia Leste-Oeste. Partindo do porto de Itajaí, cruzará a nova Ferrovia Litorânea, indo até a cidade de Chapecó, onde existem dezenas de indústrias de médio e grande porte ligadas à suinocultura, avicultura e pecuária. As outras indústrias teriam como locais de apoio à nova ferrovia, as cidades de Herval D'Oeste e Ponte Alta, até o porto de Itajaí.

Essas novas construções serão de grande importância para o Estado de Santa Catarina, tendo em vista uma distribuição modal mais eficiente e um melhor balanceamento da matriz energética do transporte.

De fato, o transporte ferroviário de cargas, além de ser mais seguro, é de quatro a seis vezes mais barato que o transporte rodoviário e este assunto se torna cada vez mais preocupante, pois o barril de petróleo, que já apresentou valor acima de setenta dólares o barril, mantém custo em torno de sessenta e cinco dólares.

Assim, pelos motivos expostos e para aprimorar cada vez mais a matriz de transporte catarinense, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 6 de outubro de 2005. – Deputado **Edinho Bez.**

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI N° 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973.

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 196, DE 2008

(N° 34/2007, na Casa de origem,
do Deputado Cássio Taniguchi)

Altera os arts. 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 e julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto da Cidade. (incentivos para construções ecologicamente sustentáveis)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.32.

.....
§ 2º

.....
III – a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais, especificadas as modalidades de **design** e de obras a serem contempladas”. (NR)

“Art.33.

.....
VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I, II, e III do § 2º do art. 32 desta lei;

.....
VIII – natureza dos incentivos a serem concedidos aos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, uma vez atendido o disposto no inciso III do § 2º do art. 32 desta lei.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 34, DE 2007

Altera os artigos 32 e 33 da Lei nº 10.257, de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto das Cidades.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os artigos 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, Estatuto das Cidades, passam a vigorar acrescidos dos seguinte incisos:

“Art. 32.

§ 2º

.....
III – a concessão de incentivos a operações urbanas que utilizam tecnologias visando a redução de impactos ambientais, e que comprovem a utilização, nas construções e uso de edificações urbanas, de tecnologias que reduzam os impactos ambientais e economizem recursos naturais.

Art. 33.

.....
VIII – natureza dos incentivos a serem concedidos aos proprietários, usuários permanentes e investidores privados, uma vez atendido o disposto no item III do § 2º do art. 32 desta Lei.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Desde a publicação do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962, passando pela Convenção de Estocolmo dez anos depois, em seguida pela Rio 92, pelo Protocolo de Kyoto e recentemente pelo já famoso Relatório Stern, publicado na Inglaterra, a reflexão do homem sobre o meio ambiente e sua forma de agir sobre ele ganhou em consistência e amplitude. Em termos de políticas públicas, começa a ficar no passado a prática de confrontação entre os movimentos sociais, o governo e os agentes econômicos, e ganha relevância o papel de parceria entre os governos, a sociedade e os agentes privados. As necessidades ambientais deixam de ser um impedimento ao desenvolvimento econômico e social e são

assumidas como o único caminho possível para sobrevivência das próximas gerações e, também, como oportunidade de negócios.

O mercado de créditos de carbono, a prestação remunerada de serviços ambientais a exploração da biodiversidade pelas indústrias de fármacos e de cosméticos, o ecoturismo, todos são formas de desenvolvimento parceiras do meio ambiente. O mundo empresarial, com seu olhar próprio, passou a perceber mais e mais os serviços que o meio ambiente presta ao homem, e suas profundas implicações, sobretudo aquelas de natureza econômica. Muitas transformações vêm sendo criadas por acordos meramente mercadológicos, mas outras precisam de direcionamento público. Ressaltarnos a palavra direcionamento por transmitir o papel voluntário da inovação.

Neste projeto, se pretende seguir a mesma linha de direcionamento ao criar o conceito de "Construção Ecológica". A idéia fundamental por trás do conceito é o de colocar como urna norma programática um "conceito-programa", qual seja: o incentivo a empreendimentos de construção civil que utilizem práticas ecológicamente sustentáveis nas fases de planejamento, execução das obras e uso das edificações. De forma alguma se entende estar criando barreiras e custos a iniciativa privada, mas sim, coerentes com uma moderna visão social, em que se casam os princípios liberais com os valores sociais e ambientais, pretende-se estimular a sociedade a construir uma nova concepção de moradia e utilizá-la em larga escala.

Ampara-se o conceito no sonho de um impulso consciente e deliberado do poder público rumo a uma revolução no modo de construir e utilizar edificações, lar e local de trabalho e sustento, síntese de boa parte da existência humana e de seus desafios.

O Projeto de Lei também segue a idéia de um federalismo cooperativo. O dispositivo que se pretende incluir no Estatuto das Cidades tem como premissa facultar aos poderes estaduais e municipais a adequação do conceito de Construção Ecológica a suas necessidades. A realidade local, suas necessidades e possibilidades, é que irão dar substância ao conceito e sua aplicação.

É fundamental que o Poder Público transmita ao setor da construção civil o seu empenho em fazer da construção ambiental uma prioridade. Para isso, o Estado pode promover o desenvolvimento da construção ambiental das seguintes formas, entre outras:

- criando regras que tenham como objetivo regulamentar o **design** e a utilização de materiais de construção ecológicos, abrangendo, ao mesmo tempo, um sistema de incentivos com vistas a minimizar os custos no cumprimento dessas regras;

- concebendo e executando todas as infra-estruturas ligadas à administração pública de forma sustentável;

- atribuindo louvor público àqueles que contribuíssem para promover o **design**, a gestão, a utilização de materiais de construção que respeitem o ambiente;

- organizando exposições e concursos relacionados com a construção ambiental, divulgando informação sobre certificação internacional de **design**, construção e gestão, de modo a incentivar as empresas a obterem os respectivos certificados;

- além disso, também se pode encorajar as associações profissionais a promover a técnica e o uso de materiais ecológicos na construção.

Por fim, introduz-se o "conceito-programa" no Estatuto das Cidades porque comunga-se com sua sabedoria em duas posições básicas. A primeira refere-se ao caráter genérico de suas disposições, coerente com o respeito às particularidades de cada comunidade e, principalmente, com o recurso à experiência e à sabedoria local. A segunda é o incentivo ao aprofundamento democrático sobre o qual se assenta o Estatuto, pois busca fomentar as decisões locais e o engajamento da sociedade na resolução de seus problemas próprios, algo sem dúvida correto e valoroso.

Espera-se contar com o apoio dos nobres Pares no apoio a este projeto, com sua participação e alento para que a idéia original ganhe melhorias e possa prosperar como uma construção comum, fruto do debate e das instituições democráticas.

Sala das Sessões, 5 de fevereiro de 2007. – Deputado **Cássio Taniguchi**, PFL – PR.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001

Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

.....

Seção X
Das operações urbanas consorciadas

Art. 32. Lei municipal específica, baseada no plano diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas.

§ 1º Considera-se operação urbana consorciada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público municipal, com a participação dos

proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados, como objetivo de alcançar em uma área transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

§ 2º Poderão ser previstas nas operações urbanas consorciadas, entre outras medidas:

I – a modificação de índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como alterações das normas edilícias, considerado o impacto ambiental delas decorrente;

II – a regularização de construções, reformas ou ampliações executadas em desacordo com a legislação vigente.

Art. 33. Da lei específica que aprovar a operação urbana consorciada constará o plano de operação urbana consorciada, contendo, no mínimo:

I – definição da área a ser atingida;

II – programa básico de ocupação da área;

III – programa de atendimento econômico e social para a população diretamente afetada pela operação;

IV – finalidades da operação;

V – estudo prévio de impacto de vizinhança;

VI – contrapartida a ser exigida dos proprietários, usuários permanentes e investidores privados em função da utilização dos benefícios previstos nos incisos I e II do § 2º do art. 32 desta lei;

VII – forma de controle da operação, obrigatoriamente compartilhado com representação da sociedade civil.

§ 1º Os recursos obtidos pelo Poder Público municipal na forma do inciso VI deste artigo serão aplicados exclusivamente na própria operação urbana consorciada.

§ 2º A partir da aprovação da lei específica de que trata o caput, são nulas as licenças e autorizações a cargo do Poder Público municipal expedidas em desacordo com o plano de operação urbana consorciada.

(À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 197, DE 2008

(Nº 415/2007, na Casa de origem
do Deputado Wellington Fagundes)

Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, novo trecho rodoviário no Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O item 2.2.2, da Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei

nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescido da Seguinte ligação rodoviária:

"2.2.2 - Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal

BR	Pontos de Passagem	Unidades da Federação	Extensão (km)	Superposição	
				BR	km
	Divisa entre MS/MT – Alto Taquari – Alto Araguaia – Torixoreu – Barra do Garças – Cocalinho	MT	595		

....." (NR)

Art. 2º O traçado definitivo da ligação rodoviária de que trata o art. 1º desta Lei será definido pelo órgão competente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 415-B, DE 2007

Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (divisa MT/MS – Alto Taquari – a divisa de MT/GO – Cocalinho), que liga as cidades de Alto Taquari, Alto Araguaia, Araguaianha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoreu, Pontal do Araguaia, Barra do Garças, Araguaiana, Cocalinho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Inclua-se no item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias dos Sistemas Rodoviários Federal, integrantes do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, o seguinte trecho rodoviário:

"2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal:

Superposição					
BR - Pontos de Passagem	- UF	- Extensão (Km)	-	- UF	
--- Divisa MT/MS Alto Taquari	MT	-	595,3	-	364BMT0590 - MT
e ENTR. MT 465					364BMT0591
ENTR. MT 326 e Divisa					
MT/GO Cocalinho					

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º O código da ligação rodoviária que trata o Art. 1º da presente lei será definido pela autoridade responsável após a aprovação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A federalização da rodovia MT 100 se mostra uma alternativa viável para escoar toda a produção do Vale do Araguaia até o terminal da Ferro-Norte, localizado no município de Alto Araguaia e daí para o porto de Santos, por outro lado subindo pela BR 158 será possível escoar a safra pela Ferrovia Norte Sul.

Nesse mesmo sentido, a BR 070 e a BR 364, outras duas importantes rodovias federais que cortam o Estado, inevitavelmente incorporarão a MT 100, ambas fazem ligação do Estado de Goiás ao Norte do País passando por Cuiabá, sendo portanto de interesse estratégico para o País fazer essa interligação. Isto porque a BR 364 da região do Alto Araguaia faz ligação com a Ferro Norte. A MT 100 margeia o Estado de Goiás interligando as BR 158, BR 070, BR 242/080, fazendo a ligação intermodal da Hidrovia Araguaia – Tocantins com as ferrovias Norte Sul e Ferro Norte. Esta última BR liga o vale do Araguaia ao Nortão de Mato Grosso e também aos Estados de Goiás e da Bahia.

Vale salientar, ainda, que a produção de grãos da região do Vale Araguaia foi de aproximadamente 9.500.000 toneladas em 2006. Portanto, essa produção muito contribuiu para o desenvolvimento da região.

Outro dado relevante é que a Rodovia BR 158 – MT/PA já está inserida no Programa de Aceleração do Crescimento para pavimentação do trecho Ribeirão Cascalheira.

O trecho para a federalização compreende uma distância de 595,3 quilômetros e pode tornar-se uma das principais vias de exportação não só do Estado de Mato Grosso, mas do Centro-Oeste brasileiro.

As cidades que serão interligadas pela federalização da MT – 100 são: Alto Taquari, Alto Araguaia, Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoréu, Pontal do Araguaia, Barra do Garças, Araguaiana e Cocalinho, que estão relacionadas na divisão de trecho da MT 100 (anexo 1) e no traçado proposto da MT 100 (anexo 2).

Essas cidades possuem um índice de desenvolvimento humano muito baixo, consequentemente essa federalização integrará esses municípios carentes de investimentos públicos a uma malha rodoviária importante, proporcionando desenvolvimento, geração de emprego e renda aos moradores da região do Araguaia.

Sala das Sessões, 14 de março de 2007. – Deputado **Wellington Fagundes**.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

(À *Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 198, DE 2008

(Nº 444/2007, na Casa de origem,
da Deputada Sandra Rosado)

Altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. (Obriga os órgãos de trânsito estaduais a encaminharem relatórios semestrais das ocorrências de trânsito dos municípios.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a redação do inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, obrigando os órgãos executivos de trânsito dos Estados a encaminhar, semestralmente, aos Municípios relatório das ocorrências de trânsito registradas no âmbito de suas competências.

Art. 2º O inciso IX do caput do art. 22 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.

IX – coletar dados estatísticos, elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas e encaminhar, semestralmente, aos órgãos executivos de trânsito dos Municípios integrantes do próprio Estado relatório detalhado das ocorrências de trânsito registradas no âmbito de suas competências;

..... ” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 444, DE 2007

Altera a redação do inciso IX do art. 22, da Lei nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso IX do art. 22 da Lei nº 9.503/1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

.....
IX – Coletar dados estatísticos, elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas, e encaminhar, mensalmente, aos órgãos executivos de trânsito dos Municípios integrantes do próprio Estado, relatório detalhado das ocorrências de trânsito registradas no âmbito de suas competências”. (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Dentre as competências atribuídas pelo Código de Trânsito Brasileiro aos órgãos e entidades executivos de trânsito, tanto dos Estados como dos Municípios está “coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas”.

Tal atribuição serve de base ao adequado planejamento do trânsito, e a promoção de projetos e programas de educação e segurança de trânsito, com vistas a redução de acidentes e a obtenção de melhores condições de trânsito.

Considerando que nos territórios municipais atuam também órgãos de trânsito do Estado, na fiscalização e policiamento de trânsito, estamos propondo que os órgãos executivos de trânsito dos Municípios sejam devidamente informados, mediante relatórios mensais, das ocorrências e acidentes de trânsito, registrados pelos DETRAN. Essa informação será essencial para o desenvolvimento do planejamento de trânsito nos municípios.

Consciente de que esta medida será de grande importância para a obtenção de melhores condições de trânsito, esperamos contar com a sua aprovação pelos ilustres deputados.

Sala das Sessões, 14 de março de 2007. – Deputada **Sandra Rosado**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI N° 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

.....
Art. 22. Compete aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, no âmbito de sua circunscrição:

I – cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito das respectivas atribuições;

II – realizar, fiscalizar e controlar o processo de formação, aperfeiçoamento, reciclagem e suspensão de condutores, expedir e cassar Licença de Aprendizagem, Permissão para Dirigir e Carteira Nacional de Habilitação, mediante e delegação do órgão federal competente;

III – vistoriar, inspecionar quanto às condições de segurança veicular, registrar, emplacar, selar a placa e licenciar veículos, expedindo o Certificado de Registro e o Licenciamento Anual, mediante delegação do órgão federal competente;

IV – estabelecer, em conjunto com as Polícias Militares, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

V – executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis pelas infrações previstas neste Código, excetuadas aquelas relacionadas nos incisos VI e VII do art. 24, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VI – aplicar as penalidades por infrações previstas neste Código, com exceção daquelas relacionadas nos incisos VII e VIII do art. 24, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VII – arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos;

VIII – comunicar ao órgão executivo de trânsito da União e a suspensão e a cassação do direito de dirigir e o recolhimento da Carteira Nacional de Habilitação;

IX – coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

X – credenciar órgãos ou entidades para a educação de atividades prevista na legislação e trânsito, na forma estabelecida em norma do Contran;

XI – implementar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XII – promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Contran;

XIII – integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na áreas de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários de condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV – fornecer, aos órgãos e entidades executivos e trânsito e executivos rodoviários municipais, os dados cadastrais dos veículos registrados e dos condutores habilitados, para fins de imposição e notificação de penalidades e de arrecadação de multas nas áreas de suas competências;

XV – fiscalizar o nível demissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio, quando solicitado, às ações específicas dos órgãos ambientais locais;

XVI – articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo Cetran.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 199, DE 2008

(Nº 1.391/2007 na Casa de Origem,
do Deputado Anselmo de Jesus)

Cria o Dia Nacional do Mototaxista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Mototaxista, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 1.391, DE 2007

Cria o Dia Nacional do Mototaxista

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Mototaxista, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No Brasil, em menos de 10 anos de existência, a atividade de mototáxi, exercido predominantemente por jovens, consolidou-se nos mais diversos centros urbanos de todo o país, em especial nas regiões menos assistidas pelo poder público, constituindo uma realidade irreversível no transporte de passageiros.

No contexto do desenvolvimento social, onde se conjugam a pobreza e a possibilidade de remuneração, o mototáxi se configura como uma realidade de mercado para as comunidades mais pobres, contribuindo para a superação da vulnerabilidade de deslocamento.

Segundo a Federação Nacional de Motociclistas Autônomos (FENAMOTO), a categoria já soma 500 profissionais no Brasil e não pode mais ser ignorada. “É uma atividade irreversível. E o tipo de transporte que as classes menos favorecidas podem utilizar, por não ser caro”, argumenta o presidente do Sindicato de Motociclistas Autônomos do Distrito Federal, Luiz Carlos Garcia Galvão.

No Estado de Rondônia, por exemplo, excetuando-se a capital, Porto Velho, mais de 80% do serviço de transporte é prestado por mototáxi. Exemplo disso são as cidades de Ji-Paraná, Ariquemes, Jaru e Cacoal.

Diante de tais realidades, impossível não reconhecer e valorizar a atividade desses profissionais que, ainda aguardando a regulamentação de sua carreira pelo poder público, já se fazem presente no dia-a-dia da sociedade brasileira.

Nesse sentido, conto com o apoio dos meus nobres pares para votarem favorável à instituição do Dia Nacional do Mototaxista, a ser comemorado, anualmente, no dia vinte e quatro de setembro, em alusão à “Semana Nacional do Trânsito”, comemorada de 18 a 25 de setembro.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2007. – Deputado **Anselmo de Jesus**.

(À *Comissão de Educação, Cultura e Esporte*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 200, DE 2008

(Nº 2.052/2007, na Casa de Origem,
do Deputado Zezé Ribeiro)

Institui o Dia Nacional da Reforma Urbana.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Reforma Urbana, a ser comemorado na primeira segunda-feira do mês de outubro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 2.052, DE 2007

Institui o “Dia Nacional da Reforma Urbana”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o “Dia Nacional da Reforma Urbana”, a ser comemorado na primeira segunda-feira do mês de outubro de cada ano.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Justificação

Anualmente, na primeira segunda-feira do mês de outubro, é comemorado o “Dia Mundial do Habitat”, por iniciativa da Organização das Nações Unidas, com o objetivo de chamar a atenção de governantes e da sociedade como um todo para o direito à moradia, necessidade básica do ser humano. Considerando esta data simbólica, estamos propondo que no mesmo dia seja comemorado, a cada ano, o “Dia Nacional da Reforma Urbana”, com o objetivo de marcar a reforma

urbana como uma ação fundamental para alcançar a construção de cidades e sociedades mais justas e democráticas e a melhoria da qualidade de vida em nossos centros urbanos.

Mesmo sendo a moradia digna um direito social reconhecido pela nossa Constituição Federal, ainda contamos com a existência de mais de 7 milhões de famílias brasileiras sem um teto. Por outro lado, um terço daqueles que dispõem de uma casa, vivem em domicílios inadequados, sem acesso a infra-estrutura e aos serviços urbanos. São milhões de brasileiros excluídos do direito a cidade, entendido como o direito de todos à habitação, ao acesso e posse segura do solo urbanizado, ao saneamento ambiental, ao transporte público de qualidade, ao trabalho, a saúde, a educação, a cultura e ao lazer, a democracia e participação popular.

Os movimentos sociais de pela reforma urbana já tem uma história de atuação e muitas vitórias alcançadas. O próprio capítulo dedicado a política urbana constante da Constituição Federal nasceu da ação de entidades sociais e profissionais, integradas no Movimento Nacional pela Reforma Urbana.

Durante os trabalhos da Constituinte, essas entidades, aproveitando-se da possibilidade regimental de apresentação de propostas de iniciativa popular, levaram ao Congresso Nacional uma emenda popular, denominada “Emenda Popular de Reforma Urbana”, que conseguiu angariar 160 mil assinaturas.

Mais tarde, organizadas no Fórum Nacional de Reforma Urbana, as entidades sociais e profissionais com atuação voltada para o tema participaram de processos de negociação que resultaram em leis da maior importância. É o caso da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), oriunda do primeiro projeto de lei de iniciativa popular a tramitar no Congresso Nacional após a Constituição Federal de 1988, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico.

A criação do Ministério das Cidades e implantação do Conselho das Cidades foi uma resposta do Governo ao processo histórico de lutas já referido, avançando com a definição do Marco Regulatório do Saneamento Ambiental, a elaboração do Projeto de Lei da Mobilidade Urbana e com a efetiva gestão democrática do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Portando, entendemos que a criação do “Dia Nacional da Reforma Urbana” será importante para, de um lado, lembrar das conquistas alcançadas e, de outro, mobilizar a sociedade para novas e necessárias conquistas, inclusive com a sensibilização do parlamento e do executivo em seus três níveis, na perspectiva da formulação de políticas públicas voltadas a melhoria de vida em nossas cidades.

Sala das Sessões, 18 de setembro de 2007. – Deputado **Zezéu Ribeiro**, Deputado **Paulo Teixeira**, Deputado **Fernando Chucre** e Deputado **Luiz Carlos Busato**.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 201, DE 2008

(Nº 2.439/2007, na Casa de Origem, do Deputado José Eduardo Cardozo)

Acrescenta artigos à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, estabelecendo a obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base em enfermidade ou deficiência mental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem como objetivo alterar a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, estabelecendo a obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base no inciso I do **caput** do art. 1.767 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. nº 1.772–A e 1.772–B:

“Art. 1.772–A. As interdições das pessoas a que se refere o inciso I do **caput** do art. nº 1.767 deste Código deverão ser revistas a cada período de 2 (dois) anos, a fim de que o juiz reavalie a permanência das circunstâncias que levaram a inaptidão para o exercício dos atos da vida civil.

Parágrafo único. A revisão da interdição deverá ser decretada de ofício pelo juiz, por ocasião da sentença judicial.”

“Art. 1.772–B. Todas as interdições de pessoas ocorridas nos últimos 10 (dez) anos a partir da publicação desta lei, deferidas com base no inciso I do **caput** do art. nº 446 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, deverão ser revistas num prazo máximo de 3 (três) anos, observando-se em seguida as disposições do art. 1.772–A deste Código”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 2.439, DE 2007

Acrescenta artigos à Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil Brasileiro, estabelecendo a obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base em enfermidade ou deficiência mental.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei tem como objetivo alterar a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, estabelecendo a obrigatoriedade de revisões periódicas das interdições judiciais deferidas com base no inciso I, do art. nº 1.767 do Código Civil.

Art. 2º A Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos nºs 1.772-A e 1.772-B:

“Art. 1.772-A. As interdições das pessoas a que se refere o inciso I, do art. nº 1.767, deverão ser revistas a cada período de dois anos, a fim de que o juiz reavalie a permanência das circunstâncias que levaram a inaptidão para o exercício dos atos da vida civil.

Parágrafo único. A revisão da interdição deverá ser decretada de ofício pelo juiz, por ocasião da sentença judicial.”(AC)

“Art. 1.772-B. Todas as interdições de pessoas ocorridas nos últimos dez anos a partir da publicação desta lei, deferidas com base no inciso I, do art. 446, da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, deverão ser revisadas num prazo máximo de três anos, observando-se em seguida as disposições do art. 1.772-A”. (AC)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição Federal de 1988 prescreve em seus artigos 1º e 3º, o seguinte:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

.....

III – a dignidade da pessoa humana;

.....

“Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

.....

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.”

Já o atual Código Civil brasileiro estabelece em seu art. 3º, o seguinte, **verbis**:

“Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I – Os menores de dezesseis anos;

II – os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiveram o necessário discernimento para a prática desses atos;

III – os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade;

Dispunha o anterior Código Civil, entretanto, em seu art. 5º, o seguinte:

“Art. 5º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I – os menores de 16 (dezesseis) anos;

II – os loucos de todo o gênero;

III – os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade;

IV – os ausentes, declarados tais por ato do juiz.”

Como se observa, a nova redação do Código Civil, na esteira da Carta Cidadã de 1988 e consoante com os princípios que informam as modernas concepções de tratamentos psiquiátricos no País e no mundo, introduziu uma mudança fundamental no tratamento jurídico dispensando as pessoas portadoras de transtornos mentais.

Observe-se que a expressão “**loucos de todo o gênero**” era empregada para excluir, do exercício da cidadania, todos os portadores de transtorno mental, independentemente da gravidade do problema de cada indivíduo. Assim, pela lei antiga – que retratava a forma como se concebia a doença mental ao início do século XX –, bastava um diagnóstico de ‘loucura’ para que a pessoa a quem se imputava essa expressão fosse, imediatamente, impedida de exercer autonomamente qualquer ato da vida civil.

Com o novo Código Civil, o conceito que permite demarcar a fronteira entre a capacidade e a incapacidade civil é o de “discernimento”. Havendo o discernimento necessário à prática dos atos civis, a pessoa é capaz; não havendo esse discernimento, constata-se a incapacidade absoluta.

Assim, corretamente, a nova lei assumiu a idéia de que o simples fato de alguém estar doente ou de ser portador de transtornos mentais não é o mesmo que estar incapacitado para a vida civil.

Trata-se de uma conquista fundamental para a afirmação dos direitos das pessoas com transtorno mental e, além disso, condição imprescindível para sua integração social.

Nessa perspectiva é o texto da Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, onde se destaca:

“Art. 1º Os direitos e a proteção das pessoas acometidas de transtorno mental, de que trata esta lei, são assegurados sem qualquer forma de discriminação quanto à raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opção política, nacionalidade, idade, família, recursos econômicos e ao grau de gravidade ou tempo de evolução de seu transtorno, ou qualquer outra.

Art. 2º Nos atendimentos em saúde mental, de qualquer natureza, a pessoa e seus familiares ou responsáveis serão formalmente cientificados dos direitos da enumerados no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. São direitos da pessoa portadora de transtorno mental:

.....
II – ser tratada com humanidade e respeito e no interesse exclusivo de beneficiar sua saúde, visando alcançar sua recuperação pela inserção na família, no tratamento e na comunidade”

Como afirmado alhures, a quase totalidade das interdições judiciais ocorridas no País nos últimos anos ocorreram em função do entendimento eminentemente preconceituoso que até pouco tempo estava incrustado na sociedade brasileira e no Poder Judiciário acerca das pessoas diagnosticadas como “loucas” na legislação revogada.

Esta proposição, além de se contrapor à banalização das interdições judiciais presentes na realidade jurídica nacional, visa a restabelecer as dimensões da cidadania que foram violentamente suprimidas de milhares de brasileiros que tiveram contra si uma sentença de ‘loucura’ prolatada, sem que se cogitasse, como acertadamente estabelece a Constituição e o Código Civil atual, acerca das suas verdadeiras limitações ou sequer da possibilidade do eventual impedimento para o exercício dos atos da vida civil em determinado momento não mais subsistir numa avaliação ou revisão posterior.

É preciso então resgatar a autonomia, a cidadania e a própria dignidade de milhares de cidadãos brasilei-

ros que hodiernamente estão privados, sem qualquer possibilidade de revisão de suas realidades sociais, psicológicas e jurídicas, dos direitos e garantias fundamentais insculpidos na Constituição Federal.

De outro ângulo, é preciso haver uma grande conscientização, principalmente dos juízes e membros do Ministério Pùblico, no sentido de se levar em conta, por ocasião das análises dos processos, a perspectiva de interdição apenas parcial, de modo que não se limite por completo o exercício das atividades da vida civil, quando a dificuldade existente não leva a inabilitação total do interditando.

Um País democrático, pluralista e solidário não pode continuar a ignorar esse grave problema que macula de forma irremediável toda a sociedade brasileira. É preciso nos despirmos de todos os preconceitos e encarar com altivez os equívocos e a violência com que se procedeu e se continua a agir na quase totalidade dos casos de interdições judiciais em face dos portadores de transtornos mentais nos últimos anos.

A introdução da possibilidade de revisões periódicas nos casos de interdição judicial decretada em função da existência de transtorno mental atualiza a legislação, afasta a banalização com que tem ocorrido essas decisões e tem a função social, como dito, de corrigir grave equívoco perpetrado em face dessa parcela da sociedade brasileira.

Com efeito, em Audiência Pública realizada em conjunto pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Órgãos do Poder Executivo Federal e outras entidades, a então Deputada Iriny Lopes deixou expresso que:

“(…)

A solicitação de pareceres dos profissionais que trabalham na reforma psiquiátrica para instruírem os processos de interdição judicial dos usuários do serviço de saúde mental e a presença de usuários, que, atendidos nos serviços de saúde mental, em uma perspectiva da reforma psiquiátrica, que prevê sua reabilitação social, encontravam, na sua condição de interditados judiciais, um impedimento para evoluir na sua situação clínica, nos alertaram que algo não ia bem, ou seja, ocorria uma grande contradição entre o objetivo de todo o trabalho da reforma psiquiátrica, que é a ressocialização das pessoas, a reinserção social, e a condição frequente de que pessoas, de modo geral bastante pobres, passaram a ser interditadas judicialmente, sobretudo a partir do recebimento do benefício previsto na Lei Orgânica da Assistência Social.

.....

Se pensarmos que a vida laboral é uma das dimensões da vida civil, isso parece um contra-senso, e está a convocar os responsáveis por esses diagnósticos e por esses laudos a um novo posicionamento que não leve em consideração uma posição aparentemente de boa vontade no sentido de estarmos facilitando a situação para que esse sujeito possa ter o seu benefício, despolitizando a situação, sem considerar que, ao fazê-lo, temos um grande prejuízo para a cidadania, temos o ato de um agente do Estado que está concorrendo para desabilitar a cidadania de determinado cidadão que compõe exatamente o elo mais frágil da sociedade. Portanto, podemos pensar que, nesse caso, temos uma ação de lesa-Constituição, porque o Estado brasileiro estaria agindo, através de seus agentes públicos, nas diversas instâncias, para facilitar ou concorrer para que um certo grupo de brasileiros tenha diminuído seu patamar de cidadania. Esse é um problema de direitos humanos. Não podemos trocar o benefício pela cidadania, e isso tem sido pedido somente aos portadores de transtorno mental. ... Essas interdições nem sempre são revistas, e seus curadores nem sempre são acompanhados e avaliados. Posso citar aqui, normalmente, vários casos de pessoas cujas interdições servem para beneficiar os curadores, mas os sujeitos não são beneficiados por isso.'

.....

Então, temos, na verdade, um fato de cultura que, aparentemente, é de boa vontade para com os pobres e portadores de transtornos mentais, mas que custa a eles o próprio exercício de sua cidadania. Podemos afirmar que, dentre desse grupo de portadores de transtornos mentais, é grande o número de pessoas que não necessitaria estar interditado judicialmente, mas que teria condições de ser enquadrado como beneficiário da prestação continuada porque são, de fato, portadores de dificuldades laborais importantes, de uma incapacidade para o exercício de sua vida laboral, mas não são incapazes para o exercício das demais atividades da vida civil."

Na mesma audiência pública, o então Coordenador Substituto do Programa de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Sr. Alfredo Schechtman afirmou que:

"(...)Seria muito importante que o Judiciário, o Legislativo e nossas instâncias pudessem, junto ao Ministério Público, **solicitar uma revisão dos processos das pessoas atualmente interditadas e a revisão dos processos de interdição de um modo geral, porque não há como misturar a questão da incapacidade para o trabalho com a incapacidade para a cidadania.** (...)" (g.n)

Por sua vez, o Representante da Associação Brasileira de Psiquiatria, Sr. Talvane Marins de Moraes, deixou expresso que:

"..."

O Código atual diz, no art. 3º que 'são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos'. Olhem a grande novidade. Agora o doente mental não é automaticamente considerado incapaz. O doente mental somente será considerado incapaz se existir uma patologia, um transtorno, e se esse transtorno interferir diretamente em seu discernimento ou na sua manifestação de vontade. Criou-se um critério objetivo. Hoje, para que haja interdição civil, não basta a presença da patologia mental. É necessário que haja o prejuízo do discernimento. Esse é um critério muito objetivo. Então, é óbvio que não basta a perícia psiquiátrica forense dizer ao juiz que existe, por exemplo, uma esquizofrenia. É preciso que o perito, além de dizer que existe uma esquizofrenia, diga que esse quadro mental é de tal monta que impede a pessoa de ter discernimento para a prática de seus atos. Portanto, houve um afunilamento da decretação da interdição. Infelizmente alguns juízes não entraram no clima do novo Código, e estão simplesmente fazendo uma associação arcaica, superada, entre a presença da doença e incapacidade... Por outro lado, acho que foi um grande progresso alcançado pela luta dos profissionais de saúde mental, de todos nós que aqui estamos, porque hoje é admissível legalmente que o doente mental tenha capacidade civil. O critério agora é bio-psicológico. Não basta a doença. Ela deve estar associada diretamente ao psicológico, ao discernimento, a vontade. ... A pessoa humana tem que ser vista como sujeito de direitos e como alguém que merece todo respeito no que se refere a sua cidadania. Esse é um princípio fundamental.".

Por derradeiro, colhe-se as ponderadas e judiciosas palavras exaradas pelo Sr. Marcus Vinícius de Oliveira, Vice-Presidente do Conselho Federal de Psicologia, por ocasião do Seminário Nacional – Há banalização nos atos de interdição judicial no Brasil?, realizado na Câmara dos Deputados nos dias 20 e 21 de outubro de 2005:

“No Estado de direito, a interdição judicial de um cidadão encontra-se prevista como medida de excepcionalidade da cidadania, sendo regulado por lei, com ritual prescrito e atribuição de responsabilidade aos agentes públicos, para efeito da sua execução. Como ato de Estado que estabelece restrição ao gozo dos direitos do cidadão, o instituto da interdição judicial deveria encontrar-se revestido de todos os cuidados e reservas, na medida em que sua incidência produz severa limitação ao atingido no tocante a sua capacidade de posicionar-se como agente de reivindicação diante das instituições, inclusive do próprio Estado e dos seus agentes.

A posição de menoridade jurídica que ela estabelece, por meio da curatela, instaura graves prejuízos ao desempenho social dos atingidos, fragilizando-os sobremaneira é colocando-os a mercê de injunções em suas vidas privadas sobre as quais não tem o menor controle.

Ato jurídico produzido por meio de ritual específico, a interdição judicial produz, portanto, efeitos tanto na expressão pública do cidadão quanto na esfera das relações privadas, constrangendo a sua autonomia e cassando-lhe os benefícios da condição cidadã.

Como afirma Hannah Arendt, a cidadania é a condição primordial, **mater**, de toda a possibilidade de se ter direitos. A cidadania é o elo que une o sujeito ao Estado, definindo os direitos do primeiro e os deveres do segundo, indissociavelmente.

A interdição judicial é uma excepcionalidade contra a cidadania: ao mesmo tempo em que priva de responsabilidade o cidadão, transfere a gestão de seus direitos a um terceiro, seja este um agente do Estado, seja um particular que passa a responder por aquele cidadão.

(...”

É com o espírito de buscar resgatar a cidadania e a dignidade de uma parcela da sociedade brasileira,

deixando para trás todos os estigmas e preconceitos, que apresentamos, a partir das contribuições e sugestões apresentadas pelo Conselho Federal de Psicologia, este projeto de lei, para o qual contamos com o apoio de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 14 de novembro de 2007. – Deputado **José Eduardo Cardoso**, PT/SP.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI N° 10.406, DE 10 DE JAN EIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela:

I – aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para os atos da vida civil;

II – aqueles que, por outra causa duradoura, não puderem exprimir a sua vontade;

III – os deficientes mentais, os ébrios habituais e os viciados em tóxicos;

IV – os excepcionais sem completo desenvolvimento mental;

V – Os pródigos.

Art. 1.772. Pronunciada a interdição das pessoas a que se referem Os **incisos** III e IV do art. 1.767, o juiz assinará, segundo o estado ou o desenvolvimento mental do interditado, Os limites da curatela, que poderão circunscrever-se as restrições constantes do art. 1.782.

LEI N° 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916

Revogada pela Lei n° 10.406, de 10.1 .2002

Código Civil.

Art. 446. Estão sujeitos a curatela:

I – os loucos de todo o gênero (arts. 448, I, 450 e 457);

II – os surdos-mudos, sem educação que os habilite a enunciar precisamente a sua vontade (arts. 451 e 456);

III – Os pródigos (arts. 459 e 461).

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 202, DE 2008

(Nº 2.668/2007, na Casa de origem,
do Deputado Regis de Oliveira)

Revoga o inciso II do caput do art. 393 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (retira hipótese de lançamento NE nome do réu no rol dos culpados , em caso de sentença condenatória recorrível.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei revoga o inciso II do caput do art. 393 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, que trata dos efeitos da sentença penal recorrível.

Art. 2º Fica revogado o inciso II do caput do art. 393 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 2.668, DE 2007

Revoga o inciso II do art. 393 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei revoga o inciso II, do art. nº 393, do Código de Processo Penal, que trata dos efeitos da sentença penal recorrível.

Art. 2º Fica revogado o inciso II, do art. nº 393, do Código de Processo Penal – Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Dispõe o art. nº 393 do Código de Processo Penal:

“Art. 393. São efeitos da sentença condenatória recorrível:

I – ser o réu preso ou conservado na prisão, assim nas infrações inafiançáveis, como nas afiançáveis enquanto não prestas fianças.

II – ser o nome do réu lançado no rol dos culpados.”

Observa-se a primeira vista, alguns dos objetivos visados pelo do art. nº 393 e seus incisos: evitar, mediante o exame das circunstâncias ocasionais, que o réu fuja ou continue a praticar atos atentatórios a sociedade, procure, mediante atitudes não sancionadas pelo direito, criar situações que possam interferir no seu

julgamento **ad quem** ou mesmo, diante da magnitude do crime, atender ao clamor da sociedade.

O inciso II, do artigo em questão, dispõe que “a vista da sentença condenatória recorrível seja o nome do réu lançado no rol dos culpados”.

Embora seja razoável aceitar-se a hipótese de culpabilidade do réu após a sentença de primeira instância e que se adote, conforme explicado acima, medidas assecuratórias, não ha como ignorar que o lançamento do nome do réu no registro de culpados ocasiona-lhe evidente prejuízo, muitas vezes irrecuperáveis.

Em primeiro lugar não há como esquecer que a primeira apreciação judicial pode ser reformada, inocentando-o; mas ate chegar esse momento, sofreu ele inquestionáveis danos de natureza material, pelas restrições, sejam elas atividades negociais, empregatícias, necessárias a sua sobrevivência, e moral, pela diferenciação e até discriminação de que, com certeza, será alvo na sociedade. É premissa básica do nosso ordenamento jurídico o respeito à dignidade, garantia que deve informar os atos normativos. E não há como negar que o registro previsto no inciso II, do art. nº 393 do CPC ressumbra gotas de infâmia ao réu, que ao final pode ser julgado inocente; e nessa hipótese não há como recompor o dano ocorrido, reconstituindo ao réu inocente o *status* anterior.

Além do mais, as modernas técnicas proporcionadas pela computação permitem o registro e consulta por quem de direito, do andamento dos feitos, nome das partes e demais informações referentes, tornando dispensável o lançamento do nome do réu no rol dos culpados.

E como argumento final, inquestionável, temos que a jurisprudência tem entendido que o nome do acusado não mais poderá ser lançado no rol dos culpados, senão depois do transito em julgado da sentença condenatória, na linha dos mandamentos do inciso LVII, do art. nº 5º, da Constituição Federal (TJSC, RT 644/311-2). TARS (RT 678/369)

Por estas razões apresentamos o PL, certo de que, pelas razões que o justificam, merecerá total apoio dos nobres colegas.

Sala das Sessões, 18 de dezembro de 2007. – Deputado **Regis de Oliveira**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

**DECRETO-LEI N° 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941**

Código de Processo Penal.

Art. 393. São efeitos da sentença condenatória recorrível:

I – ser o réu preso ou conservado na prisão, assim nas infrações inafiançáveis, como nas afiançáveis enquanto não prestar fiança;

II – ser o nome do réu lançado no rol dos culpados.

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 203, DE 2008

(Nº 2.981/2008, na Casa de Origem,
do Deputado Arnaldo Jardim)

Institui o Dia Nacional do Cerimonialista.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Cerimonialista, a ser comemorado anualmente no dia 29 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 2.981, DE 2008

Institui o Dia Nacional do Cerimonialista.

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Cerimonialista, a ser comemorado anualmente no dia 29 de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

No dia 29 de outubro de 2008 o Comitê Nacional do Cerimonial Público completa 15 anos. Durante todos estes anos este Comitê, através de Ações concretas, diversificadas e atuação impecável do profissional Cerimonialista, conquistou o reconhecimento e a confiança de todos os segmentos da sociedade – principalmente do empresarial –, que até então não percebiam a importância da atividade do cerimonial.

As atividades relacionadas ao Cerimonial exigem seriedade e profissionalismo, não podendo, sob pena de comprometimento do sucesso de importantes eventos, ser entregues a pessoas inabilitadas.

Pretendemos que, nesta data, sejam realizadas atividades e programas, no âmbito da sociedade brasileira, visando assinalar a importância desta categoria profissional.

O reconhecimento público da importante atividade dos Cerimonialistas é o objetivo primordial desta proposição. A Câmara dos Deputados, ao aprovar este

Projeto, que institui o “Dia Nacional do Cerimonialista.”, presta uma justa homenagem a este tão importante profissional.

Sala das Sessões, 11 de março – **Arnaldo Jardim**, PPS/SP.

(À *Comissão de Educação, Cultura e Esporte*)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 204, DE 2008

(Nº 3.653/97, na Casa de origem,
do Deputado Arlindo Chinaglia)

Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais para as perícias oficiais de natureza criminal.

Art. 2º No exercício da atividade de perícia oficial de natureza criminal, é assegurado autonomia técnica, científica e funcional, exigido concurso público, com formação acadêmica específica, para o provimento do cargo de perito oficial.

Art. 3º Em razão do exercício das atividades de perícia oficial de natureza criminal, os peritos de natureza criminal estão sujeitos a regime especial de trabalho, observada a legislação específica de cada ente a que se encontrem vinculados.

Art. 4º As atividades de perícia oficial de natureza criminal são consideradas como exclusivas de Estado.

Art. 5º Observado o disposto na legislação específica de cada ente a que o perito se encontra vinculado, são peritos de natureza criminal os peritos criminais, peritos médicos-legistas e peritos odontolegistas com formação superior específica detalhada em regulamento, de acordo com a necessidade de cada órgão e por área de atuação profissional.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL N° 3.653, DE 1997

Dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As perícias oficiais de interesse do Estado serão efetuadas por peritos integrantes de quadro permanente de órgão especializado.

Art. 2º O quadro de pessoal mencionado no artigo anterior será estruturado em carreiras técnicas, cujos cargos serão providos mediante concurso público e exigências de formação específica.

Art. 3º São peritos oficiais os peritos criminais e os peritos médicos-legistas.

Parágrafo único. Os peritos oficiais estarão sujeitos a regime especial de trabalho, em razão da natureza de suas funções específicas e dos locais onde forem desempenhadas, observada a legislação vigente.

Art. 4º Ao órgão de que trata o art. 1º é assegurada autonomia científica e funcional, vedada sua subordinação técnico-administrativa a órgão policial.

Art. 5º As carreiras de perito criminal e de médico-legista são consideradas típicas e exclusivas de Estado.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A perícia oficial compreende uma série de atividades indispensáveis para a investigação de práticas ilícitas. Para ser eficiente essa perícia deve ser praticada num ambiente que assegure a imparcialidade, estimule a competência profissional e o trabalho de precisão. É, portanto, em razão da importância e das peculiaridades da perícia pública que uma série de entidades como a Anistia Internacional, Associação Brasileira de Criminalística, Sociedade Brasileira de Medicina Legal, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselho Federal de Medicina defendem a autonomia dos órgãos responsáveis pelas atividades de Medicina Legal e as de Criminalística.

Além de viabilizar o reforço institucional e logístico, a autonomia da perícia oficial garantirá a sua necessária independência dos órgãos policiais, o que é de fundamental importância para que os exames periciais e demais laudos técnicos sejam feitos com a mais absoluta imparcialidade e rigor científico.

A desenvolver seu trabalho com balizamento técnico, a perícia oficial torna-se de fundamental importância para a elucidação de práticas ilícitas, com a garantia, entretanto, do respeito às garantias individuais.

Merce registro o fato de que em países do chamado primeiro mundo, como Áustria, Bélgica, Suíça, Portugal e Holanda, as perícias oficiais não são ligados aos órgãos de segurança/policiais, sendo em sua maioria autônomos ou ligados ao Ministério Público.

Mesmo no Brasil, diversas unidades da federação já se convenceram da necessidade da autonomia das perícias oficiais, já tendo promovido a independência funcional dos respectivos órgãos, como é o caso dos Estados do Amapá, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará. O Estado do Rio de Janeiro está estudando a criação

de uma fundação, ligada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, para desenvolver as atividades de Medicina Legal e de Criminalística.

Esperamos, pois, contar com o apoio de nossos eminentes Pares, na certeza de que aperfeiçoando o nosso projeto, haverão de transformá-lo em leis das mais oportunas.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1997. – **Arlindo Chinaglia**, Deputado Federal – PT/SP

(À *Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os projetos vão às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício do Procurador-Geral da República que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFICIO PGR/GAB/Nº 2.039

Brasília, 25 denovembro de 2008

Senhor Presidente,

No estrito cumprimento do disposto no parágrafo 4º do artigo 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que impõe ao Procurador-Geral da República o dever de encaminhar “as correspondências, notificações, requisições e intimações” expedidas por membros do Ministério Público da União que tenham como destinatários determinadas autoridades, passo as mãos de Vossa Excelência o OFICIO MPF/PRDF/AA Nº 393/08, de 19 de novembro de 2008, expedido pela Procuradora da República Ana Carolina Alves Araújo Roman no inquérito Civil MPF/PR/DF no 1.16.000.003444/2008-47.

Atenciosamente, – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do Requerimento nº 2, de 2008-CN (CPMI dos Cartões Corporativos), e vai à publicação.

A solicitação foi atendida por meio do Ofício SF nº 1.954, de 8 de dezembro de 2008.

Sobre a mesa, ofício do Procurador-Geral da República que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFICIO PGRJGAB/Nº 1.945

Brasília, 11 de novembro de 2008

Senhor Presidente,

No estrito cumprimento do disposto no parágrafo 4º do artigo 8º da Lei Complementar nº 75, de 20 de

maio de 1993, que impõe ao Procurador-Geral da República o dever de encaminhar “as correspondências, notificações, requisições e intimações” expedidas por membros do Ministério Público da União que tenham como destinatários determinadas autoridades, passo as mãos de Vossa Excelência o Ofício nº 1058/2008 – MPF/PRM-MOC/GAB/AVP, de 30 de outubro de 2008, expedido pelo Procurador da República Allan Versiani de Paula no Procedimento Administrativo MPF/PRM/Montes Claros/MG nº 1.22.000.004579/2006-61.

Atenciosamente, – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado do Requerimento nº 77, de 2006-CN (CPMI das Ambulâncias), e vai à publicação.

A solicitação foi atendida por meio do Ofício SF nº 1.888, de 24 de novembro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada esta 250ª sessão não-deliberativa do Senado da República do Brasil.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 14 minutos.)

COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 208, DE 2008, APROVADO EM 5 DE MARÇO DE 2008, ADITADO PELO REQUERIMENTO N° 1.356, DE 2008, APROVADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 2008, COMPOSTA POR SEIS MEMBROS, DESTINADA A APRESENTAR PROJETO DE RESOLUÇÃO PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

ATA DA 1ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 1ª Reunião de 2008, realizada em 06 de novembro de 2008, às nove horas e quarenta e seis minutos, na Sala nº 02 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi instalada a Comissão e eleito Presidente o Senador Marco Maciel e Vice-Presidente o Senador Antonio Carlos Valadares, na oportunidade foi apresentado o estudo da Comissão Especial de Assessoramento à Reforma do Regimento Interno do Senado Federal, pela Secretaria-Geral da Mesa, Sra. Claudia Lyra, com a presença dos (as) Senadores (as): **Papaléo Paes** (PSDB), **Antonio Carlos Valadares** (PSB) e **Marco Maciel** (DEM). Esteve presente ainda o Senador **Romeu Tuma**, não membro da Comissão.

SENHOR PRESIDENTE EVENTUAL SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a Reunião de Instalação da Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 208 de 2008, aprovada em 05 de março de 2008, composta por cinco membros, destinada a apresentar no prazo de 90 dias, Projeto de Resolução para a reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Esclareço que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente, do Vice-Presidente da Comissão e apresentação do estudo da Comissão Especial para a previsão do Regimento Interno do Senado Federal, e normas correlatas, criadas pelo Ato do Presidente do Senado Federal, nº 03, de 2008 e retificado pelo Ato do Presidente do Senado Federal, nº 04 de 2008. Para tanto, informo que há indicação do nome do Senador Marco Maciel, para presidir a referida Comissão.

Antes de nós continuarmos, eu quero cumprimentar a todos os técnicos presentes aqui a esta reunião. Reafirmar, Senador Marco Maciel, que a importância desses técnicos, desses profissionais, que são profissionais mesmo, que só nos dão orgulho, Vossa Excelência, que tem muito mais tempo de Casa, eu imagino o orgulho que tem desses profissionais e eu, com seis anos de Casa, realmente, apreendi a reconhecer que esta Casa é uma Casa muito bem preparada, exatamente, porque tem esse grupo, que nós vamos passando e eles vão ficando e mantendo essa qualidade. Então, eu quero cumprimentar a todos os presentes, e dizer que é uma honra estar aqui na companhia de todos.

Com a indicação do Senador Marco Maciel, eu pergunto se há alguma objeção. Se não há objeção, fica declarado o Senador Marco Maciel, como Presidente desta Comissão. E, não sei se é se será o caso, Senhor Presidente, já eleito e aclamado, se nós fazemos a decisão hoje da eleição do Vice-Presidente, também.

Não. Pergunto a Vossa Excelência, se Vossa Excelência aceita ser, colocar seu nome à nossa disposição para ser Vice-Presidente da Comissão. É um convite que fazemos a Vossa Excelência Aceita? Então, se não há objeção, Vossa Excelência, Senador Antonio Carlos Valadares, completa a chapa que vai dirigir e, já eleitos, da nossa Comissão.

Então, eu solicito ao Senhor Presidente Senador Marco Maciel, que dirija os nossos trabalhos. O Senador Marco Maciel, solicita ao Vice-Presidente, para assumir a Presidência dos trabalhos. Agradeço a todos e passo a Presidência para ser exercida pelo legítimo Presidente eleito.

[troca de presidência].

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO

MACIEL (DEM-PE): Antes de darmos seqüência aos nossos trabalhos, eu gostaria de agradecer a indicação do meu nome para presidir esta Comissão que, aliás, é uma homenagem que me presta a mim, em decorrência da idade, eu sou o decano aqui.

E, também, cumprimentar a Comissão pela escolha do Senador Antonio Carlos Valadares, para Vice-Presidente, e temos aqui ao nosso lado o Senador Papaléo Paes, que eu diria que é o Benjamin da Comissão, mas que tem prestado relevantes serviços ao Senado.

E, por fim, eu quero dizer que, justificadamente, não se encontram presentes, por motivos de viagem, os Senadores: Senador Gerson Camata e Senador César Borges. E, na próxima reunião, certamente, eles já estarão presentes, postos que são pessoas muito interessadas na melhoria do Regimento Interno da Casa.

Então, sem mais delongas, eu concederia a palavra à Dra. Cláudia Lyra, para fazer uma exposição da Comissão Especial para Revisão do Regimento Interno do Senado Federal e normas correlatas, criada pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 03, de 2008 e retificado pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 04, também, de 2008.

Então, eu solicitaria que a Dra. Cláudia Lyra fizesse a apresentação do trabalho, cuja cópia já se encontra, devidamente, distribuída aos demais Membros da Comissão.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Bom dia, Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senador Papaléo Paes, a todos os Membros da Comissão.

Em princípio, já faço chegar às mãos dos demais Membros da Comissão, um relatório contendo... Isso, já estão todos.

Senhor Presidente, Srs. Senadores, essa Comissão, criada pelo Ato do Presidente do Senado, vem trabalhando, desde março, fazendo leituras e releituras do Regimento, para atender as solicitações, os reclamos dos Senadores para uma modernização, uma atualização do Regimento, de forma a contemplar maior celeridade dos trabalhos legislativos.

A Comissão é composta de Servidores da Secretaria Geral da Mesa e da Consultoria Legislativa do Senado, Subscritores desse relatório e vários tópicos foram abordados. Primeiro, para adaptar o Regimento ao processo legislativo eletrônico, simplificando, uniformizando e dando mais publicidade aos trâmites legislativos e conferindo uma preferência pelo meio eletrônico sobre o impresso, inclusive, adaptando vários dispositivos ao processo legislativo eletrônico que, proximamente, será introduzido na Casa. Há outra Comissão

trabalhando nesse sentido, para, também, fazer com que as informações do processo legislativo se tornem mais ágeis e mais acessíveis ao público em geral.

A alteração das normas referentes à realização das Sessões Especiais e apreciação de Requerimento de Homenagem, de Louvor e de Pesar. A alteração do regramento da prejudicialidade, permitindo que isso aconteça na Comissão, sujeito a recurso ao Plenário. Adequação de prazos interstícios, e outros instrumentos regimentais. Alteração do uso da palavra em Plenário, que sempre vem sendo uma solicitação de um regramento mais adequado à necessidade do momento.

A ampliação do caráter terminativo nas Comissões, atualmente, só tem duas matérias que, em regra, tratam, tem o caráter terminativo nas Comissões, que é o Projeto de Lei Ordinária de origem de Senador e os Projetos de Resolução da CCJ, quando tratam de suspensão da execução de lei declarada inconstitucional pelo Supremo. E, a Comissão está propondo que outras matérias possam como regra, ter o caráter terminativo.

A seguir, eu vou passar o quadro comparativo que também se encontra no relatório de alguns tópicos, eu sei da premência do tempo, de alguns tópicos desse geral.

A reformulação do regramento de urgência, para adequar o que hoje vem se fazendo no Plenário e tratando, também, de uma celeridade, dando mais celeridade. A reformulação sobre normas regimentais sobre Comissões Parlamentares de Inquérito e o manejo de documentos sigilosos e de normas já estipuladas, inclusive, reguladas pelo Supremo. E, a regulamentação do procedimento para tramitação dos tratados internacionais, fruto da Emenda Constitucional nº 45, tem caráter de eficácia de Emenda Constitucional e que, também, o Regimento é anterior a ele, precisa ser introduzido.

Uma palavra ainda se faz necessária, algumas matérias, lemos e relemos o Regimento e algumas matérias, e tudo que está aqui nesse relatório é de consenso do grupo de trabalho, não constam desse relatório alguns temas que não tiveram, absolutamente, consenso, especificamente, o tema da Emenda Aglutinativa, que existe no Regimento da Câmara.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – [pronunciamento fora do microfone] Terminológico seria algo que eu [ininteligível] da Constituição, porque o mesmo assunto é tratado de forma, pelo menos, terminologicamente falando, distintos, diferentes, eu acho isso importantíssimo.

SRA. CLÁUDIA LYRA – E, às vezes, a interpretação vai gerando confusão, em função de uma palavra, uma sinônima, que pode ser interpretada de outras formas também.

Mas, então, há o aperfeiçoamento da tramitação em conjunto; a inserção do regimento da sistemática de requerimento de informações; a solução de incongruências e assimetrias e a uniformização terminológica.

Então, voltando. Não consta no nosso relatório o trato da Emenda Aglutinativa que, absolutamente, o grupo de trabalho ficou dividido. Ela existe no Regimento da Câmara, é uma emenda que é apresentada durante o processo de votação. A definição de uma Emenda Aglutinativa, ela junta o texto de duas emendas, ou o texto do projeto com o texto de uma emenda e ela pode ser apresentada no momento da votação, mas não teve consenso, há prós e contras, realmente.

E, outras matérias, também, que nós não abordamos, por ter o caráter, eminentemente, político, tais como – As competências das Comissões. Quando foram criadas novas Comissões, se percebe uma superposição de atribuição, mas não foi atribuição, decidimos por não trabalhar esse assunto, visto o seu caráter político que, aí, os senhores poderão melhor analisar.

Também, o número de Comissões Permanentes, também foi outro assunto que não abordamos. E as competências específicas dos membros da Mesa, a Câmara, ela tem isso, os membros da Mesa tem atribuições, no Senado, especificamente, o Presidente e o Primeiro Secretário. As outras atribuições não são definidas, mas, também, esse é um assunto que não consta no relatório e deixamos ao critério da Comissão dos senhores, a quem de direito.

Começando, então, pelo uso da palavra, e eu sei da premência do tempo e vou fazer bem resumido. Hoje, o Regimento atual, ele prevê, o orador inscrito numa Sessão Não Deliberativa, o orador inscrito de 20 minutos, intercalando com líderes e comunicações inadiáveis em até três Senadores. Nas Sessões Não Deliberativas sempre há uma liberalidade, então, a sugestão é que os 20 minutos e os líderes ficassem com dez minutos e as breves comunicações pudesse diminuir para serem, não inadiáveis, mas breves, de três minutos, se mantendo os três Senadores intercalando.

E, numa Sessão Deliberativa Ordinária, porque a Extraordinária não há inscrições para Extraordinárias. Os oradores inscritos hoje são dez minutos, líderes cinco minutos e a comunicação inadiável cinco minutos, as três Comissões inadiáveis. Isso, no período do Expediente, o primeiro momento da Sessão.

Como o primeiro momento da Sessão, ele dura 120 minutos, o que se propõe é que os oradores inscritos permaneçam com dez minutos, mas que eles tenham prioridade nos 90 primeiros minutos, até para preservar o orador que se inscreve que lida com a inscrição.

Os líderes, cinco minutos, mas eles usariam após os 30 minutos, nos 30 minutos seguintes, após esses

90. E, as breves comunicações, mantendo nos três minutos, após os líderes e até o início da Ordem do Dia. Então, não haveria limitação de três... Então, isso para o primeiro período.

A Ordem do Dia já está definida e, após a Ordem do Dia, os oradores, então, atualmente, eles podem dispor de 20 minutos, para que se possa ter dez minutos para os oradores. E, os líderes, atualmente, têm 20 minutos com precedência, com preferência sobre os oradores inscritos, isso gera sempre um mal-estar entre os oradores que se inscreveram. Então, eles haveria... Como, hoje, na prática vem sendo feito, os líderes se intercalando, também, após a Ordem do Dia, então, de forma que possa se dar um respaldo também aos oradores inscritos, intercalando com os líderes.

O uso da palavra em outras situações, a discussão são dez minutos, se manteria. A discussão das matérias em regime de urgência, hoje, suscita mantém, como a regra geral, os dez minutos, e a proposta é que elas possam diminuir para cinco minutos. O regimento, hoje, fala de cinco a favor e cinco contra, o que não vem sendo observado, ninguém consulta o Senador se ele vai falar contra ou a favor, então, isso seria de eliminar.

Discussão da redação final cinco minutos e, então, se passaria para três minutos, até porque a matéria no mérito já está vencida, apenas a redação final.

E, o encaminhamento da votação, hoje, tem cinco minutos, se manteria os cinco minutos e, havendo para os líderes ou delegação e podendo ser substituído, o líder podendo ser substituído por uma delegação para outro Senador. Com explicação pessoal os cinco minutos, sendo dois, e se manteria, também, a explicação pessoal. A diferença é que, hoje, a explicação está em aberto, sendo citado. A intenção é que a explicação pessoal seja para, se o Senador for citado de uma forma injuriosa, caluniosa, que ele possa se explicar. Isso, então, ficaria explicitado no texto do Regimento.

Os outros, a palavra pela ordem, hoje ela existe e não é bem entendi, vamos dizer assim. O pela ordem é para tudo, então, a proposta é que se eliminasse o pela ordem, a questão de ordem sim, ela se manteria, é uma questão de ordem e... Ficou... É uma questão de ordem. [risos] Não, não, é uma questão de ordem. A idéia, na verdade, ela é...

O aparte se mantendo e a delegação de liderança, como há uma abertura para um maior número de Senadores usando a palavra se, eventualmente, poderia ser a consulta é se pode ser retirada a delegação de lideranças. Sempre para preservar a lista de oradores, o intuito sempre foi nesse foco, se preservar a lista de

oradores e poder dar a palavra ao maior número de Senadores possível. Para o uso da palavra é o que essa proposta, em geral.

Outra sensível, outra alteração proposta sensível é sempre o Regime de Urgência, para adequar ao que já vem sendo utilizado. Nós temos três tipos de urgência, regimentalmente falando, a Urgência 01, 02 e 03. A Urgência 01 é calamidade pública, o perigo de segurança nacional, ela se mantém, ela pode ser apresentada pela Mesa ou pela maioria dos membros do Senado ou líderes que representem esse número. Aqui, também, acho que a pessoa... Pela Mesa, pela maioria dos líderes, pela maioria dos membros do Senado ou líderes, se mantém.

A 3362, hoje, ela seria, regimentalmente, não é o que vem acontecendo na prática, mas ela, o Requerimento é lido e aprovado numa Sessão e a matéria entra, a matéria de mérito, entra na 2ª Sessão Deliberativa Ordinária subsequente. Ela pode ser apresentada por 2/3 da composição da Casa, ou líderes que representem esse número, ou Comissões. Hoje, o que vem sendo utilizado é ler o Requerimento e votar a matéria na mesma Sessão e vem tendo acordo dos Senadores. Então, que se, a 3362, que fosse dessa forma como vem sendo aplicado e que, hoje, não tem sustento, a não ser um acordo amplo das lideranças.

A matéria é apreciada na Ordem do Dia da mesma Sessão, então, lê o Requerimento e vota o Requerimento e a matéria entra na mesma Sessão. Apresentados pelos mesmos 2/3 de per si, ou líderes que representem esse número.

As Comissões, daqui foi retirado, porque há uma proposta de aumentar o número de matérias terminativas nas Comissões, então, e vamos ver depois. As Comissões, podendo apresentar o Requerimento de Urgência, inclusive, de matérias que tenham caráter terminativo, ela vem após.

E, no 3363, é uma urgência que hoje não se utiliza, por quê? Lido o Requerimento numa Sessão, ele é incluído em Ordem do Dia, o Requerimento, a matéria vai entrar quatro Sessões Deliberativas Ordinárias subsequentes, então, é uma urgência lenta, caiu em desuso na Casa. Então, essa 3363, seria, a proposta é de que ela seria transposta, a três, o que é hoje dois, viraria a 3363 e, hoje, o que é a 3363, ela sumiria, ela seria revogada. Então, essa, termos de urgência, é o que nós estaríamos propondo.

Hoje, há uma limitação de dois Requerimentos de Urgência por Sessão, não o 3361, que é calamidade pública, e nem o 3363, porque tem que entrar em Ordem do Dia, mas o outro mais comum, o 3362, que é de líderes, que é chamado Urgência de Líderes, há dois por Sessão. Então, o que, antigamente, vinha

acontecendo é que se faria "N" Sessões Extraordinárias, para atender a esse dispositivo regimental, o que não vem acontecendo mais. A agilidade do trabalho já não, é uma formalidade que caiu em desuso, se fazer tantas Sessões Extraordinárias, quantos os Requerimentos de Urgência que se tem sobre a Mesa, então, a proposta é de que não haja essa formalidade.

E, a matéria em caráter terminativo, que não cabe hoje o Regime de Urgência, vamos tratar disso na matéria de caráter terminativo que caberia, com uma certa restrição, mas caberia, nesse caso apresentado pela única ou última Comissão, a qual a matéria foi distribuída.

Nós temos um quadro comparativo perpassando todo o Regimento, está longe, mas os senhores podem ter isso sob os olhos no relatório. Não vou passar todos os dispositivos, mas algumas matérias foram, por exemplo, no art. 2º do Regimento, houve uma questão específica desse ano, Eleição Municipal, do que era eleição geral, houve um debate o que era eleição geral para que o Senado pudesse funcionar, nos termos do Regimento comum, ou seja, não, necessariamente, tendo Sessão Deliberativa sempre na época de eleições. O Regimento fala, apenas, em eleições gerais.

Então, a proposta, o que já vem acontecendo nas outras Eleições Municipais, que o Senado funcione de forma a poder adequar as Sessões do Senado, Deliberativas, com o trabalho dos Senadores, junto às suas Bases para as Eleições Municipais. Então, essa palavra geral é que criou e, todo ano de Eleição Municipal ela cria esse problema, então, se tiraria e se ficaria da forma como aconteceu e como vem acontecendo já nas outras Eleições Municipais, então, essa é a proposta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Doutora, fica, exclusivamente, esse, o termo, exclusivamente, eleições já está implicitado lá em cima que são as Eleições Municipais, Estaduais e para Presidente?

SRA. CLÁUDIA LYRA – Eleições fica genérico. Então, qualquer eleição.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Não, eu digo eleições que podem abranger um outro tipo de eleição, que tem diversos tipos. Nós acabamos de fazer uma eleição para Presidente, aqui, não seria o caso, mas eu quero.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Não. É.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Quando fala eleição aí, já está implícito que são essas Eleições Municipais.

SRA. CLÁUDIA LYRA – É essa sempre a interpretação e nada impede que se coloque em Eleições Municipais--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Estaduais.

SRA. CLÁUDIA LYRA – --E gerais, ou se acrescente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Estaduais.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Nada impede que se...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Para Presidente da República.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Que se acrescente, os senhores podem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [Ininteligível].

SRA. CLÁUDIA LYRA – É o funcionamento aqui, sempre a interpretação que é dada são as eleições, mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – [Ininteligível].

SRA. CLÁUDIA LYRA – Exatamente, é.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Cláudia Lyra, e no Regimento Comum, onde é que está?

SRA. CLÁUDIA LYRA – O Regimento Comum, o que ele diz? Que as Sessões do Congresso, que tem data marcada, estão estipuladas, então, início da Sessão Legislativa, enfim, as outras datas são sempre feitas por convocação do Presidente da Casa, em entendimento com a Câmara dos Deputados.

Então, o que significa aqui? É que no período de 60 dias anteriores as eleições, sejam elas Municipais ou Gerais, o Senado funcionaria dessa forma, por convocação do Presidente da Casa, do Senado, ou seja, poderíamos fazer da forma como temos hoje, Sessões Não Deliberativas e fazermos o esforço concentrado, enfim, mas isso é sempre uma sugestão a deliberação dos senhores.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – O Presidente terá que se afastar dentro em pouco.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Pois não. Então, vamos bem mais rápido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Dra. Cláudia Lyra, é o seguinte, este relatório, ele coloca para o nosso conhecimento todas as alterações que, possivelmente, serão feitas na resolução a ser apresentada, no Projeto de Resolução.

Então, se a Sra. pudesse fazer um resumo e, daí uns dez minutos, no máximo, o Presidente vai ter que se ausentar e eu também, por motivo de viagem. O meu caso não é de viagem é de reunião, é que foi marcada, anteriormente.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Está certo. Eu vou deixar o quadro comparativo, que os senhores têm ele à mão, inclusive, uma proposta de, uma minuta de anteprojeto de resolução.

Eu passo, rapidamente, nós temos na página 07 do relatório, nós temos as medidas disciplinares que já eram previstas no Regimento do Senado e que, com a Resolução 20 de 93, que é o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, essas medidas já estão contempladas na Resolução, na página 07 do nosso quadro comparativo.

Então, a proposta, na página 07 e 08. A proposta é de revogar aqui do Regimento, porque elas já estão na Resolução do Conselho de Ética. O mais, página 07, 08 e 09.

Na página 11, o art. 44-A, hoje se prevê licença de Senador para se afastar para, quando ele é candidato a Presidente e Vice-Presidente, páginas 11, Presidente e Vice-Presidente da República. O Senado, ele representa as Casas, representa a Federação, as Unidades da Federação, então, há uma sugestão de que se alargue para, a licença para o candidato a Governador e Vice-Governador do Estado ou de Distrito Federal, então, esse é um outro ponto.

Quanto aos documentos sigilosos, e as CPIs, no art. 145 do Regimento. O art. 145 do Regimento, ele se encontra na página.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – 39.

SRA. CLÁUDIA LYRA – 39. A proposta de se fazer inserir no Regimento do Senado, aquilo que já é consagrado como procedimento nas CPIs e no trato dos documentos sigilosos. A proposta da criação de uma Comissão que estude os documentos sigilosos, a classificação dos documentos sigilosos e o uso dele no Senado e o manuseio dele no Senado.

Sobre a tramitação conjunta, hoje, a matéria, às vezes, está na Pauta, já da Ordem do Dia do Plenário, e se apresenta um Requerimento de Tramitação Conjunta, o que faz com que a matéria volte, saia da Ordem do Dia e volte ao trâmite total, reinicie a passagem pelas Comissões, inclusive. Então, a sugestão é de que, quando a matéria já está completamente instruída, não caiba mais Requerimento de Tramitação Conjunta e, ela cabe Requerimento de Tramitação Conjunta quando ela não tem nenhum Parecer e que ela vai hoje para a Mesa e continuaria indo para a Mesa. Quando ela já tem, pelo menos, um Parecer vai a Plenário o requerimento, mas quando ela já está completamente instruída, não caberia mais o Requerimento de Tramitação Conjunta.

De toda a forma, o que há de mais importante e, já nesse quadro inicial que foi apresentado, já estão as alterações mais sensíveis. Então, o que os senhores vão ter esse relatório, já tem esse relatório, e poderão, com mais tranquilidade, analisar.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Exatamente, o que eu estava pensando é o seguinte, como nós temos exemplares do relatório, que eu acho que é bastante instrutivo e ilustrativo, eu acho que nós poderíamos distribuir aos dois outros membros que não puderam estar presentes, o Senador Gerson Camata e o Senador César Borges e nós arrastaríamos um prazo de 15 dias para comentar as alterações propostas. Eu acho que é um prazo razoável. Eu consultei já o Senador Antonio Carlos Valadares, ele concorda e, também, eu acho que a mesma coisa o--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Acompanho o Presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – --Eu acho que o que existe seria um prazo bastante que nós pudéssemos ler o documento e fazer as indagações e em decorrência de dúvidas que subsistam, enfim, ou esclarecimentos que sejam necessários.

SRA. CLÁUDIA LYRA – E, a Comissão está sempre à disposição, para a informação a respeito do que for sugerido.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – E, eu já queria desde já cumprimentar pelo trabalho realizado, que facilita muito o nosso trabalho e, de alguma forma, é uma peça essencial para nós apreendemos, exatamente, o que está sendo proposto, no que diz respeito à alteração e modificação dos dispositivos do Regimento.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – [pronunciamento fora do microfone] Presidente, presidente.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – E, também, o Senador Romeu Tuma já está com um exemplar também, não é?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – [pronunciamento fora do microfone] Desculpa, eu li, porque enquanto vocês estavam aqui, eu tomei a liberdade.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Fez muito bem, isso a presença que...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Presidente, eu gostaria apenas de parabenizar esse trabalho feito pela nossa Consultoria, pelos nossos Assessores, um trabalho de fôlego, talvez, nesses últimos anos, eu estou aqui há 16 anos, é a primeira vez que se faz uma alteração, uma reforma do Regimento de grande monta, envolvendo assuntos que estavam já superados, dispositivos que não tinham mais sentido.

Então, eu quero parabenizar e dizer que eu vou estudar com minha Assessoria essas alterações pro-

postas e, inclusive, propor emendas, se for o caso, para aperfeiçoar o texto. Obrigado, Presidente. Boa viagem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Presidente, eu só queria, Presidente, o senhor me daria licença, Presidente? Só um segundinho.

Eu quero agradecer o senhor permitir que eu participe da reunião, mas o Senador que, às vezes, nós presidimos à Mesa, eu não sei, Dra. Cláudia, o problema é respeito ao tempo da Tribuna e se pode ou não ser prorrogado, para que haja a tese de quanto mais Parlamentares puderem fazer uso da Tribuna o façam, porque às vezes ficam dois ou três e alguém fica duas horas lá em cima e não há como impedir a continuidade. Eu não se isso está previsto nesse... Porque eu estou vendo que o objetivo é quanto mais Senadores coube ocupar da Tribuna, melhor para mostrar a participação ativa de cada Partido.

E, também, as Reuniões de Liderança serem comunicados aos Senadores o resultado, antes de porem em Plenário para discutir e votar, porque a gente vai meio à cega, o que se decide na Reunião de Liderança, a maioria não toma conhecimento, só na hora da discussão. Eu não sei se isso seria interessante verificar.

SENHOR PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Eu acho muito boa as observações.

E, eu lamento, eu acho que nós podíamos encerrarmos, então, a presente reunião e, eu acho que após essa análise de 15 dias, nós marcaremos uma nova reunião para já ir, examinarmos emendas, sugestões e avançarmos nessa matéria, que eu acho fundamental para os trabalhos do Senado que, enfim, é a nossa Constituição, a nossa Constituição Interna, que é o Regimento Interno.

Muito obrigado, e eu quero cumprimentar mais uma vez a colaboração da Dra. Cláudia Lyra, mas também de todos os Assessores e Técnicos do Senado Federal e esperar que tenhamos pleno êxito do trabalho que vamos empreender. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 10h25. – Senador **Marco Maciel**, Presidente.

ATA DA 2ª REUNIÃO DE 2008

Ata Circunstanciada da 2ª Reunião de 2008, realizada em 2 de dezembro de 2008, às duas horas e vinte e sete minutos, na Sala nº 07 da Ala Senador Alexandre Costa, na oportunidade houve a discussão de propostas para revisão do Regimento Interno do Senado Federal, na oportunidade foi apresentado o estudo da Comissão Especial de Assessoramento à Reforma do Regimento Interno do Senado Federal,

pela Secretaria-Geral da Mesa, Sra. Claudia Lyra, com a presença dos (as) Senadores (as) – **Gerson Camata** (PMDB), **Papáleo Paes** (PSDB), **Antonio Carlos Valadares** (PSB), **Marco Maciel** (DEM) e **Inácio Arruada** (PC do B).

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Temporária Interna, criada pelo Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 05 de março de 2008, aditado pelo Requerimento nº 1.356, de 2008, aprovado em 11 de novembro de 2008, composta por seis membros, destinada a apresentar no prazo de 90 dias, Projeto de Resolução para Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu convido o nobre Carlos Valadares, para na condição de Vice-Presidente tomar assento aqui à mesa. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho como de hábito na reunião das Comissões, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da 1ª Reunião da Comissão. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

A Ata está, portanto, aprovada.

Conforme convocação, feita a semana passada, a presente reunião destina-se à discussão de propostas para revisão do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu gostaria de mencionar que estamos trabalhando com a hipótese de que no dia 13 de fevereiro, nós possamos ter já um projeto que venha a ser distribuído aos demais membros do Senado Federal, para que nós possamos receber sugestões, críticas, correções etc. Enfim, para que a matéria seja enriquecida com a contribuição de todos os membros do Senado Federal.

Eu quero também registrar o empenho da Dra. Cláudia Lyra no bom andamento dos nossos trabalhos, visto que a Secretaria Geral da Mesa, até pela sua própria conformação político-administrativa, é uma Secretaria que interage muito com o Plenário e com as Comissões e, obviamente, no de elucidar muitos desses nossos problemas, é fundamental, sempre, a informação da Mesa, que também se louva nos precedentes que corresponde, podemos assim dizer, ao que no judiciário, forma uma jurisprudência.

Então, eu vou iniciando a nossa reunião, indagando ao nobre Antonio Carlos Valadares, se deseja fazer alguma observação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – No momento, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – No momento, não. Consulto também o Senador Papáleo Paes, da representação do Amapá aqui no Senado Federal e também integrante da presente Comissão.

Eu passaria, então, a palavra à Dra. Cláudia Lyra para fazer alguma observação, eu penso que ela terá muito que dizer sobre o tema e possa permitir o andamento dos nossos trabalhos.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Obrigada, Presidente. Boa tarde a todos.

Conforme foi feita aquela apresentação, a primeira apresentação do relatório e os temas mais sensíveis que foram debatidos, na Comissão, foram o uso da palavra no Plenário em que se diminuiu o número dos Parlamentares... Do horário de usar da palavra, mas se aumentou o número da possibilidade de uso da palavra pelas inscrições.

A delegação de lideranças, também não... Se resolvesssem não acatar, também não foi sugerida como continuando a existir a comunicação das lideranças.

Vários Parlamentares – e nós recolhemos os discursos dos Parlamentares – quando falavam a respeito do Regimento reclamando especificamente agora do uso da palavra, reclamavam da interferência da lista de oradores que ela nunca chegava ao fim ou quase nunca... E andava muito em função dos “pela ordem”, uso da liderança, enfim.

Então logicamente o líder e o vice-líder na sua ausência, os impedimentos estão preservados, mas a delegação da liderança se houver por bem, ela não consta desse texto que nós estamos sugerindo. E o “pela ordem”, então também não estaria mais no texto. Haveria no caso a questão de ordem, sempre permanecendo e breve comunicações também permanecendo.

Então, haveria sempre a possibilidade das breves comunicações nas sessões deliberativas em número de três e, nas sessões não deliberativas número de três. Nas sessões deliberativas até não teria esse limite de número, porque uma diferença fundamental é que nas sessões deliberativas os 90 primeiros minutos seriam dedicados aos oradores inscritos. Então, teria uma hora e meio de uso da lista de oradores, simplesmente das listas de oradores.

Nos 30 minutos depois, ainda antes da Ordem do Dia, 30 minutos de liderança e depois breves comunicações, então, quer dizer, até o início da Ordem do Dia, que se eventualmente ela viesse a se prolongar teria o uso muito mais do três até, mas a lista de oradores estaria preservada.

E, sempre havendo a intercalação, também, de líderes, depois da Ordem do Dia, não mais os líderes tendo precedência sobre os oradores inscritos, mas havendo... Como hoje é feito. A praxe, hoje, após a Ordem do Dia é essa – De que os líderes falem intercalados, sempre nesse intuito de preservar a lista de

oradores, os apartes logicamente continuariam e a questão e as questões de ordem, também.

Então, para se questionar o andamento dos trabalhos que é o “pela ordem” é para isso, na verdade o “pela ordem” é para questionar o andamento dos trabalhos. Então haveria o “pela ordem”, perdão, a questão de ordem, nesse caso. Essa é uma parte, é um dos itens em que houve bastante mudança.

Outro item que houve bastante mudança foi o caráter terminativo nas Comissões, hoje somente regimentalmente, somente os projetos de lei de autoria de Senador, lei ordinária é que são terminativos nas Comissões ou os projetos de resolução vindos da CCJ, sobre suspensão da execução de lei que foi declarada inconstitucional pelo Supremo.

As demais matérias em princípio não são terminativas podendo ser terminativas como uma excepcionalidade, algumas delas, em função da decisão do presidente ouvidas as lideranças. Então, a alteração é de que mais matérias possam ser e aí é o art. 91 do regimento, mais matérias possam ser... Está no relatório, está na página, 22, mais matérias possam ser terminativas como regimento, como regra geral.

Então, entrariam os requerimentos de votos de louvor, aplausos, censura, enfim, não iriam mais a Plenário, iriam terminativamente nas Comissões. Os tratados ou acordos

Internacionais, com exceção daqueles que tratam de direitos humanos que tenham um caráter, que venham... Que seja solicitado o caráter de emenda inconstitucional que tem o status de emenda inconstitucional, mas todos os demais acordos e tratados internacionais seriam terminativos.

Os projetos de lei da Câmara que tiveram sido aprovados em decisão terminativa por Comissão lá na Câmara, como eles já fazem isso. Muitos projetos do Senado que são tratados terminativamente aqui, são tratados terminativamente na Câmara como regra geral. Há algumas excepcionalidades dependendo do tema, dependendo do tema alguns não, mas como regra geral, sim.

Então, se colocaria também os projeto de lei, sempre lei ordinária, lei da Câmara que tiverem sido aprovadas em caráter terminativo lá naquela Casa. E continuariam sendo os projetos de decreto legislativo de rádio difusão que hoje por força de um parecer eles são assim tratados, mas estariam agora constando mesmo do regimento. Nas Comissões, sempre sendo submetidos ao recurso, podendo vir a Plenário, sempre por recurso de um décimo dos Srs. Senadores, isso continua.

Bom, o que eu foi que levantado? Porque poderia ser haver projetos em que se quisessem mais agilidade

e o caráter terminativo, às vezes, ele tem um prazo a cumprir, porque tem cinco dias úteis de emendas perante a Comissão e, depois, tem os cinco dias úteis de recurso. Então, talvez isso demorasse.

O que se fez? Hoje não se pode dar caráter de urgência aos projetos terminativos. Então foi proposta essa possibilidade de se conferir o caráter de urgência aos projetos terminativos, mas, por exemplo, aqueles que fossem distribuídos a mais do que uma Comissão, não na primeira Comissão, mas na única ou na última Comissão em que eles estiverem tramitando; até porque para não se atropelar o trabalho das Comissões porque senão entra o projeto e imediatamente vai para o Plenário, se correria esse risco.

O regime de urgência está no art. 336, 84? Exatamente é a página 84 do relatório. Então, na coluna da direita tem o 3374, que ele pode ser conferido pela única ou última Comissão, a qual tenha sido distribuída a matéria. Então, esse é um ponto, para dar o ponto o e o contraponto das matérias em regime terminativo nas Comissões.

Quanto ao regime de urgência genérico, hoje além da urgência constitucional, enfim, urgência de requerimento nós temos três tipos de urgência. A urgência do 3361, que é para calamidade pública e perigo de segurança nacional ela continua existindo, na proposta continuaria existindo. Ela é lida e votada na mesma hora o requerimento e a matéria, enfim, é o perigo de segurança nacional e calamidade pública.

A 3362 hoje pelo regimento, lê-se no período do Expediente, na Primeira Parte da Sessão, se vota na mesma sessão após a Ordem do Dia e a matéria entra duas sessões seguintes, duas sessões deliberativas Ordinárias seguintes.

Então, por exemplo, o requerimento é aprovado na terça e a matéria entraria na pauta na quinta. Não se tem feito isso, muitas vezes pelo acordo das lideranças vota o requerimento de urgência e imediatamente se vota. É o que tem acontecido.

E o regimento no 3363, é uma urgência mais lenta. Ela lê o requerimento hoje, o requerimento entra na pauta amanhã e a matéria, só vai entrar daqui há quatro dias e tem um pré-requisito para esse tipo de urgência, que a matéria não tenha parecer. Então, isso também sumiu, porque já não tem mais essa necessidade a vida virou mais on-line, então, era para o 3363.

Qual foi a proposta? De se manter o 3361 de calamidade pública, imediatamente. O 3362 que era aquele que lê o requerimento e vota o requerimento na sessão de hoje e, a matéria só entra duas sessões seguintes. Se faria na mesma sessão como já tem sido a praxe e o 3363 que já perdeu a sua oportunidade, viraria o que é hoje a 3363; ou seja, que o requerimento é lido hoje,

votado hoje, e a matéria entra dois dias depois, então, se cancelaria que quase não se tem utilidade mais a 3363. Então, esse é para os itens mais práticos.

Bom, os artigos das CPIs... Eu estou passando assim alguns pontos... Os artigos da CPIs que foi também uma alteração sensível é o art. 145 e seguintes, no relatório está na página 39... Isso 40 mesmo, exatamente, obrigada. A página 40 é o 148 e seguintes, página 40, 41, 42, e seguintes.

Nós não temos no regimento do Senado uma normatização sobre o procedimento nas CPIs, o que levanta sempre problemas procedimentais. Algumas matérias já foram pacificadas pelo Supremo, outras já foram pelo uso nas CPIs, pelas decisões de questões de ordem nas próprias CPIs. Então, as páginas 40, 41, 42 e 43 também, ela segue o 45, então são dispositivos novos regulando as CPIs, os seus limites. Então, por exemplo, no art. 148, o que ela pode? O que já foi pacificado? Nada impede de que haja novas atribuições e procedimentos, mas nós tratamos daquilo que já aconteceu, não do que os senhores sentem de necessidade, mas do que já aconteceu.

Então, no art. 148 as atribuições, no § 1º, os procedimentos – aquela página 41 – os procedimentos de depoimentos, a qualificação das pessoas que são chamadas a vir depor. Então se elas vêm depor como investigados, como testemunhas, ou enfim, como informantes. Então isso está... Serão convocados como investigados, o § 1º – “Os depoimentos das CPIs observarão os seguintes – Procedimentos” e, se ele vem de uma forma ou de outra, então isso aqui está--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Deixa eu ver aqui, no 148, está aqui. Está – “Bem como requerer ao Tribunal de Contas da União, a realização de inspeções de auditoria que entender necessárias”. Eu observo que CPI, que a CPI é um recolhimento de provas [ininteligível] Será que constitucionalmente, nós podemos também recorrer a Polícia Federal, Polícia Estadual e Procuradores, para determinar diligência fora? Ah, tem que estar ligado o microfone? Para fazer diligências fora, entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Senador Gerson Camata, eu gostaria inclusive de convidar V. Exa. para vir integrar aqui a Mesa e sugerir também que talvez aguardássemos o término da manifestação da Dra. Cláudia Lyra--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ah, sim, para depois fazer a observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Para fazer as interpelações.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Tranquilo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – E gostaria de convidá-lo para vir aqui ocupar a mesa.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Senador Papáleo Paes, vai no meu lugar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Por que não os dois?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nós faremos um vôlei compartilhado. Então, eu gostaria de convidar também o Senador Papáleo Paes, para integrar a Mesa, ao lado do Vice. Então, continua com a palavra a Dra. Cláudia Lyra.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Os trâmites da CPI que foi um dispositivo bastante sugerido.

Outro dispositivo também que sempre se sentiu falta de uma normatização, um estado positivado é na página 98, é sobre o tratamento dos documentos sigilosos no Senado. Página tem 78 é o artigo... Não, perdão, página 99. O 409 e seguintes.

Muitas vezes há solicitações de transferência de sigilos, bom entre CPIs já está definido, mas há uma recepção de documentos de natureza sigilosa, alguns como os diversos tipos de sigilos que vem e nós não temos no Senado – existe a lei e para os dispositivos da lei, também, foram transcritos. Mas não existe no Senado uma normatização desse assunto e sempre é um problema. Sempre se tem que recorrer a precisa precedentes, ou enfim, ao que já foi... Normalmente a precedentes e como é feito em outros órgãos.

Então, está se propondo uma Comissão de análise de documentos, de categorização dos documentos daqui, dos produzidos aqui.

Então, no art. 410-A, por exemplo, diz o que se considera, definições, o que se considera ostensivo. No § 2º, o que considera sigiloso e no 410-B e aí, completamente novo – “Funcionará no Senado Federal por designação do Presidente, Comissão Técnica de Servidores com competência para analisar e propor a classificação dos documentos que lhe sejam encaminhados na forma do § 1º, deste artigo incumbindo-lhe ainda em especial...”

Existe já por ato do Presidente a constituição de Comissão para análise de documentos no Senado, mas fica sempre... É um ato do Presidente, e a Comissão ela vai ser, enfim, às vezes ela se reúne, às vezes não. Então, se tivesse no regimento positivado como tratar esses documentos isso seria muito seguro ficaria... Daria mais segurança no trato. E então esses artigos todos, o 410, que vai até o 410-G são para esse tema do tratamento dos documentos sigilosos.

Outra alteração, bastante sensível, hoje o que ocorre com os pareceres? Eu estou pinçando, Senadores, assim a sugestão mais de alterações.

Hoje para os pareceres das Comissões, se o projeto foi decidido, se for para 3, 4 Comissões para se publicar esses pareceres, só depois que a última analisa. Então às vezes o projeto leva quatro anos, vamos imaginar

para que passe da primeira até as últimas Comissões. E vai se publicar, fazer a publicação desses pareceres, depois desses quatro anos.

às vezes o Senador já não é mais Senador e se dá o parecer número tal de 2008, o Senador já é falecido ou já não é mais Senador. E bom esse é um fato. Outro fato é que para se ter a publicação oficial da Casa, dos pareceres que já aconteceram, se leva quatro anos.

Lógico, que eles estão disponíveis e cada vez mais vão estar disponíveis na Internet, inclusive, o regimento em várias partes foi feita uma adaptação, para que ele se compatibilize com o processo legislativo eletrônico. Mas o documento oficial ou o Diário do Senado ou os avulsos e isso pode levar esse tempo todo, para ter a documentação oficial, não na Internet.

E o que está se sugerindo é que cada Comissão, depois que cada Comissão emita seu parecer, ele venha a ser publicado até que vá para a próxima Comissão. Isso de uma forma bem ágil também que a Comissão disponibilize na Internet, mas que a Casa possa ter também a sua publicação oficial. Então, a cada vez se faz essa publicação, não se aguardada.

Outro aspecto é coleta de assinaturas nas Comissões, algumas vezes a maior parte das votações é simbólica e os Senadores, como no Plenário tendo número regimental a votação é feita. Posteriormente o Secretário da Comissão vai colher as assinaturas, e o que ocorre muitas vezes é que o que aconteceu Comissão e que está registrado na nota taquigráfica, não vai corresponder às assinaturas. Porque às vezes o Senador não gostaria de assinar aquele parecer por "N" motivos, então, não vai corresponder.

E há uma sugestão de que se faça diferente a respeito das assinaturas, da coleta de assinaturas que possa valer, mas isso também é uma decisão muito delicada também. Então é mais política deixamos também para os Senadores, só que colocamos o problema que se acontece ou pela lista de presença na Comissão, ou... No MERCOSUL, por exemplo, há uma ata em que o Presidente atesta que aqueles Senadores ou Deputados estavam presentes naquela reunião, então não há uma coleta de assinaturas. Então isso tudo não fechamos um procedimento para deixar para os senhores.

Quanto a alguns temas, o número de comissões, as atribuições das comissões, é um tema bastante político deixamos também para os senhores, a questão da existência ou não do Colégio de Líderes, também é foi um tema que nós não entramos inclusive há uma correspondência do Senador Romeu Tuma, que foi entregue e que fala desse assunto, mas é um tema muito mais político do que técnico e nesses pontos a Comissão de assessoramento não adentrou.

Então tem outras alterações, mas é regra geral.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Pois, não. Já que a Dra. Cláudia terminou sua exposição, eu gostaria de observar que a semana passada, nós não obtivemos quorum e consequentemente não houve reunião da Comissão, mas ela suscitou aqui a questão da chamada emenda aglutinativa que segundo a Dra. Cláudia, já é algo incorporado ao Regimento Interno da Câmara e que tal não ocorre com relação ao Senado.

E essa experiência parece ser exitosa na Câmara. E a Constituinte foi que deu o *start* dessa questão toda, porque também era elevadíssimo o número de emenda e ter-se-ia sempre que buscar a forma aglutinativa até como forma de conciliar os interesses muitas vezes conflitantes.

Passada a Constituinte que foi o momento de maior pressão, até pelo número elevadíssimo de emendas, a questão deixou de ser, pelo menos no Senado, deixou de ser algo considerado algo a ser incluído no Regimento Interno. E ela fala sobre a necessidade talvez de tentarmos sair também para essa forma de uma emenda aglutinativa como forma talvez até de dar maior celeridade ao processo de elaboração das leis.

Eu acho com que relação as Comissões, eu vou fazer um comentário em caráter pessoal com relação às Comissões, mas antes devo dizer que com relação ao Colégio de Líderes eu acho que é uma experiência, salvo opinião em contrário, é uma experiência vitoriosa. Eu acho que é

Importante até porque faz um processo de listagem das prioridades. E elas refletem de alguma forma os sentimentos dos diferentes Partidos e é uma instituição que embora informal, já hoje está assim muito arraigado na Casa, a ponto que sempre se diz – "Olha, esse assunto é bom conversar com os líderes e tal". E o Presidente fica quase com o poder de arbitrar o momento de incluir em função das demandas formalizadas ou levantadas pelos Partidos políticos.

Agora, com relação à Comissão eu vou falar quase na condição de vencido. É o seguinte, com relação às Comissões eu continuo achando, pode ser que seja um equívoco meu, que nós estamos com muitas Comissões e subcomissões no Senado. Eu comparando

aqui, o Antonio Carlos Valadares foi Deputado Federal, o Senador Camata também foi Deputado Federal.

Então, a sensação que eu tinha quando – eu vivi dois mandatos de Deputado Federal – e sensação que eu tinha eu saía com um bolso com uma série de papeletas de reuniões de Comissão. E saía ali de Comissão em Comissão e fazia um pouco de *Cooper* também, porque aqueles corredores ia e voltava não sei quantas vezes e de alguma forma isso passou para o Senado.

O bom momento foi aquele que tinha quatro Comissões – Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Comissão de Assuntos

Econômicos e Comissão de Assuntos Sociais, estavam praticamente abarcados todos os grandes temas e alguém pergunta assim – Bom, e onde é que fica o turismo? O turismo ora, certamente, ficará na área de assuntos econômicos. E se alguém pergunta e a agricultura? Também. Ah, e tal assunto? Na Comissão de Assuntos Sociais, então, aquilo já entra nesse grande universo de questões.

Porque se nós formos fazer Comissões para responder a cada tipo de demanda da sociedade ou fazer uma analogia com os Ministérios do Governo, isso vai fazer com que tenhamos muitas Comissões. Então, fica um excessivo número de matérias nas diferentes Comissões, assoberbando os Senadores e, não fazendo aquilo que se chama... Trazendo o campo do Judiciário para o campo do Legislativo, não ensejando, portanto, uma certa economia processual.

O que não acho bom, porque em consequência disso tem crescido também o número de subcomissões dentro das Comissões. Quantas Comissões têm hoje? Eu não sei se a senhora tem condições de dizer?

SRA. CLÁUDIA LYRA – 11. Quer dizer, fora a Comissão Diretora, todas podem ter até quatro subcomissões, inclusive está sendo proposta para que de subcomissões passem a ter duas. Isso foi uma solicitação dos líderes, inclusive, em reuniões de líderes, para ter duas, mas que essas ficariam, transitoriamente, até o final da legislatura, essas agora se manteriam.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Eu gostaria depois do Senador Camata.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois, não. Então, com a palavra o nobre Senador Gerson Camata. E eu quero convidar para integrar à Mesa o Senador Inácio Arruda.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu vou ser bem rápido. Então, eu teria aqui uma pergunta, Sr. Presidente. No caso aqui às Comissões Parlamentares de Inquérito, se a gente observaulti-

mamente elas têm sido mais um espécie de um show para a televisão, pergunta para lá, responde para cá, mente para cá, vem aqui já com um papel lá do Supremo, dizendo que ele não pode falar.

Então, elas estão ficando assim mais um show e não produzem resultado. Eu nunca vi uma CPI, a não ser o fato de submeter o indivíduo que veio aqui a uma pena vexatória, de ele ter que responder aparecer na televisão como um réu, depois não acontece nada. Nunca vi na minha vida, um cara que entrou numa CPI, saiu réu e que foi preso meia hora. Nunca. Então, perde um direito gasta uma fortuna do contribuinte para não produzir nada, a não ser a pena vexatória.

A minha idéia é que ela pudesse ter poderes, não só para pedir ao Tribunal de Contas, mas que pudesse pedir a Polícia, a Federal para fazer diligência, pedir as Polícias

Estaduais que fizessem diligências, pedir a Juízes que quebrassem ou nós quebrarmos o sigilo telefônico e bancário, para mandar um agente lá no local, antes normalmente de interrogar a pessoa aqui, para produzir documentos, provas. Não provas de conversa fiada, que todo mundo vem aqui e fala o que quer, não é obrigado a falar a verdade.

Então, seria interessante, se a gente pudesse ter esse poder também de convocar, não só inspeções de auditoria do Tribunal de Contas, mas da Polícia Federal, das Polícias Estaduais, da Polícia Fazendária do imposto de renda, para que elas pudesse ter mais poder.

A outra coisa que eu ia colocar aqui. O grande problema que nós precisamos colocar aqui é algum artigo um pouco punitivo, um pouco coercitivo, para que esse regimento seja cumprido. Porque o atual é bom, mas só que ele não é cumprido, vai o líder e fala a hora que quer, o outro falar o dai que quer, fala 15 vezes numa sessão.

Esse negócio de “pela ordem”, não é “pela ordem”, pede-se “pela ordem” e fala no aniversário do papa, o outro pede “pela ordem” e fala que morreu o cabo eleitoral dele e não tem nada “pela ordem”. Então--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Ou então que nasceu.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É também que nasceu... Então eu acho que precisava ter algum artigo aqui, artigo de coerção, de punição, de suspensão, de advertência, alguma coisa que representasse uma certa. Que deveria ser natural, nem precisaria disso, mas como não está havendo, para a pessoa ser coercitivamente interessada em obedecer ao Regimento Interno pelo bem de todos.

A outra coisa também se pudesse colocar, não sei se é o caso aqui Cláudia, o que é um substitutivo? Eu

estou ouvindo inúmeras reclamações. Vem um relator e bota um artigo muda, renumera e bota – “substitutivo”. Eu tive um caso aqui na CAE, nove anos um projeto meu sobre as cooperativas de crédito.

Fui o Banco Central, peguei dados, reuni as cooperativas, preparei o projeto bonitão, bem preparado, foi para a Câmara, mudaram... Remuneraram dois parágrafos substitutivos, quer dizer, perdi a autoria de um projeto que eu me esforcei para fazer e gostei do trabalho que eu fiz, não é mais meu.

Então, deveria ter um jeito de dizer o que é um substitutivo. O que ele é? Quando muda o sentido? Quanto tem mais emendas do que o número de artigos do autor? Acabar com esse negócio de substitutivo, porque é impressionante... Que hoje até alguém disse – “Olha, o substitutivo é uma maneira de roubar a autoria”. E alguém disse – “Mas quem mais rouba a autoria é o Poder Executivo, que já rouba o projeto inteirinho e não fala nem que é um substitutivo”. Então,

podia ter uma coisa para autoria, direito autoral isso, gente não pode...

Eu tenho notado, também, isso não é culpa do Parlamentar, Presidente, às vezes, você apresenta um projeto aqui no Senado, 15 dias depois aparece um na Câmara igualzinho, mas não mudam a letra, aparece lá. Eu acho que algum assessor para aparecer, passa a mão no projeto daqui, bate lá no computador, vai e dá para o Deputado, o Deputado também não sabe, assina aquilo e fica mal, sem ele saber. Então, acho que precisava definir isso, era uma observação que eu queria fazer. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Antes de passar a palavra ao Vice-Presidente da Comissão Senador Antonio Carlos Valadares, eu vou propor à Comissão para definirmos um tema que eu acho relevante é se – Devemos fazer uma reforma geral do regimento ou parcial.

Eu vou logo dar a minha opinião, aliás, nem deveria fazê-lo, porque o Presidente deve apenas votar em caso de empate, mas eu sou a favor que de nós deveríamos fazer uma reforma geral do regimento--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ah, sim, porque há muitos anos não se faz.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Que não se faz. E eu acho que essa era a proposta que eu gostaria de encaminhar. Então, se não houvesse divergência com relação a

esse tema, nós já podíamos então dar esse caráter, esse cariz, a reforma regimental.

Eu passaria agora à palavra ao nobre Antonio Carlos Valadares, que é o Vice-Presidente da Comissão e especialista no tema, [soa a campainha]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Obrigado, Presidente. Pela proposta há praticamente uma proibição ou pelo menos não é permitido, que o líder faça uma delegação a um seu companheiro de Bancada, para falar na sessão, não é isso?

SRA. CLÁUDIA LYRA – Isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Então, eu acho que esse é um assunto que já está praticamente arraigado entre os Senadores. O líder oferece um documento autorizando ao membro da Bancada falar em seu nome e eu acho que o líder, não falando e delegando a um seu companheiro a possibilidade de falar acho que uma oportunidade é muito bom, sempre aqui no Parlamento. Muitas vezes o companheiro quer fazer uma comunicação urgente inadiável e os lugares já estão preenchidos as três vagas.

Então há necessidade imperiosa de um membro do Partido falar, eu acho que pelo menos em determinados casos, se for o caso especificar os casos em que o Parlamentar poderia obter a delegação. Mas eu acho que proibir definitivamente é tirar a oportunidade dos membros da

Bancada, que não sejam líderes ou vice-líderes falarem determinados momentos em momentos especiais, apenas para refletir e dar uma redação que dê essa possibilidade.

Requerimento de louvor, eu acho que o requerimento de louvor raramente está aparecendo no Senado, muitos estão aparecendo... Estão aparecendo o contrário, não é? Eu não sei se é porque eu faço poucos requerimentos de louvor eu seleciono muito a louvação.

Eu preferia que fosse o requerimento aprovado pelo plenário, ou seja, antes da Ordem do Dia, durante a Ordem do Dia, antes da Ordem do Dia, no pequeno expediente, o autor faria um pequeno encaminhamento e seria o requerimento votado, como está acontecendo atualmente. Quer dizer e não iríamos ocupar uma Comissão com Relator, Consultoria do Senado para dar parecer, sobre uma matéria que poderia ser resolvida no próprio Plenário de forma rápida e sem tomar muito tempo.

Bom, ainda tenho outras observações. A substituição de relatores, por exemplo, como está disciplinada essa matéria? Substituição de Relatores no Regimento?

SRA. CLÁUDIA LYRA – Sempre é o Presidente da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Porque pode acontecer de um Relator passar seis meses, por exemplo--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –

Como já aconteceu.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Um ano sem se manifestar sobre a matéria, isso além de ser antiético é altamente prejudicial ao andamento normal dos trabalhos do Senado. Então, como é que está disciplinada esta matéria atualmente.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Existem dois... Bom, o Relator, enquanto o Presidente não altera, o relatório é aquele. Mas existem dois dispositivos no regimento... Bom, o art.119, que é dispensa do parecer da Comissão e o 172, que é para o parecer ser dado em plenário, caso não... Porque o Presidente, isso vai ser um caso... Se o Relator está há seis meses com uma matéria a Comissão já ultrapassou, já venceu o seu prazo. Então existem esses dois dispositivos.

Agora, eventualmente, o Presidente pode consultar, enfim, pode... Ele pode trazer.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Poderíamos estabelecer um prazo, não é Presidente?

SRA. CLÁUDIA LYRA – Isso não está disciplinado especificamente no regimento, essa substituição do relator, a não ser que tenha um relator *ad hoc*, que ele ponha a matéria na pauta, o Presidente põe a matéria e designa um Relator *ad hoc*, mas aí ele estaria substituindo, destituindo o relator.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Porque tem relatores, viu Claudinha? Há relatores que colocam o projeto na gaveta praticamente, não só aqui como na Câmara dos Deputados. Suponhamos se dentro de 30 dias, prorrogáveis por mais 30, o Relator não entregasse a matéria o Presidente seria obrigado a designar outro relator.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Porque a Comissão tem o prazo dela então--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – O que o senhor acha, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Eu concordo e digo que é um constrangimento muito grande para o Presidente, cassar uma relatoria.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Mas se tiver um prazo...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Dando o prazo, ficamos à vontade .

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Ele fica à vontade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Tudo nessa regra de 30, mais 30.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – 30, prorrogáveis por mais 30.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Então, os primeiros 30, são quase já uma observação de que... Eu acho

boa essa sugestão de 30, para a Comissão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – A não ser que a Comissão vamos supor, que fosse uma matéria muito complexa e o Relator precisasse não só de 60 de mais, a Comissão autorizaria.

SRA. CLÁUDIA LYRA – O relator ele tem metade do prazo da Comissão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Certo. Mas vamos dizer que ele teria 30 dias, prorrogáveis por mais 30--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –

Não precisava o Presidente cassar o relator--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Caía o relator imediatamente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –

30 dias, não relatou, não é mais relator. Pronto, Não precisa o Presidente fazer um ato para cassar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – 30 dias, mas eu estou falando prorrogáveis por mais 30.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –
Não porque é possível ele ficar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – 30 dias.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –

Se daí a 30 dias ele não apresentou o relatório, não é mais Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Mas nobre Senador Gerson Camata, é o seguinte há matérias complexas que exige--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Complexas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –

É só pedir uma Audiência Pública. O meu projeto de regulamento das cooperativas, sabe por que ele ficou aqui nove anos? Porque tinha um artigo que os bancos privados não queriam que passassem. Eles agüentaram nove anos aqui, Audiência Pública, Audiência Pública, vinte por semana e nunca teve.

É fácil, o lobista chega aqui, o Senador vota lá Audiência Pública dois anos.

[soa a campainha]

SRA. CLÁUDIA LYRA – A Comissão tem prazo,

então poderíamos mudar também o prazo da Comissão, porque a CCJ a não ser para a PEC, mas para os outros casos ela tem 20 dias úteis e as demais Comissões 15 dias úteis, já hoje no Regimento Interno, mas não foi sugerida nenhuma alteração.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Só que esse prazo não cumprido e aí?

SRA. CLÁUDIA LYRA – Mas poderíamos alterar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Se não fosse o prazo cumprido? Seria destituído automaticamente o Relator.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Ah, então, pode. Pode haver, um dispositivo.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Agora, dá um prazo maior. 20 dias eu acho um prazo pequeno.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Eu acho também.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas 30 dias não relatou, caiu o Relator. Pronto.

[soa a campainha]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Pronto. Isso, agora--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – A não ser que seja pedida uma Audiência Pública, aí não pode falar--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Eu ainda tenho uma outra, mas duas sugestões [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, com a palavra V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Sobre a CPI, no art. 148, diz que – “O depoente só poderá falar se estiverem na sessão o Presidente e o Relator”. As Comissões têm Vice-Presidente, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Tem.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – O Relator está certo eu acho correto, porque o Relator é quem vai fazer o parecer e tal, mas o Presidente pode ser que naquele dia ele tenha um compromisso inadiável fora do Senado--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Na ausência do Presidente ele é o Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Então, seria o Presidente ou Vice, porque aqui ela falou só no Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Mas é automaticamente já fica--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Não, mas aí é o Presidente, Presidente e o Vice é o Vice. Por exemplo, aqui eu sou o Vice-Presidente, então, na ausência dele--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES)

– Se o Senador Marco Maciel sair, você vira o Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Na ausência dele, se for formalizada essa regra eu se fosse numa CPI, eu não poderia presidir o depoimento--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES)

– Pode, sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Porque é o Presidente, Presidente aí é permanente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES)

– Mas quando um Presidente se ausenta, o Vice--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Bom, teoricamente falando, aí vem um advogado diz que você é Vice-Presidente e não pode Presidente a CPI.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP)

– Ou até um comunista--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Ou até um comunista aí, revoltado--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES)

– Está vendo?

[risos]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Que não é o caso do nosso companheiro aí.

Bom e sobre documentos sigilosos, eu acho que realmente é importante que haja uma Comissão funcionando para fazer a triagem desses documentos. Agora, que na decisão final tivesse um Senador porque isso é decisão política--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Ou fosse a própria Mesa, contanto que não fossem só os técnicos a definir o que seria sigiloso e o que não seria sigiloso. Pode ser que do ponto de vista político o Senador chegue e diz – “Olha, isso aqui não é conveniente que seja sigiloso ou que não seja sigiloso”. Eu acho que algum Senador teria que opinar, sei lá a Mesa--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Talvez o Presidente, senão o--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE) – Ou o Presidente do Congresso, o Presidente do Senado, está bom.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Quem vai determinar--**SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES**

(PSB – SE) – O Colégio de Líderes, o Presidente já falou. Estou inteiramente de acordo que deve existir expressamente no regimento, porque já é um instituto, para não dizer uma instituição comprovadamente positiva que funciona realmente na determinação das matérias que devem ser votadas.

O número de Comissões já se falou, são 11 não é? Na verdade, eu acho que essas Comissões cres-

ceram em relação ao passado, porque os Partidos se multiplicaram. Não só aqui no Senado, como também na Câmara dos Deputados, exigindo demandas e articulações políticas e acomodações políticas. Foi por isso a meu ver, que o número de Comissões cresceu.

Eu acho que reduzir a essa altura dos acontecimentos politicamente não vai ser fácil, mas deixar como está e não aumentar mais, eu acho essa seria uma boa atitude. Diminuir o número de subcomissões e estabelecer fixar em duas o máximo de subcomissões. Era isso Sr. Presidente que eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Muito obrigado, a V. Exa. Agora, eu concedo agora a palavra ao nobre Senador Papáleo Paes, para tecer suas considerações.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, Srs. Assessores, Sras. E Srs. Assessores aqui presentes.

Eu acredito mesmo que nós devamos fazer uma reformulação geral no nosso regimento, mas pela experiência que nós temos, Senador Gerson Camata Antonio Carlos é uma espécie de todos aqui, nós vemos que este regimento está praticamente jogado dentro de uma gaveta, porque principalmente os Presidentes na hora das nossas sessões deixam o regimento do lado de fora.

Então nós vemos assim erros grosseiros e ocupações de espaços de forma indevida regimentalmente falando, que isso realmente prejudica muito nossas sessões. Uma situações que incomodam a todos é por exemplo o mesmo Senador, dar cinco, seis, sete, apartes, numa sessão só--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – 18 apartes numa sessão só.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – 18 apartes numa sessão só. O que incomoda muito também é o fato de que “os pela ordem”, pedindo “pela ordem” e se dá um discurso em cima “do pela ordem”. As lideranças realmente que tem sessões que fica um pingue-pongue de liderança de um mesmo Partido contra a liderança de um mesmo Partido também e isso ocupa grande parte do nosso tempo de debate. Então fica um debate entre dois Partidos dois grupos só, isso faz muito mal também, muito mal para nós.

O que faz muito mal também é a falta de cumprimento de horário. A nossa Ordem do Dia fica completamente equivocada sem se saber... Então nós temos os nossos, por exemplo, nós marcamos uma audiência no Ministério, fazer nossas ações políticas no Ministério, levando algum Parlamentar do nosso Estado.

Então, nós geralmente nos guiamos pela Ordem do Dia – “Que horas vai começar a votação?” E de repente aquilo é totalmente desobedecida, então, de-

veria começar quatro horas, não é Dra. Cláudia? De quatro, começa a seis, seis e meio, sete. Então isso realmente eu acho que a imposição da ordem ela gera mais respeito.

Eu acredito que isso também tenha sido uma das causas da falta de respeito à nossa Casa é desobediência ao Regimento Interno, isso depende muito do Presidente, de quem está presidindo a Casa, porque aqueles que são delegados pelo Presidente, ou seja, pelo Regimento Interno também deveriam sem chamados a atenção pelo Presidente, para que fizesse cumprir o regimento.

Sessões, Sr. Presidente, que hoje as nossas sessões começam e ninguém sabe que horas termina. E quando há seis anos atrás, quando eu entrei aqui, eu lembro que seis e meia se tivesse alguém falando, se prorrogava para encerrar aquela fala e se encerrava a sessão. Hoje não, senta um colega Senador lá e diz, por exemplo – “O senhor tem vinte minutos para falar, mas se quiser ocupe o tempo que bem desejar”. Ou seja, isso é uma falta de respeito à Casa, isso é uma falta de respeito ao outro Senador que vai falar depois.

E também situações que não são regimentais, mas que precisa... Até nós, eu faço a minha parte, até nós chamarmos a atenção um do outro para quando nós estivermos presidindo as sessões, nós não devemos nunca, jamais, fazer qualquer tipo de comentários sobre os discursos. Outro dia eu fui obrigado a pedir um aparte para o Presidente, porque ele estava

[risos]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – O Senador Cristovam estava fazendo o discurso, aí o Presidente – eu queria fazer um aparte ao Senador Cristovam Buarque, ele encerrou o tempo dele e o Presidente ficou falando, falando, falando. Eu digo – “Senhor Presidente, o senhor me permite um aparte?” O Senador Cristovam Buarque sorriu e ele – “Ah, está permitido”.

Então essas situações eu falo em nome da Casa, porque nós sentimos diante da opinião pública, que nós temos que ter um regimento atualizado. Que nós temos que ter o cumprimento rigoroso deste regimento e enquanto ele não parece fazer cumprir o anterior. Então, eu acredito que até nós que estamos fazendo parte dessa Comissão, nós poderíamos nos reunir com o Presidente, Garibaldi.

E enquanto nós não concluímos o nosso trabalho, solicitar ao Presidente Garibaldi, que faça cumprir e converse com os membros da Mesa, para que nós façamos o cumprimento rigoroso do Regimento Interno em vigor, isso seria muito bom para nós já entrarmos no outro regimento de maneira eficaz.

Porque se nós mantivermos esses vícios quando entrarmos no outro regimento vai ser difícil colocar no eixo. Então, nós temos que fazer isso, chamar os membros da Mesa conversar com os membros da Mesa e os eventuais substitutos dos membros da Mesa, realmente, sejam orientados para cumprir rigorosamente o regimento.

Então eu vejo que V. Exa. tem razão quando fala em rever todo o regimento atual, mas eu até daria como sugestão a nossa Comissão se reunir e ir até o Presidente da Casa para fazer essas recomendações de cumprimento regimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Antes de passar a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda, eu gostaria também de ferir um assunto que é parente próximo da última questão suscitada pelo nobre Senador Papaléo Paes, que é o problema de sessões especiais, sessões solenes etc.

Isso está ficando de tal maneira freqüente que está de alguma forma perturbando a própria Ordem do Dia.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – As Comissões também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – As Comissões nem se fala, porque retira das Comissões, às vezes, nós temos uma manhã para fazer uma reunião da Comissão e a sessão retira. Muitos até vêm constrangimentos – “Olha, eu estou com um problema, porque está havendo uma reunião com tal tema e sou ligado a tal instituição eu tenho que ir lá”. Às vezes, até pedem que espere para não relatar uma matéria e etc.

Ora, eu acho que pululam essas homenagens e algumas até de caráter discutível, algumas discutíveis. Mas também devo dizer que nós deveríamos ter um paradigma para isso – “12^a aniversário de instituição tal”. Se for centenário da Instituição, 50 anos da Instituição, ainda vá lá, mas aquilo também se repetir todo ano. 14^a aniversário, 15^a aniversário todo ano, isso é impossível, daqui a pouco o Senado fica praticamente paralisado pela ocorrência de--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – E se estabelecer um quantitativo de sessões com essa característica?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Cada Partido poderá requer uma por ano, pronto. Acabou.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – E tem que ser uma espécie efeméride – “Bom, tal instituição está fazendo 100 anos, tal instituição... Até uma pode ser mais jovem, está fazendo

60 anos”. Como a Declaração Universal dos Direitos do Cidadão eu até admito, 60 anos, mas é uma data eu até chamaria redonda, então cabe uma efeméride, uma epanáfora como chamam também, mas no caso eu acho que é tal a freqüência que está--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E não vai ninguém, pior é isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Perturbando os trabalhos. Pois não, depois eu dou a palavra ao nobre Senador Inácio Arruda.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Sobre a--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sobre autor do requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sim e também tem isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – E as entidades ali presentes, mas só o autor do requerimento presidindo a sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – E o número dos convidados também é às vezes, extremamente reduzido. Eu certo dia eu fui convidado para uma dessas reuniões, eu cheguei tinha 14 pessoas no Plenário, no máximo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – E tinha muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois, é.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu outro dia fui na Câmara um dia desses, tinha eu e o Presidente da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois é.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu e o homenageado fomos lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – A Câmara, inclusive, faz em outros auditórios também, além do Plenário.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ela fez no Plenário, eu o Presidente da Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Dra. Cláudia. Não sei se quer antes--

SRA. CLÁUDIA LYRA – Sobre esse assunto. Existe um número. São duas por mês hoje.

SRA. CLÁUDIA LYRA – Existem as duas formas, ou a sessão especial, que é de manhã, ou o período do expediente.

Então, o que está sendo sugerido é que não mais no período do expediente, mas que seriam quatro por mês e que não seriam pelo Plenário, aprovado pelo Plenário, seria aprovado pela Mesa.

Então de alguma forma teria que aguardar a Mesa deliberar, e a Mesa deliberaria por quatro por mês.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –

Quatro por mês é muita ainda.

[soa a campainha]

SRA. CLÁUDIA LYRA – Bom, enfim.**SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) –**

É muito ainda, uma por mês já é um exagero.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL

(DEM – PE) – Eu vou conceder a palavra ao Senador Inácio Arruda, para fazer suas considerações.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, eu imagino assim que sempre nós temos que ter muita ousadia e ao mesmo tempo cuidado. Fazer essa combinação, porque o regimento é um instrumento muito importante para dirigir os trabalhos do Senado e de qualquer uma das Casas do Congresso, seja o Congresso reunido, seja o Senado, ou seja, a Câmara.

Mas ele é, sobretudo um instrumento das minorias e das minorias não só oposição, no caso, mas das pequenas agremiações que são as que menos causam tumulto à constitucionalidade ou digamos assim a tranquilidade, para poder se governar em País um continental como é o caso de Brasil, mas via de regra os regimentos são muito fortes e impeditivos.

Eu acho que no caso do Senado há até uma flexibilidade do Senado há até uma flexibilidade do regimento, ele tem muito amplitude, tem espaços bons. Outro aspecto que eu imaginaria é que a gente tem que sempre ter em mente, porque nós estamos tratando de um regimento, para conduzir os trabalhos de uma Casa que é eminentemente política e que as circunstâncias da política interferem absolutamente nos trabalhos da Casa e que nós não podemos desconhecê-los.

Quer dizer, nós temos a regra, temos a norma, mas temos que ter muita flexibilidade, porque a norma e a regra estão a serviço dessa Casa, que é eminentemente política. Porque se não a gente estabelece tal rigidez que a natureza dos trabalhos porque é uma coisa muito política, vai arrebatá-la, quer dizer, aquela norma vai virar letra morta e digo isso para várias situações, uma delas é o problema da ocupação do espaço no Plenário do Senado.

Você veja o que é a realidade, antes o Senado poderia facilmente encerrar suas sessões as seis e trinta ou até as sete da tarde, aliás, isso aconteceria com a Câmara e com o Senado, antes do advento da televisão. Com a televisão transmitindo ao vivo as sessões, a natureza política passa a se acentuar mais ainda por quê? Porque a população lá do Estado do Espírito Santo, quer saber onde anda o seu Senador Sérgio Camata.

Se ele vai falar, se ele vai se pronunciar, se ele vai os pésames aos mortos, se ele vai elogiar os nascidos, se ele vai recomendar que tal projeto que tem muito importância para o Estado seja aprovado ou não seja aprovado. Então, essa situação da visibilidade instantânea à ação do Parlamento, coisa que ocorre hoje com os Tribunais, inclusive, em situações até às vezes em prejuízo dos julgamentos, porque imagina um canhão de televisão apontado para V. Exa. perguntando – Se V. Exa. vai opinar a favor ou contra?

Dependendo da posição que tiver aquele canhão, V. Exa. pode ser levando a opinar a favor, se interessar aquele canhão, ou contra se interessar, para ver o efeito que tem hoje nós termos as sessões transmitidas instantaneamente inclusive nos Tribunais. Muitas vezes, em prejuízo das sentenças que vão ser oferecidas, porque elas ficam, como disse o Ministro Marco Aurélio, os Ministros ficam “com a faca no pescoço”, quer dizer, então, é brincadeira para quem vai julgar.

No nosso caso, eu acho imagino assim que o nosso regimento ele tem que ter essa flexibilidade. Eu acho que tem que ter a regra, o Senador Gerson Camata é um dos dirigentes da Mesa que sempre busca fazer com que a regra seja cumprida, está certo? O que vale é o que está no regimento, mas exatamente pela natureza política do Parlamento, o próprio Senador Camata tem que flexibilizá-la.

Então, às vezes, ele tem que oferecer dois minutos para o orador, mais um minuto, para o senhor concluir, então eu acho que tem ter essa flexibilidade. Eu acho que houve muito impacto com a presença da televisão nas sessões, tanto da Câmara--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Televisão e rádio.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – E rádio, que é transmitida... E o rádio... Porque o rádio pode alcançar as regiões não alcança, quer dizer você transmitir via rádio. Você pode pegar via Internet a Rádio Senado e transmitir no seu rádio lá no interior do Estado do Estado do Ceará, do Espírito Santo, do Amazonas, lá no Amapá, vão alcançar.

Então, todo mundo quer se manifestar quer usar aquele espaço, pelo menos uma vez por dia, para dizer – “Olha, eu estive aqui na sessão ou então explicar que vai se ausentar, porque vai estar em missão oficial em outro Estado, ou em outro País, vai ter uma reunião do MERCOSUL, ou vai ter uma reunião das Nações Unidas lá em New York”, que você precisa comparecer para representar o Brasil.

Então, tudo isso a gente tem que considerar na formatação do nosso regimento. Então, eu vejo com essa compreensão de que a gente tem que ter o regimento como uma norma para ser posta em prática,

mas temos que ter a flexibilidade que eu acho que o regimento atual possui e que nós não podemos perder na proposição que nós vamos fazer.

O segundo aspecto também ainda ligado, um está ligado ao outro, que foi fruto do debate aqui entre nós, está relativo às sessões especiais, as sessões de homenagens. Elas são muito significativas eu tenho a compreensão que as datas devem ser excluídas com esse porte. Quer dizer, é um cinquentário, é um centenário, quer dizer, é um sescentenário. Eu acho que nós devemos estar atentos para isso, fazer homenagens sempre muito fortes, em relação, para poder dar a grandeza que ela mesma possui em si, vamos imaginar cem anos.

Então, no próximo ano, eu já peço o apoio de todos, para que a gente possa fazer uma homenagem ao Centenário de Dom Elder Câmara, um cearense de Fortaleza--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Já está aprovado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Está aprovado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – --que militou no Brasil inteiro. Vocês sabem que os requerimentos não podem entrar antes, assim, dizem que não podem entrar antes, só pode entrar no próximo ano. Eu até fiz uma proposta e já dei entrada nessa proposta, mas foi refugada pelo regimento, porque diz que o regimento só pode aceitar no próximo ano esse requerimento, mas trata-se de uma de figura, extraordinária da vida política brasileira independente das posições que adotou em cada fase da sua vida--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Perdoe a interrupção, mas eu até já fiz um discurso sobre o assunto. Não falando sobre os cem anos, mas falando sobre Dom Helder.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Dom Helder, que é uma figura extraordinária da vida política brasileira que eu acho que merece, uma homenagem bem preparada, quer dizer, bem organizada, que os autores dos requerimentos, o autor, ou os autores dos requerimentos de sessões solenes e de homenagens, devem se tocar, ou alguém deve tocá-los para demonstrar a necessidade de que sejam atos bem preparados, para não deixar o Plenário numa situação como a do Senador Gerson Camata, na Câmara dos Deputados, ou aqui mesmo, no Senado, numa sessão que só tem a pessoa que abriu a sessão e, mais um orador que, às vezes, nem é da Casa. Então, que dizer, uma situação absurda que nós não podemos, digamos assim, deixar que aconteça, porque ela causa um prejuízo a esse tipo de homenagem.

Eu pondero sobre esse problema da restrição, porque nós estamos tratando é uma de casa política. Se a gente faz restrição a esse tipo de atividade de tal sorte que ela... Porque só aí são duas... São duas, mas não existe isso, quer dizer, são duas aqui no Regimento Interno, mas acontece, quatro, cinco, seis, porque a necessidade política impõe, então, o Regimento Interno é ultrapassado pela necessidade política. Eu acho que, talvez... Não sei se é o caso de manter a rigidez, vamos examinar, não sei se é o caso de manter, porque senão ele vira letra morta, ele vai ultrapassado pela realidade, seja do expediente, seja na Ordem do Dia, seja em período extraordinário especial da homenagem. Eu acho que a gente tem que ter o cuidado porque ele pode ser ultrapassado.

Eu faria essas ponderações agora, Sr. Presidente, mesmo porque nós vamos ter outras sessões e nós temos que examinar bem apresentar a proposição para que a gente possa apresentar emendas, sugestões a V. Exa., para que a gente possa fazer um Regimento cada vez mais sintonizado com a necessidade do Senado, de ter um instrumento de funcionamento de suas Sessões e das Comissões e, sintonizado com a vida política, mesmo, brasileira, com a sua dinâmica, que é uma realidade que, às vezes, a gente, ao não enxergá-la, termina fazendo um texto que, na realidade, não tem como ser posto em prática.

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Concedo a palavra--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES)

– Eu discordo um pouquinho do Senador achando o seguinte, que eu não acho que política tem que ser o contrário de método, de produtividade, de resolutividade, pode ser uma coisa política e que deve produzir bons resultados

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES)

– Eu tenho achado, por exemplo, que o poder de resolutividade do Legislativo vai acabar, porque com a Internet vai ter a democracia direto, o cara entra lá na Internet, vota, tem aqui um computador, ele já diz assim... não precisa mais de Senador e Deputado daqui uns tempos, porque demora.

Presidente, o voto obrigatório tem 24 anos que tramita no Congresso, e o Congresso não decidiu. É melhor decidir errado do que não decidir. Aborto – 23 anos; casamento de pessoas do mesmo gênero – 18 anos; serviço militar obrigatório – 32 anos tramitando.

Quer dizer, a coisa... Lembra que V. Exa. eu procurei para lhe pedir para assinar um plebiscito sobre essas coisas, porque não decide. Vamos devolver para o povo decidir.

Então, eu acho que essas coisas--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É mais não adianta ninguém--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Quer ver uma coisa interessante? Eu tenho um projeto que tramita ação aqui há nove anos, sobre a ortotanásia. não tem lei no Brasil da ortotanásia, os médicos não sabem o que fazer. Agora, o Conselho Regional de Medicina baixou uma lei – Sobre a vida é lei federal. O Estado de São Paulo fez uma lei estadual disciplinando isso, porque não tem lei os médicos não sabem o que fazem, eles têm medo de ser cassado, eles têm medo de serem presos. Não tem uma regra. O meu projeto de Lei é um projeto bom, necessário.

Agora, o Conselho Regional de Medicina fez uma lei sobre como é que é a ortotanásia. Tem a eutanásia, é proibida – a França até recusou, distanásia é proibida. a ortotanásia é aceita em todas as religiões, em todas as teologias, em todas as filosofias e, já existe na maioria dos países, mas, aqui no Brasil não tem lei, o Conselho Regional de Medicina legislou sobre a vida numa legislação federal, porque nós não temos lei – 12 anos tramitando aqui!

A gente tem que ser um pouco ousado, foi o que disse aqui o Inácio também, por exemplo, as quartas-feiras. porque a gente nas quartas-feiras não tem oradores? abre com a Ordem do Dia e é dia de votar? Se sobrar tempo, votou tudo e aí pode ficar fazendo discurso até meia-noite, até no dia seguinte, como agora, já tem discurso até amanhecer o dia aqui. Então, tinha que ter um dia, porque nós estamos falando muito e votando pouco.

Se a gente observar o negócio de Medida Provisória, não são tantas assim não, é que nós não votamos nem as Medidas Provisórias, aí agarra na Pauta, quer dizer, eu acho pedidas por gente aqui de dentro. Eu já vi muito aqui – “Vamos pedir uma Medida Provisória porque se bater aqui demora dois anos”. eu já ouvi dizer isso um monte de vezes e virou um troço de pedir ao Lula, e o Lula está do jeito que ele quer, é fazendo lei de lá e o Supremo interpretando do jeito dele de lá, e nós aqui no meio sem poder nos mover, sem resolutividade.

Naquele dia nossa reunião que não deu *quorum*, me ligou um amigo meu de São Paulo, que é um industrial, falou assim – “Eu estou aqui numa reunião que vai reformar o Regimento Interno”. Falou – “Precisa mesmo, senão o Supremo e o Lula legislam mais do que vocês”. Ele que não é muito ligado com política e tal, mas percebe e observa isso.

O negócio da quarta-feira tinha que ser assim, abriu é pra votar, o líder tem que saber – “Hoje nós vamos votar”.

Outra coisa que tem aqui e nós estamos tendo... eu sempre aprendi, a gente olha nos manuais e nas [ininteligível] a maioria vota e a minoria fiscaliza e, normalmente perde a votação, ela é minoria. Aqui não, não se vota nada que todo mundo não concorda – “Consenso, consenso”. Então, o Lula ganha e não pode implantar o Governo dele, porque ele tem que ter o consenso do PSDB, o PSDB ganha e tem que ter o consenso do PT para fazer as leis. Que diabo de programa que cada Governo implanta através das leis do Parlamento se não tem lei que não se vota que não seja consenso?

Então, as minorias não são minorias funcionais, são minorias um pouco cediças, um pouco... então fica uma coisa meio estranha. Então eu acho que a gente tem que ter um pouquinho de ousadia, um dia de semana de ousadia – um só – os outros dias ficam do jeito... mas na quarta-feira é o dia de resolver, é o dia de votar, é o dia de fazer.

A principal função nossa – eu entendo – é votar, depois, se sobrar tempo, fala, não é? Nós viemos aqui votar, fazer leis, fazer [ininteligível], melhorar as leis. Isso que é o objetivo nosso.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Parlar(F)? Mas não é só Parlar(F). Esse modo de pensar elogios eu concordo com Inácio. Eu acho que... vai para o Plenário. O Presidente informa – “Informo que o Senador Gerson Camata apresentou no dia tal um voto de pesar pela morte do fulano”, pronto! Porque, às vezes, sei lá se aquela pessoa merecia. Apresento um voto de elogio para um indivíduo lá do Acre, e eu estou aqui, eu não sei se ele merecia. Então, o Plenário não pode aprovar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Aí quebrava [ininteligível].

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – O Plenário aprovou... Não! Apresentou o projeto de elogio, de pesar e foi embora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Com isso, quebrava uma Lei de Machado de Assis que dizia – “Morto, vamos elogiá-lo”. Entendeu?

[risos]

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Mas então, fazia isso dessa coisa. Então, era só...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não.

Agora, nobre Senador Camata, eu gostaria de fazer uma observação sobre Medida Provisória. V. Exa. disse não são muitas, eu tenho dúvidas. eu acho que já são bastante.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Não, se a gente votasse--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Mas o grave não está nisso.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – O grave está no trancamento da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – [ininteligível] Medida Provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Porque o grande problema não é só a Medida Provisória em si, é o trancamento de pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Na década passada--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – O trancamento de pauta faz com que haja o sobrerestamento de todas as proposições em tramitação, isso desmotiva o Parlamentar a vir, inclusive, para o Plenário. Eu sinto que muito gente – “Adianta? Vai ficar só na Medida Provisória!” E, às vezes, nem isso, porque não há acordo de liderança.

Olha, se compararmos... Eu vou fazer uma afirmativa aqui, é sempre polêmica, mas é verdadeira, eu posso provar, que eu faço levantamentos cotejos e etc., e eu vejo o seguinte – A Medida Provisória mais draconianas do que o Decreto-Lei do regime militar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – É claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Mas nem comparação. Não é isso? O Decreto-Lei, no começo... Eu não vou falar da área do período 37/45, aí era o Estado Novo e o Congresso foi dissolvido, porque as pessoas esquecem de dizer isso – Getúlio – 37 – dissolveu o Congresso, nomeou intervenentes de todos os estados, salvo em Minas Gerais, por questões de um acordo político que tinha sido adrede feito, nomeou Prefeitos, não em todos lugares, mas em muitos lugares do País e não havia Congresso.

Então, o Decreto-Lei de Getúlio era, realmente, Decreto-Lei, porque não havia o Poder Legislativo. Agora, durante o regime militar, num primeiro momento, o Decreto-Lei circunscrevia apenas a duas matérias, segurança nacional, um problema de economia e não podia haver aumento de despesa, ainda tinha essa cautela, depois, começa a ter um pouco, mas muito pouco.

Agora, as Medidas Provisórias foram depois... além de a criação resultar um País que pratica o Parlamentarismo, o chamado *provedimenti provisori*, italiano, e esse porque lá, Parlamentarismo. Então, o gabinete – ou que nome tenha – baixa a Medida Provisória que vai ter, posteriormente, ser submetida à apreciação pelo Plenário.

A Medida Provisória migrou do Itália para a Espanha com o nome de Decreto-Lei. Lá, inclusive, o Presidente da... Ou melhor, o primeiro Presidente é chamado Presidente do Governo então... Também, regime Parlamentarista.

Então, de uma hora para outra transplantaram para o Brasil, que é presidencialista, desde a Constituição de 1891 – de 24 de fevereiro de 1891 nós somos presidencialistas – então trouxe o instituto [ininteligível] parlamentarista para o Brasil.

E aí muito bem. O Decreto de Deodoro que proclamou a República disse assim – “Proclamo provisoriamente – provisoriamente – a república federativa bicameral”, e esse Decreto ficou vigorando. teve uns outros poucos que também eram Decretos-Leis, mas ali era a instauração do sistema republicano, precisaria eleger o Legislativo, constituir os Poderes etc. Bom... e foi um pouco, também, cópia do modelo da Constituição Americana de 1787.

Bom, mas voltemos aos Decretos-Leis. Então, os Decretos-Leis na parte pós-proclamação da República foram pouquíssimos, inclusive, tem um, se não me engano, que é uma concordata com a Igreja Católica, que eu acho que é de 1890. Pois bem. Agora, foram abundantes no período de Getúlio – 37 a 45 – e, posteriormente, durante o regime militar eles foram aplicados de forma extremamente limitada. foram aplicados de forma muito limitada e, é lógico... E, nem se baixava sempre toda e qualquer matéria. E, Em muito casos até, os militares se abstinha de legislar sobre certos problemas que eles acham que podiam ser de iniciativa do Congresso, ou que o Congresso estava mais habilitado do que o Executivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – Pois é. E, Em muitos casos, com essa abstenção voluntária muita coisa saiu do eixo lá, do próprio do Congresso.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 1971, de julho de 1971, é uma ao lei orgânica dos partidos políticos muito boa e foi aperfeiçoado etc. mas o que é? Os militares, praticamente, não se meteram nisso, foi uma coisa que brotou aqui, no Congresso, foi quando surgiram as fundações dos partidos políticos, tirando a experiência do modelo alemão, que eu acho que é um bom modelo sobre esse aspecto e etc.

Então, só para encerrar. Mas eu quero dizer o seguinte – Que as Medidas Provisórias elas têm esse poder paralisador do Congresso. O trancamento de pauta, sobretudo, provocou essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL
(DEM – PE) – E é recente, foi a emenda 32. Mas o fato é que o trancamento de pauta... Sim! Também tem o trancamento de pauta para vetos, que foi uma coisa

muito grave. Quer dizer, o veto apreciado no Congresso, Sessões Conjuntas, portanto, ele tem o trancamento de pauta. Nós temos hoje, mais ou menos, mil vetos.

Nós chegamos num momento que eu levantei, falei com a Dra. Cláudia, 1.070 vetos. Agora, o Presidente Garibaldi fez duas sessões, aí reduziu um pouco, mas novamente cresce, porque o Presidente ali e acolá, e está no exercício de sua direito, participação do Executivo no processo de elaboração das leis através do voto, o Presidente tem, freqüentemente, tem no uso de suas prerrogativas constitucionais, ele tem vetado e, consequentemente esse número volta a crescer.

Eu acho que hoje, novamente nós estamos em torno de mil vetos. e eu fico preocupado porque o que se fala muito no Brasil é a questão da insegurança jurídica. enquanto não se completa o processo de elaboração das leis, o cidadão é quem se sente perplexo e prejudicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – 1.150.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Nesse caso dos vetos, V. Exa. acha que ele deve trancar a pauta ou não?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Não trancasse a pauta dia de quarta-feira. quarta-feira era pauta livre toda para projetos de lei nova, nos outros dias podia trancar.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – quer dizer, a pauta fica livre, desde que haja acordo de liderança?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Eu queria lembrar que a Medida Provisória mais importante que já houve até hoje, no meu entender, foi a que criou o Plano Real – Mudou a economia do País; mudou a maneira de a gente ver a economia a economia do País.

Quantos anos ela demorou para ser aprovada aqui? Cinco anos e meio! Todo ano o Ney Suassuna fazia um bolinho e levava lá para comemorar – um ano, dois anos; a mais importante Medida Provisória da história do Brasil até hoje, depois que elas foram... Cinco anos.

Agora, se destrancar a pauta de novo – cinco anos, seis anos, sete anos as importantes, as outras, dez anos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Sempre há controvérsias. Se você destranca a pauta, não vota.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Às vezes eu fico pensando o seguinte, eu não sou se eu estou radicalizando, mas eu fico pensando o seguinte – A grande questão e, aí fazer justiça à aliança democrática que permitiu transitarmos do re-

gime autoritário para o estado democrático de direito, a grande conquista, portanto, da chamada aliança democrática, foi a nova Constituição. Ora, se nós estamos vivendo – e isso é verdade – uma democracia que não tem adjetivo, o Geisel certa feita disse assim – “Nós vivemos na democracia relativa”. Quer dizer, então, a democracia é – Não pode ter adjetivos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Ele quis dizer uma ditadura relativa, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Na realidade, ele até fez a abertura – vamos fazer justiça. não fora ele, a abertura não tinha ocorrido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – A emenda nº 1178 é uma prova evidente do grande avanço--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Por isso que ele poderia ter... Melhor dizer que era uma ditadura relativa, porque eu estou promovendo a abertura política, então...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Mas vamos ser claros. Na realidade, se estamos num estado democrático de direito, não há necessidade de medidas excepcionais, porque o Congresso tem meios... Um dia, no Plenário--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – É o instituto da mensagem presidencial com urgência constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Também. É isso. Um dia, numa intervenção – já era o Presidente Garibaldi Alves, Presidente do Senado – eu não lembro em que projeto, lembrei justamente isso – “Olha, Presidente, muitas dessas medidas que vêm com”--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – Com Medida Provisória?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – --“com caráter de Medida Provisória, com trancamento de pauta e etc., elas podiam ser objeto de Projeto de Lei tramitando em regime, isso já vem” – eu acho – “que na Constituição de 46”--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE) – 46

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – --“Então, porque não continuar?”

Aliás, eu penso o seguinte. Eu fui um, na Câmara, líder, mas também no Senado, e observava o seguinte – Nem que havia esse pedido de urgência, nós fazíamos a reunião de líderes, às vezes até abreviávamos a tramitação, era muito melhor para Poder Executivo recorrer essa urgência e, porque o processo era bem

mais ágil do que os 90 dias, 45 em cada Casa etc., mas como também isso valia para a abertura de créditos. "Olha o Presidente está agora querendo abrir um crédito para a incorporação dos conscritos nas Forças Armadas etc.". Então, ninguém vai contra aquilo. "Então, vem cá, vamos aprovar logo isso. É só para esse fim? Não vamos deixar de..."

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Se é para Santa Catarina--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Ou caso de emergência. "Vem cá meu amigo. Olha, vamos votar hoje ainda. Não tem o que discutir". Então, a Medida Provisória.

Agora, Congresso não é só legislar, tem outra grande função que é fiscalizar e ser fórum de debates, como se diz. Essa frase não minha, é do Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos durante a Primeira Grande Guerra Mundial e era um grande... Era professor na Universidade da Princeton e era um cara muito... Uma pessoa muito idealista, talvez até demais. Ele foi autor da chamada mensagem 14 pontos durante a Primeira Grande Guerra Mundial, que alguns até estranharam porque disseram – "Deus se satisfez com dez mandamentos e o Wilson está trazendo 14".

Mas o fato é o seguinte – Ele era idealista, então, trabalhou para o fim da Primeira Grande Guerra Mundial, os Estados Unidos se engajaram nela, também, mas o seguinte. Woodrow Wilson de certa feita, num trabalho sobre o Congresso, ele disse assim – "Tão importante quanto legislar é fiscalizar e funcionar como grande fórum de debates".

Então, a Medida Provisória está tirando, também, do Congresso o exercício da efetiva função fiscalizadora, porque não nos resta espaço para isso, também. Levantamentos feitos pela Mesa e compulsa ali e acolá, provam mais ou menos o seguinte... Não posso dizer que isso é todo mês, mas já em alguns casos eu tive a oportunidade de observar seguinte – O número de sessões ordinárias deliberativas é menor do que o número de sessões ordinárias que não deliberaram por conta de Medida Provisória.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Ah, claro!

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, isso é uma distorção. O poder de legislar está prejudicado e, a partir daí, o poder de fiscalizar... E hoje até o poder fiscalizador é--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Sanção e aprovação de leis que, normalmente, tem deliberado retirando as Medidas Provisórias e retirando as iniciativas de Senadores, Deputados e mensagem do governo, normalmente tem ocorrido que você delibera sobre as chamados autoridades, e

etc., quer dizer, você teve a deliberação, mas não está ligada à produção legislativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, eu acho que podemos encerrar a presente reunião.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE) – Está muito boa, porque a discussão do Regimento Interno também serve como um debate constitucional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Também. Eu acho que é bom, porque a matéria regimental--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCO MACIEL (DEM – PE) – Então, eu agradeço a presença de todos e convoco uma reunião para a próxima terça-feira, a hora habitual – se assim posso dizer, já é a terceira vez – às 14h00 da próxima terça-feira.

Sessão encerrada às 15h55. – Senador **Marco Maciel**, Presidente.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA PELO REQUERIMENTO N° 200, de 2008, DE AUTORIA DO SENADOR MAGNO MALTA E OUTROS SENHORES SENADORES, COMPOSTA DE SETE TITULARES E CINCO SUPLENTES, NOS TERMOS DO § 4º DO ART. 145 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, PARA, NO PRAZO DE CENTO E VINTE DIAS, APURAR A UTILIZAÇÃO DA INTERNET NA PRÁTICA DE CRIMES DE "PEDOFILIA", BEM COMO A RELAÇÃO DESSES CRIMES COM O CRIME ORGANIZADO

ATA DA 32^a REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 32^a Reunião, realizada em 19 de novembro de 2008, às onze horas e dez minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foram ouvidos os senhores Dr. José Vitor Hansem, Subchefe da Divisão de Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores e Dr. Hartmut Richard Glaser, Diretor do Comitê Gestor da Internet. Foi aprovado ainda, o Requerimento n.º 212/08, requer a transferência para esta CPI do sigilo telemático, referente aos dados e fatos acessíveis pelas páginas discriminadas no anexo do presente requerimento todas hospedadas no site de relacionamento Orkut, bem como os logs que registram o histórico de operações realizadas pelos respectivos usuários.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão – **Magno Malta** (PR – ES) – Presidente – **Demóstenes Torres** (DEM-GO) – Relator – **Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – **Paulo Paim** (PT

– RS) – **Romeu Tuma** (PTB – SP) – **Virgílio de Carvalho** (PSC – SE) – **Sérgio Zambiasi** (PTB – RS).

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Declaro, em nome de Deus, aberta a 32ª Reunião da CPI da Pedofilia, que visa investigar...

Zé, pode sentar aqui, eu já te chamo. Sente aqui do meu lado. Você é um cara importante, Zé, é um homem importante da Embaixada, não é Glaser?

Eu quero registrar que há quorum regimental. Antes de iniciarmos os trabalhos eu proponho a dispensa da leitura da Ata anterior. Está dispensada, os Senadores que aprovam, permaneçam como estão.

Hoje nós convidamos o Embaixador da República Federal da Índia no Brasil para estar conosco, por algum motivo ele ainda não chegou, José Vitor Hanssem, Chefe de Divisão de Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores, e o Dr. Glaser. O primeiro nome é muito ruim de falar, o último já é mais fácil um tiquinho, eu vou falar o último. Não é Zé? Glaser. Eu quero registrar a presença também do pastor Fad conosco, pastor aqui em Brasília, de uma grande comunidade, a Igreja da Fé, milhares de pessoas, que é meu convidado para participar dessa Sessão com a gente, vai ficar sentado aqui no Plenário conosco. Registro a presença da assessoria, que tem trabalhado intensamente.

Gostaria que os senhores intensificassem o que os Estados Unidos já está fazendo, que é exigir ficha corrida de quem vai pegar visto para vir para o Brasil. Se tiver condenação, se tiver investigação, se estiver cumprindo pena de abuso contra criança não terá visto para entrar no nosso país, independente do que seja.

Estamos trabalhando o tipo penal. Ontem a Câmara enviou, chegou ontem, a Câmara Federal enviou ontem ao Presidente da República o projeto que criminaliza a posse, foi ontem para a sanção do Presidente da República.

Quero também dar uma boa notícia. Todas são muito boas, mas os pedófilos de Niquelândia, que foram condenados pelo Juiz e pelo Promotor que nós ouvimos aqui, que sofreram tanta pressão política naquele Município, os abusadores daquelas meninas, que foram condenados, recorreram e, em Segunda Instância, o TJ manteve a condenação dos pedófilos e eles foram condenados a cinco anos e dois meses. Espero que o processo contra o Prefeito, que corre em uma outra Instância, o despacho contra o Prefeito foi de outro tipo, mas eu espero que a posição do TJ com relação aos Secretários do Município, a filha do Prefeito, o motorista do Prefeito, até a filha do Prefeito abusou das meninas, do Vereador, que esse mesmo Tribunal tenha uma posição firme com relação à situação do Prefeito.

Quero também registrar a idéia aqui do reverendo Fad, que está encabeçando um movimento de uma marcha nacional, “Todos contra a pedofilia”.

Na segunda-feira próxima passada, Dra. Ana, Dr. Glaser, segunda-feira pela manhã eu participei de uma passeata em Delfinópolis, em Minas Gerais, eu fiquei abismado com a população na rua, com a reação da população. A falta de aceitação, a indignação, a rejeição à barbaridade desse crime. A capacidade da sociedade de denunciar, numa concentração após a marcha, após a minha fala, as pessoas que se acercavam de mim, adultas, eram para fazer relatos do abuso na infância, algo bastante impressionante, quer dizer, o país ganhou a capacidade da denúncia, o país perdeu o medo, graças a Deus, mas essa CPI, sem ser psicóloga, ajudou as pessoas a se livrar dos seus monstros. Eu registrava, Senador Virgílio e Senador Azeredo, que no encontro feito pela Comissão de Segurança da Câmara na terça-feira passada sobre abuso de criança e que eu fui um dos palestrantes, a Delegada Marina Magessi, do Rio, Marina, a Inspetora de Polícia do Rio, ela foi, ela é da Comissão de Segurança, então ela foi a mediadora da Mesa, e ao final da minha fala eu fiquei impressionado, Dr. Glaser, eu fiquei impressionado, Zé, porque ela começou a chorar e disse – “Todo mundo me conhece como policial. Eu tive a felicidade de poder custear vinte anos da minha vida análise, fazendo análise. Mas hoje, diante dessa palavra, eu quero me livrar de um monstro que anda comigo”. E ela então disse – “Eu fui abusada aos cinco anos de idade” – e começou a chorar. Eu fiquei impressionado porque, numa reunião lá na Câmara, impressionado com a coragem dela.

E ontem escutei uma outra coisa, pastor Fad, de um dos diretores de empresa multinacional, operadoras de telefonia no Brasil, ele pede a palavra e diz assim – “Quando eu vi as imagens naquele dia, na primeira reunião com o senhor, eu vi uma imagem e me retirei porque eu tive medo de ver meu filho ali”. Porque o pedófilo é uma sombra, é alguém acima de qualquer suspeita, qualquer um põe a mão no fogo por ele.

Então eu penso, Senador Virgílio, que a nossa contribuição tem sido significativa, eu estou aqui na minha mão com toda a documentação e com os pedófilos da Índia, com os quarenta e três, são quarenta e três que produzem e são cento e poucas ramificações, é uma luta que a Índia tem com o Orkut, com a Google, não consegue que eles sejam entregues, esse material todo está conosco para que nós possamos entregar à Índia, entregar ao Embaixador da Índia, e eu pretendo fazer isso no dia de amanhã, havendo a justificativa dele não vir aqui eu vou à Embaixada para entregar a ele algo que há quatro anos eles lutam, eles querem,

elas têm tido brigas jurídicas homéricas como nós tínhamos aqui e que não conseguiram o que nós conseguimos. Espero que o Termo de Ajuste de Conduta que foi assinado com o Brasil, inclusive vou levando a cópia para ele, seja um precedente para que a Índia também receba, e é num momento importante, não é Senador Eduardo Azeredo, em que nós estamos indo à Índia para um Congresso de Governança de Internet, que vai tratar desse tema, e acho que nós vamos levando para eles um belo presente, uma bela perspectiva, um belo caminho para que eles possam seguir na defesa das crianças da Índia.

Eu quero convidar o Dr. Glaser e o Dr. José Vitor para que se assentem aqui do meu lado. Vamos dar a palavra ao Glaser primeiro, porque lá na Suíça nós esquecemos o Glaser no meio da rua [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Não, quem perdeu a roupa foi o Zé. O Glaser marcou o restaurante, acertou tudo, esperou, arregimentou todo mundo, um lá se perdeu, foi a Dra. Carla que estava atrasada e o Zé foi atrás [risos], não foi? Todo mundo pegou o táxi, foi embora e largou ele lá. E aí hoje é a minha primeira oportunidade de pedir a ele desculpa, perdão, porque nós deixamos ele no meio da rua, mas certamente lá na Índia nós vamos pegar o táxi todo mundo junto sem ter o mesmo nenhum tipo de problema. Foi um convívio significativo, viu Glaser, foi importante para nós, foi importante para mim não como Senador, mas como pessoa, importante como pessoa, eu acho que para as discussões da era da Internet no país, da era da tecnologia, o aprendizado com você, com o Zé, com o Tavares, que foi quem emprestou a roupa para o Zé. O Zé perdeu a mala lá. E o Tavares, uma pessoa também que somou muito, tem muita coisa que a gente não comprehende, e quando você não comprehende e fala que não comprehende, a gente fala com ignorância, e eu confesso que muita coisa a gente fala com ignorância mesmo, por falta de conhecimento. Mas foi muito importante, doutor, e eu gostaria lhe passar a palavra e, depois, a gente vai ouvir o Dr. José Vitor Hansem. Eu estou falando Zé aqui porque eu me acostumei tanto com ele, mas quem tem um Presidente que chama Lula, a gente poder ter um sujeito do Itamaraty que chama Zé, não tem problema nenhum [risos].

SR. HARTMUT RICHARD GLASER – Bom dia.

Muito obrigado pelo convite de estar aqui cooperando e trazendo algumas informações a essa CPI. Tive o privilégio de conhecer o Senador Magno Malta pessoalmente nessa viagem à Suíça, em Genebra.

Algumas informações bem rápidas sobre o meu passado. Eu sou professor da Escola Politécnica da USP desde 1968, então eu miltito na área da tecno-

logia, das telecomunicações. Desde 1995 ou 1996 estou diretamente envolvido com a Internet brasileira. Na época nós tínhamos apenas cinco mil domínios no Brasil e hoje, no dia 2 de novembro, eu estava no Cairo, quando chegamos a um milhão e meio de domínios da Internet no Brasil. E essa evolução rápida da Internet, que é uma coisa fantástica, automaticamente traz também as consequências que nós estamos tratando aqui.

Em 1995 – eu tenho alguns slides, estamos com alguma dificuldade técnica aqui –, mas em 1995, quando a Internet saiu do mundo acadêmico, aliás, foi o início em qualquer país, a Internet começou no meio acadêmico, nas universidades. No caso dos Estados Unidos teve uma fase que ainda estava numa aplicação mais militar, mas no Brasil, em 1995, quando a Internet atingiu uma certa maturidade, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil, na época, por uma Portaria Interministerial de dois Ministros, o Ministro da Ciência e Tecnologia e o Ministro das Comunicações. Esse Comitê foi sofrendo algumas alterações na sua composição e em 2003, já no primeiro Governo do Presidente Lula, saiu então um Decreto, de uma certa forma, transformando essa Portaria Interministerial, que do ponto de vista jurídico legal, eu não sou advogado, era contestada por alguns segmentos, então por um Decreto oficiando o Comitê Gestor na sua composição atual de vinte e um membros. E o grande diferencial do Brasil é que a Internet brasileira é coordenada por um Comitê que nós chamamos, o termo internacional, **Multi-Stakeholder**, com representantes de todos os segmentos da sociedade civil. Pegando o caso do nosso Comitê Gestor aqui no Brasil, são nove representantes do Governo e são doze representantes eleitos pela sociedade civil – quatro empresários, quatro acadêmicos e quatro do terceiro setor. Então os doze representando a sociedade civil e os nove representando o Governo Federal. Mais tarde eu mostro a composição em um dos slides.

Esse Comitê Gestor tem participado de todos os eventos internacionais ligados diretamente à Governança da Internet. A Governança da Internet é uma discussão que já vem há muito tempo e provavelmente vai levar algum tempo, porque sendo um desenvolvimento que começou nos Estados Unidos, até hoje ainda tem um cordão umbilical com o Governo americano. Já em 1998, portanto, depois que o Comitê Gestor no Brasil foi criado, os americanos resolveram também tirar a Internet do Governo e criaram, fomentaram a criação de uma entidade, de uma ONG, uma entidade sem fins lucrativos, que está hoje registrada na Califórnia, em Los Angeles, chamada de **Internet Corporation for Assigned Numbers and Names**. É um Comitê Ges-

tor Internacional, é uma entidade máxima da Internet mundial, que tem um contrato com o Departamento de Comércio americano. E esse assunto, esse contrato com o Governo americano, eu acho que o nosso colega do MRE vai falar um pouco mais na parte de Governo, na parte de política, mas essa parte da Governança da Internet chegou a um ponto que não atende mais à demanda internacional.

Então o Brasil, através do Comitê Gestor, através de outros órgãos do Governo, de uma forma especial, do nosso Ministério de Relações Exteriores, tem participado ativamente de várias fases internacionais onde esse assunto foi discutido. Nós começamos com um grupo chamado **Word Summit on the Information Society**, aonde se discutiu toda a sociedade da informação, todos os aspectos relacionados com a sociedade moderna, a sociedade da informação. Mais tarde criou-se um grupo de trabalho só para estudar a Governança da Internet, sempre debaixo dos auspícios das próprias Nações Unidas, e não se chegou, então, a um consenso. Então o Secretário da época, o Kofi Annan, criou um **Internet Governance Forum**, um fórum internacional para discutir a Governança da Internet. Esse IGF teve a sua Primeira Reunião Plenária em Atenas, no fim de 2006, a sua Segunda Reunião Plenária no Rio de Janeiro, o Brasil hospedou a Segunda Reunião no final do ano passado, e como o Senador acabou de mencionar, a próxima Reunião será agora, em duas semanas, na Índia, nós estaremos indo para Haiderabade para participar do Terceiro IGF e contribuir com a nossa experiência. Durante o ano existe um grupo assessor que prepara o evento. O representante do Governo brasileiro é o nosso colega do MRE, nós temos outros brasileiros participando, eu sou um assessor especial, e mais algumas pessoas, que têm procurado então montar toda a infra-estrutura, uma grade de programa para que todos os aspectos da Internet possam ser incluídos. Eu vou falar logo depois um pouco mais sobre o Rio de Janeiro e também sobre o Brasil, sobre o evento no Rio e o evento na Índia, mas eu quero rapidamente então mostrar alguma coisa do Comitê Gestor. Pode passar para o seguinte.

Alguns eventos bem rápidos. O Brasil acordou para a Internet em outubro de 1988. O .br, que caracteriza todos os domínios brasileiros, foi registrado em abril de 1989. Naquela época não tínhamos ainda a tecnologia de hoje. O protocolo que está na terceira linha TCP/IP começou a ser usado só em 1991, esses que vocês usam normalmente na Internet brasileira hoje. A operação comercial começou em janeiro de 1995, o Comitê Gestor, como eu falei, foi criado em maio de 1995, e nós automatizamos todo o registro de domínios do Brasil em 1997 porque nós vimos que era um

"bum". Em 1995 as empresas começaram a registrar .combr, .combr, .combr, então se fosse manual nós íamos levar muito tempo. Só para ter uma idéia, hoje recebemos entre mil e quinhentos a dois mil pedidos novos por dia de novos domínios para registrar. Uma coisa que é muito importante também, que quebrou um certo monopólio na época, em 1997 criamos o primeiro ponto de troca de tráfego. Todos os provedores de Internet se interligavam ou na Embratel, no Rio de Janeiro, ou diretamente em Miami, nos Estados Unidos. Então uma correspondência que ia de um bairro, da mesma cidade, só porque ele usava um outro provedor, provavelmente ia até os Estados Unidos e voltava. E nós montamos então em São Paulo, foi um projeto acadêmico que nós lideramos na época, para mostrar que nós podemos baratear, economizar banda internacional, reduzir custos e montamos um NAP(F), um ponto de troca de tráfego, em 1997, e hoje temos dez funcionando em todo o Brasil. Hoje é uma moda, na América Latina temos outros dez e estamos multiplicando. O próximo, por favor.

Aí alguns números rápidos. Do lado esquerdo dessa tabela, os que estão em amarelo são domínios que não têm código de país – é o .com, o .net, o .org, o .info, o .eu – para toda a Europa, o .bis, que podem ser usados em qualquer país do mundo. Os que estão em azul – .cn (China), .de (Alemanha), .uk (Reino Unido), .nl (Holanda) e assim por diante, vocês vêem a colocação do Brasil em quantidade de domínios, em 1º de outubro de 2008, nós tínhamos 1 milhão e 470 mil, estávamos em 12º lugar. Mas se nós tiramos os que são genéricos e olhamos só para os códigos de país, o Brasil sobe para o 6º lugar. Então temos a China com 13 milhões, a Alemanha com 12, Inglaterra com 7, Holanda com 3, a Itália com 1,5 e o Brasil hoje também com 1,5, e os outros países. Então nós temos liderança sim, o Brasil é um diferencial grande na Internet e por isso nós queremos participar de qualquer decisão nova, e por isso o IGF no Rio de Janeiro, por isso delegações de dez, doze pessoas que participam. Acabamos de voltar, estivemos no Cairo com uma delegação de doze ou treze brasileiros, realmente o Brasil não pode perder essa plataforma de coordenar ou de influenciar os rumos da Internet internacional.

E como qualquer tecnologia, qualquer tecnologia, como pesquisador, como professor, qualquer tecnologia tem o lado bom e, lamentavelmente, tem o lado ruim. Então nós precisamos combater a parte negativa sem prejudicar, obviamente, o grande progresso que esta ferramenta trouxe, não só ao Brasil, mas ao mundo. A próxima.

Aí uma estatística. Vejam como é que está o Brasil hoje. Em 2008, se muito a penetração da Internet

vai alcançar 25% da população. Se nós somos 180 ou 190 milhões, são 45 milhões de usuários da Internet. Nós temos países, eu não trouxe a tabela, onde a penetração chega a 50, 60, 70%. Se já temos o problema que temos hoje com 25% da penetração, esse problema também se multiplica se nós tivermos mais usuários. E é o que nós queremos – banda larga para todo mundo, inclusão digital, conectividade para todo mundo. Então isso vai aumentar o problema e precisamos estar preparados para realmente termos leis, termos procedimentos corretos e justos para evitar essa grande consequência do uso indevido de uma ferramenta tão boa como essa. O próximo.

Aí o crescimento no Brasil. A curva de crescimento, lá embaixo, 1996, começou com quase zero, eu falei que tinha 5 mil domínios, e hoje, no fim do ano, vamos chegar aí a 1 milhão e 550 mil, quase 1 milhão e 600 mil. Falta aí um mês e pouco, então estamos crescendo rapidamente, é uma curva ascendente muito grande. No meio lá, em 2003, aquela perturbação foi quando nós pela primeira vez tiramos domínios da base de pessoas que não pagavam e então estavam inadimplentes, e hoje esse processo é automático. Não pagou, depois de quarenta e cinco dias, está fora, perdeu a Internet. Nós registramos 50 mil novos domínios por mês e desligamos 20 mil domínios por mês. Então o crescimento na média é de 30 mil domínios. O próximo.

O Comitê Gestor então foi criado em 1995, o Decreto Presidencial em 2003, e nós temos uma atribuição de assegurar a qualidade, a eficiência. Então nós temos essa atribuição pelo Decreto Presidencial de assegurar a justa competição entre provedores, garantir a manutenção e a conduta dos usuários. Aqui entra um pouco então esse assunto todo de cooperar, dentro das leis, naquilo que os provedores e as empresas de telecomunicações devem fazer também no seu conteúdo. Não queremos entrar na censura, mas estamos juntos com o Governo procurando aquilo que realmente elimina os maus usuários da Internet. O próximo.

Aí estão as principais atribuições. Eu vou deixar esse material aqui, Senador Magno Malta, à disposição, eu não vou ler tudo isso porque vamos gastar muito tempo. Mas aí coordenar endereços, recomendar procedimentos, estabelecer diretrizes estratégicas. Nós queremos um Brasil desenvolvido, incluído na parte digital, então podemos ajudar em colocar metas, ajudar o Governo a definir as metas, pesquisas, proposições de medidas regulatórias em cooperação com os Ministérios, com a ANATEL, e adotar medidas necessárias para garantir que a gestão seja compatível com padrões, já que a Internet é o grande modelo de globalização. Nós precisamos estar dentro das regras

internacionais, nós somos uma grande corrente, todos interligados, e se um elo é fraco toda a corrente pode estar sendo rompida por alguma falha. O próximo.

Essa é a composição que eu falei – nove do Governo, quatro de empresa, quatro do terceiro setor, três acadêmicos e um notório saber, que sempre é também da Academia, os vinte e um membros mostrando a representação de todos os setores da sociedade. O próximo.

Aqui a composição. O Ministério da Ciência e Tecnologia, Comunicações, Casa Civil, Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Planejamento, Defesa, CNPQ, ANATEL e o Conselho Nacional de Secretarias Estaduais, o CONSECTI.

Notório saber, aí estão os quatro setores empresariais, um que representa os provedores, então nós temos um representante que fala pelos provedores de acesso, temos os provedores de infra-estrutura, um representante das empresas que promovem o acesso, no momento é a ABTA, que é a telefonia a cabo ou TV a cabo, um representante dos bens de informática, hardware e software, então aí também podemos conversar, e um grande usuário, que no momento é o representante do setor de contabilidade, quatro ONGs e três acadêmicos. O próximo.

Como é que nós trabalhamos? Grupo de trabalho que são voluntários da Internet brasileira. Nós temos vários grupos de trabalho que se reúnem duas ou três vezes por ano, com trezentos, quatrocentos participantes, e ainda tem lista de discussão, onde todos os assuntos da Internet são discutidos; comissões técnicas que são dos próprios Conselheiros e especialistas convidados; e reuniões regulares do próprio Comitê Gestor da Internet. O próximo.

Os grupos de trabalho estão definidos. Comissões técnicas, por exemplo, a governança global. Nós discutimos antes com o Itamaraty, com outros Ministérios, como nós vamos defender as nossas posições brasileiras nos Comitês Assessores lá fora. O GAC é um Grupo Assessor de Governos que assessoraria esse Comitê Gestor Internacional, que é o Aiken(F). O MAG é esse *Multi-Stakeholder Advisory Group* do IGF. Então essas discussões são feitas entre Comitê Gestor e outras partes envolvidas, ANATEL, Ministérios e assim por diante. Temos um grupo muito ativo que levanta indicadores de estatísticas. Nós enviamos isso ao Governo, eu acho que o Senado também recebeu, fazemos anualmente levantamento da penetração da Internet, o perfil do usuário, as regiões mais atingidas, aonde nós temos deficiência e assim por diante. Estamos fomentando criar mais conteúdo de língua portuguesa em cooperação com os outros sete países que falam, que usam a língua portuguesa. Anti-spam,

ninguém gosta de Spam na Internet. 90% do que eu recebo por dia é lixo. Então a gente quer uma lei dura anti-spam. Aí os pontos de troca de tráfego, inclusão digital e uma Comissão de Trabalho de Proteção à Infância e à Criança. O próximo.

Alguns exemplos. Próximo.

Indicadores. Nós levantamos dados para auxiliar na elaboração de políticas públicas, monitoramos o impacto sócio-econômico da tecnologia da informação e comunicação e queremos comparar a situação brasileira com outros Governos. Nós procuramos sempre estar próximos de países da Europa para ver como é que está a nossa situação e, obviamente, lutar para uma melhoria da inclusão digital no Brasil. E participamos de reuniões das Nações Unidas, da OIT, da OEA, da OECD, da CEPAL(F), SITEL(F), sempre cooperando com o Governo. O próximo.

Temos uma parceria com o IBGE, fizemos uma estatística de domicílios e de empresas para ver a penetração da Internet. O próximo.

Anti-spam. Recomendar procedimentos tecnológicos para combate a Spam, informações para os atores, recomendar códigos de conduta, Projetos de Lei para o Legislativo, temos eventos com as teles, com os provedores, temos uma articulação internacional com outros países. Não adianta o Spam ser cortado no Brasil se tem Spam lá fora. E temos eventos abertos onde convidamos todos os atores envolvidos. O próximo.

A nossa Comissão de Trabalho de Proteção à Criança na Internet, ela obviamente seguiu um momento que já existe lá no interior, um modelo que estamos usando é o do Reino Unido, **Child Online Protection(F)**, essa Comissão eu acho que é a maior que nós temos, tem representação do Ministério Público Federal de vários Estados, se eu omiti um Estado por favor me perdoem, mas são alguns Estados que já se manifestaram, a Polícia Federal tem seus representantes, o Congresso Nacional tem representantes, os provedores e as teles têm os seus representantes e as ONGs também estão representadas. Então outra vez o modelo **Multi-Stakeholder**, com vários players participando e, se tiver alguma omissão me informem, a gente completa essa informação. O Antônio Tavares, que é um colega nosso do Comitê Gestor, é o coordenador dessa Comissão de Trabalho, ele acompanhou a nossa última viagem à Genebra, estivemos juntos ali com o Senador, então essa Comissão tem essa preocupação de ver como o Comitê Gestor, em cooperação com todos os outros players, pode realmente agir de uma forma bem forte nessa área da proteção à criança. Tem representação da Câmara, do Senado, então estão todas as Comissões, todos os representantes estão nessa Comissão. As reuniões são mais ou

menos por camada. Não adianta a gente trazer talvez em todas as reuniões o pessoal que provê o acesso ou o pessoal mais da área jurídica. Então as reuniões muitas vezes são mais em subgrupos, mas temos tido uma atividade muito forte nessa área. O próximo.

O braço executivo do Comitê Gestor chama-se Núcleo de Informação. O Comitê Gestor é um grupo de trabalho nomeado por um Decreto, ele não é pessoa jurídica. Então este Comitê Gestor criou uma entidade jurídica, sem fins de lucro, que implementa as decisões do Comitê Gestor. Eu sou um dos diretores do NICBR. Então eu vivo o dia-a-dia, eu estou trinta dias por mês trabalhando para o Comitê Gestor e executando as decisões, as tarefas e representando em algumas entidades o Comitê Gestor na parte executiva. O próximo.

O Comitê Gestor tem uma assembléia, ele tem um conselho administrativo e tem uma diretoria. O próximo.

Aqui está a estrutura, o NIC com sete conselheiros, uma diretoria, com quatro grandes departamentos agindo. Isso é a parte executiva. Registro de números de IPs, os endereços que podemos rastrear para saber quem é o bom usuário e quem é o mal usuário, saber o seu endereço e a sua residência no mundo virtual, registrar o nome de domínio, o grupo de segurança que trabalha com anti-spam e também com dados na área de pedofilia, o Setic(F), que faz a parte de estatísticas, e a área de novos projetos. O próximo.

Aí mais uma vez, registro, sete Setic(F), Septro(F), publicações, eventos.

Senador Magno Malta, eu quero dar uma informação, que eu acho que em nenhuma das vezes não foi corretamente informada. Eu fiz um levantamento esta semana. Aquela famosa apostila, aquela famosa cartilha, nós temos aquela cartilha no site e eu consegui levantar que só no primeiro semestre tivemos duzentas mil consultas à apostila, que foi feito download. Então a apostila, diretamente usada por pessoas, teve duzentas mil consultas. Nós temos a apostila em outros sites, outras ONGs têm essa nossa publicação. O Software Livre, SaferNet, outras ONGs estão usando, e em várias escolas os professores usam como material didático. Então o número que foi mencionado aqui obviamente estava bem inferior. Felizmente essa apostila está tendo saída. Só na versão papel foram mais de vinte mil cópias, mas essas duzentas mil me impressionaram bastante. Ela é uma apostila, é uma informação não para crianças, mas é uma informação para professores, para operadores de rede e nós estamos melhorando essa parte também de atingir, de alcançar os usuários da Internet. Então publicações de eventos é um braço muito forte do Comitê Gestor. O próximo.

Aí são os endereços com todos os sites que eu vou deixar à disposição e, com isso, eu termino a parte dos slides, mas eu quero voltar a dizer que na reunião do Rio de Janeiro que o Brasil convidou para fazer o IGF, nós tivemos a felicidade de contar com a contribuição de todos os setores e tivemos vários workshops, várias oficinas que falaram claramente sobre assuntos de segurança, de crimes cibernéticos e, também, sobre pedofilia. E a mesma coisa vai acontecer agora no próximo evento do IGF lá na Índia.

Então esse assunto, Senador, é muito importante, estamos num momento crucial de realmente conversar com os nossos parceiros da Índia para ver se conseguimos repetir a experiência brasileira naquele país que realmente também está sofrendo essa influência.

Mais uma vez muito obrigado, estou disposto aí a responder perguntas, me senti muito honrado em estar aqui nessa CPI trazendo estas informações. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Eu agradeço ao Dr. Glaser, esclarecedora a sua palavra a respeito do Comitê Gestor e os dados trazidos a nós vão ficar aqui na CPI, certamente são dados e informações que estarão no relatório final dessa CPI para que a sociedade possa consultar, eu acho que é esclarecedor para nós que fazemos a CPI, para o Senador Virgílio, que é o Subrelator-Geral dessa CPI, para mim também. Agradecer ao Dr. Glaser, porque eu acho que essa convivência para nós, que estamos batalhando no sentido de criar uma legislação brasileira para enfrentamento a crimes cibernéticos, hoje o grande mal da humanidade, a palavra de V. S^a. e a disposição de vir aqui e estar conosco certamente é de muita importância para todos nós.

Eu passo a palavra, agora, ao nosso amigo José Vitor Hansem. O Zé vai usar da palavra e vai contribuir conosco.

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – Obrigado, Senador.

Bom dia a todos, bom dia Senador Virgílio. Eu gostaria de agradecer à CPI pelo convite ao Itamaraty e, em particular, agradecer em nome do Ministro Hadil da Rocha Vianna, Diretor do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Itamaraty, que eu represento hoje e que, infelizmente, não pode comparecer porque tinha um compromisso previamente agendado no Rio de Janeiro. Ele já foi para lá ontem à tarde e infelizmente não pode vir, mas agradeço em nome dele.

Eu gostaria de fazer um primeiro comentário dizendo o que é o IGF e qual é o papel dele. Como mencionou o professor Glaser, o Fórum de Governança da Internet foi criado a partir de uma iniciativa tomada pela Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, que foi um evento, uma Cúpula das Nações Unidas na qual os

governos, enfim, tiveram a oportunidade de começar a debater esses temas novos relacionados à Internet, à telefonia móvel, a inúmeras tecnologias emergentes e que trazem, obviamente, oportunidades, riscos e desafios para todos.

A Cúpula definiu, tomou algumas decisões, digamos, em relação à Governança da Internet especificamente, tomou algumas denúncias essenciais. Primeiro ela entende que a Governança da Internet é um tema extremamente amplo que envolve desde legislar sobre segurança e privacidade dos usuários, envolve a provisão de acesso para todo mundo com qualidade, com banda larga, envolve a distribuição mundial dos endereços de Internet. São inúmeros assuntos, alguns extremamente técnicos, alguns de caráter mais políticos. E a decisão da Cúpula, a Cúpula decidiu o seguinte – em primeiro lugar, a Governança da Internet deve ser exercida por Governos, pela iniciativa privada, pela sociedade civil, pela academia, nos seus papéis específicos, quer dizer, cabe aos Governos, evidentemente, legislar sobre criminalidade da Internet. Isso é um papel dos legislativos, é um papel dos Governos legislarem em seus territórios sobre isso, quer dizer, agora em compensação o papel dos Governos na parte técnica da Internet é bastante reduzido em distribuição de interesses, cabendo ao Governo sim deliberar e dar orientações em relação a políticas públicas. Esse é o modelo global que foi idealizado pela Cúpula Mundial da Sociedade da Informação e foi criado um Fórum de Governança da Internet, que terá inicialmente cinco reuniões, começou lá em Atenas, teve a segunda no Rio de Janeiro, a terceira na Índia, uma quarta no Cairo, no Egito, e uma quinta ainda sem local definido, para debater, este é um Fórum que não toma decisões, mas que debaterá, chamará a atenção da sociedade para diversas questões relevantes da Governança da Internet, e os países membros da ONU decidirão sobre a eventual continuidade do IGF depois da quinta reunião e, também, deliberaram que os mecanismos existentes de Governança de Internet devem se adaptar a esses mecanismos de governança que eu mencionei, com participação ampla e com papéis específicos para os diversos setores.

Nesse particular eu acho que o Brasil, o Brasil é um país que tem grande relevância na Internet por inúmeras razões. Uma delas, o professor Glaser mencionou aqui, nós temos uma participação extraordinária na Internet, o .br tem uma presença enorme na Internet. Se nós pensarmos, inclusive, que o Brasil é um país em que só 25% das pessoas têm algum acesso a Internet, em comparação com países onde chega a 60, 70%, esse número é ainda mais impressionante, e uma coisa que o professor Glaser não mencionou,

eu acho que é ainda mais impressionante o seguinte – de todos os códigos de país o Brasil é aquele em que, proporcionalmente, o código nacional é mais forte. Então, digamos, tudo que é brasileiro, que tem domínio na Internet, eu acho que hoje 70 a 80%--

SR. HARTMUT RICHARD GLASER – Mais de 80%.

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – Mais de 80% dos domínios que são brasileiros usam .br. Isso não existe em nenhum lugar do mundo. O americano é muito pouco fiel ao .us, ninguém sabe que ele existe, o britânico não usa muito .uk, de Reino Unido, usa menos, a Argentina tem um domínio enorme, nas na verdade funciona com uma regulação que não garante que só argentinos usem. O .br só quem está no Brasil usa e mais de 80% dos brasileiros que estão na Internet, que tenham a sua cara na Internet, tem a sua cara no .br, quer dizer, isso é um capital político nosso importante.

Outro fator que faz com que o Brasil seja um grande ator na Internet é que o Brasil adota, domesticamente, um modelo de Governança da Internet semelhante àquele que a Cúpula da Sociedade da Informação sugeriu para o mundo, quer dizer, papel do Governo, papel da sociedade civil, debates amplos, inclusivos. Esse é um modelo fortemente calcado no Comitê Gestor da Internet que nós adotamos no Brasil e então isso nos põe muito à vontade nos debates internacionais sobre governança porque nós somos citados externamente como exemplos de um mecanismo, de um modelo de Governança de Internet domesticamente adequado àquilo que se quer que no mundo a Governança da Internet se transforme. Há desafios para isso, evidentemente, porque os mecanismos de governança, onde pensamos a AICON(F), foram criados em contextos históricos diferentes, com vinculações muito específicas, e obviamente nós trabalhamos por uma transição, para que esse modelo se adeque, mas isso evidentemente custa um grande esforço nosso de coordenação e de trabalho.

O IGF, portanto, aí vou passar um pouco a documentá-lo, foi constituído para discutir todos os temas de governança, para debater todos os temas de Governança na Internet, quer dizer, aqueles que eu mencionei, segurança e privacidade dos usuários é um tema, endereços, essa distribuição de endereços de Internet que a AICON(F) faz também tem que ser discutida no IGF, a maneira como os Governos, a sociedade civil, as empresas participam também é debatida no IGF, debate, o IGF se presta a debate, não toma decisão, mas tem se mostrado muito eficiente para chamar a atenção do público em geral para os desafios e oportunidades que a Internet oferece.

O Primeiro IGF foi realizado em Atenas, no ano de 2006, lançou-se a discussão, houve uma participação de cerca de mil e seiscentas pessoas e a presença da América Latina e do Caribe foi muito pequena, foi de 5%, pela informação que nós temos. Em 2007, no Rio de Janeiro, a gente teve uma evolução extraordinária desse quadro. Primeiro, o evento foi um tremendo sucesso por várias razões, esse sucesso tem sido amplamente reconhecido, onde nós vamos participar de reunião de Governança de Internet todo mundo diz – “Olha, o Brasil deu um show no IGF”. E demos show por várias razões. Primeiro, a participação geral do IGF subiu de mil e seiscentos para mais de dois mil e cem participantes, e desses participantes 29% foram brasileiros. A sociedade brasileira tem tremendo interesse na Internet, tem grande curiosidade, grande vontade de se envolver nisso e essa demonstração teve do Rio de Janeiro, nenhum país chegou a... a Grécia, por exemplo, não chegou, ficou muito abaixo de 29% dos presentes, mesmo o evento sendo em Atenas. Aqui no Rio de Janeiro a gente fez o evento, realmente os brasileiros resolveram comparecer e participar. O que é que mais houve de sucesso? Eu acho que do ponto de vista político coube ao Brasil co-presidir o processo de preparação do Segundo IGF juntamente com representante da ONU. Essa oportunidade não havia sido dada à Grécia no Primeiro IGF, em 2006, e nem vai ser oferecida à Índia em 2008. Isso foi algo de que só o Brasil usufruiu e quem co-presidiu o processo preparatório foi o Ministro Hadil, que eu represento aqui, o diretor do meu departamento, o que nos ajudou a colocar na agenda temas de grande relevância para o Brasil. Outro ponto importante, em termos de organização logística, a organização Segundo IGF foi muito melhor, apesar de ter mais gente, ter mais dificuldade, ter uma agenda mais longa, deu um show em relação ao que já havia sido em Atenas. Eu tenho aqui que recordar que um papel chave nessa organização foi desempenhado pelo Comitê Gestor da Internet, que juntamente com o Ministério das Relações Exteriores apresentou a candidatura brasileira à organização e a logística do IGF, quer dizer, toda a organização ficou a cargo do professor Glaser aqui, que merece cumprimentos particulares pelo sucesso da logística e do funcionamento do evento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não merece ser largado na rua não.

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – Não merece ser deixado na rua de maneira nenhuma [risos], exatamente, pelo show que deu lá no Rio de Janeiro. Isso, aonde a gente vai, todo mundo reconhece.

SR. HARTMUT RICHARD GLASER – Consta em Ata?

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – Isso vai constar em Ata, vai constar em Ata.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Está gravado.

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – Está gravado. E um outro ponto, que nós conseguimos colocar no IGF com muita ênfase, alguns temas de extrema prioridade no Brasil, quer dizer, esse tema da segurança cresceu muito no Segundo IGF e continua crescendo, porque não é só uma demanda nossa, é uma de uma mundial, esse tema tem ocupado espaço na agenda, vai ocupar muito espaço em Haiderabade também, eu vou dizer isso adiante, já ocupou bastante espaço no Rio de Janeiro. Outro tema que nós conseguimos colocar, que não tinha sido possível incluir no debate, foi exatamente essa idéia de que todos os participes(F) devem participar em igualdade de condições na Governança na Internet, não deve haver países que tem mais ou menos poder, os mecanismos não devem estar vinculados a Governos específicos, mas devem ser internacionalizados, os Governos têm que ser ouvidos sobre política pública de Internet, tem que ser capazes de fazer com que a sua legislação seja respeitada no seu território, também no mundo da Internet essa é uma contribuição, nesse sentido, uma contribuição da CPI da Pedofilia, e com a assinatura do Termo de Ajustamento de Conduta da Google é um exemplo de zelo do Brasil pelo cumprimento da sua legislação dentro do seu território. Então dentro disso, eu acho que basicamente esses são os fatores que mostram o sucesso do IGF.

Com isso tudo, obviamente, o Brasil, e o Brasil, quando eu digo o Brasil, não é só o Brasil Executivo, não é só o Brasil Itamaraty, é o Brasil em todos os seus setores, ou seja, o Executivo, é o Legislativo, é o Judiciário, é a sociedade civil, são os empresários brasileiros que ocupam espaço na Governança na Internet.

É muito importante, eu acho, a gente entender por que é que nós batalhamos por uma participação igualitária e justa mundialmente distribuída na Governança na Internet? Porque a Internet, primeiro, o regime que hoje existe não funciona exatamente assim e nós sabemos que a Internet é extremamente dinâmica, novos problemas sempre vão parecer na Internet, é manter uma Internet justa, que distribua oportunidades para todo mundo equitativamente, que ofereça segurança para o usuário é uma batalha diária, e se nós não estivermos bem posicionados nisso o interesse do brasileiro na Internet vai ser prejudicado, nós teremos menos oportunidades na economia na Internet, nós estaremos mais vulneráveis a ataques pela rede, portanto, participar das decisões é fundamental e acho que o Segundo IGF, no Rio de Janeiro, pelo seu sucesso, nos ajudou a ocupar um lugar de destaque nisso.

Bem, no processo preparatório aqui o Brasil teve, portanto, como o professor Glaser mencionou também, uma presença bastante grande no grupo que assessorou o Secretário-Geral da ONU na preparação do evento. Eu sou o representante indicado pelo Governo brasileiro, que por ter sido sede do IGF lugar cativo nesse grupo assessor, o Brasil recebeu esse destaque por ter sediado a segunda reunião, participa ainda uma representante da sociedade civil que foi eleita, é uma brasileira que foi eleita pela América Latina e o Caribe para representar a região no segmento de sociedade civil e temos como assessores especiais, do presidente do processo, o professor Glaser aqui presente, que foi convidado pelo presidente do processo a assessorá-lo, e o Carlos Afonso, da RITS também, que eu acredito que alguns aqui também conhecem, que é assessor, quer dizer, temos uma presença forte nesse grupo de apoio à organização do Terceiro IGF.

Também no processo preparatório eu gostaria de destacar aqui a presença do Senador Magno Malta durante a última reunião de consultas abertas, que nós fizemos em setembro, que apresentou os trabalhos da CPI da Pedofilia ao público presente à reunião de consultas abertas e cuja fala teve uma grande repercussão. Os oradores seguintes, em grande parte, se referiram ao discurso do Senador Magno Malta e ao trabalho da CPI como algo exemplar no que diz respeito aos temas de segurança na Internet. Isso teve um destaque muito grande no processo preparatório.

A partir daí então nós teremos o Terceiro IGF, virá de 3 a 6 de dezembro, e esse ano será precedido por um evento especificamente parlamentar, o que demonstra também que essa tendência que a gente verifica aqui no Brasil, de os legislativos se interessarem por Internet e tentarem se envolver, é algo de caráter geral e internacional, quer dizer, o brasileiro tem uma presença fortíssima, nós iremos com cinco Senadores, o Senador Magno Malta, Presidente da CPI da Pedofilia, e teremos também Senadores da Comissão de Comunicações, Ciência e Tecnologia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O Senador Virgílio.

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – O Senador Virgílio, membro da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele também irá.

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – Ah, o senhor também irá? Nós não recebemos, vamos pedir a comunicação aqui da ida do Senador Virgílio, porque não foi comunicado oficialmente a gente, já vou anotar aqui para entrar em contato, então temos seis Senadores agora, dois da CPI da Pedofilia e quatro Senadores da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicações

e Informática, o Senador Azeredo, que estava aqui presente, eu enxergo muito mal, não sei se ele está presente ou não.

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Não está mais.

SR. JOSÉ VITOR HANSEM – Não está mais, o Senador Cícero Lucena, Senador Sérgio Guerra e o Senador Flexa Ribeiro, inclusive o Senador Azeredo pretende fazer uma representação durante esse encontro parlamentar sobre atualizações legislativas na área da Internet nesse evento parlamentar.

Além deste evento parlamentar, que ocorre no dia 2, véspera, portanto, da abertura oficial do evento, que vai de 3 a 6, nós teremos vários brasileiros participando de atividades. Em uma das sessões principais vai participar um colega meu, o Conselheiro Everton Lucero, lá do Itamaraty, teremos o professor Demi, que é o representante de notório saber do Comitê Gestor da Internet participando de uma oficina sobre as experiências nacionais de governança participativa e o IGF. Eu participarei de uma oficina também sobre agenda e desenvolvimento e teremos aqui uma grande delegação aqui com a presença da Casa Civil, Planejamento, MCT, Comitê Gestor da Internet, é possível que a Câmara dos Deputados também mande representantes, a ANATEL, e teremos, também, uma oficina sobre as estratégias de prevenção e combate à pornografia infantil em países em desenvolvimento, que foi proposta pela SaferNet Brasil, aqui representada pelo Thiago Tavares, teremos a presença do Senador Magno Malta, o Presidente da Google no Brasil deverá falar. Então isso é muito importante, quer dizer, tratar desse Termo de Ajustamento de Conduta e mencionar o respeito da Google como empresa multinacional pela legislação brasileira e pela sua aplicação no território nacional, isso para a gente de Itamaraty é algo muito importante, por que isso é uma afirmação de soberania, quer dizer, o elemento de trabalho nosso, de diplomatas, é a soberania, é o direito internacionalmente reconhecido que o país tem de legislar sobre a conduta dentro do seu território e isso é algo que nos nosso entendimento também tem que se aplicar à Internet.

Então essa experiência é muito valiosa do ponto de vista diplomático também, além de ser muito valiosa para o Legislativo. Teremos também a presença do Dr. Sérgio Suiama e do Thiago Tavares nesse debate sobre os trabalhos da CPI da Pedofilia no IGF. De maneira que eu acho que a participação brasileira será realmente significativa, do tamanho que se espera, o nosso Embaixador na Índia deverá chefiar a delegação brasileira, que será expressiva, de maneira que eu acho que a nossa expectativa é de que o evento na Índia consiga superar – e a gente não tem ciúmes

disso não – em tamanho, em dimensão, em assuntos, aquilo que a gente fez no Rio de Janeiro, mas, olha, vai ser difícil. De qualquer maneira, a nossa expectativa é a melhor possível, pelo menos em relação à participação brasileira eu acho que a gente tem boas razões para acreditar que será ainda melhor do que a que nós tivemos, do ponto de vista de participação nos debates e, evidentemente, não da presença de público, porque não dá para levar tanta gente do Brasil para a Índia, será a melhor possível.

Eu agradeço, então, novamente à CPI pelo convite e fico à disposição. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O Senador Virgínio quer fazer uso da palavra?

SENADOR VIRGÍNIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Eu quero somente aqui acrescentar que eu creio que tudo isso que nos foi repassado no dia de hoje, isto é bastante enriquecedor, porque as pessoas precisam conhecer de perto como que as coisas funcionam. Eu acho que isso é muito interessante. Também essa iniciativa do nosso Presidente Magno Malta dentro do termo dessa viagem à Índia, eu creio que isso vai ser de grande valia e essa cooperação que estamos dando, também estamos tendo com a Índia, eu creio que isso vai acrescentar bastante, porque já não é o primeiro país que nós temos tido esse contato. Para mim vai ser um privilégio muito grande participar dessa Comissão e certamente vamos retornar muito mais enriquecidos de informações e poderemos também dar ali a nossa parcela de contribuição.

Então eu quero parabenizar aos senhores, que apresentaram aqui uma matéria muito importante, primeiro o Dr. Richard, e também o representante do Ministro Hadil de Rocha, que acaba de apresentar. Eu tenho certeza que não somente aqueles que aqui estão, mas aqueles que estão acompanhando através da TV Senado, eles se sentiram muito agradecidos e nós queremos parabenizá-los. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Acaba de chegar o Senador Romeu Tuma, que é o Vice-Presidente dessa Comissão.

Quero aproveitar o quorum, quero votar um requerimento, que é uma quebra de sigilo de mais 467 perfis, são álbuns fechados de pedofilia e confirmados, identificados e confirmados, e eu quero fazer essa votação. Senador Demóstenes Torres, Eduardo Azeredo, Paulo Paim, Magno Malta, Geraldo Mesquita, Romeu Tuma, Virgínio de Carvalho, Sérgio Zambiasi. Como votam os Srs. Senadores? Está aprovado.

Nós já começamos a abrir os dezoito mil álbuns que chegaram, já começamos? É muito serviço, nós precisamos... Dezoito mil e um pouquinho mais, de-

zóito mil e quinhentos, que agora já foi para dezenove mil, com esses quatrocentos e pouco eu acho que já somam dezenove mil. É muito serviço, a gente espera realmente a sanção do Presidente para a criminalização da posse para que a gente possa não mais pagar mico de pegar computador e devolver computador, enquanto o pedófilo fica impune, mas fazer de fato os mandados de prisão com o computador junto é bem melhor.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O que é que o Thiago faz da meia-noite às seis?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu não sei o que é que ele faz da meia-noite às seis, o Thiago.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É, Internet é isso.

Eu quero fazer um agradecimento ao Glaser e ao José Vitor. Importante o que nós ouvimos, importante as informações que nos foram dadas e o material que vai ficar com essa CPI, Glaser, e a nossa participação, a participação do Brasil, a gente percebe que ela é crescente, ela é crescente, falo muito mais do que tenho um pouco de conhecimento, que é essa questão do avanço da CPI no enfrentamento a crimes cibernéticos e tal, mas não fossem todas essas iniciativas que você colocou desde o princípio, quando recebemos a Internet quase à manivela no Brasil e quase tocada à mão, em seguida os avanços que ela começou a ter e vocês estão desde o princípio nessa militância para que nós tenhamos o serviço absolutamente melhorado o tempo inteiro, e a Internet que foi criada e melhorada para o bem da humanidade, não para o crime, mas o crime se utiliza daquilo que é importante, não é pastor Fad, para poder... E é um crime tão nefasto, pastor Fad, que envergonha a todos, em todos os lugares e em todas as áreas. Nós tivemos na semana passada um pastor preso lá no Espírito Santo, mais um, com a casa cheia de pirulito, de boneca, de doce, de celular cor-de-rosa, entendeu? Foram puxar a ficha dele, ele já tinha sido condenado por tráfico. Até aí nada de mais, porque eu recuperei drogado e lá da minha Casa já saiu advogado, doutor, pastor, que eu tirei da cadeia. Se o cara foi condenado e mudou de vida, a maior referência hoje em política pública, de segurança pública, que palestra para a ONU no mundo inteiro, eu tirei da cadeia há quinze anos atrás, que chama Ledir Porto, que é o Secretário de Defesa Social da Serra, um dos mais eficientes. Não é Dra. Catarina? Foi recuperado na minha instituição. Esse foi lavado no sangue de verdade.

Então até aí vira orgulho, mas o sujeito foi condenado por tráfico, depois é pego abusando de criança, quer dizer, se o sujeito usa a Bíblia como instrumento, imagina a Internet, imagina a Internet. Então o nego

com o rosário na mão fazendo sacanagem, entendeu? Então a gente... Nego com mandato na mão, acabei de ler aqui que em Segunda Instância, e nós recebemos essa documentação da mão do Dr. Tito, que é assessor do Relator da CPI, o Senador Demóstenes, a condenação dos assessores do Prefeito e do Vereador de Niquelândia, em Segunda Instância já, por abuso de uma menina de treze anos de idade e de doze anos de idade, quer dizer, então se o sujeito usa os instrumentos que têm e o poder que tem de um mandato, a influência que tem religiosa para emocionalmente se aproximar das pessoas, imagine a Internet. Então, quer dizer, a CPI chegou, a SaferNet conseguiu esses dados, o Ministério Público Federal e o Estadual fazendo esse enfrentamento, e nós chegamos a esses resultados até agora exatamente porque teve um ponto zero, teve um começo, vocês todos estavam lá e a gente fica orgulho de ver como o Brasil, com todas as suas dificuldades, caminhou, caminhou e tem alguma coisa para ensinar para o mundo nesse momento.

Eu agradeço ao Zé, as referências elogiosas a mim, eu peço a Deus que lhe perdoe pelas mentiras que você falou a meu respeito [risos], mas peço a Deus que me perdoe também porque eu gostei [risos]. Mas o Zé e o Glaser, a gente conseguiu fazer uma amizade, eu sou uma pessoa muito fácil, aliás, baiano é assim, por isso que a gente apanha muito, porque a gente é muito aberto à amizade muito rapidamente. Eu sou baiano...

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – As Promotoras de Justiça estão dizendo que eu sou é capixaba. A Bahia me pariu e o Espírito Santo acabou de me criar. Então eu realmente devo ao Espírito Santo, eu devo ao Espírito Santo muito, devo ao Espírito Santo, sou grato, sou grato duas vezes, duas vezes, duas vezes.

Então eu sou muito grato, penso que esse Congresso, Senador Virgílio, vai acrescentar a nós, eu acho que a nossa experiência vai ajudar o mundo, porque nós vamos entregar ao segundo maior consumidor de Orkut do mundo o Termo de Ajustamento de Conduta, e aqui eu quero parabenizar ao Ministério Público Federal do Brasil, de São Paulo especificamente, que fez o enfrentamento, a Priscila está aí representando o Suiama, o Suiama esteve aqui ontem também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Sendo representado pelo André [risos].

SR. ANDRÉ UBALDINO PEREIRA – Foi o espírito de pacificação, sabe, Senador, o espírito pacificador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E ontem você estava calmo, hein?

SR. ANDRÉ UBALDINO PEREIRA – Senador, quando se lançou no Século XIX, nos Estados Uni-

dos, uma arma de fogo, chamava-se *colt peacemaker* ou *colt pacificador*. Às vezes a única forma de obter a paz é realmente a guerra. Então vamos a ela quando necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador, mas tem uma diferença do Suiama para o André, o André é um pouquinho maior, então mete mais medo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E esse estilo de Delegado do interior [risos]...

Mas eu quero registrar, Glaser, que são Promotores, que são Procuradores que assessoraram essa CPI, sem eles a gente não andaria, mas a CPI entrou já no final, na conclusão do Termo de Ajusto de Conduta que já estava todo construído, só precisava era a Google dizer que assinava ou não assinava, melhoramos algumas coisas com o tempo e tal. Mas a gente vai dar para a Índia, eles só precisam escrever no idioma deles o que já está escrito, trocar a data e outra pessoa assinar e botar a Google para assinar também, porque o precedente está aberto, o Brasil abriu a porta para que as dificuldades que nós tínhamos aqui e que certamente daqui para frente deixamos de ter, eles vão ter, até porque quero registrar que a partir daí a Google não se tornou entrave, não se tornou dificuldade para nós. Eles têm se colocado de fato à disposição, o *layout* que foi criado aqui para identificação de perfiz, eles tiveram dificuldade no primeiro momento, mas no segundo momento veio. Então eu quero fazer esse registro também, a Bíblia diz que quem honra, honra, quando precisou bater nós batemos, quando precisou enfrentar nós enfrentamos, mas nesse momento a Google entendeu o papel dela. E fala um ex-agente do FBI, eu não sei se ele é ex ou se ele continua sendo, está cedido, mas não deve estar cedido, porque Google é iniciativa privada, não tem nada a ver, mas ele, aquele jovem que esteve conosco lá no Espírito Santo, ele foi trazido exatamente para que a Google pudesse fazer essa relação para ela pudesse entender de fato qual era o papel dela na segurança pública, porque a maior dificuldade era se relacionar com a polícia, se relacionar com a justiça. E nós não temos nada a ver com isso, nós só temos o compromisso de quem navega aqui é de guardar o sigilo dele, mas vamos guardar o sigilo das pessoas de bem, porque o propósito para a qual foram criados todos esses mecanismos, essas salas de relacionamento, é para o bem, não foi para o crime.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Uma coisa é privacidade e outra é acobertamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – E outra é acobertamento. Então você dá privacidade para quem é de bem, você não pode acobertar. Então eles entenderam isso, eu acho no mundo inteiro esse papel. O fato do Dr. Alexandre, que deve estar lá, vai estar lá em Haiderabade, ter sido promovido agora como Presidente da América Latina, tenho certeza que ele vai acabar assessorando os outros Presidentes na Europa e dos outros continentes. Onde a Google está entrando e tem site de relacionamento, da experiência vivida aqui no Brasil.

Então eu agradeço a presença de vocês, agradeço a assessoria, o pastor Fad esteve o tempo inteiro a meu convite, viemos a tratar, a discutir essa questão de pedofilia e o que nós podemos fazer. Sou grato a todos. Estou encerrando, meu Presidente, não sei se queria dar uma palavra.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu até peço desculpas porque uma rádio agora do litoral paulista, que pega todo o litoral sul de São Paulo, me pediu pelo amor de Deus, no bom sentido, para dar uma entrevista sobre a ação da CPI da Pedofilia. E eu não podia me negar a explicar tudo que o senhor, os Promotores, os Delegados e mais os nossos amigos--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – SaferNet.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – --tem feito essa colaboração integrada e que tem trazido resultados altamente positivos. Eu fiz a citação do termo de acordo feito com os Orkuts aí e toda aquela--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Com a Google.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – -- Com a Google e todas as empresas de informática e, também, a própria legislação aprovada na Câmara, que o senhor ontem, anteontem estava bem feliz com o resultado da aprovação da posse, criminalizando a posse. Eu também me referi à ação do FBI e da Interpol, eu não sei se o senhor falou aqui, ontem eu li pelo jornal, pelo jornal O Globo, uma ação integrada entre o FBI e a Interpol brasileira na prisão de um americano pedófilo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – O Ministério Público do Rio. Foi a Dra. Ana.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O Ministério Público também. Eu falei mais do Ministério Público na rádio e agora eu estou falando da polícia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Tuma, a nossa Dra. Ana, que é nossa aqui da CPI, a Dra. Ana foi a Promotora, foi quem prendeu, correu atrás do cara na rua [risos].

DRA. ANA LUCIA MELO – De salto alto ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – De salto alto, correu atrás do cara.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Mas, se eu fosse ela, atirava o sapato na cabeça do cara ali [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ela e o adido americano, o Charles.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Ele foi preso no Rio, não é?

DRA. ANA LÚCIA MELO – Senador, só uma observação, porque foi um trabalho integrado da Polícia Federal, Interpol, Ministério Público e a *Homeland Security* da Embaixada Americana, até o pessoal da Embaixada acompanhou, porque era um pedófilo que já morava há sete anos no Rio de Janeiro, de forma totalmente clandestina, usava documento falso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – E parece, pelo que diz O Globo, ele praticou alguns atos no Brasil também, está suspeito.

DRA. ANA LÚCIA MELO – É, no Brasil, nós começamos a investigação porque apreendemos material na casa dele, e como ele estava aqui incógnito, a gente não tem informação se praticou, mas a gente apreendeu muito material, muitos CDs caseiros, uns filme suspeitos, que vão ser encaminhados para a perícia, mas nos Estados Unidos ele abusou de dezenas de crianças.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É importante a difusão vermelha que V. Exa. --

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Já está na Câmara, nós temos que acelerar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Então essa é uma parte importante, é a integração. No MERCOSUL nós já apresentamos também a tese de fazer um projeto unificado de fiscalização da pedofilia nos países membros do MERCOSUL e os países observadores, para que façam uma legislação própria para ser mais rápida a integração na ação do Ministério Público e da polícia nesses casos e o pedófilo poder ser alcançado com mais rapidez.

Eu acho que o trabalho que V. Exa. dirige tem sido altamente positivo pela dedicação, pela forma de desejo de ver realizado todo aquele projeto inicial da formação da CPI. E, claro, que eu não posso deixar de agradecer ao Ministério Público. Outro dia numa audiência ela me ajudou para burro também, porque a gente dá liberdade de intervir a quem está com a mão na massa, que a gente fica com a cabeça na situação, mas eles estão com a mão na massa, a polícia, o Ministério Público, estão com a mão na massa e sabendo o que realmente tem de dificuldade para alcançar os pedófilos. E nós temos a obrigação de botar a caneta

para funcionar aqui e conseguir os projetos. Ele vai todo dia cantar o Presidente da Câmara lá para por em votação o projeto.

Então eu queria cumprimentá-lo e cumprimentar a todos aqueles que... Está lá o mineiro, o mineiro aí não sai daqui também.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – o André, não sai não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Vamos fazer um contrato especial com ele [risos]. Mas tudo bem, parabéns Senador, parabéns. Eu acho que deixou de ser um sonho, a CPI deixou de ser um sonho para se tornar uma realidade, tanto é que esse telefonema mostrou, eu falei – “Vocês estão ligando por quê?” “Porque a população quer saber. Nós estamos recebendo e-mail que nós não estamos dando informações sobre a pedofilia”. Então eu falei – “Você pode ligar à vontade para mim, para o Magno Malta”, inclusive falei que nós estávamos sendo processados e precisávamos do apoio público para não ir para a cadeia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu vi o seu discurso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – O Ministério Público precisa nos defender lá do processo [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas esse processo eu vou colocar no quadro, eu vou colocar na minha sala, porque eu acho que é uma honra. Aliás, todos que eu tenho, eu acho que é uma honra você ser processado por advogado de pedófilo, principalmente aquele, cento e dez anos de cadeia, dando *Dormonid*, abusando das crianças.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – E a forma que ele usava a qualidade de médico para anestesiar as crianças. Você fazer uma pergunta dessa, o advogado fazer uma petição que a gente estava humilhando o sujeito? E ainda está escrevendo artigos para os jornais sobre tratamento infantil. Pelo amor de Deus, tinha que cassar o diploma, não podia ser mais nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ele tem livros, **best-sellers**, no mundo inteiro sobre puberdade.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu tomei um susto quando eu vi um artigo dele e ele na cadeia. Então ele não pode estar... Eu acho que o processo nos enaltece, pelo menos é um sentimento que eu tenho de que a gente está no caminho certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É, o problema é que se a gente for disputar outra eleição, nós vamos aparecer no jornal com ficha suja porque nós temos processo contra nós de pedófilos [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Daqui a pouco a gente vai ser candidato e o Ministério Público vai ter ficha suja.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Não vai poder ser candidato. Aí nós vamos ter que arrolar o Ministério Público todo como testemunha de defesa nossa [risos].

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Aí pedir um abaixo-assinado para dizer que não é verdade [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Mas eu agradeço, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu peço desculpas por ter atrasado. Ontem nós ficamos a madrugada aqui na vigília da terceira idade aí, dos aposentados. É uma coisa tão maravilhosa o que aconteceu ontem, que como a pedofilia tem uma participação na sociedade direta, a noite inteira mais de mil e-mails chegaram durante o debate. Então a população estava participando, vendo, acompanhando e mandando e-mail para os Senadores presentes ali. E quem não estava também, Estados de outros Senadores mandando e-mail para tomar conhecimento que eles estavam assistindo, estavam acompanhando, estavam parabenizando o Senado por esse trabalho. Então essa integração que se consegue, através dessa CPI, de alguns projetos que estão sendo discutidos, é importante para a população começar a sentir um pouquinho mais de amor e respeito pelo Legislativo, porque até então é uma coisa difícil, a população não acredita no legislador. Então ele tem que sentir de perto que se está fazendo alguma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu registro e até agradeço a confiança dos membros da CPI, o Senador Tuma nem sempre pode estar presente, como o Senador Demóstenes, porque existem mil atividades na Casa e eles pertencem a Comissões importantes com responsabilidade. A diferença é que eu, para poder tocar a CPI com o aval deles, e falei isso no princípio, eu abri mão de todas as Comissões e fiquei aqui, senão nós não chegariamos aonde nós chegamos. Eu agradeço a confiança que eles têm em mim para tocar a Comissão, para andar com a Comissão, e a razão pela qual ela foi formada com um número pequeno foi para que pudesse realmente caminhar, tem mil atividades, tem mil relatórios para fazer em Comissões diversas e aí eles não podem de fato estar presentes como eu estou para poder fazer a movimentação da CPI. De maneira que justifico isso, justifico isso, agradecendo a confiança. Dizer, Senador Tuma, que esse--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Quando chega lá, fala assim – “Assina aqui”.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É, até quando eu não posso, eu ligo, eu falo – “Tuma, assume lá porque hoje eu não posso mesmo, hoje eu tenho dificuldade”.

Eu quero dizer, Senador Tuma, que o americano que foi preso, os pais dele chegaram ao Brasil para visitá-lo, e realmente vocês estavam esperando esse momento, não é Dra. Ana, da chegada dos pais do americano?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – Quero cumprimentar os Promotores que colaboraram com a prisão dele, porque eu peguei no vôo, eu vinha de Nova Iorque, da ONU, que eu estava na ONU, eu falei – “Pô, que coisa brilhante”, porque não está bem explícito no jornal O Globo, está uma noticiazinha. Então os meus cumprimentos. Eu gostaria de receber o relatório direito aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Ela vai trazer, mas é o segundo americano que ela prende, ela está virando especialista em americano.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP) – É bronca de americano?

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – É, é o segundo. Americano safado só, não é Ana?

E é interessante que os americanos têm duas leis, a lei no país que é muito dura para quem abusa de criança, para a pedofilia, e uma lei muito especial que eles têm, essa lei é específica para punir americanos que cometem atos de pedofilia em outro país, uma coisa muito boa, viu, e coisa a ser copiada, viu? É preciso olhar, copiar isso, até porque nós estamos produzindo uma lei, que os americanos já avançaram. Uma sugestão que eu fiz, Zé, você que é do Itamaraty, é que nós vamos fazer uma lei para que todo cidadão no mundo inteiro que pedir visto na Embaixada do Brasil, dos documentos exigidos se exija também a ficha criminal. Se o indivíduo estiver respondendo processo de abuso de criança, já abusou, já pagou pena, está pagando, seja lá o que for, ele não terá visto para entrar no Brasil. E quando eu fiz a sugestão, foi no Congresso, onde os adidos americanos estavam, e eles gostaram tanto da idéia, que no dia da votação dos Estados Unidos, que eu fui acompanhar na Embaixada, simbolicamente votei no Obama, tive esse prazer, recebi uma foto de eu abraçado com o Obama, que eles botaram uma foto grande dele lá para quem quiser, eu tirei uma foto abraçado com ele, que o Obama é da minha senzala [risos], então eu não podia votar no outro, eu tinha que votar no sujeito que é da minha senzala, que tem a minha origem. Então eles me disseram que já haviam passado para o Parlamento

americano porque entendiam que essa era uma grande idéia, de negar visto a quem tenha cumprido pena ou está debaixo de investigação de abuso de criança. É uma maneira até de você evitar o turismo sexual, de que essas pessoas entrem no país.

Então fico feliz que mais uma vez a CPI faz um registro de algo que as pessoas começam a copiar para o mundo inteiro. Eu registro a chegada do Dr. Sobral, ele está mencionado que a mãe dele está aí, então ele chegou cedo para amanhã. Mãe é mãe, mãe é mãe.

Agradeço a todos, muito obrigado ao Dr. Glaser, ao Dr. Zé, está encerrada a nossa Sessão.

Sessão encerrada às 12h38. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 33ª Reunião, realizada em 17 de dezembro de 2008, às doze horas e quarenta minutos, na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, na oportunidade foi assinado Termo de Mútua Cooperação que entre si celebram prestadoras de serviços de telecomunicações, de provimento de acesso à internet e de serviços de conteúdo e interativos na internet, a CPI – Pedofilia do Senado Federal, o Ministério Público Federal, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, o Departamento de Polícia Federal do Ministério da Justiça, o Comitê Gestor da Internet, na condição de interveniente, e a Safernet Brasil. A Comissão apresentou Projeto de Lei que disciplina a forma, os prazos e os meios de preservação e transferência de dados informáticos mantidos por fornecedores de serviço a autoridades públicas, para fins de investigação de crimes praticados contra crianças e adolescentes, e dá outras providências. Foi aprovado ainda, o Requerimento n.º 213/08, requer sejam convocados os representantes legais das empresas VIVO, CLARO, EMBRATEL, ABRANET, ACEL – Associação Nacional das Operadoras Celulares, ABRAFIX, IG, GVT, NET – Serviços de Comunicação Ltda., TELEFÔNICA, TERRA e UOL – Universo Online S/A, para prestarem esclarecimentos a esta CPI.

Estiveram presentes os Senhores Parlamentares membros da Comissão – **Magno Malta** (PR – ES) – Presidente – **Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) **Paulo Paim** (PT – RS) **Romeu Tuma** (PTB – SP) **Virgílio de Carvalho** (PSC – SE).

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Em nome Deus eu declaro aberta a 33ª Reunião, não deliberativa, nesse momento com a presença do Presidente dessa Casa, em função das muitas atividades, Senadores e membros da CPI estão se deslocando para cá e houve um problema de teto, as

aeronaves passaram direito para Goiânia Sr. Presidente, e alguns estão se deslocando para aqui agora.

Gostaria ante de fazer algumas considerações para V.Exa, até dando um relatório à V.Exa, em função do apoio que V.Exa. deu quando na nossa iniciativa de criarmos a CPI da Pedofilia, alguma coisa mais ou menos desconhecida do País e desconhecida de todo mundo. Me lembro do dia em que estive com V.Exa. e, como V.Exa. se comoveu se assustou, como todos os outros Senadores, diante daqui que nós fomos mostrar.

Sr. Presidente, nesses nove meses essa CPI avançou muito. O propósito que nós fizemos de não a encerrarmos sem entregar instrumentos à sociedade brasileira, Senador Adelmir nós estamos fazendo. Essa CPI que nasceu no mandato de V.Exa. ela tem uma virtude, se ela tem uma virtude Senador Azeredo se for só uma é essa – Foi a virtude de acordar o Brasil.

A sociedade brasileira acordou. O tema pedofilia, está em todos os locais. O jornal fala, a televisão fala, às pessoas simples, na classe média, na universidade. Todos os lugares as pessoas tratam do tema porque o Brasil acordou e acordou assustado, porque não sabia da dimensão e da gravidade.

Nós estamos num País, Sr. Presidente, onde temos tanta gente abusando de criança, Senador Paim, quanto gente usando droga. Uma atividade que gera 150 bilhões por ano quase o dobro do narcotráfico. O advento da Internet é verdade, o advento da Internet fez com que os pedófilos, colocassem o pescoco para fora, primeiro acreditando no sigilo da Internet – aqui no Brasil acreditando na impunidade por falta de instrumentos, principalmente para combater crimes cibernéticos.

E o que temos para combater crime de abuso de criança aqui, na verdade, não é crime de pedofilia, mas atentado violento ao pudor ou estupro, que é o 240 e o 241 do ECA, que não trata com dureza – o que temos ainda não é o suficiente – proporcionou tudo isso. E ao descobrir nesse feito – o mundo inteiro Sr. Presidente, aqui eu registro mais uma vez dentro do seu mandato.

Nós fomos agora a Hyderabad na Índia, no Congresso Mundial da Governança da Internet. Eu fui. E foi a fala do Brasil, foi a posição do Senado do Brasil, que pela primeira vez deu viés diferente a essa discussão mundial. O mundo estava esperando a nossa manifestação Senador Paim, a respeito da quebra do sigilo da Google.

Os servidores de Internet que estão nos países de primeiro mundo e que tratam os países em desenvolvimento como se fossem lesos, fossem doentes mentais. E que a Internet é a melhor coisa do mundo e

que nós temos que engolir dessa forma, sem respeitar cultura, tradição de cada País, respeitar a legislação de cada País. A Internet é muito boa, Sr. Presidente, mas não está acima do bem e do mal.

Nós entendemos isso aqui no Brasil e o enfrentamento – e nesse aprendizado lá estava o Glaser que é da governança da Internet, do Conselho Gestor da Internet; lá estava o Ministério Público Federal do Brasil; a Polícia Federal do Brasil, o Parlamento brasileiro representado e a posição da CPI.

O fato do Presidente Lula, no Congresso no Rio de Janeiro ter sancionado, Sr. Presidente, outra vitória do Senado da República dessa CPI, Senador Paim, foi a criminalização da posse do material pornográfico contra criança. A partir de hoje, o Brasil não mais fará busca e apreensão, mas o Brasil fará mandado de prisão contra pedófilos e por via de consequência, virão a busca e apreensão.

Na Operação Carrossel 200 computadores, um mico, eles estão para serem periciados enquanto os pedófilos, comprovadamente estão abusando de criança e os computadores terão que ser devolvidos – a Justiça vai pagar esse mico.

Então, o fato de nós termos quebrado o sigilo da Google, e quero fazer uma ressalva que a partir de agora, a Google se tornou a cooperadora da sociedade brasileira. Ela tem vindo ao encontro fazer essa cooperação com a assinatura do termo de ajuste de conduta, que foi alguma coisa que marcou o Congresso.

Porque o mundo inteiro busca esse termo de ajuste de conduta com a Google e ela vira às costas e diz o que sempre disse para nós no Brasil – “Nós não cumprimos lei aqui, o nosso servidor está nos Estados Unidos”. O fato de ter assinado um termo aqui, Sr. Presidente, obriga a Google agora a assinar com o mundo inteiro o termo de ajuste de conduta.

Participei na reunião dos Parlamentares do mundo inteiro que lá estavam Senador Paim para ouvir o Brasil, a posição e o poder que tem uma CPI para poder ajudar a sociedade brasileira. Assustados com o fato de nós sermos os maiores consumidores de pedofilia do mundo e produtores também. O mundo inteiro vive o seu drama com o problema da pedofilia.

Agora o Ministro da Justiça Americana, anunciou uma operação no mundo inteiro acho que com 171 prisões. É só para informar que metade dos dados das prisões que aconteceram na Europa, foram mandados aqui pela Polícia Federal é da quebra aqui. O que o Ministro da Justiça Americana anunciou os dados foram enviados a partir daqui.

Então, nós graças a Deus, nesses nove meses – e V.Exa. aqui, eu lhe agradeço por ter atendido ao meu apelo, quando tentei provar que havia um crime

mais bárbaro do que o narcotráfico no Brasil e que nós precisávamos debelar. Foi um dia importante o dia que a Google se assentou aqui e assinou um termo de ajuste de conduta com o Ministério Público Federal e Estaduais, com a Polícia Federal, as policiais dos Estados.

E essa coisa boa que a CPI gerou que as autoridades sejam estaduais ou federais, Senador Azeredo todos têm que estar dentro de um termo de ajuste de conduta, não pode assinar só com o Federal, esquecendo que há competências estaduais, que existem competências estaduais.

E hoje Sr. Presidente, lhe passando esse relatório a gente que vai encerrando esse ano com uma vitória dada ao País, que é a criminalização da posse do material pornográfico e tipificação de condutas com penas aumentadas. Nós que já preparamos a mudança no Código Penal, ou seja, o tipo penal pedofilia, que é abuso de criança de zero a 14 anos, com 30 anos sem progressão de regime e mais rastreamento eletrônico até a morte.

Uma série de medidas tomadas aqui com o apoio desse Parlamento e com o apoio 100% do Senado, uma coisa Senador Adelmir, que as pessoas me perguntam Senador Azeredo onde eu estou – É se tem resistência, se tem apoio? E eu costumo dizer o seguinte – essa CPI tem 100% de apoio até na sociedade, até o pedófilo lá fora ele fala que apóia para não ser identificado como pedófilo. Ataques velados, claro, mas nós não vamos nos acovardar.

E hoje é um dia importante Sr. Presidente, significativo para o Brasil e para o mundo, porque as empresas que estão aqui elas são multinacionais, há uma mistura? Há uma mistura, as autoridades que representam essas empresas que estão são brasileiros? Brasileiros.

O termo de ajuste de conduta com as teles é um sonho, um sonho que vem sendo sonhado pelas autoridades brasileiras e que não se chega a bom termo. A CPI da Pedofilia, há quatro meses, Sr. Presidente, convidou a todos. E nessa mesma sala nós discutimos a necessidade do termo de ajuste de conduta com as teles por quê?

Quem já participou aqui de CPI aqui, sabe que quando se pede uma quebra de sigilo telefônico, a CPI acaba e não chega a quebra. E quando chega já não tem mais tempo de fazer nada. E algumas informações chegam dizendo assim – “Não encontramos nada”. Como não encontrou se foi um telefone usado num determinado momento?

Fica parecendo que não há disposição de se servir à sociedade, parecendo que há uma disposição de proteger o criminoso em detrimento de uma socie-

dade que paga pelo serviço. Quero acreditar que não é nada disso ou que não seja um comportamento seletivo – “Primeiro vamos ver se tem nessa lista gente que conhecemos”. Prefiro acreditar que não seja nada disso, mas por que não assinar um termo de ajuste de conduta? Por que não assinar?

Nós os chamamos aqui Sr. Presidente, e eu tenho todos eles reunidos aqui, todos, dei essa palavra. Havia um sentimento paterno de quem tem filho, de quem tem neto e eu coloquei o meu laptop, aqui, e chamei todos eles para ver as imagens da quebra de sigilo do ORKUT. Dessa lama, dessa podridão, da degradação da humanidade, que é a pedofilia Senador Paim e, eles comovidos todos se levantaram para assinar o termo de ajuste de conduta. Pois bem, mandaram seus representantes, reuniões e reuniões; reuniões e reuniões; reuniões e reuniões para chegarmos a bom termo.

Sr. Presidente, antes de lhe passar a palavra, eu quero fazer um registro de que aqui estão a TIM, uma empresa absolutamente, a OI, Brasil Telecom, estão aqui, o Conselho Gestor está aqui, o Ministério Público Federal está aqui para assinar, a Polícia Federal, Ministérios Públicos Estaduais, ONGs e essa Casa.

Alguns que não vieram assinar, embora tenham participado de tudo, embora tenha tido concordância com tudo... Eu quando felicito essas empresas que estão é porque eles entenderam que ninguém assina termo de cooperação, sem que tenha minimamente obrigações a serem cumpridas.

E eu quero felicitá-los por entender que vocês estão dando uma satisfação a quem na verdade sustenta a empresa que é o consumidor. E respeitando uma sociedade que consome os serviços que têm filhos, crianças, adolescentes. E nada mais é pedido no termo de condutas se não que haja armazenamento de dados, para que a Justiça brasileira tenha condições de fazer suas investigações e prender quem de direito prender; que em risco eminente para uma criança que as quebras de sigilo sejam minimamente entregues em duas horas.

É verdade que as empresas precisam se adequar? Sim. Mas nós não estamos falando em empresas pobres, elas vão se adequar. E na discussão concedemos 12 meses de carência para que elas pudessem se adequar. Então, na verdade, não existe nada demais é um termo absolutamente simples. E aquelas que não vieram mandaram uma justificativa, Senador Paim e Senador Azeredo, dizendo não vieram porque eles querem assinar, mas não querem ter sanção nenhuma, não.

Isso quer dizer o seguinte – “Vamos fazer uma brincadeira e fica tudo como brincadeira, me engana que eu gosto. Faz de conta que nós assinamos a im-

presa filma e faz de conta que vocês acreditaram”. E a vida de criança não é me engana que eu gosto. Nós estamos tratando é da vida de criança. E essas sanções minimamente elas têm que existir, esta aqui a OI, está aqui a Brasil Telecom, esta aqui a TIM, que entenderam, na verdade. E quando o sujeito assina é porque está disposto a cumprir, está disposto a fazer. Porque essas sanções passarão a ser operadas a partir de 12 meses, quando todos estiverem adequados.

Por exemplo, algumas quebras de sigilo que a Polícia Federal fez em algumas operações de pedofilia, alguma pessoas tiveram nas suas casas, seis horas da manhã recebendo a Polícia Federal, para fazer busca e apreensão de computador e depois descobriu que foi na casa errada. A pessoa foi exposta como pedófilo sem ser pedófilo, porque as informações foram dadas erradas. E quem deu a informação errada não está aqui para assinar, não. Não está aqui para assinar.

Então, eu já faço o registro de que aqueles que não vieram, e faz um argumento de que não participaram e não houve convocação. Eu tenho na minha mão a lista de presença assinada por ABRAFIX, ABRANET, Eduardo Parajo, Edvaldo Miron da Silva, ABRAFIX, José Bicalho, Enilson, Ângelo Coelho da OI, Carlos Lúcio da OI, Leonardo Bueno da DPF, Custódio do OI, César Augusto da NET Serviços, Roberto Batista, Guilherme, Brasil Telecom.

Eu estou só dando uma satisfação para dizer o seguinte, se estas listas existem assinadas por eles, todos participaram. E eu estou dizendo isso, porque eles me mandam um comunicado dizendo que infelizmente não foram chamados, mas se esse troço é tudo documentado, até as reuniões são gravadas, até as falas são gravadas.

Então eu leio com muita tristeza esses nomes todos, aqui são mais listas de presença e todos eles assinaram e, fazendo uma contra proposta de que eles podem assinar tudo desde não tenha sanções. Eu quero parabenizar mais uma vez, antes de passar a palavra ao Presidente, a OI, a TIM, a Brasil Telecom, Conselho Gestor e autoridades brasileiras que aqui estão.

Eu sinto muito orgulho disso de estarem conosco hoje aqui para participar desse momento tão significativo e tão solene que eu reputo – é mais importante do que o termo de ajuste de conduta que a Google assinou até porque as coisas estão ligadas. Quando você quebra um IP você acha o endereço telemático de um criminoso e quebra um I P, logicamente em seguida você tem que quebrar o sigilo telefônico, as coisas estão ligadas, elas não estão separadas.

Sr. Presidente, eu lhe passo a palavra porque sei que V.Exa. tem outros compromissos e nos dá a honra

de estar aqui, nesse momento importante da Casa que foi dentro do seu mandato.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu quero cumprimentar o Presidente desta CPI da Pedofilia, Senador Magno Malta, cumprimentar os Senadores aqui presentes, Senador Paulo Paim, Senador Eduardo Azeredo, o Senador Adelmir Santana, que há pouco estava aqui. Eu quero cumprimentar os empresários, não vou me arriscar a citá-los porque não tenho a lista ceremonial e posso cometer uma injustiça, também autoridades do Ministério Público, autoridades do Poder Judiciário.

E dizer da minha satisfação de estar aqui ao lado do Senador Magno Malta e desta CPI, que tem realizado um trabalho admirável, um trabalho inclusive que transcendeu mesmo as nossas fronteiras. E, como dizia o Senador Magno Malta, provocou a admiração em outros países pela maneira como as coisas foram feitas aqui com seriedade, com coerência e com a preocupação de apurar a verdade. A triste verdade do que significa pedofilia nos dias de hoje, principalmente na nossa sociedade.

Eu quero reafirmar aquilo que disse desde o início ao Senador Magno Malta. Reafirmar o apoio desta Presidência ao trabalho desta Comissão Parlamentar e, ao mesmo tempo em que eu reafirmo esse apoio, eu quero agradecer a colaboração das empresas que estão aqui, empresas de telecomunicações que se dispõem até mesmo a investir para poder se adequar a esses novos métodos, a essa nova tecnologia de apuração dos crimes de pedofilia.

Nós temos aqui na nossa Bancada de Senadores, um Senador que sempre foi muito voltado para o trabalho de defesa dos direitos humanos, o Senador Paulo Paim e outro Senador, que também claro, não estou negando a ele a defesa dos direitos humanos; mas que sempre se voltou para essa área de informática de comunicações, pessoas com deficiência, e é verdade, as pessoas às vezes precisam conhecer melhor o Parlamento.

Eu estou dizendo isso porque eu estou Presidente há um ano e antes de ser Presidente, eu confesso que não conhecia tão bem o Parlamento como eu estou conhecendo hoje, mas a Presidência me levou a conhecer melhor. O serviço que é prestado aqui, o trabalho que é feito aqui – é verdade que nós temos as nossas deficiências, que nós somos muito criticados às vezes pela lentidão dos nossos trabalhos. Mas há realmente aqui um trabalho muito sério, muito voltado para o benefício da nossa sociedade.

No que toca a legislar, todos sabem que eu tenho feito aqui uma campanha permanente no sentido de proteger o Legislativo da interferência às vezes des-

cabida do Executivo e do próprio Judiciário. Porque o Legislativo precisa legislar e não podendo legislar, às vezes, nós temos até excesso alguns excessos no que toca a essa função de fiscalização.

Então, o legislativo passa a querer fiscalizar de qualquer maneira e às vezes e é preciso aqui que se aponte o exemplo da CPI da Pedofilia, criam-se CPIs aqui que não chegam a resultado nenhum. Nada. Enquanto que essa CPI aqui, já teve uma lei sancionada pelo Presidente da República. Quer dizer, nós estamos aqui diante de um trabalho de fiscalização, dos mais sérios, dos mais objetivos e dos mais capazes.

Eu quero me congratular com o Senador Magno Malta, sei que ele não fez isso sozinho, claro, ele contou com a ajuda dos companheiros, dos funcionários, inclusive, há um funcionário aqui que é a própria cara das CPIs pelo menos para mim, que é o Augusto. Olha, toda a CPI que é instalada nessa Casa parece que a primeira coisa que fazem é chamar Augusto. Também se não chamam, ele vem.

[risos].

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Então é a verdade, “Augusto CPI”, não é? De modo que eu queria deixar essa palavra aqui e agradecer bastante, se pudesse até passar os nomes das pessoas que estão eu gostaria até de citar, mas não sei se Augusto é o mesmo tempo Chefe do Cerimonial da CPI, da investigação--

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Augusto, cada qual, por favor, porque como aqui não é o Executivo. O Executivo é que o Presidente senta lá e o pessoal chega com as cartelinhas dá para o Presidente do Senado e tal, aqui não tem eliminaram as cartelinhas, mas cada qual põe o seu nome no papel e dá para o Augusto aqui, cadê Nelson os nomes?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Se não foi incômodo, espera que eu tenha uma idéia melhor, se não incômodo, se não causar constrangimento, cada um poderia até dizer quem é, quem está representando quem só, para a gente ter uma idéia.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Presidente, eu até melhoro a sua idéia, eu acho que a gente já adianta até – os Diretores de empresas além de se apresentar, fala em nome de quem está falando.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Augusto, não pode falhar, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – E até, se referindo à nossa assinatura aqui, porque depois nós vamos assinar com o Presi-

dente e já falam dessa posição, da tomada de iniciativa juntamente com a gente, porque é uma coisa de todos nós.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Guilherme Henriques, se alguém quiser dizer alguma coisa pode dizer, desde não faça um discurso longo, não é?

SR. GUILHERME HENRIQUES DE ARAÚJO –

Não, de modo nenhum. Eu só queria parabenizar V.Exa. na qualidade de Presidente desse Senado, parabenizar o Senador Magno Malta, na qualidade de Presidente dessa CPI, falo em nome da Brasil Telecom. Nós estamos lá na nossa companhia, também igualmente parabenizando os demais Senadores desta Comissão.

Estamos bastante satisfeitos de poder estar subscrevendo esse termo de cooperação no sentido de buscar dar instrumento à Polícia Federal, a Polícia Civil, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual e a Justiça, capaz de fazer com que esse crime hediondo, essa barbárie, tenha seus índices de ocorrência diminuídos.

Então, sem alongar é um prazer poder estar participando desse momento da história do Brasil.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Eu quero pedir desculpas a você meu caro Guilherme Henriques, por aquela observação que eu fiz, quem fala muito mesmo é Senador, isso é indiscutível.

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Mão Santa tem que --

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Augusto César Gadelha Vieira está presente, não? Ah, está ali atrás. É do Comitê Gestor da Internet, quer dizer alguma coisa? Fique à vontade.

SR. AUGUSTO CÉSAR GADELHA VIEIRA – Só parabenizar o Presidente da CPI da Pedofilia, o Senador Magno Malta por esta iniciativa, mais esta iniciativa, certamente já temos tido vários resultados nessa CPI como já foi mencionado aqui. E, dizer que o Comitê Gestor da Internet está ao lado de todas essas iniciativas para dar apoio e suporte no que for possível.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado, agradeço. João de Deus Pinheiro de Macedo, Telemar Norte e Leste S/A.

SR. JOÃO DE DEUS PINHEIRO DE MACEDO

– É isso, Senador. Muito obrigado pela oportunidade, mas dois pontinhos só de passagem. Eu represento a OI Telemar, que é praticamente opera a maior infraestrutura de telecomunicações e Internet no Brasil. E o comprometimento de uma empresa com tal porte, não poderia ser menor do que estar à altura dessas dimensões que ela tem.

De fato a companhia tem esse sentido de responsabilidade e comparece a essa solenidade, imbuída desse espírito de contribuir para o aperfeiçoamento das instituições e da vida brasileira. É claro que podemos não ter elaborado nessas discussões, Senador, o melhor texto técnico possível. E evidentemente vai haver oportunidade da gente eventualmente aperfeiçoá-lo no futuro, mas do modo como ele está ele já é efetivo para o próprio que se propõe e, as empresas estão aqui já para começar a trabalhar para torná-lo efetivo.

Muito obrigado pela oportunidade e cumprimentando os Senadores presentes pela iniciativa.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao senhor. Antonio Carlos Drummond Filho, Brasil Telecom S/A. Não quer falar. Da área de comunicação tem que falar, não é?

[risos]

SR. ANTONIO CARLOS DRUMOND FILHO – Eu vou subscrever integralmente as palavras do colega, Guilherme Henriques.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Obrigado. Paulo Roberto da Costa Lima, TIM Celular S/A.

SR. PAULO ROBERTO DA COSTA LIMA – Eu vou cumprimentar os Srs. Senadores e Sr. Presidente, do Senado, Sr. Senador Magno Malta reiterar o comprometimento da TIM, nesse esforço de cooperação de intensa cooperação que esse documento certamente vai permitir.

A TIM está absolutamente engajada nesse esforço, buscando e concordando com as palavras do nosso colega João de Deus, de que é um documento que ainda precisa ser melhorado em alguns aspectos, mas a nossa expectativa é que com transparência, boa fé, espírito público e de cidadania, se vá alcançar os objetivos que certamente não é de punir ninguém e sim, de buscar a atender a sociedade brasileira. E nesse contexto a TIM está absolutamente engajada. Muito obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – ==Agradeço. Dr. Thiago Tavares Nunes de Oliveira, SaferNet Brasil.

SR. THIAGO TAVARES NUNES DE OLIVEIRA

– Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero também rapidamente cumprimentar esta Casa por mais essa conquista, em especial a CPI da Pedofilia, na pessoa do Sr. Presidente, Senador Magno Malta e dos Excelentíssimos, Srs. Senadores que a compõem e dizer que para a SaferNet é uma honra poder participar dessa iniciativa, principalmente, porque as medidas aqui previstas elas vão permitir que haja uma efetiva colaboração das empresas com as investigações desse crime bárbaro que é a distribuição da pornografia infantil por

meio da Internet, ao mesmo tempo preservando um direito humano fundamental à privacidade do usuário, que usa a rede de forma lícita e que não comete nenhum tipo de ilícito.

De modo que o Senado Brasileiro e as Instituições Públicas aqui presentes estão de parabéns. Muito obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço. Agora da área pública, Dr. Carlos Eduardo Sobral, que está representando o Departamento de Polícia Federal do Ministério de Justiça, o Dr. Luiz Fernando Corrêa. Ele está aqui? Ah, está.

SR. CARLOS EDUARDO SOBRAL – Sr. Presidente, em nome do nosso Diretor-Geral, Luiz Fernando Corrêa, gostaria de manifestar a alegria e a honra da Polícia Federal em poder participar desta CPI, estamos juntos desde março deste ano, sabemos que temos um longo caminho ainda pela frente.

Mas hoje, damos mais um importante passo na busca de garantir a maior segurança, garantir a proteção integral, dos direitos da criança e do adolescente, previstos na nossa Constituição Federal. O nosso Parlamento mais uma vez está de parabéns e nos sentimos muito orgulhosos de poder participar desse processo. Muito obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Dr. Carlos. Leonardo Azeredo Bandarra, Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União.

SR. LEONARDO AZEREDO BANDARRA – Sr. Presidente, Sr. Presidente Senador Magno Malta, Srs. Senadores, Eduardo Azeredo, Paulo Paim, Senador Virginio, é um prazer e uma honra para o Ministério Público Brasileiro, estar participando dessa solenidade.

E eu gostaria só para fazer coro às palavras do nosso Presidente, que Promotor também gosta de falar muito, não é Senador? Mas para dizer algumas questões importantes que esse convênio que vai ser assinado trás.

Primeiro os prazos de armazenamento de dados que foram colocados da cláusula 3^a, e o cadastramento identificado das pessoas na cláusula 4^a, que indicam prazos longos de armazenamento, mas que possibilitam uma investigação futura. Porque a investigação criminal ela leva algum tempo para se transformar o dado numa prova processual e, com esses prazos que estão aqui colocados hoje nós vamos poder ter acesso a esse dado que antes nós não poderíamos ter.

Também é importante frisar na cláusula 5^a, o fornecimento das informações à Polícia e ao Ministério Público que dá voz à nossa lei complementar do Ministério Público da União, onde diz que – “Nenhuma

cláusula de sigilo será imposta ao Ministério Público nas suas investigações, havendo sim, uma transferência de sigilo”. Então isso é um grande avanço porque vai possibilitar que a nossa Polícia também dentro da sua competência, tenha agilidade suficiente para receber essas informações.

Principalmente no que diz respeito aos prazos para o fornecimento das informações solicitadas pela Polícia e solicitadas pelo Ministério Público, que na cláusula 5^a, fixa prazos de duas horas, de 24 horas e de três dias. Esses prazos têm um lapso temporal para que eles venham a ser cumpridos de um ano, mas é extremamente importante.

Porque a partir do momento que está sendo monitorado e realizado um crime de pedofilia pela Internet, se a ação policial, a ação de investigação não for uma ação rápida e eficiente, essa ação não vai ser eficaz. E aqui nesses prazos há sim, essa possibilidade da passar a ser eficaz a ação de informação.

No que diz respeito à mencionada resistência, no que diz respeito às cláusulas de multa pelo não cumprimento desses prazos, há que se observar que os serviços de comunicação são concessão de serviço público. E há uma reciprocidade pelo interesse público que deve ser observada pela empresas que assumem esses serviços e, isso seria uma dessas imposições também do interesse público.

Gostaria de ressaltar os parabéns e congratular as empresas que vão assumir esse ônus, mas dizer que esse ônus foi fruto de um consenso e ele fruto do consenso, significa que na aplicação dessas multas também vai haver um consenso e vai haver uma compatibilidade. Evidentemente, se não puder cumprir esses prazos por questões de força maior, questões que são justificáveis, não há que se executar esse ajuste de conduta ou esse termo de cooperação, porque não se pode exigir o impossível das pessoas.

Então, há boa vontade da assinatura, há boa vontade do cumprimento. Agora há também, como o Senador Presidente desta CPI ressaltou – não se pode assinar um documento que não tenha obrigações e que não tenha sanções para o descumprimento dessas obrigações, porque senão seria um documento inócuo. Então essas sanções elas são colocadas aqui com esse objetivo e, com esse objetivo que elas devem ser encaradas também por aquelas empresas que não assinaram nesses termos.

Eu ressalto que há uma previsão de que outras partes venham a aderir a esse termo. Eu tenho a convicção também de que no momento que outras empresas forem informadas disso e forem melhor esclarecidas, elas não se furtaram a isso. Além de ser um compro-

missos, além de ser uma boa vontade é uma exigência da concessão do serviço público que elas prestam.

Eu gostaria por fim, não me alongar agradecer especialmente aos membros do Ministério Público que são auxiliando os trabalhos dessa Comissão, Dra. Ana Lúcia, Adriana, Dra. Priscila, Dr. André, Dra. Carla. E, especialmente a Dra. Catarina, ex-Procuradora Geral do Espírito Santo, que tem acompanhado os trabalhos dessa CPI e dado a contribuição do Ministério Público Brasileiro.

V.Exas. estão de parabéns, porque conseguiram nesse termo aquilo que não se consegue na Justiça há muito tempo, que é celeridade e a boa vontade para que todos enfrentem com a eficácia e eficiência esse crime hediondo. Muito obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Bem, Dr. Wagner Gonçalves do Ministério Público Federal.

SR. WAGNER GONÇALVES – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Senador Magno Malta, Presidente da Comissão, demais Senadores aqui presente, Srs. e Srs. , colegas do Ministério Público.

Para o Ministério Público Federal, aqui eu o represento, é uma honra estar assinando este termo de cooperação, entendo que a aceitação por parte das empresas é básico e fundamental. Eu acho que é uma questão de cidadania e defesa de direitos humanos essa imensa violência que ocorre contra crianças e adolescentes neste País, que é não um crime privativo do Brasil é um crime que perpassa toda a sociedade.

Esse trabalho foi acompanhado principalmente pelos colegas de São Paulo, do Grupo de Combate os Crimes Cibernéticos que tem todo um trabalho desenvolvido sobre esse tema.

Recentemente realizamos um Congresso aqui em Brasília onde se discutiu esse tema, se analisou o termo de ajustamento de conduta feito com a Google que foi uma questão fundamental e eu credito isso também à CPI, que a definição desse termo de ajustamento de conduta e aceitação por parte da Google, só seria possível com os trabalhos da CPI.

E discutirmos entre várias medidas a serem tomadas num contexto de acompanhamento desses termos de ajustamento de conduta para o combate a esse crime tão hediondo, a criação inclusive de Delegacias Especializadas em crimes cibernéticos e juizados especializados. Isso é uma coisa que inclusive está inserida dentro desse termo de ajustamento de cooperação, quando se fala na Comissão de Acompanhamento e Prevenção dentro desses termos de ajustamento de conduta.

Quer dizer essa Comissão poderá ver o desenvolvimento do resultado desse trabalho a partir deste termo

e sugerir, inclusive outras leis que possam combater esse crime, que é um crime contra a humanidade.

Eu quero cumprimentar o Congresso, realmente muitas CPIs infelizmente não chegam a nada, mas aqui depois de nove meses de trabalho nós temos um resultado concreto, inclusive, leis já elaboradas e sancionadas pelo Presidente da República.

Eu quero cumprimentar a todos os meus colegas que participaram e, quando falo meus colegas, são os colegas citados pelo Dr. Bandarra, que é do Ministério Público Federal do Ministério Público da União, ou seja, dos Ministérios Públicos Estaduais, do Ministério Público Brasileiro.

Cumprimento o Senado Federal, e principalmente a CPI da Pedofilia, na pessoa do Senador Magno Malta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Eu agradeço muito e ouço as referências a essa CPI com muita alegria, até porque sei que o que estamos vivendo, nesses últimos nove meses. Eu de forma muito particular, como eu tenho dormido e como tenho convivido na relação com a minha família, a partir de tudo que eu vi. A partir de tudo que eu vejo todos os dias e para serenamente não fazer alguma coisa movida a ódio ou a indignação, mas manter a serenidade sem perder a indignação dos justos.

E a razão pelo qual nós estamos aqui é simplesmente com o anseio de fazer Justiça; anseio de fazer Justiça e dar dignidade à família; de sentir útil à vida daqueles que vão tocar esse País depois de nós; que vão tocar à família depois de nós. Nós precisamos ter uma sociedade absolutamente lesionada(F).

Uma das coisas, Sr. Presidente que ocorre hoje e começou a acontecer um fato que eu nunca imaginei que fosse acontecer. Essa CPI começou a receber milhares e milhares de e-mails de adultos, pessoas resolvidas nessa sociedade, aparentemente, mas dizendo que a partir da CPI resolveram contar o abuso que sofrem na infância. E passa e-mails empresários, religiosos, gente da política, gente da faculdade, dizendo – “Eu tenho pesado, eu tomo remédio controlado, eu faço uma análise”.

Ontem eu fiz um debate de televisão com a Deputada Federal, Policial do Rio de Janeiro, Marina Maggessi. O mês passado eu participei de um debate que ela foi moderada, quando eu terminei a minha palavra Senador Paim – conhecida como policial mão dura do Rio de Janeiro – ela chorando diz – “Olha, eu vou fazer uma revelação, tem 20 anos que eu faço análise e, eu vou me livrar do meu monstro hoje”.

Ontem ela estava na televisão e corajosamente e disse – a Deputada Federal – “Eu fui abusada dos cinco aos sete anos de idade por um tio meu”. As pes-

soas estão se encorajando a livrar dos seus monstros. E esse volume de pedófilos na sociedade é a coragem que a sociedade tomou de não conviver com esse crime, de denunciar o crime.

Agora, nós precisamos construir instrumentos para que a Justiça, para que a Polícia, para que o Ministério Público, para que os Tribunais tenham condições de punir aqueles que violam a moral, a honra, o ético de uma criança sem pena e sem dó, por isso esse momento se reveste de uma importância muito grande.

Ao ceder a palavra aos Senadores, em seguida, esse momento que eu reputo de uma solenidade muito grande, de uma vitória importante para esse País. E um outro exemplo para o mundo, nós vamos assinar esse termo de cooperação com os senhores que aqui estão. E digo aqueles que não vieram, eu hoje peço a convocação de todos eles, até porque participaram dessa discussão que os outros entenderam como verdadeira. Olha, se alguns entendem e estão dispostos a cumprir quem não quer assinar é porque não quer cumprir.

Então, como eles assinaram atas, assinaram presença e mandam um documento justificando hoje dizendo que não vieram porque não foram chamados, é uma tentativa de brincar com a honra alheia. Por isso eu gostaria que, perante a própria CPI depois ele viessem dizer – “Não, eu assinei mas eu estava invisível, era feito um gasparzinho. Eu vim, mas não vim. Estava, mas não estava. Eu assisti, mas não assisti”. E era alguma coisa de Mandrake, então – Não tem coisa de Mandrake. Não tem – Me engana que eu gosto.

A gente precisa discutir isso. Eu espero que ao ver o exemplo dessas gigantes operadoras de telefonia no Brasil, que vêm aqui e diz – “Nós vamos cumprir o nosso papel”, que eles também sejam comovidos a assinar ou movidos a cumprir o papel com a sociedade que lhes dá riqueza que eles desfrutam, porque cobram o serviço de uma concessão que é pública, como disse o Procurador; para que nós não tenhamos a necessidade realmente de termos outras audiências e serão audiências separadas, porque o que tínhamos que tratar de maneira coletiva nós já tratamos.

Eu concedo a palavra aos Senadores, Senador Eduardo, Senador Virginio e Senador Paim, em seguida eu quero convidar os senhores para vir solenemente, para que nós possamos assinar esse termo, num momento tão importante para a vida da nação brasileira.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Presidente, Presidente Garibaldi Alves, Presidente, Senador Magno Malta, Senadores Paulo Paim e Virginio de Carvalho, eu vou ser rápido, as autoridades

aqui presentes, os empresários, as pessoas... Nós não podemos falar muito não é Presidente? Então, vamos falar rápido.

Eu quero só dizer que é bom nós estarmos chegando ao fim do ano com esses resultados que a CPI apresentou, o projeto já sancionado pelo Presidente, aprovado por nós aqui na noite do dia 9 de julho. Eu me lembro bem que aprovamos juntos o projeto e esses acordos feitos, tanto com a Google, quanto esse agora que se faz com as operadoras.

Tem razão o Presidente Magno Malta, quando diz não tem sentido alguns questionaram a questão de punições, de penas, porque é razoável que quem não cumpre tem que ter alguma punição. Por outro lado, eu fico também satisfeito porque a própria assinatura Senador Magno Malta, ela mostra que as empresas entenderam a importância de arquivar essas informações de IP, jogando por terra algumas críticas que se faz de que isso teria um custo absurdo, que não suportava pelos provedores. E, naquele outro projeto mais complexo, que trata não só da pedofilia, mas trata de todos os outros crimes que nós temos à frente o art. 22, que trata dessas questões que estão sendo tratadas aqui.

É um projeto mais complexo, é lei. A lei tem mais força do que os acordos, por isso que é importante nós continuarmos nessa discussão em que se assina aqui acordos que algumas estão assinando, que outras deverão assinar. E, vamos aprovar a lei, já aprovada no Senado, para que não só os crimes de pedofilia, mas também crimes de estelionato e crimes de outra ordem sejam punidos da mesma forma.

De maneira que eu quero realmente só cumprimentar a todos que participaram do trabalho durante todo o ano e continuam participando, e os resultados que chegamos aqui, saudando a presença do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, que dá exatamente, mais força a essa solenidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES) – Senador Virginio de Carvalho.

SENADOR VIRGINIO DE CARVALHO (PSC – SE) – Presidente, antes de mais nada, eu quero pedir até desculpas que atrasei um pouco, porque eu tinha um compromisso com o Ministro e junto com a Bancada do PSC, que é a nossa Bancada, por isso atrasei-me um pouco.

Mas eu estou aqui para registrar a minha satisfação de ver a continuidade desta CPI, com a essa participação coesa do Ministério Público, da Polícia Federal e também da SaferNet. Dizer que com esse trabalho, essa apresentação que foi feita ali também na ONU, na Índia, os resultados que nós vimos posteriores como isso se comoveu a todos e, como isso

se tornou o assunto a partir dali, apesar de ter outros assuntos naquele Congresso, mas que todos se interessavam em saber como se processava a CPI aqui no Brasil.

Eu creio que este foi um momento de uma grande importância para o Senado Brasileiro. Eu acho que nós temos que continuar com essa batalha e por ser um dos relatores desta Comissão, eu quero dizer ao Presidente que nós estamos disposto a continuar. Eu acho que nós não podemos parar, porque não é o momento de parar é o momento de dar continuidade para que possamos atingir os objetivos que a nossa Nação espera, que o mundo espera de nós. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA
(PR – ES) – Senador Paulo Paim .

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Senador Garibaldi, Presidente do Congresso Nacional, do Senado da República, Senador Magno Malta que preside essa CPI, Senador Eduardo Azeredo, Senador Virgílio de Carvalho. Eu só quero de forma muito rápida, cumprimentar o brilhante trabalho feito por essa CPI e Senador Magno Malta, por uma questão de Justiça, liderado por V.Exa.

V.Exa. com muita competência e claro com a parceria com todos os Senadores, fez um belíssimo trabalho com repercussão nacional e internacional. Eu fiz questão de estar aqui hoje, em nome da Comissão de Direitos Humanos aqui do Senado, para participar desse ato com os nossos parceiros aqui presente, todos já falaram que esse compromisso hoje e sempre de combater esse crime hediondo, que é a exploração de criança e adolescentes, papel que V.Exa. tem sido o nosso baluarte. V.Exa. tem sido o nosso Líder no combate a pedofilia.

Esse é o momento histórico para o Congresso Nacional. Eu me sinto orgulho em estar aqui nesse momento e sinto-me satisfeito com o dever cumprido, inclusive, por ter assinado já aqui a prorrogação dos trabalhos. Como aqui foi dito esse trabalho vai continuar.

Enfim, é render minhas homenagens ao trabalho feito por essa Comissão liderado por V.Exa. e, como a casa hoje está a mil, daqui nós vamos partir para outras Comissões para continuar o debate no Senado, mas esse momento era um momento ímpar.

Eu quero terminar dizendo que lá no Plenário do Senado está uma sessão de homenagem aos Direitos Humanos, aos 60 anos da sua Declaração Universal. Eu fiz a minha fala e fiz questão de vir para cá, porque tão importante como é aquela sessão de homenagem aos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos é o trabalho desta Comissão, a CPI de Combate à Pedofilia. Parabéns V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Obrigado, Senador Paulo Paim. Vamos assinar e dizer realmente da importância da prorrogação da CPI, porque nós temos 18 mil álbuns quebrados de pedofilia, onde esperamos encontrar 10.000 pedófilos a serem abertos agora. E temos o tipo penal a ser votado e uma série de legislações e condutas ainda sendo construídas.

Eu quero convidar as empresas para que pudessem vir aqui na frente conosco. Eu quero convidar o Dr. André Baldino está precisando viajar é um baluarte do Ministério Público de Minas na Assessoria desta CPI, está se despedindo ali. Feliz Ano-Novo.

SR. ANDRÉ BALDINO – Muito obrigado. Eu queria apenas agradecer à V.Exa. , a oportunidade que teve o Ministério Público e que tem tido de auxiliar essa CPI, até como eu costumo sustentar, Ministério Público não quer poder, Sr. Presidente, Ministério Público quer responsabilidade e mecanismos para poder cumprir-las adequadamente.

E diante agora dos Srs. Presidentes ou representantes das teles que assinam esse termo, eu queria exatamente cumprimentá-los. Que a sua presença física diante do Senado Brasileiro, vergando-se ao poder soberano do povo brasileiro, revela verdadeiramente que há dois capitalismos no Brasil.

O capitalismo selvagem representado por alguns que aqui não estão presentes e um capitalismo verdadeiramente decente, comprometido com a coletividade que é o que os senhores aqui representam. Portanto, meus cumprimentos ao Senado Brasileiro, pela honra que nos deu e nos tem dado de servi-los.

E meus cumprimentos também aos senhores que sabem muito bem distinguir um capitalismo do terceiro milênio que é esse que nós respeitamos, não àquele ausente daqui, como ausente devia estar do mundo.

Muito obrigado, feliz natal para todos os senhores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Muito obrigado. Viu como o homem é bravo, é de Minas, o cara. Eu queria convidar os Senadores também para que como testemunhas assinassem, em seguida é o Wagner Alves e depois... Feliz Ano-Novo, Dr. Wagner, Ministério Público Federal, Ministério Público Federal Dr. Leonardo Bandarra, Conselho Nacional de Procuradores. Senador Eduardo Azeredo, Senador Paulo Paim, Dr. Luiz Fernando Corrêa, Departamento de Polícia Federal, Dr. Sobral assina no lugar do chefe, Dr. Thiago SaferNet, Não está, o Dr. Thiago? Augusto César Gadelha Oliveira, Comitê Gestor da Internet. João de Deus Pinheiro. Parabéns para todos nós. Dr. Augusto, Dr. João de Deus Pinheiro. Capricha, João. Antonio Carlos Drummond, Paulo Roberto Costa.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – Esse é um momento histórico significativo e até muito emocionante, porque a gente vai galgando em favor da sociedade. Está assinado esse Termo de Cooperação. Eu queria só aproveitar os três para votar aqui um projeto aqui.

É o Projeto de Lei que disciplina as formas e os prazos, meios de prevenção e transferência dos dados de informáticos, mantidos por fornecedores, servidores e autoridades públicas a fim de investigação de crimes praticados em crianças e adolescentes.

Quer dizer é um Projeto de Lei que avança também nesse termo de ajuste de conduta, que é um texto conhecido de todos e acordado por todos. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Está aprovado também o Projeto de Lei e vai para Plenário.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR MAGNO MALTA

(PR – ES) – E os Senadores estão liberados para suas atividades, menos o Senador Virginio, que sua atividade é aqui.

Eu requeiro nos termos regimentais, sejam convocados os representantes legais das empresas abaixo relacionadas, para prestarem esclarecimentos a essa CPI. Roberto Oliveira de Lima – VIVO; João Cox – CLARO; José Formoso e Martinez – EMBRATEL; Eduardo Parajo – ABRANET; Ércio Zilli – Associação Nacional dos Operadores de Celular; José Fernandes Pauletti – ABRAFIX; Caio Túlio Costa – IG; Emerson Calegaretti – MYSPACE; José Félix – NET Serviços e Comunicação; Antônio Carlos Valente da Silva – TELEFONICA; Paulo de Castro – TERRA; Gil Torquato – UOL Universo On-Line.

O Dr. Gil Torquato, nós o ouvimos em São Paulo, eu fiquei muito impressionado com a fala dele e a disposição dele de assinar um Termo de Ajuste de Conduta. Até estranho o fato dele não estar aqui, até porque uma grande rede de pedofilia que levou ao suicídio do tenente em São Paulo, foi na sala de bate da UOL, que tinha um link chamado incesto, que é o fim do mundo – que é o fim do mundo.

Naquela ocasião eu fiquei impressionado, agora, estou mais impressionado ainda dele não estar aqui para assinar, mas eu tenho certeza que com a convocação nós não veremos, nós nos encontraremos num segundo momento. Que faça-se a convocação de todos esses inclusive anexe-se à convocação a assinatura deles mesmos dando lista de presença nas reuniões que participaram e devolva o documento que mandaram, grifando exatamente onde eles dizem não foram convidados. Faça-se um pacote, no Nordeste diria assim – “Faça uma mói e entregue na porta”.

Com todo o respeito, eu gostaria de dizer a esses senhores que nós não estamos pedindo nada para nós,

nós não estamos fazendo luta. A luta é da vida. A luta é das crianças. A luta é da família, por isso Senador Virginio é que nós vamos prosseguir prorrogando essa CPI.

Eu gostaria de dizer também que aqueles que se iludem e contam com o fim da Legislatura, como o Dr. Jacob, do Banco Central, pedófilo que se evadiu, que o Ministério Público – o Dr. Bandarra me comunica – já foi feito o mandado de prisão dele, ele se licenciou do Banco Central está em Portugal. Com esse mandado de prisão dele que vai chegar às nossas mãos, nós vamos construir um documento aqui da CPI, e se necessário, nós iremos a Portugal juntamente com a Polícia Federal e com o Ministério Público, porque esse Doutor formado em Harvard, que abusa de criança no berço não pode ficar solto por aí.

Está na Câmara o projeto que foi votado aqui da Difusão Vermelha que é o projeto que nos dá o poder de prender pessoas criminosas de outros países com o mandado de prisão, que abusam de crianças nos seus países respectivos e vem para o Brasil fazer turismo de pedofilia. Aqui eles não podem ser presos por nós não termos a difusão vermelha, mas que o Senado já votou e a CPI votou.

É um projeto que é da Polícia Federal está na Câmara e, nós esperamos que na limpeza da pauta da Câmara – eu vou fazer uma gestão agora à tarde, para que ele seja votado também – para que nós encerremos o ano de 2008, também com essa vitória de ter a nossa Difusão Vermelha votada, Senador Virginio.

Senador Virginio, que é o Sub-Relator Geral dessa Comissão, eu agradeço muito a nossa Assessoria, a Assessoria da Casa, os Técnicos da Casa, os funcionários do Senado, sou muito grato a vocês, grato ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Polícia Federal, esse grupo seletivo que há nove meses estamos junto aqui na CPI. Nove meses, trabalhando a semana inteira, os peritos da Polícia Federal para construirmos instrumentos e buscamos caminhos de mudança da vida brasileira.

Mais uma vez felicito a Brasil Telecom, felicito a OI, felicito a TIM, que vieram. E o fato de vocês ter assinado é a prova mais contundente para a sociedade brasileira de que é possível fazer – que é possível fazer e que é possível dividir responsabilidades.

Com estas palavras Senador Virginio, eu encerro a minha fala, desejando um feliz 2009 para todo mundo de muita vitória. A CPI continua nós vamos além 2009 e com fé em Deus, nós vamos colocar muita coisa no lugar.

Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h41. – Senador **Magno Malta**, Presidente.

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virginio de Carvalho** (S)

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 01/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
 Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT

Jefferson Praia (AM) (16)

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley**Telefone(s):** 3311-3514**Fax:** 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virginio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
1.	
2.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
1.	
2.	
Maioria (PMDB)	
1.	
2.	
PTB	
1.	
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3311-3511

Fax: 3311-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

3) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)**

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**Maioria (PMDB)**

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

7) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SANTA CATARINA

Finalidade: Averiguar, in loco, a situação do estado de Santa Catarina visando encaminhar medidas a serem tomadas para minorar os efeitos da situação de calamidade pública decorrente das chuvas das últimas semanas.

(Requerimento nº 1.483, de 2008, aprovado em 25.11.2008)

Número de membros: 5

Leitura: 25/11/2008

TITULARES**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senador Raimundo Colombo (DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senadora Ideli Salvatti (PT)

Maioria (PMDB)

Senador Neuto De Conto (PMDB)

PDT, PTB, PSOL, PSC

Senador Sérgio Zambiasi (PTB)

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽¹⁵⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽¹⁴⁾
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁶⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Cláudio	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello	2.
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
15. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
16. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Slhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO (9)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti (8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008-GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Telefone(s): 3311-3515
Fax: 3311-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).

2. Eleito em 8.8.2007.

3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) ^(5,9)	6. VAGO ^(15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹³⁾	5. Kátia Abreu (DEM) ^(14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽⁷⁾	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**Número de membros:** 9 titulares e 9 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE****Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
 10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
 11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marconi Perillo (PSDB)	1. Adelmir Santana (DEM) 2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. N° 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO (1)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO (3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (4)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁸⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽¹²⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽⁵⁾	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) ^(1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) ⁽⁴⁾	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽⁶⁾	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹⁰⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) ^(3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB ⁽⁹⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)**Prazo final:** 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) ⁽¹⁷⁾
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) ^(14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) ⁽⁶⁾
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) ⁽²⁾
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽¹³⁾	3. Kátia Abreu (DEM) ^(18,22)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽¹²⁾
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,5)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).
5. Em 25.11.2008, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. n° 188/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. N° 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. N° 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) ^(3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Paulo Duque (PMDB) ^(8,10,11)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	5. Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO (8)
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(11,14)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,12)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. n° 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

12. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
João Tenório (PSDB)	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
 Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

PROCURADORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **4^a Eleição Geral:** 13/03/2003

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/09/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3311-5255 **Fax:**3311-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**MEMBROS****PMDB**

Roseana Sarney (MA)

DEMMarco Maciel (PE) ⁽²⁾**PSDB**

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PRJoão Ribeiro (TO) ⁽³⁾**PDT**

Cristovam Buarque (DF)

PSBRenato Casagrande (ES) ⁽⁴⁾**PC DO B**

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP**PSOL****Atualização:** 27/11/2008**Notas:**

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.
2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.
3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PR, conforme Of. nº 81/2008-GLDPR, datado de 27/11/2008, lido na Sessão dessa mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PSB em substituição à Senadora Patrícia Saboya, conforme Of. GLPSB nº 73/2008, de 26/11/2008, lido na Sessão de 27/11/2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)

Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)

Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIAZI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ildelei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II – Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narciso Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho, a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – UG/GESTÃO: **020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 214 PÁGINAS